



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**Departamento de História**

**Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação**

**Especialização em Arquivos**

**Dissertação**

**Arquivos de Casas-Museu. O Arquivo da Casa dos Patudos**

**PARTE I**

Laurinda Santos da Paz

**Orientador:** Professor Doutor Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães  
**(Universidade de Évora)**

Évora

2013

**Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação**  
**Especialização em Arquivos**

**Dissertação**

**Arquivos de Casas-Museu. O Arquivo da Casa dos Patudos**

**PARTE I**

Laurinda Santos da Paz

**Orientador:** Professor Doutor Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães  
**(Universidade de Évora)**

2013

## **Agradecimentos**

Ao terminar a realização deste trabalho académico cumpre-me agradecer a um conjunto de pessoas sem o qual este não seria possível.

Em primeiro lugar ao Sr. Professor Doutor Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães, orientador desta dissertação, pela sua incansável orientação, pela disponibilidade permanente, pelas sugestões e profícuos contributos, sem os quais este trabalho não teria chegado a bom termo.

A todos os colaboradores de casas-museu que me atenderam, esclarecerem e que preencheram os inquéritos.

À Nádía, pela amizade, pelas visitas às casas-museu e, especialmente, pela lista de casas-museu que tanto me ajudou neste projeto.

À minha família agradeço a tolerância pela ausência.

E porque este trabalho académico é consequência de uma experiência profissional, gostaria ainda de agradecer:

À equipa da Casa dos Patudos-Museu de Alpiarça: D. Emília Policarpo, D. Maria Fernanda Sardinheiro, D. Maria João Rodrigues, D. Fátima Barradas e Sr. Alfredo Costa, pela colaboração e por tudo o que me ensinaram sobre a Casa, as coleções e os Relvas.

Ao Sr. Prof. João Bonifácio Serra a confiança demonstrada e os ensinamentos pacientes.

Ao Sr. Prof. Nicolau Borges a amizade e o companheirismo partilhado, durante tantas horas, no Arquivo da Casa dos Patudos.

Aos investigadores com quem tive o privilégio de colaborar, pela troca de conhecimentos e por todas as perspetivas de investigação que abriram ao acervo arquivístico da Casa dos Patudos.

Ao Sr. Dr. Miguel Couto dos Santos, sobrinho-neto de José Relvas, e a sua esposa, pela gentileza de me terem cedido informações sobre Família Relvas e pela paciência com que identificaram os seus familiares na coleção de fotografia de José Relvas

## **Resumo**

Esta dissertação aborda a problemática dos acervos arquivísticos de casas-museu em Portugal. Estas instituições são comumente associadas à perpetuação da memória de uma personalidade.

São objetivos deste projeto a identificação dos arquivos, a recolha de informações sobre o tratamento arquivístico e sobre as funções que desempenham nas instituições.

Para a consecução destes objetivos foi realizado um inquérito. A análise dos dados recolhidos revela uma realidade longe do desejável. Muitos acervos ainda não foram alvo de tratamento. Verificou-se que a utilização dos acervos nas tarefas museológicas é, em alguns casos, incipiente.

Como resultado final deste trabalho, apresentamos um guia dos acervos à guarda das casas-museu em Portugal.

Constitui, ainda, objeto deste projeto o arquivo da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça. É feita a apresentação desta instituição, dos contextos e produtores, bem uma análise do acervo arquivístico e do seu contributo para as atividades museológicas.

**Palavras-chave:** Arquivos de casas-museu, Casa dos Patudos, Família Relvas, José Relvas.

## **Abstract**

Archives of house-museums. The Archive of the House of Patudos.

This dissertation addresses the problematic of archives of house museums in Portugal. These institutions are commonly associated with the perpetuation of the memory of a personality.

The objectives of this project are the identification of the archives, the gathering of information about the archival treatment and about the functions that they perform in the institutions.

To the attainment of these objectives an inquiry was made. The analysis of the collected data reveals an undesirable reality. Many collections are still not the object of any treatment. It was verified that the use of collections in museological tasks is, in some cases, incipient.

As a final result of this thesis, we have presented a guide of the collections in the care of house museums in Portugal.

Another objective of this project is the archive of House of Patudos – Museum of Alpiarça. It is made the presentation of this institution, the context and the producers, as well as an analysis of the archive and its functions of the archive in the performance of the museological activities.

**Keywords:** House museums archives, House of Patudos, Relvas Family; José Relvas.

## Sumário

<b>Introdução</b>	01
i) Fontes e antecedentes do tema	02
ii) Metodologia	07
iii) Objetivos	08
<b>1. Arquivos e Museus</b>	10
1.1. Património cultural, arquivístico e documental	10
1.2. Os arquivos de museus	14
1.3. Os arquivos no processo de documentação de coleções de museus	18
1.4. Breve caracterização das casas-museu	24
1.5. O acesso aos arquivos de casas-museu	30
Considerações finais	34
<b>2. Os Arquivos de Casas-Museu em Portugal</b>	36
2.1. Metodologia adotada na recolha de dados	37
2.2. Delimitação do universo de pesquisa	37
2.3. A elaboração do inquérito	39
2.4. Fases de recolha de dados	40
2.5. Análise dos dados	40
2.5.1. Origem das casas-museu	43
2.5.2. Tutelas das casas-museu	44
2.5.3. Recursos humanos	45
2.5.4. As coleções museológicas	46
2.5.5. Documentos sobre o processo de musealização	48
2.5.6. Origens dos acervos documentais	50
2.5.7. Caracterização dos acervos arquivísticos legados	52
2.5.8. Caracterização dos acervos administrativos	56
2.5.9. Tratamento da documentação de arquivo	58
2.5.10. Instalação e preservação	59
2.5.11. Acesso aos acervos arquivísticos da casas-museu	61
2.5.12. Difusão e publicação	62
2.5.13. Difusão cultural e exposição	63
2.5.14. Funções dos acervos arquivísticos	64
Considerações finais e recomendações	66
<b>3. O Arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça</b>	68
Introdução	68
3.1. Antecedentes da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça	69

3.1.1. As coleções da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça	73
3.1.2. A criação da instituição museológica	74
3.2. As origens do acervo arquivístico e documental	77
3.3. O tratamento do acervo arquivístico	79
3.3.1. Bases teóricas para o tratamento do arquivo da Casa dos Patudos	81
3.3.2. Apontamentos sobre a reorganização do acervo (2007-2011)	89
3.4. O legado arquivístico e documental de José Relvas	98
3.4.1. A Família Relvas – Os produtores	99
3.4.1.1. José Farinha Relvas de Campos	100
3.4.1.2. Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos	102
3.4.1.3. José de Mascarenhas Relvas	105
3.4.1.4. Eugénia Antónia de Loureiro da Silva Mendes Relvas	112
3.4.1.5. Maria Luísa de Loureiro Relvas	114
3.4.1.6. Carlos de Loureiro Relvas	115
3.4.1.7. João de Loureiro Relvas	117
3.4.2. Caracterização do Fundo Família Relvas	118
3.4.2.1. O subfundo José Farinha Relvas de Campos	119
3.4.2.2. O subfundo Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos	119
3.4.2.3. O subfundo José de Mascarenhas Relvas	120
3.4.2.4. O subfundo Eugénia Antónia de Loureiro da Silva Mendes Relvas	121
3.4.2.5. O subfundo Maria Luísa de Loureiro Relvas	122
3.4.2.6. O subfundo Carlos de Loureiro Relvas	122
3.4.2.7. O subfundo João de Loureiro Relvas	123
3.4.3. A Adega Regional do Ribatejo	123
3.4.3.1. Caracterização do Fundo Adega Regional do Ribatejo	124
3.5. O acervo documental da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça	125
3.5.1. Caracterização do Fundo Casa dos Patudos	127
3.6. O Fundo das Escavações Arqueológicas	128
3.6.1. Caracterização do Fundo das Escavações Arqueológicas	130
3.7. O acesso ao acervo arquivístico da Casa dos Patudos	132
3.8. Funções do acervo arquivístico da Casa dos Patudos	133
3.8.1. As publicações	134
3.8.2. As atividades de divulgação	136
3.8.3. A documentação das coleções e da casa-museu	138
Considerações finais	139
<b>Conclusão e Recomendações Finais</b>	141
Fontes Manuscritas e Bibliografia	146
Anexos	168

## Índice de Quadros

**Quadro 1** – Número de frequentadores dos arquivos e centros de documentação das casas-museu.

p. 62



## Índice de Figuras

<b>Figura 1</b> – Vista da Casa dos Patudos. Fotografia de José Relvas, 1893.	p. 69
<b>Figura 2</b> – Vista da Casa dos Patudos. Fotografia de José Relvas, 1893.	p. 69
<b>Figura 3</b> – Salão Renascença. Fotógrafo não identificado, 1957.	p. 75
<b>Figura 4</b> – Sala Boileau. Fotógrafo não identificado, 1957.	p. 75
<b>Figura 5</b> – Casa dos Patudos. Fotografia de João Silveira Ramos, 2008.	p. 76
<b>Figura 6</b> – Casa dos Patudos. Fotografia de João Silveira Ramos, 2008.	p. 76
<b>Figura 7</b> – Vista parcial da sala de arquivo da Casa dos Patudos, 2007.	p. 90
<b>Figura 8</b> – Vista parcial da sala de arquivo da Casa dos Patudos, 2007.	p. 90
<b>Figura 9</b> – Campino. Fotografia de José Relvas, 1893.	p. 93
<b>Figura 10</b> – Retrato de mendigo. Fotografia de Carlos Relvas, (s.d.).	p. 93
<b>Figura 11</b> – Obras na Sé de Viseu. Fotografia de Francisco de Almeida Moreira, 1921.	p. 93
<b>Figura 12</b> – Vista parcial da sala de arquivo (instalações provisórias), 2011.	p. 97
<b>Figura 13</b> – Vista parcial da sala de arquivo (instalações provisórias), 2011.	p. 97
<b>Figura 14</b> – Retrato de Luísa, Carlos e João Relvas. Fotografia de Carlos Relvas, 1889.	p. 115
<b>Figura 15</b> – Retrato de Luísa, Carlos e João Relvas. Fotografia de Carlos Relvas, 1893.	p. 115
<b>Figura 16</b> – Rótulo de garrafa da Adega Regional do Ribatejo, 1909.	p. 124
<b>Figura 17</b> – Rótulo de garrafa da Adega Regional do Ribatejo, 1909.	p. 124
<b>Figura 18</b> – Rótulo de garrafa da Adega Regional do Ribatejo, 1909.	p. 124
<b>Figura 19</b> – Rótulo de garrafa da Adega Regional do Ribatejo, 1909.	p. 124
<b>Figura 20</b> – Urna funerária. Fotógrafo não identificado, 1985.	p. 130

## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> – Funções desempenhadas pelos responsáveis pelo preenchimento do inquérito.	p. 41
<b>Gráfico 2</b> – Tutelas das casas-museu que responderam ao inquérito.	p. 44
<b>Gráfico 3</b> – Número mínimos e máximos de visitantes das casas-museu, por anos.	p. 45
<b>Gráfico 4</b> – Profissionais ao serviço dos arquivos e centros de documentação das casas-museu.	p. 46
<b>Gráfico 5</b> – Coleções das casas-museu.	p. 47
<b>Gráfico 6</b> – Formas de aquisição dos acervos arquivísticos das casas-museu.	p. 52
<b>Gráfico 7</b> – Atividades das personalidades homenageadas pelas casas-museu.	p. 54
<b>Gráfico 8</b> – Documentos dos homenageados e legatários nos arquivos das casas-museu.	p. 55
<b>Gráfico 9</b> – Documentos produzidos pelas casas-museu.	p. 57
<b>Gráficos 10 e 11</b> – Existência de arquivos, bibliotecas e centros de documentação em casas-museu.	p. 59

## **Lista de Anexos**

**Anexo I** – Inquérito sobre os arquivos de Casas-Museu

**Anexo II** – a) Identificação das instituições museológicas às quais foi remetido o inquérito

b) Localização geográfica das instituições museológicas às quais foi remetido o inquérito

**Anexo III** – Identificação das instituições museológicas que responderam ao inquérito

**Anexo IV** – Recursos humanos

**Anexo V** – Coleções museológicas

**Anexo VI** – Origem dos acervos documentais

**Anexo VII** – Documentos dos homenageados e legatários

**Anexo VIII** – Documentos produzidos pelas instituições museológicas

**Anexo IX** – Informações relativas ao tratamento do acervo arquivístico

**Anexo X** – Existência de arquivos, bibliotecas e centros de documentação

**Anexo XI** – Guia dos acervos arquivísticos das casas-museu

**Anexo XII** – Descrição das pastas e caixas no *Catálogo de Manuscritos*, de José Relvas

**Anexo XIII** – Títulos das pastas e caixas atribuídos por José Relvas

**Anexo XIV** – Imagens da aplicação em Access utilizada entre 2007 e 2010

**Anexo XV** – Notas de identificação de maços de documentos, redigidas por José Relvas

**Anexo XVI** – Quadro de Classificação do Arquivo da Casa dos Patudos

## **Lista de Abreviaturas**

**ACMA** – Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça

**AHCP** – Arquivo Histórico da Casa dos Patudos

**CIDOC** – International Committee for Documentation

**CMA** – Câmara Municipal de Alpiarça

**CP-MA** – Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça

**DEMIST** - International Committee for Historic House Museums

**DGLAB** – Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas

**DGPC** – Direção Geral do Património Cultural

**IANTT** – Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

**ICA** – International Council of Archives

**ICOM** – International Council of Museums

**IFLA** – International Federation of Library Associations and Institutions

**IMC** – Instituto de Museus e Conservação

**ISAD(G)** – International Standard of Archival Description – General

**ISAAR(CPF)** – International standard archival authority record for corporate bodies,  
persons and families.

**ISDIAH** - International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings

**MLA** – Council for Museums, Libraries and Archives

**SCAM** - Standing Conference on Archives and Museums

**SIP** – Sistema de Informação Pessoal

**SIF** – Sistema de Informação Familiar

## Introdução

Esta dissertação procura contribuir para o conhecimento do património arquivístico à guarda de casas-museu, em território nacional. Este contributo desenvolve-se numa dupla abordagem: primeiramente através da identificação e caracterização dos acervos arquivísticos destas unidades museológicas, numa segunda fase, através do estudo do caso do arquivo da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça.

As casas-museu são instituições museológicas com algumas características que as distinguem de outros museus, nomeadamente, porque tiveram a sua origem na musealização de espaços privados e domésticos. As razões para a sua criação são muito diversas e os acervos, por elas preservados, revelam essa diversidade. Artistas, escritores, médicos, colecionadores, políticos e empresários legaram património e instituíram casas-museu. Em outros casos, foi a vontade de homenagear uma personalidade que levou à musealização de um espaço. Nas últimas décadas, as mudanças sociais compeliram associações e grupos de cidadãos a criar espaços museológicos, para preservação de tradições e formas de vida das populações.

Neste trabalho, vamos procurar caracterizar estas unidades museológicas por considerarmos que as características, que as definem e distinguem, influenciam os seus acervos arquivísticos. As casas-museu, à semelhança de outros museus, preservam coleções museológicas, bibliográficas e documentais e arquivos. Os acervos arquivísticos podem integrar documentos relativos ao período em que o imóvel cumpriu a função de casa e outros, resultantes da atividade museológica.

Estes museus integram o Património Cultural Português, preservam e disponibilizam bens culturais. No presente trabalho de investigação abordaremos os conceitos de património, património documental e arquivístico.

São amplos os desafios que se colocam atualmente aos museus. Às tradicionais atividades museológicas, centradas nas coleções, somam-se outras, relacionadas com os públicos. Em consequência, os museus vêem-se na necessidade de adotar estratégias dirigidas para a satisfação dos seus utilizadores, meio necessário para o sucesso da instituição.

As funções museológicas que antecedem a comunicação com os públicos e a fruição das coleções apoiam-se nos objetos e na documentação e, simultaneamente,

sustentam a produção de documentos, que refletem o exercício de todas as atividades institucionais. Neste trabalho, iremos discorrer sobre as potencialidades dos arquivos enquanto fontes de informação e repositórios para memória futura dos museus. Abordaremos, também, os seus contributos para o desenvolvimento de tarefas como a documentação museológica.

Mas, para que os acervos documentais dos museus estejam acessíveis são condições prévias, o seu tratamento e a elaboração de instrumentos de pesquisa e de acesso.

A realização de um *Inquérito aos Arquivos de Casas-Museu* possibilitará uma abordagem ao tema do acesso aos acervos, na perspetiva da existência de instrumentos de pesquisa. A análise das respostas, através das quais procuraremos caracterizar os acervos identificados, revelará informações sobre os procedimentos técnicos implementados e a sobre a utilização que as instituições museológicas fazem dos seus documentos. Propomo-nos, também, abordar o tema do acesso aos arquivos através da apresentação das disposições legislativas que o regulam.

O arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, que será objeto de reflexão e análise na última parte deste trabalho, preserva acervos documentais anteriores e contemporâneos da atividade museológica.

Propomo-nos contextualizar a produção dos documentos, analisar as várias intervenções a que o acervo foi submetido e identificar as práticas arquivísticas, desde os produtores até à atualidade. Discorreremos, ainda, sobre o contributo do acervo para o cumprimento das missões museológicas da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

### **i) Fontes e antecedentes do tema**

A problemática dos arquivos de museus tem recebido, nas últimas décadas, alguns contributos. O primeiro foi dado por grupos de trabalho de associações de profissionais de museologia, arquivística e biblioteconomia dos países anglo-saxónicos. Na origem destes grupos esteve a consciencialização de que, apesar de tratarem diferentes objetos, partilhavam missões de preservação de bens, de desenvolvimento cultural, social, educacional e económico e de serviço a utilizadores<sup>1</sup>. Organismos internacionais como o International Council of Archives (ICA), a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e o

---

<sup>1</sup> Vide: COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES – *Resource: Benchmarks in collection care for museums, archives and libraries: a self-assessment checklist.*

Council for Museums, Libraries and Archives (MLA), promoveram o debate e a produção de documentos técnicos, assentes na interdisciplinaridade subjacente ao trabalho desenvolvido em museus, arquivos e bibliotecas. São documentos que tratam das estratégias de acesso à informação, de captação de utilizadores e de valorização dos serviços<sup>2</sup>. Porém, não se destinam a organizações que, na sua estrutura orgânica, detenham os diferentes serviços (museus com arquivo e biblioteca).

No que concerne à problemática dos arquivos de museus contamos com alguns documentos de inegável interesse. Em 1990, foi disponibilizado *The Code of Practice on Archives for museums and galleries*. Este documento, de carácter técnico, tinha por objetivos fornecer aos museus um guia para a administração dos seus arquivos e apresentar um conjunto de fontes disponíveis sobre o tema. O código, inicialmente, proposto pelas *Association of Independent Museums*, *Museums Association* e *The Society of Archivists*, sofreu vários contributos, desde a sua primeira edição. Mantêm-se um documento relevante, acessível e atual<sup>3</sup>.

As bibliotecas e os arquivos dos museus têm sido alvo de estudo. Apesar da bibliografia não ser vasta, contamos com alguns artigos<sup>4</sup> e monografias publicados. Entre os temas desenvolvidos salientamos o tratamento dos acervos e sua divulgação, através da produção de instrumentos de acesso. A abrangência dos estudos é muito diferenciada. Os artigos procuram abordar todo o acervo documental dos museus, já as monografias abordam os *arquivos históricos*.

É disso exemplo a monografia “*El Archivo del Mayorazgo de Alonso de Quintanilla: fondos documentales conservados en la Fundación (1419-1918)*”. Esta obra apresenta o contexto histórico de produção, o processo de tratamento arquivístico e o inventário do acervo<sup>5</sup>. Também o Museu de Pontevedra fez publicar

---

<sup>2</sup> HOMULOS, Peter - *Learning from a museum experience*; YARROW, Alexandra [et al.] - *Public Libraries, Archives and Museums: Trends in Collaboration and Cooperation*. Outros documentos serão citados, no decorrer deste trabalho, e constam da bibliografia apresentada.

<sup>3</sup> STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES AND MUSEUMS - *A Code of Practices on Archives for Museums and Galleries in United Kingdom*.

<sup>4</sup> Entre outros: ALONSO-MUÑOYERRO, Belén de – *El archivo del museo y su tratamiento: fondos documentales y fondos administrativos*; CORTÉS ALONSO, Vicenta – *El Museu, Centro Documental. El tratamiento arquivístico de los documentos en el Museo. De un archivo de oficina a un archivo histórico*.

<sup>5</sup> SÁNCHEZ DEL BARRIO, Antonio – *El Archivo del Mayorazgo de Alonso de Quintanilla: fondos documentales conservados en la Fundación Museo de las Ferias (1419-1918)*.

um guia dos fundos arquivísticos e documentais que preserva, e no qual se explica como foi constituído o seu arquivo especializado em temas galegos<sup>6</sup>.

Ainda no contexto internacional, merece referência, pela abrangência de conteúdos, a monografia *“Museum Archives: An Introduction”*. Esta publicação, voltada para os problemas práticos do trabalho arquivístico em museus, aborda as características das instituições, os documentos produzidos, as suas funções (artística, documentação de coleções, história institucional, exposição e fonte) e a preservação, entre outros assuntos<sup>7</sup>.

Em Portugal, nos últimos anos, surgiram alguns contributos. Em 2007, foi publicado o *Catálogo do Arquivo do Museu Grão Vasco*, que incluiu os documentos de arquivo anteriores à criação do museu (datados de 1230 a 1844), mas que nada revela sobre o arquivo resultante da atividade museológica<sup>8</sup>.

Em 2009, Joana Judite Gonçalves Silva apresentou o relatório de estágio para obtenção do grau de mestre, com o tema: *Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional de Soares dos Reis – Percursos Narrativos*. Como o próprio título indica, este trabalho, ficou restringido ao Arquivo Histórico da instituição<sup>9</sup>.

Ainda em 2009, Isabel Maria e Silva Barroso defendeu uma dissertação intitulada: *BDArt – Biblioteca Digital de Arte. Arquivo e Biblioteca: a integração de fundos de diferentes proveniências numa infra-estrutura de repositório*. Este trabalho aborda a criação de dispositivos que promovam a pesquisa simultânea nas coleções artísticas, bibliográficas e acervos arquivísticos, potenciada pela evolução da informática na documentação de museus.

Mais recentemente, em 2010, foi apresentada a dissertação de Isabel da Costa Marques: *O Museu como Sistema de Informação*, sobre o Museu Alberto Sampaio. Este trabalho é uma reflexão em torno da informação nos museus, antes repositórios de objetos únicos, na atualidade, cada vez mais valorizados pelo seu *“potencial informativo e comunicativo”*<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> FILGUEIRA VALVERDE, José – *O arquivo do Museo de Pontevedra*.

<sup>7</sup> WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum Archives: An Introduction*. Para este trabalho foi consultada a edição de 2004, mas esta sucede a outra, do mesmo teor e título de 1984.

<sup>8</sup> SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.) - *Catálogo do Arquivo do Museu Grão Vasco*. [Recurso electrónico].

<sup>9</sup> SILVA, Joana Judite Gonçalves - *Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional de Soares dos Reis: Percursos Narrativos*.

<sup>10</sup> MARQUES, Isabel da Costa – *O Museu como Sistema de Informação*. Porto: FLUP, 2010, p. 3.



Nenhum destes trabalhos estuda os arquivos dos museus, no que concerne à sua constituição e tratamento técnico.

São quase inexistentes as publicações sobre as bibliotecas, acervos e coleções arquivísticas de casas-museu. Neste âmbito destacamos o trabalho académico de Heidi Hutchins Stokes sobre as coleções bibliográficas dos donos das residências inglesas que hoje são casas-museu. Neste estudo, são muitas as referências à presença de acervos arquivísticos, e às tipologias documentais mais frequentes, guardadas, pelos donos das residências, nos escritórios e bibliotecas<sup>11</sup>.

Uma referência, ainda, para uma monografia sobre a biblioteca e o arquivo da Casa-Museu *Pérez Galdós*, que identifica as coleções e os acervos reunidos, pelo homenageado e preservados pela instituição museológica<sup>12</sup>.

Para a caracterização das casas-museu foi possível recorrer a um significativo número de publicações. Destacamos, pela abrangência e por tratarem da problemática das casas-museu em território nacional, a dissertação de mestrado de António Ponte intitulada: *Casas-museu em Portugal. Teoria e Prática* e a dissertação de mestrado de Marta Rocha Moreira, subordinada ao tema: *Da Casa ao Museu: adaptações arquitectónicas nas casas museu em Portugal*.

Ainda neste âmbito, revelaram-se essenciais as Atas de vários encontros do DEMHIST (Comité Temático do ICOM para as casas-museu)<sup>13</sup>.

Para a temática da documentação de museus foi estruturante a monografia: *História de la documentacion museológica: la gestión de la memoria artística* de Maria Teresa Marin Torres. Este estudo apresenta o museu como uma instituição documental, em que objetos e documentos são detentores de informação.

Para a abordagem ao tema da documentação recolhemos, também, contributos nos documentos técnicos, produzidos pelo CIDOC (Documentation Committee of the International Council of Museums).

Nos últimos anos foram criados Centros de Documentação em alguns museus e casas-museu, em Portugal. Este facto está associado à necessidade, sentida pelos museus, de reunirem informação sobre as suas coleções. Os Centros de Documentação integram frequentemente coleções bibliográficas e documentos, de diferentes proveniências, associados à história institucional e aos bens culturais.

---

<sup>11</sup> STOKES, Heidi Hutchins – *Rediscovering the Private Libraries: The National Trust of Great Britain and the Campaign to Expand the Role of Library Collections in Historic House Museums*.

<sup>12</sup> NUEZ, Sebastián de la – *Biblioteca y archivo de la Casa Museo Pérez Galdós*.

<sup>13</sup> Que estão identificadas na bibliografia apresentada no final deste trabalho académico.

Em 2004, realizou-se o I Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus. A leitura das atas, daquele encontro, permite concluir que a documentação, das coleções e das instituições museológicas, é indissociável dos seus acervos documentais. Naquele encontro foi reconhecida a relevância dos centros de documentação, bibliotecas e arquivos, na estrutura funcional dos museus, ao mesmo tempo que se trabalha no sentido destes serem recursos disponíveis a potenciais investigadores<sup>14</sup>.

Já este ano, de 2013, foi constituído um grupo de trabalho para a área dos *Sistemas de Informação em Museus*, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, decisão tomada na sequência da realização do II Encontro de Centros de Documentação de Museus<sup>15</sup>.

Na abordagem ao arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça a pesquisa bibliográfica foi facilitada, pelo trabalho desenvolvido naquela unidade museológica. Para os aspetos relacionados com os produtores e o contexto de produção do acervo, recorreremos à bibliografia sobre a família Relvas, sobre a Casa dos Patudos e sobre as coleções de arte, que é escassa e pouco abrangente<sup>16</sup>. A falta de publicações foi compensada pela utilização de documentos do AHCP.

Para a caracterização do acervo preservado no AHCP, foi consultada bibliografia sobre arquivos pessoais e familiares. No âmbito da teorização e classificação destes acervos tivemos como referência, entre outros, a monografia *Arquivos de família: organização e descrição*<sup>17</sup>, e o artigo de Armando Malheiro da Silva: “*Arquivos de Família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*”<sup>18</sup>. Este artigo constitui o único referencial teórico e conceptual, até hoje publicado, que aborda o acervo arquivístico da Casa dos Patudos.

Em síntese, podemos afirmar que a bibliografia sobre os arquivos de museus é bastante fragmentada e pouco representativa tendo em conta o número de instituições museológicas existentes. Procurámos efetuar uma pesquisa bibliográfica

---

<sup>14</sup> ENCONTRO NACIONAL DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DE MUSEUS, 1, Sacavém, 2004 - Encontro de Centros de Documentação de Museus. Sacavém: Museu de Cerâmica de Sacavém, 2012. (Atas do Encontro)

<sup>15</sup> Informação retirada de <http://www.apbad.pt>

<sup>16</sup> As publicações sobre a Família Relvas e a Casa dos Patudos estão identificadas na bibliografia no final deste trabalho.

<sup>17</sup> GONÇALVES, Manuel Silva [et al.] - *Arquivos de família: organização e descrição*.

<sup>18</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de Família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*.

exaustiva, de que resultou um reduzido número de publicações, muito voltadas para os acervos históricos, sem conteúdos relativos aos arquivos administrativos, à sua preservação, utilização e avaliação.

As publicações e documentos de arquivo utilizados nesta dissertação, através de citação ou apenas consultados, são identificados no final da mesma. Para uma consulta mais fácil, optámos por estabelecer algumas divisões temáticas.

## **ii) Metodologia**

A recolha de informação para o desenvolvimento deste estudo processou-se em diversas fases. A primeira consistiu numa abordagem metodológica na pesquisa bibliográfica. Esta fase necessária à localização de fontes para a contextualização e fundamentação do estudo foi efetuada através de bases de dados da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da Biblioteca do IMC (Instituto dos Museus e da Conservação) e na Biblioteca da BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses). Através do empréstimo inter-bibliotecário foi possível a consulta de publicações da Biblioteca Nacional de Espanha. Foram, também, feitas pesquisas nas páginas Web de arquivos nacionais e de organizações internacionais no âmbito da museologia, arquivística e biblioteconomia.

A segunda fase foi dedicada à identificação das instituições museológicas a que desejávamos remeter o *Inquérito aos Arquivos de Casas-Museu*. Para tal foram utilizadas várias monografias e dissertações sobre esta tipologia de museus. Foram, ainda, realizadas pesquisas na Web, nomeadamente em páginas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia. Findo este trabalho foi necessário proceder a múltiplos contactos para obtenção de outras informações, como formas de envio dos inquéritos e identificação dos responsáveis a quem deveriam ser remetidos. Na maioria dos casos ao envio do inquérito seguiram-se novos contactos para confirmar a receção e para uma maior sensibilização para a resposta.

No tratamento dos dados apurados não nos limitámos à análise estatística, privilegiámos uma abordagem que permite evidenciar algumas das informações obtidas. Esta análise possibilitou que a apresentação dos dados fosse acompanhada de uma explicação provável para os mesmos.

As informações relativas à Casa dos Patudos foram obtidas através da bibliografia a que tivemos acesso na instituição museológica. No que se refere à informação obtida em arquivos, recorreremos ao IANTT (Instituto dos Arquivos

Nacionais / Torre do Tombo), ao Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça e ao Arquivo da Casa dos Patudos.

### **iii) Objetivos**

A escolha da temática desta dissertação resulta do reconhecimento da importância dos acervos arquivísticos e documentais para as instituições museológicas. Os documentos de arquivo constituem fontes insubstituíveis para a perpetuação, preservação e divulgação de bens culturais, e para o desenvolvimento de atividades de gestão dos museus.

Este trabalho de investigação tem como objetivos principais:

- a) Contribuir para a identificação e caracterização os acervos documentais de casas-museu, em Portugal;
- b) Recolher informações sobre o ponto de situação relativamente ao acesso aos arquivos de casas-museu;
- c) Identificar práticas de classificação, organização e disseminação de arquivos de casas-museu;
- d) Identificar as funções de um arquivo numa casa-museu;
- e) Definir que contributos os arquivos podem dar para o cumprimento das missões e objetivos das casas-museu;
- f) Contextualizar a produção da documentação do arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça;
- g) Identificar as tentativas de organização e práticas de disseminação do arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

Em simultaneidade, com os objetivos propostos, procuraremos dar os seguintes contributos:

- a) Elaborar um guia dos arquivos de casas-museu identificados;
- b) Contribuir para a identificação e caracterização dos acervos;
- c) Contribuir para a definição das funções dos arquivos de casas-museu;
- d) Demonstrar a importância da organização arquivística neste tipo de acervo;
- e) Fornecer conteúdos para a contextualização da produção e identificação dos produtores do acervo arquivístico da Casa dos Patudos;
- f) Expor alguns dos contributos que o arquivo da Casa dos Patudos tem dado para as atividades museológicas da instituição.

A presente dissertação desenvolve-se em três capítulos. O primeiro versa sobre um conjunto de conceitos, a que recorreremos para o enquadramento das entidades detentoras, as casas-museu, e do objeto de estudo, os arquivos de casas-museu. Serão apresentadas algumas considerações sobre a legislação portuguesa que regula o acesso aos documentos de arquivo. Nesta parte inicial faremos, ainda, referência às funções dos arquivos de museus, em especial no âmbito da documentação de coleções e de museus.

No segundo capítulo, será feita a apresentação dos dados recolhidos através do *Inquérito aos arquivos de casas-museu*. A análise das respostas recebidas permitirá identificar os acervos e aferir que procedimentos técnicos foram implementados e que documentos secundários foram produzidos. Possibilitará, também, recolher informações sobre as funções que as instituições museológicas atribuem aos seus arquivos.

Serão feitas referências a casas-museu que não responderam ao inquérito, nos casos em que tivemos conhecimento, por outras fontes, que têm à sua guarda acervos arquivísticos, das personalidades homenageadas.

O terceiro capítulo terá como objeto de reflexão e análise o arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça. Este preserva acervos documentais resultantes das atividades pessoais, públicas e empresariais de vários membros da família Relvas e da atividade institucional da casa-museu.

A Casa dos Patudos é um repositório de memórias e de objetos pessoais e artísticos, que tem por missão o estudo e divulgação da personalidade de José Relvas, da sua família e das suas coleções. Consideramos que o acervo arquivístico e bibliográfico pode contribuir decisivamente para o cumprimento desta missão e procuraremos demonstrá-lo neste trabalho de investigação.

# 1. Arquivos e Museus

## 1.1. Património cultural, arquivístico e documental

As casas-museu constituem um universo complexo de património. Foram ambientes de vivência familiar e social, transformados em espaços públicos de preservação de objetos e da memória desses objetos e das pessoas que os produziram, usaram, preservaram e legaram.

O conceito de Património, antes associado a monumentos e a peças de museu, ganhou nas últimas décadas um desenvolvimento e uma diversidade que fomentaram a *“importância cada vez maior das bibliotecas e arquivos em processo de modernização e oferta de múltipla natureza científica, cultural e lazer”*<sup>19</sup>.

O património cultural é constituído pelos bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura, são portadores de interesse cultural relevante. Os bens culturais devem refletir valores de memória e antiguidade, e podem ser de âmbitos diversos: histórico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico<sup>20</sup>.

As casas-museu preservam bens de âmbito histórico, artístico, científico, etnográfico e documental. Algumas estão instaladas em edifícios de reconhecido valor arquitetónico, outras preservam testemunhos de relevante valor técnico e científico. As casas-museu são património, preservam bens patrimoniais e pelas suas características perpetuam ainda os contextos, de utilização e de fruição desses bens, também eles integrantes do património<sup>21</sup>.

Vários autores estabelecem uma relação entre património e comunidade. De acordo com Manuel Joaquim Moreira da Rocha o património é uma herança e a memória da comunidade, *“é o que lhe padroniza a qualidade de vida. A ligação do património à comunidade é uma radicalidade mas ele só o é, verdadeiramente,*

---

<sup>19</sup> LAGE, Maria Otilia Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*, p. 11.

<sup>20</sup> Lei 107/2001. D.R. I Série-A. 209 (2001-09-08), no seu Artigo 2.º.

<sup>21</sup> A alínea 6 do Artigo 2.º da Lei 107/2001. D.R. I Série-A. 209 (2001-09-08), determina: *“Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”*.

*quando esta o assume e toma consciência dele*<sup>22</sup>. Para que o património seja assumido como tal as comunidades devem alcançar a perceção de que ele o é.

Para Ferreira de Almeida, *“Património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades”*<sup>23</sup>. Já Leniaud define Património como *“Um conjunto de bens que uma geração sente que deve transmitir às seguintes”*<sup>24</sup>. A importância do património reside por um lado na preservação da memória para o futuro e, por outro, na integração e qualificação da vida cultural e quotidiana das populações.

Os museus, unidades de património por excelência, surgiram da necessidade de preservar objetos. O ato de reunir bens culturais em museus é *“a materialização e o eco social dessa vontade de preservar”*<sup>25</sup>. As casas-museu tiveram a sua origem na vontade de preservar objetos, espaços, tradições e memórias.

As casas-museu constituem, em nosso entender, bens patrimoniais facilmente apreendidos pelas comunidades, particularmente as mais pequenas, mais desprovidas de património e mais afastadas dos centros culturais. A unidade arquitetónica em que o museu é instalado - a casa - é uma realidade próxima e apreensível pelas populações. Também a homenagem a uma personalidade da terra é motivo de orgulho<sup>26</sup>. Já as casas-museu que reproduzem hábitos quotidianos de comunidades constituem, ainda, uma perpetuação de vivências para os mais velhos e um subterfúgio para a sua transmissão às outras gerações.

Ao analisar o *Arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça* Armando Malheiro da Silva concluiu que este integrava um Sistema Patrimonial Complexo<sup>27</sup>. Na sua opinião, esta designação seria adequada a *“situações frequentes, em que Arquivo, Biblioteca e Museu se interligam numa unidade concreta”*<sup>28</sup>. Assim, uma unidade orgânica que, no decorrer das suas atividades, acumula documentos

---

<sup>22</sup> ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Património. A Autenticidade da Qualidade*, p. 18.

<sup>23</sup> ALMEIDA, C.A. Ferreira de - *Património – Riegl e Hoje*. p. 407.

<sup>24</sup> *Apud* ALMEIDA, C.A. Ferreira de - *Património – Riegl e Hoje*. p. 409.

<sup>25</sup> ESPERANÇA, E. J. - *Património e Comunicação - Políticas e práticas culturais*, p. 190-195.

<sup>26</sup> Sobre a relação das populações com as casas de pessoas ilustres revela-se particularmente interessante a leitura dos excertos das entrevistas sobre casas de escritores, reproduzidas em: RIBEIRO, Paula de Oliveira – *Casas D’Escritas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.

<sup>27</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico-metodológicas para uma abordagem científica*, p. 99.

<sup>28</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da Informação*, p. 40.

(arquivo), coleções de livros e periódicos (biblioteca) e utilitários (objetos), constitui um sistema de informação e de património, orgânico e funcional, que só a inatividade pode fragmentar, separando o arquivo e a biblioteca de outros bens patrimoniais<sup>29</sup>. Deste ponto de vista, as casas-museu constituem sistemas de informação e de património cultural, documental e arquivístico, materializados num edifício (casa), decorado e mobilado (objetos), com uma biblioteca e um arquivo.

Concentremo-nos na definição de património documental. O Património Documental integra um conjunto diversificado de documentos e relaciona-se com os conceitos de *documento* (unidade constituída pela informação e respetivo suporte)<sup>30</sup>, *de informação* (conjunto de dados do conhecimento registado, passíveis de serem comunicados)<sup>31</sup> e de *fonte histórica* (testemunho original, não reelaborado, do conhecimento do passado)<sup>32</sup>.

O Património Documental compreende o Património Bibliográfico e o Património Arquivístico. O Património Bibliográfico pode ser definido como património intelectual da humanidade, constituído pelo saber humano produzido, registado em qualquer suporte e depositado em bibliotecas<sup>33</sup>.

O Património Arquivístico é “o conjunto de arquivos conservados num País, que constitui parte essencial do seu património administrativo, histórico e cultural”<sup>34</sup>. É constituído pelas fontes documentais e pelo património intelectual funcional de entidades públicas e privadas, coletivas e individuais, integrados em arquivos constituídos por fundos (conjunto orgânico de documentos de uma única proveniência), coleções (documentos organizados para referência) e registo (documentos para controlo e descrição de documentos)<sup>35</sup>.

O Património Documental integra o Património Cultural e constitui fonte para o estudo do mesmo, da história e da sociedade. As bibliotecas e os arquivos, de dimensão nacional, regional e local preservam, livros, publicações periódicas, coleções de documentos, acervos arquivísticos e documentos secundários.

---

<sup>29</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística...*, p. 40.

<sup>30</sup> ALVES, Ivone [et al.] - *Dicionário de Terminologia Arquivística*, p. 36.

<sup>31</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística...*, p. 25.

<sup>32</sup> LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental...*, p. 15.

<sup>33</sup> LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental...*, p. 15.

<sup>34</sup> ALVES, Ivone [et al.] - *Dicionário...*, p. 72.

<sup>35</sup> LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental...*, p. 15.



Com o crescente domínio das novas tecnologias algumas bibliotecas e arquivos têm reunido documentos noutros suportes (fotografias, vídeos, documentos audiovisuais e coleções sonoras). O património documental abarca *velhos* e *novos* documentos, conteúdos e suportes, uma imensa diversidade que resulta da informação social e da dinâmica da comunicação também social<sup>36</sup>.

Em muitas casas-museu a interdependência entre coleções museológicas, bibliográficas e acervos arquivísticos é inevitável e tem como elemento agregador a personalidade que os reuniu e, em muitos casos, legou. Nestes museus a fronteira entre objetos e documentos esbate-se, na medida em que são “*igualmente portadores de memória*”<sup>37</sup>. Os documentos assumem a função de registo, de prova, de memória e por vezes de objeto, ao serem utilizados como peças museológicas. Os objetos documentam as vivências ocorridas no espaço e são documentos, portadores de informação, mas cujo suporte é tridimensional<sup>38</sup>.

Os acervos documentais de casas-museu integram o Património Documental e são tutelados por museus que contribuem para o Património Cultural português. Se estes acervos são passíveis de serem classificados, como *bens de interesse cultural*, só a sua avaliação ajudará a determinar, mas o primeiro passo é a sua identificação. Para tal nos propomos contribuir com a apresentação dos dados recolhidos através da realização do Inquérito aos Arquivos de Casas-Museu.

Os acervos arquivísticos de casas-museu não podem ser analisados isoladamente, porque eles tem a sua génese no mesmo contexto que outros bens patrimoniais e, porque, contribuem para contextualizar a memória a eles associada.

As casas-museu constituem um património numeroso e diverso. São espaços de preservação de objetos e de memórias, de divulgação de uma herança, que têm ainda o ónus da perpetuação da memória de uma pessoa ou comunidade e das relações que se estabelecem entre os diferentes acervos e destes com os responsáveis pela sua produção.

---

<sup>36</sup> LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental...*, p. 56.

<sup>37</sup> Paul Otlet Cit. por SILVA, Armando Malheiro da - *Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico*, p. 18.

<sup>38</sup> MARIN TORRES, Maria Teresa - *Historia de la documentación museológica...*, p. 282.

## 1.2. Os arquivos de museus

Um arquivo de um museu partilha características com qualquer outro arquivo institucional. Os museus recebem, produzem e preservam documentos. O que diferencia os museus das outras organizações são os objetivos que precedem à sua criação e as missões, sendo que estas influenciam as atividades desenvolvidas e condicionam os contextos em que os documentos são produzidos.

A atividade museológica gravita em torno das coleções e dos públicos. A reunião, preservação, documentação e interpretação são tarefas fundamentais para a comunicação dos acervos. Estas atividades são naturalmente geradoras de acervo arquivístico e impulsionam a constituição de coleções bibliográficas.

Isabel da Costa Marques constatou que em muitos museus se verifica a “*existência de um arquivo do museu e de uma biblioteca do museu, como sistemas de informação auxiliares do trabalho dos profissionais de museu*”<sup>39</sup>. A leitura desta afirmação parece revelar uma causalidade - os arquivos e as bibliotecas dos museus existem para auxiliar o trabalho dos profissionais. Nós consideramos que a existência de arquivos é inevitável, porque os documentos resultam da sua atividade institucional. A constituição de uma biblioteca e a acumulação de outros espécimes documentais pode ser intencional, mas resulta da necessidade que compele à aquisição de materiais que possibilitem o estudo das coleções e que documentem a atividade museológica e a história da instituição.

Para Deborah Wythe a importância dos arquivos de museus reside no seu duplo papel, de recurso ao dispor da administração e de fontes para investigadores e para todo o tipo de pesquisa, sobre o museu e as coleções<sup>40</sup>.

Já Isabel da Costa Marques salienta a relevância do arquivo na estratégia documental do museu, “*quer através da conservação do seu percurso enquanto instituição, quer como complemento à documentação das coleções*”<sup>41</sup>. Nesta perspetiva o arquivo é parte integrante do acervo do museu, resultado da própria atividade da instituição e recurso para a gestão institucional e para a investigação.

As casas-museu existiam antes da sua transformação em unidades museológicas. Os seus donos desenvolviam atividades, no domínio pessoal,

---

<sup>39</sup> MARQUES, Isabel da Costa – *O Museu como Sistema de Informação*, p. 26.

<sup>40</sup> WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction*, p. 11

<sup>41</sup> MARQUES, Isabel da Costa – *O Museu como Sistema de Informação*, p. 37.

empresarial, cultural, social, condicionadas pela sua formação, área profissional e interesses. Nestes museus existem, frequentemente, acervos bibliográficos e documentais produzidos, reunidos e adquiridos pelas pessoas que habitaram as casas. Estes documentos integram, tal como as coleções de objetos, o acervo patrimonial do museu.

Algumas casas-museu procuram recuperar, reunir e, por vezes, adquirir esses acervos<sup>42</sup>. Outras tentam recolher documentos relacionados com a sua história e coleções.

Belén de Alfonso Alonso-Muñayerro e Yolanda Ruiz Ruiz reconhecem que nos arquivos dos museus coexistem, (ou podem coexistir), *Fondos Administrativos*, produzidos no decorrer das atividades da instituição, e *Fondos Documentais*, que foram sendo recebidos por outras vias<sup>43</sup>.

Os arquivos administrativos dos museus (*the museum records*) reproduzirão a complexidade da estrutura orgânico-funcional. Um grande museu com vários departamentos poderá originar um arquivo mais complexo, tendo em conta as funções que cada um desempenha<sup>44</sup>.

Mas que documentos produz um museu? Muitos e diversos: correspondência, documentos de gestão (de que são exemplos os planos e relatórios de atividades), documentos legais e normativos (estatutos, contratos, escrituras, regulamentos e ordens de serviço, entre outros), documentos relacionados com a aquisição, empréstimo e estudo de obras de arte, documentos resultantes da realização de exposições e de outras atividades de divulgação das coleções, documentos de carácter técnico (nomeadamente relatórios de restauro), documentos relativos a

---

<sup>42</sup> É disso exemplo a Casa Museo Pérez Galdós que reuniu “*una parte importante del archivo epistolar gracias al trabajo de los investigadores y a los familiares de los corresponsales que han entregado originales o fotocopias a la Casa Museo*”. NUEZ, Sebastián de la – Biblioteca y archivo de la Casa Museo Pérez Galdós. p. 13.

<sup>43</sup> RUIZ RUIZ, Yolanda – La colaboración entre bibliotecários, conservadores y archiveros de un museo: ventajas y dificultades para llevarla a cabo p. 129; ALONSO-MUÑOYERRO, Belén de Alfonso – El archivo del museo y su tratamiento: fondos documentales y fondos administrativos, p. 199

<sup>44</sup> Vide: CORTÉS ALONSO, Vicenta – *El Museo, Centro Documental. El tratamiento archivístico de los documentos en el Museo. Op cit.*; e WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction, Op. cit.*

sistemas de segurança e fotografias. Pode, ainda, conter documentos relacionados com a construção e intervenções no imóvel, onde está instalado o museu<sup>45</sup>.

Um documento técnico destinado ao tratamento de arquivos de museus, no Reino Unido, destaca que, além dos documentos administrativos, devem ser preservados *“whose archives of other institutions relevant to the subjects covered by the museum, for example the archive of local business; collections of materials relating to particular subjects assembled by the museum or by a previous collector, for example theatre bills, film poster, or railway tickets; miscellaneous documents, for example printed ephemera with local associations; newspaper cuttings; photographs; audio-visual material or computer discs”*<sup>46</sup>.

Deborah Wythe vai mais longe ao recomendar a aquisição de documentos e de arquivos, quando relacionados com as coleções ou com curadores e doadores<sup>47</sup>.

Estes autores reconhecem a diversidade de documentos e de conjuntos documentais que podem ser produzidos, legados, doados ou adquiridos por instituições museológicas. Declaram que estes são fundamentais para o estudo das coleções, dos objetos de arte, dos artistas e de outras pessoas relacionadas com os museus<sup>48</sup>.

Nas casas-museu ganham protagonismo os documentos das personalidades homenageadas, mas podem existir, à semelhança do que ocorre noutros museus, razões para a incorporação de documentos de origens diversas.

Os museus integram frequentemente documentos nas suas coleções. Nas casas-museu é comum vermos expostos, no circuito museológico, diplomas, correspondência, poemas, fotografias, manuscritos de obras literárias, entre outros, representativos das atividades e do prestígio social dos homenageados. Esta exposição de documentos enquadra-se na organização doméstica e não significa que estejamos perante uma *Casa Biográfica*<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction*, p. 12-19.

<sup>46</sup> STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES AND MUSEUMS - *A Code of Practices on Archives for Museums and Galleries in United Kingdom*, p. 1.

<sup>47</sup> WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction*, p. 19.

<sup>48</sup> O Museo de Pontevedra é disso um bom exemplo. Desde a sua criação em 1927 aceitou doações de documentos criando um arquivo especializado em temas galegos, que reúne 77 fundos e coleções, dos quais 55 são pessoais e familiares. FILGUEIRA VALVERDE, José – *O arquivo do Museo de Pontevedra*.

<sup>49</sup> As *biography houses* são estruturas museológicas, comuns no Reino Unido, que não pretendem a reprodução do ambiente em que viveu uma personalidade. O conceito baseia-se

Os documentos são, também, utilizados em exposições temporárias, tanto na perspectiva da documentação de objetos como na de testemunho das atividades e interesses dos beneméritos. A presença de documentos é normalmente residual. Alguns autores reconhecem as “*limitadas posibilidades formativas de las exposiciones permanentes basadas solo en documentos*”<sup>50</sup>.

Mas os documentos são importantes nas tarefas de fruição das coleções, na divulgação das personalidades e museus, e são imprescindíveis no desenvolvimento de outras atividades museológicas.

Quando se procede à transformação de uma casa em museu, quando se prepara uma obra de requalificação, quando se decidem mudanças na distribuição de objetos, os documentos revelam-se fontes insubstituíveis<sup>51</sup>.

Bernadette Callery e Deborah Wythe reconhecem o valor das fotografias para o trabalho museológico, na medida em que são relevantes na pesquisa e documentação de objetos, registam atividades, podem ilustrar exposições e publicações, e, porque algumas, são objetos artísticos<sup>52</sup>.

Para as casas-museu as fotografias e os inventários são documentos de extraordinária importância. Os inventários dos bens, dos colecionadores ou legatários, os redigidos por ocasião da doação e os inventários museológicos constituem documentos essenciais para a gestão das coleções. Para as casas-museu de colecionadores, documentos como fotografias, inventários, listas de compras e catálogos de exposições e leiloeiras, são o garante da reconstituição do colecionismo privado, que esteve na origem das coleções.

Para que os arquivos de casas-museu constituam recursos disponíveis terão de ser objeto de tratamento arquivístico. Será, também, indispensável a elaboração de instrumentos de pesquisa e acesso. As tarefas de análise, organização, descrição, conservação, restauro e comunicação são fundamentais para que os documentos estejam efetivamente disponíveis, para as instituições e para os investigadores.

---

numa exposição permanente de homenagem que integra objetos e documentos. Sobre este assunto: STOKES, Heidi Hutchins – *Rediscovering the Private Libraries*, p. 49.

<sup>50</sup> ALBERCH Y FUGUERAS, Ramon - Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento, p. 170.

<sup>51</sup> Sobre este assunto: Historic House Museums Speak to the Public: Spectacular Exhibits versus a Philological Interpretation of History. Actas da 1.ª Conferência Anual do Demhist.

<sup>52</sup> CALLERY, Bernardette; WYTHE, Deborah – Photographs. In WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction*, p. 123.

Pela nossa experiência profissional consideramos que seria útil que os museus definissem estratégias para o tratamento dos acervos produzidos no âmbito das suas atividades. O controlo dos acervos só será possível através da definição da informação e dos documentos devem ser preservados<sup>53</sup>.

Os responsáveis pelos museus devem estar cientes da importância dos arquivos, mas também das exigências que estes colocam às organizações. Entre outras: a preservação, a contratação de pessoal qualificado, o tratamento documental e a promoção do acesso em condições de segurança.

Um arquivista de museu pode contribuir para a preservação, tratamento e divulgação dos documentos. Deve, ainda, promover o acesso à informação e ao conhecimento, através da contextualização dos registos de arquivo, no que concerne ao princípio da proveniência e o seu inter-relacionamento com a demais documentação, bem como com os objetos<sup>54</sup>.

Em suma, o acervo arquivístico de uma casa-museu pode ser constituído por documentos de diferentes origens, nos quais se destacam os fundos pessoais, dos donos das casas, os administrativos e as coleções de documentos.

Os acervos documentais constituem recursos para o planeamento de atividades, para o estudo e divulgação da história da instituição, das coleções e das personalidades homenageadas.

A presença de documentos na exposição permanente e em exposições temporárias tem a vantagem de ajudar a fazer o enquadramento da vida privada e social dos homenageados e justifica que estes documentos, inseridos num contexto muito particular, integrem as coleções museológicas.

### **1.3. Os arquivos no processo de documentação de coleções de um museu**

As coleções constituem a razão da existência de muitos museus. Os objetos e as tarefas relacionadas com a sua preservação, estudo e comunicação constituem atividades vitais das instituições museológicas.

Deborah Wythe reconhece que os objetos constituem o elo comum a todos os museus: "*While there are thousands of museums, small and large, in the world, one*

---

<sup>53</sup> Na legislação portuguesa, se excluirmos o definido na Portaria 1253/2009 de 14 de Outubro, para os museus municipais, não existe legislação específica para arquivos de museus, no que se refere aos procedimentos de controlo (análise, seleção, avaliação e eliminação).

<sup>54</sup> MCKELLAR, Shelley – *The role of the museum archivist in the information age*, p. 350-351

*characteristic unites them all: the importance of the “object”. Objects can be works of art, scientific specimens, historical artifacts, and documents*<sup>55</sup>. Estando a atividade dos museus muito relacionada com as coleções, os documentos produzidos, estão também, em larga medida, relacionados com as mesmas.

Nas casas-museu a atividade museológica raramente se centra apenas nos objetos. Estes ganham protagonismo pela relação que têm com a personalidade homenageada. Mas as tarefas museológicas relacionadas com as peças são comuns a todos os museus e resultam da “*valorização do objeto como documento, como fonte ilimitada de informação*”<sup>56</sup>.

No início do século XX, Paul Otlet e Henri La Fontaine definiram os princípios da Documentação, segundo os quais os museus eram “*depósitos documentales, al igual que los archivos y las bibliotecas*”<sup>57</sup>.

Na década de 1970, o ICOM (International Council of Museums) criou o *Documentation Committee* (CIDOC), um grupo de trabalho para o estudo da problemática da documentação. O CIDOC integrou conservadores, bibliotecários, gestores de informação e especialistas em informática<sup>58</sup>. Em 2007, foi apresentado o *Statement of principles of museum Documentation*. Neste documento o CIDOC preconiza que “*with effective documentation, a museum should be able to facilitate: collection policies; collection care and accountability; collection access, interpretation and use [and] collection research*”<sup>59</sup>. Pela leitura deste documento ficamos a saber que a documentação está relacionada com a produção e utilização de informação relativa às coleções e aos procedimentos relacionados com a sua gestão. Aquele documento recomenda, ainda, que a informação esteja acessível ao pessoal do museu, aos investigadores e ao público.

O conceito de *documentação* confunde-se com a prática de reunir documentos sobre um objeto e não recebe uma definição unânime. Alguns autores atribuem à Documentação o carácter de disciplina, tal como a Arquivística, a Biblioteconomia e

---

<sup>55</sup> WYTHER, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction*, p. 9

<sup>56</sup> MARQUES, Isabel da Costa – *O Museu como Sistema de Informação*, p. 51

<sup>57</sup> MARIN TORRES, Maria Teresa - *Historia de la documentación museológica...*, p. 282-283.

<sup>58</sup> Informação disponível em: <<http://icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-for-documentation/>> Acesso em: 13 Dez. 2011.

<sup>59</sup> INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION - *Statement of principles of museum Documentation*, p.1.

a Museologia. Outros, como María Teresa Marín Torres consideram-na um ramo da museologia<sup>60</sup>. Para esta autora “*la documentación es el instrumento básico para que los museos dejen de ser almacenes de objetos, convirtiéndose en organismos difusores de información de misión educativa*”<sup>61</sup>. Só através da documentação dos objetos é possível a sua valorização, exposição, estudo e comunicação.

Para Luis Alonso Fernández “*El museo es esencialmente un centro de documentación, donde se investiga y ordena la información*”<sup>62</sup>. Este autor identifica as funções de registo, inventário, controlo dos movimentos dos objetos e a catalogação como integrantes do processo de documentação.

A documentação de objetos é tão antiga quanto a prática do colecionismo. Antes dos museus foram os colecionadores que sentiram necessidade de documentar as suas coleções, para disporem de instrumentos que permitissem a identificação e localização das peças nas salas, armários, estantes e vitrinas. Para tal redigiam, ou mandavam redigir, inventários e catálogos que hoje constituem fontes para a história do colecionismo e das coleções. Mas estes documentos serviam também outras necessidades, como a contratação de seguros que cobrissem acontecimentos trágicos<sup>63</sup> ou a identificação dos acervos durante processos de tramitação de bens.

A documentação de coleções contou com um incentivo extraordinário nas últimas décadas - a introdução das novas tecnologias. Os documentos tradicionais de gestão de coleções como fichas de inventários, livros de registo e os catálogos de coleções (manuscritos, datiloscritos ou impressos), foram substituídos, ou passaram a coexistir, com documentos digitais. A utilização das tecnologias imprimiu rapidez no tratamento de dados, pesquisas mais completas e maior facilidade no acesso à informação.

Não podemos, no entanto, esperar que os meios tecnológicos, por si só, sejam a solução para a documentação de coleções. Estes, só serão eficazes se as instituições museológicas procederem a “*uma organização coerente da informação que se pretende registar. Os dados só se “transformam” em informação quando são*

---

<sup>60</sup> Sobre este assunto; MARIN TORRES, Maria Teresa - *Historia de la documentación museológica...*; LÓPEZ YEPES, José; ROS GARCÍA, Juan – *Qué es documentación?: teoría e historia del concepto en España*. Madrid: Síntese, 1993.

<sup>61</sup> MARIN TORRES, Maria Teresa - *Historia de la documentación museológica...*, p. 292.

<sup>62</sup> ALONSO FERNÁNDEZ, Luis - *Museología e Museografía*, p. 159.

<sup>63</sup> MARIN TORRES, Maria Teresa – *Historia de la documentación museológica...*, p. 25-50.



*relacionados entre si ou percebidos por alguém*<sup>64</sup>. Os museus têm de reunir o máximo de documentos e de informação e de os relacionar, entre si, e com os objetos. A ausência de documentos sobre a origem, autoria e percurso das peças torna incompleta a sua documentação.

As casas-museu tiveram na sua origem bens patrimoniais privados. Mas outros museus, nomeadamente nacionais e regionais em Portugal, foram criados a partir da nacionalização de bens e receberam doações de particulares. A história destes museus relaciona-se com a história das coleções privadas. A forma de incorporação dos objetos nem sempre permitiu a transferência da documentação a eles associada. São poucos os recursos documentais relativos ao colecionismo privado em Portugal. Dos gabinetes de colecionadores portugueses, que antecederam a criação dos museus nacionais, *“quase mais nada restam senão raros testemunhos de quem os conheceu ou a, ainda pouco estudada, memória arquivística”*<sup>65</sup>. O estudo das coleções depara-se com a falta de documentos, pela sua inexistência ou pelo desconhecimento da sua existência e localização.

Esta realidade é extensiva às casas-museu. A documentação das coleções fica comprometida quando não temos registos da história dos objetos e das vivências das pessoas que os reuniram. A informação contida nestes documentos, quando existentes, pode e deve ser registada nos inventários museológicos.

O inventário museológico é o documento fundamental de qualquer museu, e *“deve ser complementado por registos subsequentes que possibilitem aprofundar e disponibilizar informação sobre os bens culturais, bem como acompanhar e historiar o respectivo processamento e actividade do museu”*<sup>66</sup>.

A reconhecida importância dos inventários e a necessidade de promoção de procedimentos similares nos museus portugueses motivou a apresentação, em 1999, do primeiro volume de *Normas Gerais de Inventário destinadas a objetos das categorias de Artes Plásticas e Artes Decorativas*. Posteriormente foram publicadas normas destinadas a outras tipologias de peças.

Neste âmbito foram apresentadas, em 2009, as *Normas de Inventário para Espólio Documental*. Este documento define *Espólio Documental* como o conjunto de *“bens passíveis de fornecer informação acerca de entidades, pessoais ou colectivas,*

---

<sup>64</sup> MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro – *Os sistemas e informação na gestão de coleções museológicas. Contribuições para a certificação de museus*, p. 9.

<sup>65</sup> BRIGOLA, João – *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, p. 34.

<sup>66</sup> Lei 47/2007. D.R. I Série-A. 209 (2004-08-19). Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

*eventos, atividades, objectos ou ideias, cujo suporte é usual mas não exclusivamente o papel ou materiais afins ou dele derivados, e nos quais, regra geral, impera a bidimensionalidade*<sup>67</sup>. Entre os documentos que integram esta categoria são referidos: bilhetes, cartazes, convites, folhas de música, folhetos, postais, programas e plantas de salas de espetáculo. São excluídos o desenho, a gravura e a fotografia, por se reconhecer que constituem categorias autónomas. A *Norma* refere, ainda, que os documentos, considerados bens culturais, deveriam ser objeto de tratamento autónomo e diferenciado de outros conjuntos documentais, como os bibliográficos, arquivísticos ou cartográficos.

Na prática documentar um objeto é elaborar a sua “história de vida”. Esta deve ser constituída pela peça e toda a documentação, textual e iconográfica, com ela relacionada<sup>68</sup>. A documentação engloba todo o percurso do objeto, desde a conceção, passando pela aquisição, utilização, entrada no museu, exposição, intervenções de restauro, estudos e reprodução em publicações.

Os documentos profícuos na documentação de uma peça podem ser exames laboratoriais, relatórios de restauro, fotografias, inventários e catálogos, entre outros. Para a documentação dos museus há ainda a considerar os documentos resultantes da atividade burocrática, relacionada com as receitas e despesas, planos, orçamentos, investimentos de capital e gestão do pessoal, cujo interesse remeterá para a história da instituição<sup>69</sup>. Estes são documentos reunidos e produzidos por museus e deverão integrar os seus arquivos.

Mas não é só de documentos de arquivo que se faz a documentação de objetos. As coleções bibliográficas e os próprios objetos dão contributos neste processo. Caballero Zoreda aponta que devemos considerar dois tipos de informação: os objetos, cuja história e morfologia são fontes de informação, e os fundos documentais, que contribuem para o conhecimento do objeto<sup>70</sup>.

Os museus possuem, geralmente, coleções bibliográficas. Nas casas-museu é frequente a coexistência das bibliotecas dos proprietários das casas, (que

---

<sup>67</sup> INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO - Normas de Inventário de Artes Plásticas e Artes Decorativas. Espólio Documental, p. 12-13.

<sup>68</sup> ANTUNES, Luis Manuel Loyo Pequito – *Museus e Documentação: Entre a Teoria e a Prática – Uma Abordagem da Realidade Portuguesa (1910/1980)*, p. 08.

<sup>69</sup> ANTUNES, Luis Manuel Loyo Pequito – *Museus e Documentação...*, p. 08-10.

<sup>70</sup> CABALLERO ZOREDA, L. – *La documentación museológica*, p. 455-478.

normalmente integram os legados), e as bibliotecas dos museus, cujas coleções resultam de produções, aquisições, doações e permutas entre instituições.

As salas de bibliotecas privadas, preservadas nos circuitos museológicos de casas-museu, exibem coleções de livros mas, em muitos casos, também *“manuscripts, journals, letters, specimens, artwork and ephemera. Thus, they are not limited to the collective whims of the owner but, also contain a wealth of documentation by and about household staff, village life, and historic events”*<sup>71</sup>. As casas-museu que não possuem os arquivos dos homenageados podem preservar documentos de arquivo, dispersos nas coleções e nas suas bibliotecas.

Os documentos, os livros, as publicações periódicas e os sistemas de recuperação de informação, utilizados por museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação, completam as fontes para a documentação museológica. As coleções bibliográficas e os documentos dos beneméritos e homenageados são, naturalmente, contributos para a documentação dos objetos e das casas-museu.

São múltiplos os documentos que podem ser relevantes para a documentação. Entre os que resultam da atividade dos donos das residências, destacam-se a correspondência, as fotografias, as notas particulares, os inventários, as relações de bens e os testamentos. São documentos que podem revelar a origem das peças, a sua introdução nas coleções e o seu percurso até à criação da casa-museu. Da atividade museológica resultam outros contributos, como fotografias, documentos de gestão e relatórios de conservação e restauro. Referimos, ainda, documentos resultantes de trabalhos de pesquisa, realizados por investigadores, internos e externos, sobre os objetos museológicos e sobre as instituições. São documentos de vários arquivos, proveniências, autores e períodos cronológicos, que podem revelar-se essenciais para a documentação dos museus e das coleções.

Documentar um objeto museológico é um trabalho complexo, em permanente atualização, que se alicerça nas coleções, nos documentos, na informação e nos sistemas de recuperação de informação ao dispor do museu. A documentação relaciona-se com a necessidade de inventariação, de pesquisa de estudo e de registo da ação da instituição museológica.

Do processo de documentação deverão surgir instrumentos de pesquisa imprescindíveis quer para o trabalho técnico museológico, quer para a investigação, entre outros, os guias, os catálogos, os inventários e as listagens.

---

<sup>71</sup> STOKES, Heidi Hutchins – *Rediscovering the Private Libraries...* Op. cit . p. 04.

Consideramos que os arquivos têm, neste processo, uma importância vital, na medida que constituem um suporte para todo processo de documentação dos objetos e da história institucional.

#### 1.4. Breve caracterização das casas-museu

Os arquivos de casas-museu, objeto de estudo neste trabalho, são produzidos, preservados e utilizados por entidades muito diversas. Por esta razão, revela-se imprescindível a caracterização desta tipologia museológica que, têm em comum com os outros museus, funções de preservação, estudo e fruição de bens culturais.

Principiaremos com a definição de casa-museu. Procuraremos evidenciar as características que as distinguem dos outros museus e fazer referência às diferenças entre os museus que constituem esta categoria museológica.

Para Alexandra Araújo *“Uma Casa-Museu é antes de mais um museu. Mas uma observação mais atenta permite-nos evidenciar alguns elementos distintivos das Casas-Museus, nomeadamente a memória pessoal e os seus materiais: o edifício e a sua envolvente (constituindo os bens imóveis) e a coleção (os bens móveis)”*<sup>72</sup>.

Já António Ponte define uma casa-museu *“como um espaço doméstico convertido em equipamento público, posto ao serviço deste em vista de celebrar e evocar a história de um homem, de um país, de um grupo ou um acontecimento”*<sup>73</sup>. Da leitura destas considerações concluímos que as casas-museu são museus, com algumas características que os distinguem dos demais.

Giovanni Pinna afirma que, as casas-museu, *“constitute a museum category of a special and varied kind”*<sup>74</sup>. Sob a designação de casa-museu surgem instituições muito diferentes, residências de todos os tipos e dimensões, desde palácios reais a modestas habitações<sup>75</sup>, mas todas são *“espaços de memória”*<sup>76</sup>.

---

<sup>72</sup> ARAÚJO, Alexandra – Casas-Museu em Reflexão. *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, p. 18.

<sup>73</sup> PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal: teorias e práticas*, p.30.

<sup>74</sup> PINNA, Giovanni - Introduction to Historic House Museums. *Museum International*, p. 4.

<sup>75</sup> Vide: PINNA, Giovanni - *Op. cit.* p. 4; BUTLER, Patrick H. – Past, Present and Future: The place of the house museum in the Museum Community , p. 18-42; LORENTE LORENTE, Jesús Pedro - Qué es una casa-museo?: por qué hay tantas Casas-Museo decimonómicas?, p. 30-32.

<sup>76</sup> MONGE, Maria de Jesus – O projecto de categorização de Casas-Museu do DEMHIST, p. 05.

No contexto museológico português as casas-museu representam, também, um grupo diversificado e numeroso de museus. O seu número tem vindo a crescer desde o primeiro quartel do século XX até à atualidade<sup>77</sup>.

São casas-museu “*espaços emblemáticos, como a Casa de Camilo, coleções de grande valor patrimonial, como a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, espaços arquitectónicos notáveis como os palácios nacionais*”<sup>78</sup>.

Marta Rocha Moreira registou, a este propósito, que: “*À abertura ao público dos ateliers dos pintores e das oficinas dos escultores [...], seguir-se-ia a exibição da sala de música do compositor, o escritório e a biblioteca do escritor, o gabinete do médico, o laboratório de cientista*”<sup>79</sup>. Diferentes espaços, transformados em museus, utilizam a designação de casa-museu.

A esta diversidade fica a dever-se a procura de uma definição consensual de *casa-museu*. É esse o objetivo do projeto de categorização em curso, liderado pelo DEMHIST. A primeira tentativa de categorização foi publicada na revista *Museion*, em 1934, e ao longo dos anos, foram apresentados vários contributos<sup>80</sup>, mas, até ao presente, não foi alcançada uma definição consensual. É um trabalho de grande complexidade porque, como nos explica Maria de Jesus Monge, esta definição terá de ser aplicável a realidades tão distintas quanto a diversidade de países e culturas representadas no ICOM<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> MARTINS, Ana Margarida de Castro Lopes – *Casa Museu em Portugal: Modos de Existência e Conceito...*, p. 05. Esta obra apresenta uma cronologia do aparecimento de casas-museu em Portugal e revela que o número aumentou e que as categorias se diversificaram, sobretudo na segunda metade do século XX. A primeira casa-museu, em Portugal, abriu a público em 1920, foi a Casa-Museu de Camilo, em S. Miguel de Seide. A mais recente abriu em 2011, trata-se da Casa-Museu Passos Canavarro, em Santarém. Estão em projeto, atualmente, várias iniciativas para a criação de casas-museu em território nacional.

<sup>78</sup> MONGE, Maria de Jesus – O projecto de categorização de Casas-Museu..., p. 05.

<sup>79</sup> MOREIRA, Marta Rocha – *Da Casa ao Museu: adaptações arquitectónicas nas casas museu em Portugal*. p. 49.

<sup>80</sup> António Ponte fez uma recolha sistemática das diferentes propostas de categorização divulgadas entre 1934 e 2006, e apresentou a sua proposta de categorização que resulta de uma reflexão sobre a realidade portuguesa. PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal...*, p. 108-119.

<sup>81</sup> MONGE, Maria de Jesus – O projecto de categorização de Casas-Museu..., p. 05.

O conceito de casa-museu em Portugal está, ainda, imbuído de algumas reservas, que não se verificam na leitura de alguns autores estrangeiros, para quem conceito é mais flexível e abrangente.

Élvio Merlim de Sousa apresenta cinco fatores preferenciais para que um espaço museológico seja uma casa-museu, são eles: a unidade museológica deve estar instalada numa casa; o patrono deve ter habitado no imóvel por algum tempo; deve registar-se a perpetuação da vivência/memória (preservação dos cenários) e não apenas pela apresentação de dados biográficos; deve apresentar os aspetos domésticos e as valências museológicas (horário público, equipa, serviços, contactos, conservação, divulgação, ação educativa, investigação); deve fornecer ao visitante uma dimensão pessoal e individualizada do homenageado<sup>82</sup>.

Élvio Merlim de Sousa afasta a designação de casa-museu dos palácios nacionais, quintas, conventos, castelos e outros edifícios visitáveis, que outros autores enquadram nesta tipologia de museus, porque considera que estas estruturas museológicas “*transcendem em muito o conceito*”<sup>83</sup>.

Apesar da diversidade as casas-museu partilham um conjunto de características distintivas dos outros museus. Uma delas é a preservação dos ambientes domésticos e de criação artística, outra é a relação que se estabelece entre o público e as pessoas que ali viveram.

António Ponte preconiza que uma *casa* deve ser entendida como o domínio privado, com a marca de quem o viveu e organizou. Os ambientes privados devem ser preservados, porque são determinantes na organização de uma casa-museu e “*na motivação do público para a visitar*”<sup>84</sup>. Para tal, o processo de adaptação, de casa a museu, deve apoiar-se nos pressupostos do trabalho museológico: “*o estudo, a conservação, a comunicação e educação*”<sup>85</sup>. Este autor concluiu que o interesse por uma personalidade é um dos motivos para a visita a uma casa-museu, na qual se estabelece “*uma simbiose de equilíbrio entre objecto, casa e homem*”<sup>86</sup>.

No panorama internacional, vários autores têm defendido a preservação dos ambientes originais invocando a expectativa do público. Sherry Butcher- YOUNGHANS afirmou que: “*Most visitors come to experience the story and learn something about*

---

<sup>82</sup> SOUSA, Élvio Merlim de – *De Residência Privada a Casa-Museu de Leal da Câmara*, p. 32.

<sup>83</sup> SOUSA, Élvio Merlim de – *De Residência Privada a Casa-Museu...*, p. 25.

<sup>84</sup> PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal...*, p. 06.

<sup>85</sup> PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal...*, p. 07.

<sup>86</sup> PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal...*, p.35.

*local history, but many come simply for the joy of “being in the historic surroundings”*<sup>87</sup>. Já Giovanni Pinna destaca que *“the power of these museums, more than any others, to evoke history and put the visitor into direct contact with it”*<sup>88</sup>.

Estes museus podem oferecer aos visitantes uma proximidade aos objetos, espaços e memórias de uma pessoa, ou comunidade, numa época. São, por essa razão, revestidos de uma certa teatralidade: *“Fiction is portrayed as reality in these “theatres of memory” that are house museums”*<sup>89</sup>.

A musealização de uma casa será condicionada por vários fatores, um dos mais recorrentes é a limitação espacial. As casas-museu têm, na generalidade, espaços exíguos que não permitem a aplicação de um programa museológico que exija uma transformação profunda<sup>90</sup>, sob pena de se descaracterizarem.

Muitas têm sido as contribuições para a criação de casas-museu em Portugal. Algumas foram instituídas por vontade expressa de um ou mais doadores. Entre estas contam-se a Casa dos Patudos, a Casa-Museu de Leal da Câmara, a Casa-Museu de Egas Moniz, a Casa-Museu Almeida Moreira e a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves. Mas outras foram criadas porque um indivíduo, grupo de pessoas ou entidade desejou, em determinado momento, homenagear uma personalidade. Entre estas incluem-se a Casa-Museu de Camilo (criada por ação de uma Comissão de Homenagem Póstuma), a Casa-Museu José Régio, em Vila do Conde, (criada pela autarquia, daquela cidade, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian), a Casa-Museu Abel Salazar (criada por vontade de um grupo de amigos do cientista e artista) e a Casa-Museu Guerra Junqueiro (criada por vontade expressa da filha de poeta)<sup>91</sup>.

Mas nem todas as casas-museu tiveram a sua origem na decisão de um patrono, ou na vontade de homenagear uma personalidade. Muitas reproduzem ambientes da vida quotidiana e local e não o espaço em que viveram pessoas ilustres. Ana Margarida de Castro Lopes Martins concluiu que houve uma flexibilização e ampliação da designação, permitindo o aparecimento de casas-museu de *“âmbito etnográfico, em termos de temática das coleções e da área de*

---

<sup>87</sup> BUTCHER-YOUNGHANS, Sherry - *Historic House Museums...*, p. 06

<sup>88</sup> PINNA, Giovanni - *Introduction to Historic House Museums...*, p. 04.

<sup>89</sup> GORGAS, Mónica Risnicoff de - Reality as illusion, the historic houses that become museums. *Museum International*, p. 14.

<sup>90</sup> SOUSA, Elvino Merlim de – De Residência Privada a Casa-Museu..., p. 20.

<sup>91</sup> MARTINS, Ana Margarida de Castro Lopes – *Casa Museu em Portugal...*, p. 07-15.

*intervenção*<sup>92</sup>. São disso exemplo a Casa-Museu de Oliveira de Azeméis e a Casa-Museu de Aljustrel.

Para Élvio de Sousa um dos fatores chave para a existência de uma casa-museu é a *personalidade*. Na sua opinião, não se enquadram nesta tipologia os museus que usando a designação de casas-museu, não são dedicadas a uma personalidade, estão instaladas em espaços onde os homenageados nunca residiram e todas as que não cumprem as valências museológicas. A aplicabilidade destes critérios limitaria, em muito, o universo das casas-museu, excluindo, entre outras, as casas-museu etnográficas.

Mas para além da dificuldade da classificação destas instituições museológicas como casas-museu, há ainda que reconhecer que algumas não reúnem condições para serem museus.

Atentemos à definição de museu, comumente aceite: “*instituição permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos; b) facultar o acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade*”<sup>93</sup>.

Muitas casas-museu não possuem uma estrutura organizacional própria, não têm ao seu serviço equipas permanentes que executem as tarefas inerentes à valorização, investigação e fruição das coleções. Muitas não estão acessíveis ao público, porque se encontram encerradas. Estas situações resultam mormente das dificuldades económicas das entidades responsáveis por estes museus.

Algumas casas-museu não reúnem as condições necessárias para serem museus. Muitas serão *coleções visitáveis*<sup>94</sup>, facto que não lhes retira valor no que concerne à memória pessoal e coletiva e ao património cultural que preservam.

---

<sup>92</sup> MARTINS, Ana Margarida de Castro Lopes – *Casa Museu em Portugal...*, p. 08.

<sup>93</sup> Lei n.º 47/2004, D.R. I Série-A. 195 (2004-08-19), no seu artigo 3.º.

<sup>94</sup> Na Lei n.º 47/2004, D.R. I Série-A. 195 (2004-08-19), no seu artigo 4.º, podemos ler: “*Considera-se uma coleção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas...*”.



Uma casa-museu tem as mesmas funções de um qualquer museu, entre elas, a preservação das coleções, a investigação e a comunicação. A comunicação efetiva-se na diversificação de ações e do sucesso destas no diálogo com os públicos. As ações educativas destinadas aos diferentes grupos etários, as exposições, as publicações, as páginas Web, a utilização de programas de multimédia, a realização de atividades culturais, são algumas das possibilidades<sup>95</sup>. As casas-museu são espaços privilegiados para visitas de estudo de escolas e de universidades seniores. Para estes e outros públicos é essencial a existência de um Serviço Educativo ativo.

As coleções das casas-museu apresentam características muito particulares, pela diversidade e pelas relações que se estabelecem entre os objetos e as pessoas que viveram na casa. O destaque dado a um objeto pode não ser proporcional ao seu valor patrimonial. São fatores de valorização a sua história, o facto de ter sido utilizado por uma personalidade ou de invocar um acontecimento.

António Ponte estabelece uma relação entre a coleção e a personalidade homenageada: “*A coleção de uma casa-museu será o conjunto dos objectos do quotidiano doméstico existente em qualquer habitação, mas ligados ao gosto pessoal do patrono, e peças de arte decorativas, sendo possível determinar acervos mais ou menos valiosos, mais ou menos eruditos, de acordo com o gosto e a situação financeira do patrono*”<sup>96</sup>.

Ana Margarida Martins verificou que as coleções eram muito variadas, sendo predominantes as artes decorativas e frequentes as coleções bibliográficas<sup>97</sup>.

Os documentos são reconhecidos como objetos museológicos por vários autores. Sherry Butcher-Youngmans concluiu que: “*Historic houses museums most commonly house utilitarian objects – tools, household articles, furniture, china and glassware, and archival materials – books, letters, diaries, and photographs. Some own valuable paintings, prints, or tapestries*”<sup>98</sup>. Já Barbara Levy registou que as casas-museu podem ter em exposição: “*All of the collections, include natural features (landscape) as well as cultural collections (objects buildings, archives, and so on...)*”<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> Vide: Actas da Conferência Anual do Demhist. Génova: Demhist – ICOM, 2001.

<sup>96</sup> PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal...*, p.08.

<sup>97</sup> MARTINS, Ana Margarida de Castro Lopes – *Casa Museu em Portugal...*, p. 57-58.

<sup>98</sup> BUTCHER-YOUNGHANS, Sherry - *Historic House Museum...*, 1993, p. 50.

<sup>99</sup> LEVY, Barbara Abramoff – Interpretation planning why and How. In DONNELLY, Jessica Foy, ed - *Interpreting Historic House Museums*, p.45

Algumas casas-museu, em Portugal, exibem coleções de considerável valor patrimonial. São disso exemplo a Casa-Museu Medeiros e Almeida, a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, a Casa-Museu Eng.º António de Almeida, a Casa dos Patudos, a Casa-Museu Leal da Câmara, a Casa-Museu Almeida Moreira, as Casas-Museu José Régio, de Vila do Conde e de Portalegre e a Casa-Museu de Teixeira Lopes, entre outras.

Em resumo as casas-museu constituem uma tipologia muito diversificada e numerosa de museus, facto que promove a necessidade de reflexão em torno da problemática da categorização, que decorre já há algumas décadas.

É a permanência dos ambientes privados e domésticos e a homenagem a personalidades e comunidades que caracteriza estes museus e que exerce poder de atração sobre o público que os visita.

Na nossa perspetiva ao abandonarem as suas características de casas, estes museus, perdem fatalmente a diferença que os define e promove. Perdem a representatividade de um espaço, de uma forma de vida e de uma memória. Tornam-se espaços comuns, galerias de exposição, habitualmente com limitações espaciais, que não lhes permitem cumprir as missões de um museu moderno.

As coleções integram objetos pessoais e em alguns casos peças de considerável valor patrimonial e artístico. Algumas preservam acervos bibliográficos e arquivísticos, sobre os quais vamos discorrer mais adiante neste trabalho.

### **1.5. O acesso aos arquivos de casas-museu**

O acesso aos documentos de uma casa-museu é imprescindível para o conhecimento e investigação sobre a instituição, o homenageado e as coleções, quer por parte dos seus técnicos, quer por parte de investigadores externos.

Mas de pouco servirão acervos documentais inacessíveis. As casas-museu, os seus colaboradores e os investigadores verão as suas pesquisas limitadas, ou impossibilitadas, se o acesso for dificultado ou impedido.

Poderão existir razões, como o mau estado de conservação, a ausência de tratamento e a inexistência de instrumentos de pesquisa, que condicionem o acesso. Noutros casos é a política arquivística das instituições, ou a sua ausência, que o gera. Nestes casos, o conhecimento do quadro legislativo, que regula o acesso aos documentos de arquivo em Portugal, constitui um recurso, para os potenciais investigadores e para as instituições que não disponham de profissionais das

Ciências Documentais. É por esta razão que nos propomos abordar esta problemática.

O acesso aos documentos de arquivo em Portugal é regulado por dois princípios fundamentais: o direito dos cidadãos à informação e os direitos pessoais de cada indivíduo, consignados na Constituição da República Portuguesa<sup>100</sup>.

O arquivo de uma casa-museu pode incluir documentos de origem particular e institucional. Estes últimos podem ser privados ou públicos, dependendo da tutela.

Os arquivos privados são os produzidos por entidades privadas. Estes distinguem-se em arquivos de pessoas coletivas de direito privado, integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares ou coletivas privadas<sup>101</sup>.

Entre os documentos de proveniência privada, numa casa-museu, consideram-se os que foram legados pelo patrono ou pela sua família e que integraram o acervo do museu<sup>102</sup>. De referir que muitos homenageados exerceram funções públicas e que trouxeram para as suas residências documentos de função. Estes tiveram origem administrativa mas integraram o seu arquivo e mais tarde o da casa-museu.

Os documentos resultantes da atividade da casa-museu consideram-se privados quando esta é tutelada por um indivíduo ou entidade de direito privado.

A legislação portuguesa estabelece que o acesso aos arquivos privados está dependente da vontade dos seus proprietários: “*Compete aos proprietários dos arquivos particulares proporem as regras e modalidades de comunicação da documentação, as quais serão objeto de apreciação e de proposta de homologação ao membro do Governo que superintende na política arquivística por parte do órgão de gestão*”<sup>103</sup>. O autor dos documentos pode autorizar a divulgação, ou propor um prazo legal antes do qual ela não possa ser feita. Se existirem condições estabelecidas, pelo autor, para a divulgação e estas não forem respeitadas, o infrator poderá ter de responder por danos patrimoniais e morais<sup>104</sup>.

---

<sup>100</sup> A Constituição da República Portuguesa, no Artigo 26.º, alínea 1, reconhece entre outros: o direito ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar.

<sup>101</sup> Cf. Lei n.º 107/2001. *D.R. Série-A*. 209 (2001-09-08), no seu artigo 81.º.

<sup>102</sup> Também pode ocorrer que outras pessoas, possuam documentos sobre o homenageado, ou por ele emanados, que por sua iniciativa, ou dos seus herdeiros, venham a integrar o acervo documental da casa-museu.

<sup>103</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 16/93. *D.R. I Série-A*. 19 (1993-01-23), no seu artigo 17.º alínea n.º 4.

<sup>104</sup> Código Civil nos seus artigos 483.º e 496.º.

Quando os documentos privados estão na posse de terceiros, como sucede com a correspondência e, são desprovidos de informação confidencial, podem ser divulgados, nos termos que não contrariem a vontade do autor<sup>105</sup>. As cartas de teor confidencial só podem ser publicadas com o consentimento do seu autor ou, caso este já tenha falecido, dos seus sucessores. Estes princípios são aplicáveis na divulgação de memórias familiares e de documentos reservados<sup>106</sup>.

Os arquivos públicos são os produzidos por entidades públicas ou pessoas coletivas de utilidade pública administrativa. O acesso aos documentos de proveniência pública é regulado pela Lei 46/2007 de 24 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos), pelo consignado na Constituição da República Portuguesa<sup>107</sup> e pelo determinado no Código do Procedimento Administrativo, nos seus artigos 61.º a 64.º (Do direito à informação).

O princípio geral é o do livre acesso aos documentos administrativos<sup>108</sup>. A legislação protege os direitos relativos à intimidade da vida privada, nomeadamente através do expurgo, na cópia do documento cedida ao requerente, dos dados pessoais contidos nos documentos administrativos nominativos<sup>109</sup>.

Quanto ao acesso aos arquivos históricos, que é regulado por legislação própria<sup>110</sup>, a comunicação é também, por princípio, livre. Existem porém exceções nomeadamente, o risco para a conservação dos documentos; a presença de dados pessoais (judiciais, clínicos, policiais, dados que afetem a segurança pessoal, a imagem e a intimidade da vida pessoal e familiar) e, também, documentos que tenham dados relacionados com o segredo de justiça e a segurança do Estado.

---

<sup>105</sup> Código Civil no seu artigo 78.º.

<sup>106</sup> Código Civil nos seus artigos 76.º e 77.

<sup>107</sup> A Constituição da República Portuguesa no seu artigo 268.º - **Princípio da administração aberta**, determina: “Os cidadãos têm direito de serem informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam directamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas. Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas”.

<sup>108</sup> Salvo se contiverem informação relativa à segurança interna e externa, em segredo de justiça, relacionada com segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas. Lei n.º 46/2007. D.R. I Série. 163 (2007-08-27), no seu artigo 6.º.

<sup>109</sup> Lei n.º 46/2007. D.R. I Série. 163 (2007-08-27), no seu artigo 3.º.

<sup>110</sup> Lei n.º 46/2007. D.R. I Série. 163 (2007-08-27), no seu artigo 2.º, na alínea n.º 5.

Os documentos que contenham dados pessoais podem ser comunicados se esses forem expurgados, se tiverem decorrido 50 anos sobre a data da morte da pessoa a que respeitam os dados ou, não sendo esta conhecida, 75 anos sobre a data do documento. Para os dados relativos às pessoas coletivas os prazos são de 50 anos<sup>111</sup>.

As restrições legais à comunicabilidade de documentos do património cultural caducam decorridos 100 anos sobre a sua data de produção<sup>112</sup>.

Depois de apresentarmos de forma abreviada a legislação que regula o acesso e a comunicabilidade dos documentos, podemos observar as suas implicações no contexto dos arquivos das casas-museu.

Muitas casas-museu estão dependentes, administrativa e organicamente de Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Órgãos do Estado e Institutos Públicos<sup>113</sup>. A legislação que regula o acesso aos seus arquivos é a que incide sobre os documentos administrativos e históricos<sup>114</sup>.

Deste grupo excluem-se as casas-museu que dependem de pessoas e entidades como Associações, Fundações, Congregações Religiosas e Misericórdias. Nestes casos, o acesso aos arquivos, depende da vontade dos proprietários e da política arquivística seguida pelas instituições. Excetuam-se os acervos arquivísticos classificados, pois nestes casos “*estão sujeitos à disciplina técnica e as regras arquivísticas nacionais*”<sup>115</sup>.

O livre acesso aos arquivos, de casas-museu, só deve ser condicionado nas situações de exceção inscritas na lei, ou quando a comunicabilidade possa ser prejudicial para a instituição museológica.

Para Deborah Wythe “*its sometimes necessary to restrict certain materials to protect a museum’s proprietary interest and donors’ privacy*”<sup>116</sup>. Entre os documentos que não devem estar acessíveis à consulta pública, a autora, refere os que

---

<sup>111</sup> Lei 16/1993. D.R. I Série-A. 19 (1993-01-23), no seu artigo 17.º nas alíneas n.º 1 a 4.

<sup>112</sup> Lei 107/2001. D.R. I Série-A. 209 (2001-09-08), no seu Artigo 73.º, na alínea n.º 4.

<sup>113</sup> Estas instituições enquadram-se no âmbito de aplicação da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA). Lei n.º 46/2007. D.R. I Série. 163 (2007-08-27), no seu artigo 4.º.

<sup>114</sup> Lei n.º 46/2007. D.R. I Série. 163 (2007-08-27), no seu artigo 3.º e Lei 16/1993. D.R. I Série-A. 19 (1993-01-23), no seu artigo 17.º nas alíneas n.º 1 a n.º 4.

<sup>115</sup> Lei 16/1993. D.R. I Série-A. 19 (1993-01-23), no seu artigo 12.º.

<sup>116</sup> WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction...*, p. 55-64.

apresentem valores de avaliação das obras de arte e os que identifiquem doadores dos museus.

No nosso entender, são de teor confidencial os documentos relacionados com apólices de seguros e as necessárias avaliações, os relativos à segurança dos objetos e edifícios, bem como documentos de arquitetura, que contenham informações relativas à segurança dos edifícios.

A comunicação e a fruição das coleções são objetivos das instituições museológicas e, neste âmbito, os arquivos podem ter um papel determinante. Impedir o acesso a um arquivo significa furtar aos investigadores e ao público o direito, legítimo, à informação e ao conhecimento.

Por outro lado, o interesse dos investigadores, internos e externos, pode impulsionar o tratamento e conservação dos acervos, além de contribuir para a sua divulgação. Os trabalhos resultantes devem integrar a acervo documental do museu, e podem abrir novas perspectivas ao estudo de objetos e contribuir para a divulgação da instituição e das coleções junto de novos públicos, além de constituírem um recurso para a documentação museológica.

Por estas razões consideramos que o livre acesso aos arquivos, desde que responsável, respeitando a legislação, sendo ponderadas questões relacionadas com a conservação e confidencialidade de alguns documentos, constitui uma mais-valia para as casas-museu.

## **Considerações finais**

As casas-museu integram o vasto conceito de património cultural, tendo à sua guarda bens culturais, património documental e património arquivístico.

Enquanto instituições de memória preservam as relações entre os diferentes acervos e coleções, cujo elo de ligação é a personalidade homenageada ou a comunidade que se pretende eternizar.

Por reconhecer as inter-relações que se estabelecem entre as coleções de museu, a biblioteca e o arquivo, Armando Malheiro da Silva, concluiu que as casas-museu constituem Sistemas Patrimoniais Complexos.

As casas-museu produzem documentos no âmbito do desempenho das suas funções. O acervo arquivístico institucional deve refletir o percurso da instituição, as práticas e as ações levadas a cabo, nomeadamente, no que toca à gestão, estudo, comunicação e fruição das coleções.

As casas-museu diferenciam-se de outros museus porque paralelamente às atividades de preservação, estudo e fruição das coleções, devem desenvolver outras, de perpetuação da memória das pessoas e comunidades, que justificaram a sua criação.

A documentação de coleções revela-se uma atividade da máxima importância para qualquer museu, pois só ela permite o controlo das coleções. Este processo deve reunir toda a informação e documentos sobre os objetos e sobre o próprio museu, independentemente do suporte ou tipologia. Os arquivos e as bibliotecas das casas-museu representam recursos determinantes na documentação dos acervos.

Para que os acervos documentais dos museus estejam acessíveis há um longo trabalho prévio, em torno do conhecimento e tratamento do acervo e da produção de instrumentos de pesquisa. Consideramos que o interesse pelos acervos pode constituir um ponto de partida para o tratamento e posterior divulgação.

Procurámos caracterizar as casas-museu, enquadrá-las no âmbito museológico e patrimonial. Abordámos a constituição dos arquivos dos museus e referimos a existência de fundos administrativos e de fundos e coleções documentais de outras origens. Procurámos definir o quadro legislativo que regula o acesso aos documentos de arquivo em Portugal e as suas implicações no acesso aos arquivos de casas-museu.

No próximo capítulo procuraremos caracterizar os acervos arquivísticos à guarda destes museus.

## 2. Os Arquivos de Casas-Museu em Portugal

Conhece-se mal o património arquivístico das casas-museu em Portugal. Estes museus têm características diferenciadoras, sobretudo na sua génese e nas missões de preservação da memória de personalidades. A sua origem privada possibilita um percurso registado anterior à criação do museu, por si só relevante para a história institucional e das coleções.

A bibliografia consultada, sobre os arquivos de museus, revela que além dos acervos documentais institucionais, estes podem preservar outros, de origem externa aos museus. Estes documentos podem estar relacionados com pessoas, diretores, conservadores, artistas e doadores ou com coletividades e instituições locais. Nas casas-museu ganham destaque os documentos produzidos pelos beneméritos e homenageados, na medida em que são fonte para o estudo dos protagonistas, das coleções e da história dos museus. Os documentos doados, colecionados e produzidos e as coleções bibliográficas, doadas e reunidas, integram o património documental e são recursos ao dispor das atividades museológicas.

Por reconhecermos a importância destes acervos, propusemo-nos realizar um inquérito aos arquivos de casas-museu em Portugal, que teve como objetivo central a identificação de acervos arquivísticos.

Pretendíamos, também, reunir informações sobre o tratamento documental, as práticas de comunicabilidade e a utilização dos acervos no desempenho das atividades museológicas. Outro objetivo era identificar que funções atribuíam as casas-museu aos seus acervos arquivísticos.

A realização deste inquérito permitiria ainda, em nosso entender, enquadrar o acervo documental da Casa dos Patudos no contexto museológico em que se insere. Esta hipótese resultou de informações recolhidas no âmbito da nossa atividade profissional e de visitas de carácter pessoal durante as quais tínhamos constatado a presença de documentos, em especial fotografias, títulos académicos, títulos familiares e condecorações. Do mesmo modo tínhamos constatado a existência de salas de bibliotecas nos circuitos museológicos.

No presente capítulo faremos uma breve exposição das fases de preparação e realização do inquérito e apresentamos uma análise das respostas obtidas.



## 2.1. Metodologia adotada na recolha de dados

Para a recolha dos dados optámos pela realização de um inquérito. As razões desta decisão prendem-se com aspetos práticos, nomeadamente a possibilidade do inquérito ser remetido às instituições em diferentes suportes e de poder ser respondido recorrendo, ou não, às novas tecnologias.

Avançámos posteriormente com a definição e redação das questões. Apesar do inquérito ter como objeto os acervos arquivísticos, incluímos questões relacionadas com a existência de Bibliotecas e de Centros de Documentação. Esta opção partiu da diversidade de documentos e da multiplicidade de formas de exposição e de preservação que tínhamos constatado nas visitas a casas-museu.

A fase mais complexa do projeto correspondeu à identificação das casas-museu em Portugal. Esta foi feita através da bibliografia sobre o tema<sup>117</sup>, da pesquisa na Web e da troca de informações com colegas e investigadores com quem colaborávamos, no âmbito da nossa atividade profissional.

Seguiu-se uma fase de contactos telefónicos, com as unidades museológicas e com as tutelas, para obtenção de informações atualizadas, apresentação do projeto e identificação dos responsáveis a quem deveria ser remetido o inquérito e, quando foi caso disso, para obtenção prévia da autorização para o seu envio.

## 2.2. Delimitação do universo de pesquisa

Foi ponderado um conjunto de critérios para a definição do universo de pesquisa. Tivemos presente a diversidade de instituições museológicas que usam a designação de casa-museu. Ponderámos a existência de museus que não usando essa designação, partilham características com esta tipologia.

Decidimos considerar as instituições que, na sua designação, usassem os termos *casa-museu* ou *casa*. Esta opção justifica-se pelo facto de existirem espaços museológicos, como a Casa dos Patudos e a Casa de Tormes, que não usam, formalmente, a designação de casa-museu.

---

<sup>117</sup> Referida na bibliografia desta dissertação.

Noutros casos verifica-se a situação inversa. A Casa-Museu Comendador Nunes Corrêa e o Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro<sup>118</sup> constituem exemplos de instituições frequentemente designadas de casas-museu, mas que constituem museus de arte, que preservam coleções particulares, legadas por personalidades com a obrigação da criação de casas-museu.

Existem ainda espaços museológicos que usam na sua designação o termo *casa* mas que não se identificam com tipologia museológica. A Casa de Bocage, onde residiu o poeta, foi transformada em galeria e não num espaço de reconstituição de ambientes. Também a Casa Fernando Pessoa se assume como um espaço de cultura e de divulgação da obra do poeta, mas não de reconstituição de uma vivência doméstica.

Optámos por considerar os ateliês, na medida em que representam lugares de produção artística, que se tornaram espaços abertos ao público. Contactamos alguns espaços museológicos, que não são casas-museu, mas que se destacam pela reconstituição parcial de ambientes de vivência e produção intelectual<sup>119</sup>.

Foram excluídos os palácios, quintas e espaços conventuais e religiosos, por considerarmos que a sua dimensão, importância histórica ou temática das coleções extravasavam o conceito da casas-museu<sup>120</sup>.

Foram ainda excluídas as casas de habitação particulares, abertas ao público mediante marcação, mas que não dispunham de quaisquer serviços museológicos.

Face à dissemelhança entre instituições que usam na sua designação o termo *casa* e *casa-museu*, foram inquiridas apenas aquelas em que se verificou a existência de ambientes preservados ou reconstituídos, relacionados com as atividades das personalidades homenageadas.

Foram excluídas as casas de cultura, galerias e outros espaços expositivos ou museológicos.

---

<sup>118</sup> A Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro optou, a partir de 2010, por abandonar a designação de casa-museu. A alteração é recente, facto que justifica que o museu continue a surgir associado à anterior designação. A instituição esclareceu as razões para a alteração. Contudo, obtivemos resposta ao inquérito remetido e tratámos os dados recolhidos.

<sup>119</sup> O Museu Ferreira de Castro, por exemplo, instalado numa casa, optou pela reconstituição parcial do escritório do escritor e pela exposição de objetos pessoais e de documentos.

<sup>120</sup> Esta opção teve em conta algumas considerações apresentadas em: SOUSA, Elvino Merlim de Sousa - *De Residência Privada a Casa-Museu de Leal da Câmara – Um Percurso Singular*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra / Rede Portuguesa de Museus, 2005.

### 2.3.A elaboração do inquérito

Durante a preparação do *Inquérito aos arquivos de casas-museu*<sup>121</sup>, consultámos alguns inquéritos, quer no âmbito da museologia quer no âmbito da arquivística<sup>122</sup>. Os exemplos consultados constituíram um importante ponto de partida na definição de algumas questões e na organização geral do inquérito.

Tendo presente que o inquérito seria dirigido a instituições muito díspares, redigimos questões simples, algumas de resposta por escolha múltipla e outras de resposta aberta. Ao optarmos por questões de resposta livre sabíamos que a análise dos resultados seria complexa, mas tínhamos consciência de que a diversidade de instituições nos exigia flexibilidade.

As questões foram organizadas em seis núcleos: o primeiro relativo à identificação do responsável pelo preenchimento; o segundo para identificação da casa-museu; o terceiro para a recolha de dados relativos à sua criação da instituição museológica; o quarto relativo às coleções; o quinto sobre os recursos humanos, visitantes e utilizadores dos arquivos e, por último, algumas questões tendentes à caracterização do acervo.

Nunca tivemos a pretensão de proceder a uma avaliação crítica dos acervos, do seu valor patrimonial ou do tratamento arquivístico realizado, ou por realizar. Pretendíamos sim, identificar os acervos, recolher informações que permitissem caracterizá-los e relacioná-los com a instituição museológica.

---

<sup>121</sup> Vide Anexo I.

<sup>122</sup> Foram consultados: OBSERVATÓRIO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO (ed.) - Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais; Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2003; NEVES, José Soares (coord.) – O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais; Instituto Português de Museus; Rede Portuguesa de Museus, 2005; MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro – *Os sistemas e informação na gestão de colecções museológicas. Contribuições para a certificação de museus*. Dissertação de Mestrado em Museologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007; PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal... Op. cit.*

## 2.4. Fases de recolha de dados

A primeira fase foi de identificação das unidades museológicas a incluir no estudo. Partindo das informações recolhidas foi possível realizar uma intensa pesquisa sobre as instituições que se enquadravam nos critérios definidos.

Foram identificadas cento e oitenta e quatro casas, casas-museu e ateliês. Deste número foram excluídos todos os espaços que não tinham função museológica. Optou-se pela exclusão das instituições em que não se fazia sentir nenhuma representatividade de ambientes domésticos ou de produção artística.

Esta primeira seleção permitiu reduzir o universo de pesquisa para cento e vinte e uma instituições. Numa segunda fase foram excluídas as casas de cultura, as casas particulares, (apesar de algumas receberem visitas sob marcação) e as casas-museu encerradas, (com as quais não conseguimos estabelecer contacto). Foram, assim, identificadas oitenta e nove unidades museológicas no território nacional<sup>123</sup>.

Demos, então, início à fase de contactos. Era nosso objetivo estabelecer um primeiro contacto telefónico com todas as casas-museu, para explicarmos o projeto e para obtermos elementos para o envio do inquérito, mas tal não foi possível em muitos casos. A grande maioria não tem contactos telefónicos ou caixa de *email* diretos. Noutros casos, os contactos estão desatualizados. Por sua vez, os endereços estão normalmente incompletos. A solução encontrada foi o pedido de informações a Juntas de Freguesia, Câmara Municipais e Postos de Turismo, opção que se revelou acertada, pois as respostas obtidas foram muito úteis.

O *email* foi o recurso mais utilizado, quer para o pedido de informações, quer para o envio dos inquéritos, mas em alguns casos foi necessário remetê-los por correio. Os inquéritos foram sempre dirigidos às entidades tutelares ou aos responsáveis pelas casas-museu, conforme a indicação obtida nos contactos telefónicos, previamente realizados.

## 2.5. Análise dos dados

Para a obtenção de resultados foram feitos múltiplos contactos. Mas, apesar da persistência, apenas recebemos resposta a trinta e cinco, dos oitenta e nove

---

<sup>123</sup> No Anexo II apresentamos um mapa com a distribuição geográfica destas instituições museológicas.

inquéritos remetidos<sup>124</sup>. Obtivemos trinta respostas válidas<sup>125</sup> e cinco com a informação de que não possuíam acervo arquivístico<sup>126</sup>.

A leitura dos inquéritos permite a identificação dos responsáveis pelo preenchimento, bem como as funções por eles desempenhadas, na instituição museológica. Agrupámos as funções apresentadas em cinco categorias, o que nos permitiu a elaboração do Gráfico 1.

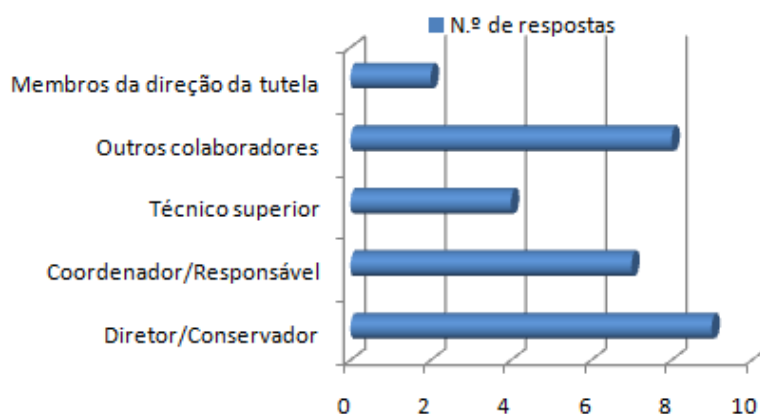


Gráfico 1 – Funções desempenhadas pelos responsáveis pelo preenchimento do inquérito.

O diminuto número de respostas estará, em nossa opinião, relacionado com a temática do inquérito. Muitos responsáveis por casas-museu não têm consciência de que os documentos constituem acervos arquivísticos. Uma outra razão poderá residir na falta de identificação e tratamento dos acervos.

Importa destacar que entre as instituições que não responderam ao inquérito foi possível identificar algumas que são detentoras de acervo arquivístico.

<sup>124</sup> No Anexo II apresentamos uma listagem de todas as instituições contactadas.

<sup>125</sup> No Anexo III estão identificadas as casas-museu que remeteram respostas válidas.

<sup>126</sup> O Museu das Flores que integra a Casa-Museu Pimentel Mesquita, respondeu informando que a casa-museu fora desmantelada em 2008 e transformada em Biblioteca. As coleções integraram o acervo daquele museu. Foi, ainda, fornecida a informação de que a casa-museu nunca tivera espólio arquivístico. Da Casa Vitorino Nemésio, instituição museológica criada para homenagear a obra e o seu autor, obtivemos resposta ao inquérito mas com a informação de que não dispunham de arquivo. A Liga dos Amigos da Freguesia de Alvoco da Serra, responsável pela Casa-Museu de Alvoco da Serra, informou, que a mesma não possui arquivo, acrescentando que a exposição inclui alguns documentos. Da Casa-Museu Van-Zeller recebemos a informação de que a mesma não possui arquivo. O mesmo aconteceu com a Casa-Museu do Pescador da Nazaré.

A Casa-Museu Egas Moniz possui um Centro de Documentação anexo à unidade museológica. Durante uma visita realizada em 2010, pudemos observar documentos pessoais, académicos e científicos na exposição permanente<sup>127</sup>.

No caso da Casa-Museu Teixeira Lopes tomámos conhecimento da existência de acervo arquivístico, que inclui documentos do arquivo pessoal do escultor, porque esta informação nos foi dada, pessoalmente, pelo diretor, durante um encontro de casas-museu realizado em Lisboa, em 2011.

Relativamente à Casa-Museu Manuel Mendes, tutelada pelo MNAC – Museu do Chiado, encontrámos referência ao tratamento arquivístico, digitalização e produção de um CD-ROM, com documentos do artista<sup>128</sup>.

Um outro exemplo é o da Casa Estúdio Carlos Relvas. A afirmação patente na tese de mestrado de Cátia Fonseca “*Recorremos para a elaboração desta dissertação, a fontes manuscritas existentes na Casa-Estúdio Carlos Relvas e Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, em particular, documentação epistolar, diários de Carlos Relvas, apólices de seguros*”<sup>129</sup>, confirma a existência de acervo documental de Carlos Relvas. No decorrer de várias visitas à Casa-Estúdio pudemos observar a exposição de notas, correspondência, diplomas e outros documentos no circuito museológico.

Por último, uma referência à Casa-Museu Dr. José Fernandes Mascarenhas que possui numeroso acervo arquivístico e documental, facto que pudemos constatar durante uma visita realizada àquela instituição.

Passamos, de seguida, à apresentação dos resultados obtidos. Ressalvamos que não foi respeitada a sequência do inquérito. Optámos por reunir informações, por entendemos que este procedimento facilitava a leitura dos dados. Para a demonstração de alguns resultados recorremos à elaboração de gráficos e quadros. Sempre que julgámos pertinente introduzimos comentários aos resultados obtidos.

---

<sup>127</sup> Algumas publicações sobre Egas Moniz, em que são reproduzidos documentos, atestam a existência de acervo arquivístico. Vide, por exemplo: PEREIRA, Ana Leonor [et al.] – *Retrato de Egas Moniz*. Braga: Círculo de Leitores, 1999.

<sup>128</sup> A Casa-Museu Manuel Mendes integra o Museu do Chiado, através de doação do artista Manuel Mendes. O tratamento arquivístico foi feito pela Fundação Mário Soares. Informação consultada em: <http://www.fmsoares.pt/iniciativas/iniciativa?id=000128>

<sup>129</sup> FONSECA, Cátia Antunes dos Santos Salvado – *Uma família de fotógrafos: Carlos e Margarida Relvas*. p. 1. A pesquisa no arquivo da Casa dos Patudos foi realizada com a nossa colaboração, sabemos que apenas consultadas algumas cartas e fotografias.

### 2.5.1. Origem das casas-museu

As casas-museu em território nacional apresentam características e valores patrimoniais muito diferenciados. A criação destes museus, como já anteriormente procurámos salientar, partiu, em alguns casos, da iniciativa do dono da casa, que desta forma acumulou os papéis de benemérito e de homenageado. Noutros, a decisão partiu de outras pessoas, mas os princípios de perpetuação de uma memória são comuns e estão presentes no cumprimento das funções museológicas.

A análise dos inquéritos recebidos confirma estes processos de criação. Registámos vinte e uma casas-museu instituídas por vontade dos doadores. Importa, igualmente, referir que entre estas, cinco não resultam da decisão dos homenageados<sup>130</sup> e cinco resultam da doação conjunta de casais<sup>131</sup>.

A leitura das respostas permite verificar que as doações não têm como primeira causa a vontade de perpetuação do nome ou dos feitos do benfeitor. Vários beneméritos desejavam homenagear pessoas da sua família. O Comendador Manuel Nunes Corrêa, no documento de doação, esclarecia que a constituição da casa-museu era uma homenagem ao seu pai, Marcelino Nunes Corrêa, nascido naquela casa. Já o Dr. António Madureira afirmou, no documento de doação, que a casa-museu se destinava a perpetuar o nome da mulher, D. Marieta Solheiro Madureira e a disponibilizar a sua coleção de arte.

Noutros casos, os doadores registaram que a criação da casa-museu se destinava à preservação das coleções reunidas. São disso exemplo as doações de Francisco de Almeida Moreira, de José Relvas, do Dr. Anastácio Gonçalves, do Eng. António de Almeida, de Frederico de Freitas e de António de Medeiros e Almeida.

---

<sup>130</sup> A Casa-Museu Afonso Lopes Vieira foi criada por doação de D. Helena Aboim Lopes Vieira, mulher do poeta; a Casa-Museu Aquilino Ribeiro, por doação do filho do escritor, Aníbal Aquilino Ribeiro; a Casa de Tormes, por doação de Maria da Graça Salema de Castro, viúva de Manuel Bendito de Castro, neto de Eça de Queiroz; a Casa-Museu Guerra Junqueiro, por doação de Maria Isabel Guerra Junqueiro de Mesquita Carvalho, filha do poeta e a Casa-Museu Reynaldo dos Santos, criada por doação da viúva Irene Quilhó dos Santos.

<sup>131</sup> A Casa dos Patudos, a Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro, a Casa-Museu Leal da Câmara, a Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa e a Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira.

## 2.5.2. Tutelas das casas-museu

Como pretendemos clarificar, no capítulo anterior, o acesso ao património arquivístico à guarda de instituições de direito privado está condicionado pelas políticas arquivísticas das tutelas. Neste contexto a identificação dos organismos responsáveis pelas casas-museu é relevante, porque influí no acesso aos arquivos.

Ao caracterizar as casas-museu em Portugal, António Ponte concluiu que as autarquias eram responsáveis pela tutela de grande percentagem dos museus portugueses, incluindo as casas-museu, seguidas das Juntas de Freguesia, Associações e Fundações<sup>132</sup>. Durante o processo de identificação das casas-museu que precedeu o envio do nosso inquérito constatámos essa realidade.

Das instituições museológicas que responderam ao nosso inquérito treze são tuteladas por autarquias e oito por fundações. No Gráfico 2 apresentamos o número de respostas obtidos para cada tipologia de tutela<sup>133</sup>.

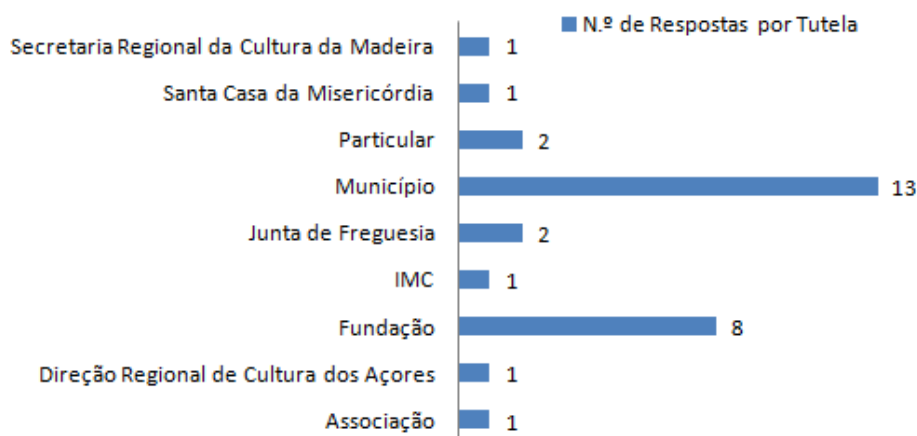


Gráfico 2 – Tutelas das casas-museu que responderam ao inquérito.

Todas as casas-museu informam que têm serviços de visita organizados e horários de visita definidos. Por essa razão foi possível recolher os números de visitas aos espaços museológicos registados no Gráfico 3. Importa referir que três das casas-museu que responderam ao inquérito não apresentam dados, por terem

<sup>132</sup> PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal: teorias e práticas*, *Op. cit.*

<sup>133</sup> A Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia tem tutela partilhada pela Câmara Municipal de Mora e pela Junta de Freguesia de Pavia. No gráfico considerou-se que a tutela era da Junta de Freguesia, por ser este organismo que assegura o funcionamento da casa-museu.



iniciado a sua atividade durante o ano de 2011. São elas a Casa-Museu Passos Canavarro, a Casa-Museu Adelino Ângelo e a Casa Manuel de Arriaga.

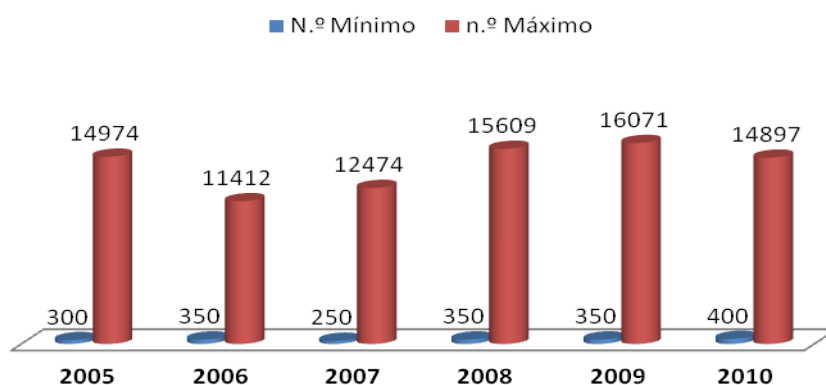


Gráfico 3 – Número mínimos e máximos de visitantes das casas-museu, por anos.

As casas-museu, que responderam ao inquérito, não registaram alterações expressivas do número de visitantes entre 2005 e 2010. A Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa foi a que registou o número mais reduzido de visitantes, com uma média, no período considerado, de 350 visitantes. Para aquele período constatámos que a Casa-Museu Frederico de Freitas registou o maior número de visitantes nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009. No ano de 2006, o maior número de visitantes registou-se na Casa dos Patudos. Já a Casa-Museu Guerra Junqueiro registou o número máximo em 2010, com 14897 visitantes.

### 2.5.3. Recursos humanos

Incluímos no inquérito uma questão relacionada com os recursos humanos, especificamente sobre os profissionais com formação superior e sobre os funcionários com responsabilidades no âmbito dos arquivos<sup>134</sup>. Verificámos que as casas-museu com mais colaboradores são tuteladas por entidades privadas. A Casa-Museu Medeiros e Almeida e a Casa de Tormes possuem sete colaboradores e a Casa-Museu José Maria da Fonseca conta com oito.

Referimos como exceção a Casa-Museu Frederico de Freitas, tutelada pela Direção Regional dos Assuntos Culturais da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes da Região Autónoma da Madeira, com dezanove colaboradores.

<sup>134</sup> A tabela com os dados obtidos pode ser consultada no Anexo IV

Relativamente à integração, na equipa, de técnicos com formação superior, constatámos que não existem em seis casas-museu, e que dez contam apenas com um. O número máximo, seis, regista-se na Casa-Museu Frederico de Freitas.

O Gráfico 4 apresenta os resultados obtidos nas respostas à questão relativa à existência de técnicos com responsabilidades no âmbito do arquivo ou centro de documentação. Apenas catorze instituições o confirma e destas dez contam apenas com um técnico, no exercício destas funções.

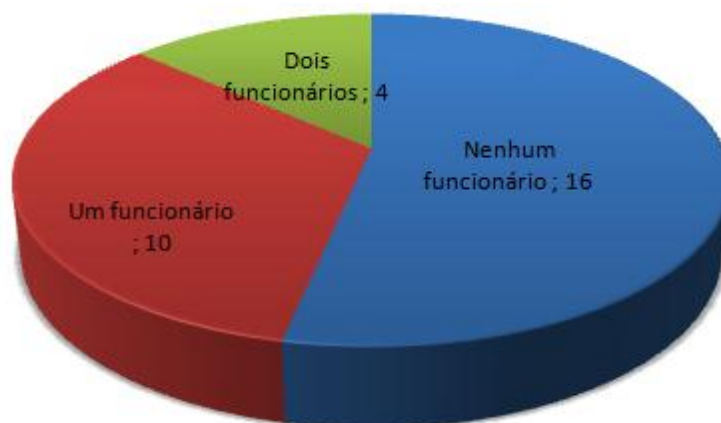


Gráfico 4 – Profissionais dos arquivos e centros de documentação das casas-museu.

Tendo presente que as casas-museu assumem a existência de acervos documentais, não deixa de ser preocupante a falta de técnicos evidenciada.

#### 2.5.4. As coleções museológicas

Como procuramos evidenciar as coleções das casas-museu são, na generalidade, de uma enorme diversidade. Facto subsequente da origem privada, que condiciona a acumulação de objetos necessários e do interesse de quem viveu nas casas.

A questão destinada a recolher informações sobre a constituição das coleções possibilitava, ao responsável pelo preenchimento do inquérito, a escolha múltipla entre doze categorias de objetos, o Gráfico 5 apresenta as respostas obtidas<sup>135</sup>.

Através desta questão pretendíamos aferir sobre a existência de documentos que integrassem as coleções museológicas<sup>136</sup>.

<sup>135</sup> A tabela com os dados obtidos pode ser consultada no Anexo V.

Entre as respostas, vinte e três confirmam que as suas coleções integram documentos. Dezassete referem a existência de coleções de fotografia.

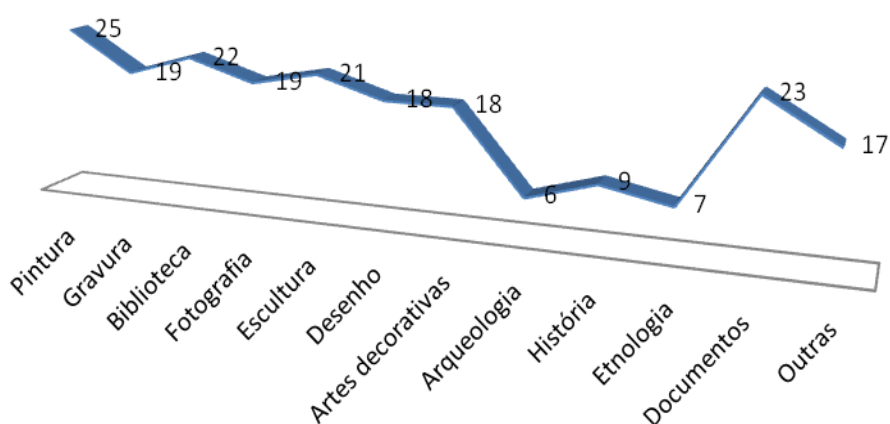


Gráfico 5 – Coleções das casas-museu.

Ainda no âmbito das coleções incluímos uma questão relativa à existência de inventários. Estes documentos permitem o conhecimento do número de objetos e denunciam a sua existência, constituindo instrumentos de controlo das coleções. Tradicionalmente eram feitos em papel, muitas vezes em fichas ou em livros, mas com o advento das novas tecnologias foram sendo substituídos por formatos digitais. A introdução dos dados nos novos sistemas é morosa e, por essa razão, em muitos museus esta operação está ainda a decorrer, noutros a principiar.

Face à análise das respostas obtidas constatamos que todas as casas-museu, que responderam ao inquérito, têm as suas coleções inventariadas. Nove instituições reconhecem ter apenas inventário em suporte de papel.

Tratando-se de coleções legadas seria espectável a existência de inventários anteriores às doações, ou feitos por ocasião das mesmas. Estes documentos podem ajudar a reconstituir o percurso das coleções e revelam-se fontes importantes para a história do colecionismo. Por esta razão inquirimos sobre a existência de inventários mais antigos. Valerá a pena determo-nos em algumas das respostas, por serem mais elaboradas e por demonstrarem a diversidade de situações, face a um documento desta importância.

---

<sup>136</sup> Nesta questão, como noutras, partimos da nossa experiência profissional. A Casa dos Patudos integra na exposição museológica vários documentos, estando estes identificados e inventariados como objetos museológicos.

A Casa dos Patudos preserva um *Inventário* do colecionador José Relvas, de 1928, e os Livros de Registo, mandados lavrar por ordem judicial na década de 1950. Existe ainda um inventário realizado entre 1984-1986, em suporte de papel.

A Casa-Museu Afonso Lopes Vieira possui o inventário das coleções em documento de word e preservou os inventários mais antigos em suporte de papel.

A Casa-Museu Leal da Câmara possui inventário digital, mas preservou os documentos anteriores. Também a Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis possui um inventário das coleções, em papel e em suporte digital, e preservou alguns dos inventários antigos.

A Casa-Museu Almeida Moreira possui inventário da coleção em papel e em suporte digital, e refere a existência de um documento contemporâneo da transformação da casa em museu.

A Casa-Museu José Régio, de Portalegre, possui inventário em suporte digital, mas preservou o registo das peças que José Régio fez, aquando da venda das coleções à Câmara Municipal de Portalegre.

A Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves tem inventário atualizado, em formato digital, e informa que foram preservados os inventários do colecionador e os realizados pelos Serviços de Finanças, no âmbito do processo de entrega dos bens ao Estado.

A Casa de Tormes, a Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira, a Casa-Museu Aquilino Ribeiro e a Casa-Museu Reynaldo dos Santos, possuem inventários atualizados, mas não dispõem de documentos anteriores à criação dos museus.

Todas as instituições informam que preservaram os inventários mais antigos, sempre que estes foram encontrados e são unânimes em afirmar que o inventário em suporte de papel coexiste com os registos informáticos. Em doze unidades museológicas o processo de informatização dos inventários está em curso.

### **2.5.5. Documentos sobre o processo de musealização**

A transformação de uma casa em museu é um processo complexo. Estes processos introduzem mudanças, por vezes profundas, na arquitetura e orgânica das casas que, se não forem cuidadosamente elaborados, podem descontextualizar os espaços domésticos e os ambientes de época. As alterações nem sempre são devidamente documentadas para memória futura. Na maioria dos casos a

responsabilidade pelas alterações foi das entidades tutelares, mas houve casos em que outras instituições estiveram envolvidas<sup>137</sup>.

A preservação dos ambientes originais é defendida pelo DEMHIST. A existência de documentos, nomeadamente inventários, fotografias e projetos de arquitetura, anteriores às alterações, possibilitaria a reconstituição. A sua inexistência dificultaria qualquer ação nesse sentido.

O Museu da Fundação Calouste Gulbenkian constitui uma referência para os museus portugueses, em várias áreas, nomeadamente na preservação de documentos e na produção de publicações sobre as coleções. Em 2011, apresentou a exposição *Memória do Sítio*, sobre a residência de Gulbenkian em Paris, transformada em Casa de Cultura por vontade do colecionador. A exposição integrava documentos de arquitetura, desenhos, correspondência com artistas e fornecedores, fotografias e uma entrevista, registada em vídeo, com o neto de Gulbenkian. A Fundação Calouste Gulbenkian, através de documentos de arquivo e de testemunhos orais, revelou uma residência que já não existe fisicamente, mas de que se preserva a memória<sup>138</sup>. A *Memória do Sítio* pode e deve servir de exemplo às casas-museu, no que concerne à valorização, promoção, utilização e divulgação dos acervos documentais. A preservação das relações entre a casa, os objetos e o seu dono é um desafio difícil que se coloca às casas-museu.

Incluímos, no inquérito, uma questão sobre a existência de documentos relacionados com a adaptação da casa a museu. Observando as respostas obtidas verificámos que apenas dezassete instituições responderam afirmativamente<sup>139</sup>.

Entre as treze respostas negativas obtidas, três incluem esclarecimentos adicionais. A Casa-Museu José Régio, de Vila do Conde, informou que “Os

---

<sup>137</sup> A Fundação Calouste Gulbenkian foi responsável por obras de adaptação da Casa-Museu de Almeida Moreira. Sabemos que teve também papel determinante na adaptação da Casa-Museu Abel Salazar, que não respondeu a este inquérito.

<sup>138</sup> Sobre este assunto: DIAS, João Carvalho, coord. ed. - *L'Hotel Gulbenkian, 51 Avenue d'Iena, Memória do Sítio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

<sup>139</sup> São elas: a Casa de Tormes, a Casa dos Patudos, a Casa Manuel de Arriaga, a Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, a Casa-Museu Almeida Moreira, a Casa-Museu Bissaya Barreto, a Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa, a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, a Casa-Museu Eng. António de Almeida, a Casa-Museu Frederico de Freitas, a Casa-Museu Guerra Junqueiro, a Casa-Museu José Maria da Fonseca, a Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira, a Casa-Museu Medeiros e Almeida, a Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis, a Casa-Museu Reynaldo dos Santos e a Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro

*documentos relacionados com o processo de transformação da Casa em Museu, nomeadamente de obras realizadas, encontram-se no Arquivo do Município de Vila do Conde (entidade tutelar)*". A Casa-Museu Pintor José Cercas esclareceu que "As obras de adaptação da casa foram executadas por administração directa do Município de Aljezur". Já a Casa-Museu Reynaldo dos Santos informa que "O núcleo museológico ainda não está aberto ao público pois o edifício ainda não foi alvo de obras de recuperação". Em dois inquéritos não obtivemos resposta a esta questão.

As respostas obtidas não nos permitem verificar a qualidade e quantidade dos registos preservados, mas revelam que em muitos casos não existem, ou ainda não são conhecidos, documentos relacionados com as alterações efetuadas, quer nos imóveis, quer na distribuição dos objetos.

### **2.5.6. Origem dos acervos documentais**

Partimos da premissa de que as casas-museu preservam património documental de origem diversa. Esta proposta fundamentou-se na nossa experiência profissional e na bibliografia sobre as casas-museu e arquivos de museus.

Observando as respostas obtidas às questões relativas à origem dos acervos arquivísticos, pudemos constatar que vinte e duas instituições reconhecem a coexistência de documentos dos patronos ou homenageados e resultantes da atividade museológica. Quatro informam possuir apenas acervo arquivístico institucional e igual número optou por não responder a esta questão<sup>140</sup>.

Importa, ainda, referir que estas conclusões não foram obtidas de forma direta, mas da confrontação das respostas a várias questões do inquérito. A Casa Manuel de Arriaga, por exemplo, respondeu que os documentos eram anteriores à criação do museu, mas preencheu o quadro identificando as tipologias documentais produzidas pela instituição museológica. Por essa razão, incluímos esta instituição museológica entre as que reconhece a existência de documentos administrativos e de outros. Compreendemos este tipo de resposta tendo presente que estas casas-museu não associam os seus documentos administrativos ao conceito de arquivo.

Pela análise das respostas verificámos que alguns acervos documentais de casas-museu estão à guarda de outras instituições. Da Casa-Museu Almeida Moreira obtivemos a resposta que aqui transcrevemos: "*Os documentos de arquivo dizem respeito ao funcionamento da casa, enquanto espaço de habitação, e também à*

---

<sup>140</sup> A tabela com os dados obtidos pode ser consultada no Anexo VI.

*própria atividade da instituição, ainda que parte da documentação esteja arquivada no Museu Grão Vasco, uma vez que Francisco Almeida Moreira foi seu fundador e primeiro diretor*". Pela resposta compreendemos que parte do acervo pessoal de Francisco de Almeida Moreira, bem como documentos relacionados com a gestão da casa-museu estarão no Arquivo do Museu Grão Vasco.

Curiosa foi a resposta da Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa, que integra o património da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão. Sendo a instituição anterior à casa-museu, o arquivo integra documentos que resultam da atividade assistencial e cultural da instituição, que remonta ao século XVII.

Importa igualmente referir a resposta da Casa-Museu Passos Canavarro. Os documentos da família, incluindo os do político Passos Manuel e o arquivo pessoal do atual proprietário e instituidor da casa-museu, Dr. Pedro Passos Canavarro, foram entregues ao Arquivo Distrital de Santarém. Ficaram a integrar o circuito expositivo, alguns documentos para darem coerência museológica à sala destinada a homenagear o estadista Passos Manuel e, outros, relativos à história da família Passos Canavarro, entre os séculos XVIII e XIX.

Por último, uma referência à Casa-Museu Reynaldo dos Santos, que preserva os arquivos pessoais do homenageado, da sua mulher Irene Quilhó dos Santos e do filho desta Luís Alberto Jacobetty, e o arquivo administrativo atualizado.

Apenas a Casa-Museu Guerra Junqueiro esclareceu que "*os documentos resultam da atividade da instituição*", apesar de informar que detém fotografias e inventários artísticos anteriores. Também a Casa-Museu Aquilino Ribeiro esclarece que não possui acervo arquivístico do homenageado.

Ainda no âmbito do património documental, incluímos uma questão relativa à constituição das coleções bibliográficas. Procurámos saber se estas eram anteriores à criação da casa-museu ou se tinham sido constituídas no decorrer da atividade institucional. Das vinte e duas instituições que declararam possuir coleções bibliográficas, doze informam que preservam apenas as bibliotecas dos patronos. Sete esclarecem que além das coleções legadas, possuem publicações reunidas no âmbito das atividades institucionais. Apenas três casas-museu informam que as coleções bibliográficas resultam exclusivamente da atividade museológica<sup>141</sup>.

A existência de bibliotecas reunidas pelos proprietários das casas é importante porque revela os seus interesses e áreas de atividade. No caso das bibliotecas de

---

<sup>141</sup> São elas a Casa-Museu Aquilino Ribeiro, a Casa-Museu Guerra Junqueiro e a Casa Manuel de Arriaga.

coleccionadores elas podem constituir, conjuntamente com as coleções bibliográficas dos museus, recursos para os processos de estudo e documentação de objetos, na medida em que reúnem obras sobre os artistas e materiais colecionados, mas também catálogos dos antiquários e leilões nos quais as peças foram adquiridas.

### 2.5.7. Caracterização dos acervos arquivísticos legados

Tendo presente a constatação de que as casas-museu preservavam acervos documentais que não tinham resultado da atividade institucional, procuramos compreender a forma como tinham sido incorporados.

Pela análise das respostas, cujos resultados apresentamos no Gráfico 6, concluímos que, na maior parte dos casos, os acervos foram deixados naturalmente nas casas. Alguns beneméritos tiveram consciência deste legado, referindo o acervo documental nos documentos de doação, noutros casos não se confirma a intencionalidade. A Casa-Museu Frederico de Freitas esclareceu que o acervo “*Não foi propriamente doado porque não consta de nenhuma relação. O Dr. Frederico de Freitas legou o recheio da sua casa de residência e esse acervo documental encontrava-se dentro de algum mobiliário*”.



Gráfico 6 – Forma de aquisição dos acervos arquivísticos das casas-museu.

Obtivemos apenas seis respostas que confirmam que os documentos de doação referem os acervos arquivísticos. São elas: a Casa de Tormes, a Casa dos Patudos, a Casa-Museu de José Régio, em Vila do Conde, a Casa-Museu Reynaldo dos Santos, o Museu Ferreira de Castro e a Casa-Museu Eng. António de Almeida.



Em alguns casos foram os familiares que fizeram a doação, incluindo por vezes, além de documentos dos homenageados, acervos de outras pessoas do núcleo familiar. São disso exemplo, a Casa de Tormes, a Casa-Museu Leal da Câmara e a Casa-Museu Reynaldo dos Santos.

Identificámos apenas um caso em que os documentos foram adquiridos. Trata-se do acervo de José Régio, preservado pela Casa-Museu em Vila do Conde, que foi adquirido aos herdeiros.

Uma outra realidade é a apresentada por quatro casas-museu que informam que os documentos foram doados por beneméritos, sem ligações familiares com os homenageados. São elas a Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, a Casa-Museu Oliveira de Azeméis e a Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines).

Merece, ainda, referência a informação que a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves fornece relativamente à doação, em 2010, feita pelo Dr. João Anastácio, *“testamenteiro do Dr. António Anastácio Gonçalves, de conjunto de documentos que dizem respeito às diligências burocrático-administrativas para aceitação do legado por parte do Estado e transformação da Casa em Museu”*. Neste caso, os documentos doados dizem respeito ao próprio museu e não diretamente ao seu benemérito. As casas-museu têm todo o interesse em integrar este tipo de doação, pela relevância que podem ter para a sua história institucional.

Curiosa foi a resposta da Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia, cujo pequeno acervo do artista que preserva, foi doado *“pelo filho da proprietária do quarto que o artista alugara para sua residência em Lisboa”*.

Os acervos deixados nas residências seriam, por princípio, vestígios da atividade das pessoas que viveram nas casas, ou documentos colecionados. Procurámos discernir se os acervos doados refletiam as atividades da personalidade, família ou comunidade, que esteve na origem da instituição museológica. Face à análise das respostas obtidas, verificámos que vinte e oito instituições confirmam esta hipótese. Dezoito casas-museu reconhecem que os documentos são pessoais e refletem as atividades dos homenageados. Dez esclarecem que os documentos são resultantes das atividades de várias pessoas, com relações familiares entre si.

A Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis informa que os seus documentos resultam de múltiplas doações e não apenas das pessoas que fizeram a doação do imóvel.

A importância da existência dos acervos dos homenageados nas casas-museu já foi anteriormente reconhecida. Mas tratando-se de personalidades destacadas no

panorama cultural, artístico e político português, os seus acervos podem revelar-se, também, importantes para o estudo das suas personalidades, percurso, produção intelectual e artística e relações sociais e pessoais.

Atendendo apenas às casas-museu que responderam ao nosso inquérito verificamos que a maioria das personalidades homenageadas foi contemporânea (viveu entre meados do século XIX e meados do século XX) e frequentou os mesmos círculos culturais. Grande número estudou na Universidade de Coimbra (Manuel de Arriaga, José Relvas, Fernando Namora, Afonso Lopes Vieira, entre outros). Alguns tiveram ligações ao movimento republicano (José Relvas, Leal da Câmara, Guerra Junqueiro, Aquilino Ribeiro e Manuel de Arriaga). Outros compartilhavam interesses estéticos (Dr. Anastácio Gonçalves, José Relvas, Egas Moniz, Reynaldo dos Santos e Almeida Moreira partilhavam uma ligação à arte e ao património portugueses). Entre vários é possível reconhecer o estabelecimento de relações de amizade, é o caso de José Relvas, Almeida Moreira, Afonso Lopes Vieira e Reynaldo dos Santos.

As casas-museu que responderam ao inquérito homenageiam personalidades com atividades e interesses múltiplos que não deixarão de estar refletidas nos acervos documentais. Permitimo-nos fazer um registo, não exaustivo, das atividades desenvolvidas pelas personalidades homenageadas. Os dados são apresentados no Gráfico 7.

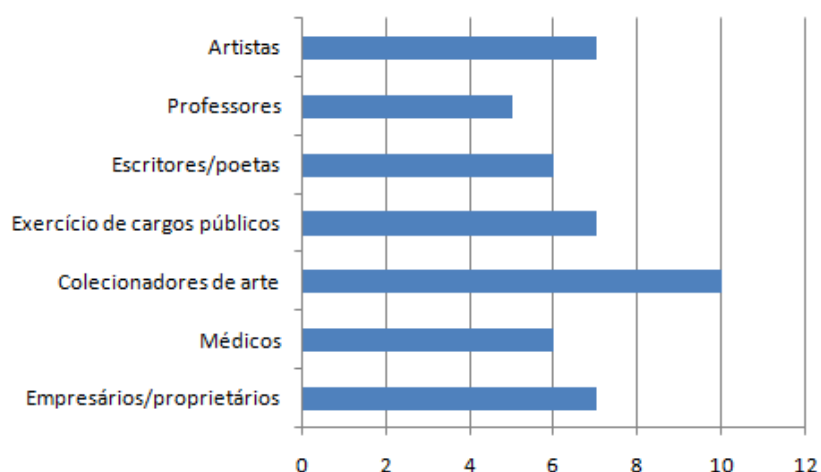


Gráfico 7 – Atividades desenvolvidas pelas personalidades homenageadas pelas casas-museu.

Quando questionadas sobre o intervalo cronológico dos acervos arquivísticos, as casas-museu fornecem informações vagas. Na generalidade identificam os séculos

XIX e XX, período em que viveram as personalidades. No entanto, a Casa de Tomes<sup>142</sup> e a Casa dos Patudos<sup>143</sup> incluem documentação desde o século XVI nos seus arquivos. Já a Casa-Museu Passos Canavarro informou possuir documentação dos séculos XVIII a XX<sup>144</sup>. Também a Casa-Museu José Maria da Fonseca preserva documentos resultantes das atividades privadas e empresariais desde o século XVII até à atualidade.

De referir que em oito dos inquiridos não obtivemos resposta a esta questão.

Inquirimos, ainda, sobre a dimensão dos acervos. As respostas relevam uma enorme heterogeneidade. Verificámos que o acervo de menor dimensão é o da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, com apenas 0,5 metros lineares. Já o de maior dimensão é o da Casa-Museu Reynaldo dos Santos, com cerca de 120 metros lineares. Esta questão não obteve resposta em treze inquiridos.

Numa tentativa de caracterizar, ainda que de forma superficial, estes acervos arquivísticos, procurámos obter informações sobre as tipologias documentais predominantes.

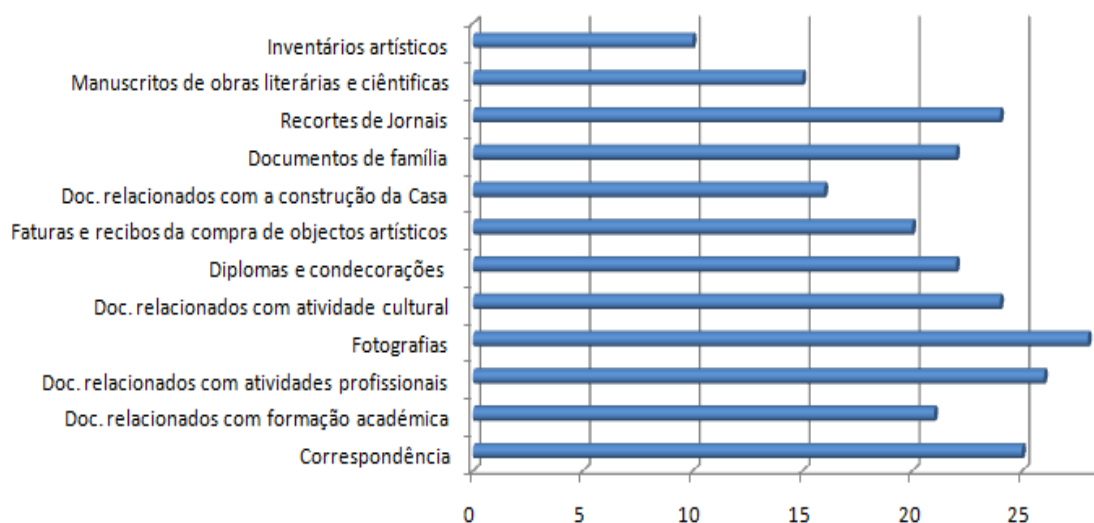


Gráfico 8 – Documentos dos homenageados e legatários nos arquivos das casas-museu.

<sup>142</sup> O acervo doado inclui parte do arquivo de família dos Condes de Resende, sogros do escritor Eça de Queirós, que contém documentação desde o século XVI.

<sup>143</sup> O acervo doado por José Relvas inclui documentos do seu avô, José Farinha Relvas de Campos, relacionados com a posse de propriedades agrícolas desde o século XVI

<sup>144</sup> Este acervo arquivístico encontra-se em depósito no Arquivo Distrital de Santarém e inclui documentos da família Passos Canavarro e do estadista Passos Manuel.

A consulta do gráfico 8<sup>145</sup> demonstra que a tipologia mais comum é a fotografia (vinte e oito). É significativo o número de respostas que atestam a existência de correspondência (vinte e cinco), documentos de função (vinte e seis) e recortes de jornais (vinte e quatro). Menos frequentes são os inventários de coleções artísticas (dez respostas) e os documentos relacionados com a construção ou obras realizadas no imóvel, onde está instalada a casa-museu (dezasseis respostas). Fazemos, ainda, referência à incidência de respostas quanto à existência de diplomas e condecorações (vinte e duas). Estes documentos resultam, tradicionalmente, da formação académica, mas também da participação na vida social e do reconhecimento do mérito daquelas personalidades.

Não deixamos de registar que em vinte e dois inquéritos foi confirmada a existência de documentos de família, facto que podemos associar à vontade dos legatários de preservarem a memória das suas famílias, ou porque, como afirmou Armando Malheiro da Silva, “*Ninguém nasce de geração espontânea e, portanto, as pessoas trazem sempre consigo, em tese, vínculos familiares...*”<sup>146</sup>. Qualquer indivíduo revela a tendência para preservar documentos relacionados com a sua ascendência. Mas esta incidência pode decorrer da existência de acervos de vários membros de uma mesma família.

### **2.5.8. Caracterização dos acervos administrativos**

Os acervos arquivísticos resultantes da atividade da instituição museológica são, no momento da produção e posteriormente, essenciais para as tarefas de gestão dos recursos disponíveis. Alguns documentos podem contribuir para a documentação das coleções e para o estudo do museu e dos seus beneméritos.

Para uma melhor caracterização dos acervos incluímos uma questão de resposta múltipla, relativa aos documentos produzidos e recebidos pelas casas-museu. As respostas obtidas permitiram a elaboração do Gráfico 9<sup>147</sup>.

Não nos propomos discorrer sobre as respostas obtidas, fundamentalmente porque as informações recolhidas são limitadas, mas optámos por elencar algumas conclusões.

---

<sup>145</sup> No Anexo VII estão registados os dados que permitiram a elaboração deste gráfico

<sup>146</sup> SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de família e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. p. 77.

<sup>147</sup> No Anexo VIII estão registados os dados que permitiram a elaboração deste gráfico.

Os documentos mais assinalados são os inerentes às atividades administrativas, comuns em qualquer organização, (correspondência, documentos relacionados com a gestão e fotografias de eventos).

Especificamente de âmbito museológico, além dos inventários das coleções, registamos a existência de documentos relativos ao empréstimo de obras de arte, vinte e uma respostas, no universo de trinta inquéritos, o que é muito significativo. As coleções das casas-museu suscitam interesse por parte de outras instituições e, não menos relevante, as peças são cedidas.

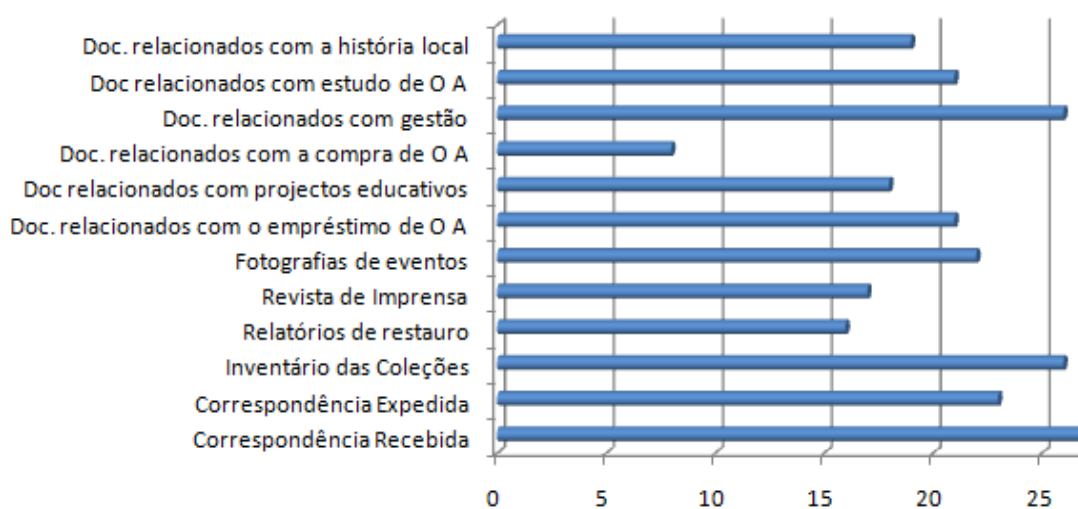


Gráfico 9 – Documentos produzidos pelas casas-museu.

Algumas casas-museu são, como já referimos, instituições que devem a sua existência a doações. Alguns doadores impõem como condição que a coleção não receba mais objetos. Esta pode ser uma explicação para a reduzida presença de documentos relacionados com a compra de obras de arte (oito respostas). Outra razão, mais plausível, estará relacionada com os orçamentos limitados, diríamos nós limitadíssimos, que impossibilitam aquisições.

De referir, também, o elevado número de respostas que assinalam a existência de documentos relacionados com a história local (dezanove respostas). Facto compreensível, porque algumas casas-museu constituem as únicas unidades museológicas e patrimoniais na proximidade das comunidades.

Por último, uma referência ao reduzido número de respostas sobre a existência de relatórios de restauro (dezasseis respostas). Para este facto apresentamos duas razões prováveis: ou as casas-museu não estão a proceder a restauros, o que é

plausível, face às já referidas limitações financeiras, ou estes não estão a ser devidamente documentados.

### **2.5.9. Tratamento da documentação de arquivo**

Definimos um conjunto de questões que permitissem obter informações relativamente ao tratamento arquivístico dos acervos e à competência técnica de quem o realizou. Questionávamos, também, as instituições sobre a existência de planos de classificação e de instrumentos de pesquisa<sup>148</sup>.

Quando inquiridos sobre o tratamento dos acervos arquivístico, doze museus confirmam que este foi realizado e seis esclarecem que está em curso. Cinco informam que o acervo nunca foi intervencionado e sete não responderam.

À questão sobre quem foi responsável pelo tratamento, apenas três informam que foi realizado por profissionais com formação adequada. Dos seis museus que esclarecem que os acervos estão a ser alvo de tratamento, apenas duas afirmam ter, nas suas equipas, pessoal com competências na área de arquivo.

Em três casas-museu os acervos arquivísticos dos homenageados foram intervencionados por entidades externas. Referimo-nos à Casa de Tormes, à Casa-Museu Passos Canavarro e à Casa-Museu Frederico de Freitas<sup>149</sup>.

Dez instituições não responderam a esta questão.

Das instituições que afirmam ter colaboradores com responsabilidades no arquivo, apenas uma reconhece que o acervo ainda não foi intervencionado, trata-se da Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines).

No que diz respeito à existência de um plano de classificação, apenas sete museus a confirmam, e três informam que está em elaboração. Obtivemos dez respostas negativas. Em dez inquéritos não obtivemos resposta.

Quando inquiridas sobre a existência de catálogos ou inventários, dos acervos arquivísticos, nove casas-museu responderam afirmativamente, quatro assinalam a existência de inventários. Quatro esclarecem que os documentos são parciais por estarem, atualmente, em elaboração. Cinco informaram não dispor de qualquer instrumento de acesso. Em oito inquéritos não obtivemos resposta a esta questão.

---

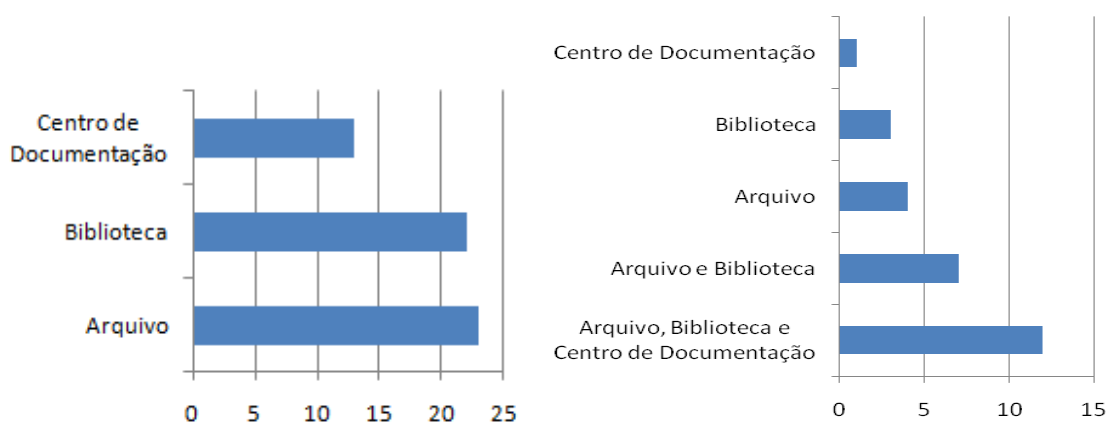
<sup>148</sup> No Anexo IX estão registados os dados relativos às respostas obtidas

<sup>149</sup> No primeiro caso o acervo manteve-se na posse na Fundação Eça de Queirós. Mas no caso da Casa-Museu Passos Canavarro e da Casa-Museu Frederico de Freitas foi tomada a opção de entregar o acervo aos Arquivos que realizaram os tratamentos arquivísticos dos acervos.

### 2.5.10. Instalação e preservação

As instalações são fundamentais para a organização, consulta e utilização dos acervo. Não incluímos no inquérito questões relativas às condições de preservação das instalações. Mas temos consciência de que poucas organizações revelarão mais preocupações com a preservação de bens culturais de que os museus.

Elaborámos uma questão relativa à existência de serviços de Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação<sup>150</sup> na dependência de casas-museu. Obtivemos as informações que nos permitiram a elaboração dos Gráficos 10 e 11.



Gráficos 10 e 11 – Existência de Arquivos, Bibliotecas e Centro de Documentação em casas-museu.

A análise dos gráficos permite verificar que treze museus declaram possuir Centro de Documentação, enquanto vinte e três confirmam possuir Arquivo, e vinte e dois Biblioteca. O Gráfico 11 permite apurar a coexistência destes recursos nas casa-museu. Assim, recebemos doze respostas que confirmam a existência simultânea de Arquivo, Biblioteca e Centro de Documentação e sete casos em que existe Arquivo e Biblioteca. Quatro museus declaram possuir apenas Arquivo e três informam possuir apenas Biblioteca<sup>151</sup>.

<sup>150</sup> Cumpre-nos esclarecer que os Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação são, na maioria dos casos, apenas espaços que albergam os acervos, não constituindo serviços com quadro de pessoal próprio. Na generalidade, não dispõem sequer de espaços de receção de investigadores, salas de consulta ou gabinetes técnicos.

<sup>151</sup> Cf. Anexo X.

Destaca-se a Casa-Museu Bissaya Barreto que assinala apenas a existência de um Centro de Documentação. Neste caso, importa esclarecer que aquele serviço preserva o arquivo pessoal do Prof. Bissaya Barreto e a sua biblioteca privada, além do acervo arquivístico e bibliográfico da Fundação e da casa-museu.

A Casa-Museu Adelino Ângelo, a Casa-Museu José Régio de Portalegre e a Casa-Museu Pintor José Cercas declararam não possuir nenhuma destas valências.

Incluímos uma pergunta relacionada com a instalação dos acervos arquivísticos. Pretendíamos aferir se estes se encontravam em espaços a eles destinados, se distribuídos por várias salas, no núcleo expositivo ou em reservas. Das respostas obtidas concluímos que, em geral, estão inseridos em salas próprias. Mas verificámos exceções. A Casa-Museu Medeiros e Almeida tem o seu acervo organizado em diferentes salas da casa. A mesma informação é dada pela Casa-Museu Fernando Namora.

Vários museus esclarecem que os acervos não estão nas suas instalações. A Casa-Museu Afonso Lopes Vieira informa que o acervo, que não está em exposição permanente, é preservado no Arquivo Municipal da Marinha Grande. Já a Fundação Eng. António de Almeida esclarece que “*Os documentos são preservados no arquivo geral da Fundação, no item Casa-Museu*”.

A Casa Museu José Régio (Portalegre) informa que apenas permanecem na instituição os documentos do arquivo corrente, porque “*os de arquivo intermédio encontram-se no Museu Municipal de Portalegre*”.

O acervo documental dos patronos da Casa-Museu Passos Canavarro está em depósito no Arquivo Distrital de Santarém.

O acervo arquivístico de Frederico de Freitas está em depósito no Arquivo Regional da Madeira. De referir, ainda, que não foi obtida resposta a esta questão em dez dos inquéritos recebidos.

Todas as outras instituições confirmaram que os documentos se mantêm nas instalações.

A Casa-Museu Almeida Moreira e o Museu Ferreira de Castro esclareceram que os documentos da instituição museológica estão preservados à parte dos acervos *históricos*.



### 2.5.11. Acesso aos acervos arquivísticos das casas-museu

O acesso aos acervos arquivísticos de casas-museu, por parte de investigadores externos, é uma preocupação que já procurámos demonstrar<sup>152</sup>. A legislação portuguesa faz depender da vontade dos proprietários o acesso a acervos de produção e tutela privadas.

Responderam a este inquérito doze instituições de tutela privada. De referir ainda a Casa-Museu Pintor José Cercas que sendo património do Município de Aljezur se encontra sob administração de uma associação cultural local<sup>153</sup>. As respostas obtidas permitem-nos concluir que, na generalidade das casas-museu, existe uma predisposição para facilitar o acesso aos seus acervos arquivísticos. Constitui exceção a Casa-Museu Eng. António de Almeida que informa que o acervo “*não está aberto a qualquer pessoa ou entidade externa à Fundação*”.

A Casa-Museu Medeiros e Almeida explica que “*Visto o arquivo não estar tratado, não se encontra aberto a consulta, no entanto, possibilitamos o acesso aos investigadores que o desejarem consultar nessas condições*”, devendo o acesso ser precedido de autorização da diretora.

A Casa-Museu José Maria da Fonseca não tem o seu arquivo aberto à consulta. Mas o responsável pelo preenchimento do inquérito esclarece que uma pesquisa teria de ser autorizada pela administração da empresa José Maria da Fonseca Vinhos, S.A.

Referimos, por último, a Casa-Museu Comendador Nunes Corrêa, que esclarece que “*Nunca foi colocada essa questão*”, mas informa que a consulta dependeria de uma autorização da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande.

---

<sup>152</sup> No decorrer da nossa atividade profissional tomámos conhecimento, por parte de investigadores, das dificuldades que tinham no acesso a acervos. Também a Casa dos Patudos foi, num período anterior à nossa presença na instituição, alvo de uma queixa apresentada à Procuradoria-Geral da República, por estar a dificultar o acesso de duas investigadoras ao acervo arquivístico de José Relvas.

<sup>153</sup> Trata-se da Casa-Museu Pintor José Cercas, em Aljezur. Durante os contactos estabelecidos com o Sr. José Manuel Marreiros, Vice-presidente da Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, foi-nos explicado que o arquivo nunca foi intervencionado nem dispõe de instrumentos de pesquisa. O desconhecimento condiciona a sua utilização.

O acesso aos arquivos de casas-museu tuteladas por organismo públicos pode, quando necessária, ser obtida junto dos conservadores ou, no caso das autarquias, junto dos responsáveis com o pelouro das unidades museológicas.

No que concerne aos utilizadores dos arquivos e centros de documentação, apenas nove casas-museu apresentaram números.

Quadro 1 – Número de frequentadores dos arquivos e centros de documentação das casas-museu

N.º	Designação	UA 2005	UA 2006	VA 2007	UA 2008	UA 2009	UA 2010
1	Atelier Anjos Teixeira	5	5	4	6	3	5
2	Casa dos Patudos	0	0	4	7	8	6
3	Casa-Museu Bissaya Barreto	0	0	0	0	105	244
4	Casa-Museu de Leal da Câmara	6	4	3	5	4	4
5	Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines)	0	5	0	6	0	2
6	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	0	0	2000	2480	3535	2670
7	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	0	0	90	53	9	15
8	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	0	0	0	0	3	4
9	Museu Ferreira de Castro	2	7	6	1	2	0

Conforme se pode verificar pela análise do Quadro 1, o acesso de utilizadores externos foi em geral residual. Constatámos, no entanto, números significativos apresentados pelas Casa-Museu Bissaya Barreto, Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis e Casa-Museu José Régio, em Vila do Conde.

No que concerne aos números apresentados pela Casa-Museu José Régio, em Vila do Conde, estes refletem as atividades desenvolvidas pelo Centro de Documentação diretamente com o público.

Não se verifica, como era expectável, qualquer relação entre o número de visitantes das casas-museu e o número de utilizadores que recorrem aos seus Arquivos e Centros de Documentação.

## 2.5.12. Difusão e publicação

A forma menos efémera de divulgação dos bens culturais, seja qual for a sua tipologia, é a produção de publicações. Partindo deste princípio, inserimos no

inquérito uma questão relativa à existência de publicações sobre o acervo arquivístico das casas-museu. Obtivemos apenas duas respostas positivas, da Casa-Museu Leal da Câmara e da Casa-Museu Guerra Junqueiro. A Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro tem em preparação uma publicação. Já da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira obtivemos a informação de que a documentação fora “*parcialmente*” alvo de publicação. Catorze museus responderam negativamente.

Apesar de não existirem publicações sobre os acervos, outras, sobre a casa-museu ou sobre a personalidade homenageada, reproduzem e citam documentos. Forneceram esta informação a Casa-Museu Bissaya Barreto, a Casa dos Patudos, a Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines), a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves e a Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa<sup>154</sup>. Duas instituições museológicas fazem notar que os seus acervos foram utilizados na produção de teses académicas: a Casa-Museu Passos Canavarro e o Museu Ferreira de Castro.

Face às respostas obtidas podemos concluir que são inexistentes publicações como catálogos ou inventários sobre os acervos arquivísticos. Por outro lado, verificamos que os documentos são utilizados para a documentação de objetos, de pessoas e da própria instituição, e são reproduzidos em publicações que abordam aquelas temáticas.

### **2.5.13. Difusão cultural e exposição**

São múltiplas as possibilidades de utilização do património arquivístico em ações de difusão cultural. A organização de atividades para grupos, pelos serviços educativos dos museus, nomeadamente mostras documentais e visitas temáticas. Outra forma, é a utilização de reprodução de documentos em simpósios, colóquios e encontros sobre as mais diversas temáticas, que envolvam os bens patrimoniais ou a

---

<sup>154</sup> O que certamente também será verificável noutras casas-museu. A Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, por exemplo, inaugurou em 2011 a exposição “*Coleccionar para a RESPublica. Dr. Anastácio Gonçalves (1888-1965). O Legado*”, com uma forte componente documental, cujo catálogo, com o mesmo título, reproduz mais de trinta documentos, além de várias fotografias e postais, do acervo do colecionador. Também a Fundação Medeiros e Almeida inaugurou a exposição temporária “*O Triunfo de uma Vida. António de Medeiros e Almeida 1895-1986*”, com catálogo com a mesma designação, em que são reproduzidos, além de citados, vários documentos do arquivo do homenageado.

história de pessoas ou instituições. Mas o meio, por excelência, a que os museus recorrem para divulgarem os seus bens patrimoniais são as exposições permanentes (correspondentes aos circuitos museológicos) e temporárias.

No que concerne à utilização de documentos em exposições, a análise das respostas permite concluir que é prática frequente. Seis museus responderam que os documentos são utilizados, mas não especificam se tal utilização é feita na exposição permanente ou em exposições temporárias. Nove instituições informam que a exposição permanente integra documentos de arquivo e duas assumem que já foram expostos documentos, mas apenas no âmbito de exposições temporárias. Cinco responderam negativamente e oito não responderam a esta questão.

Tentámos aferir se era digno de registo o interesse dos visitantes pelos documentos expostos. Apenas onze casas-museu responderam afirmativamente, todas as outras (dezanove) optaram por não responder.

Entre as respostas afirmativas registamos as três mais desenvolvidas. Do Atelier Anjos Teixeira obtivemos a seguinte resposta: “*Sim, Suscitam sempre interesse aos visitantes*”. Já a Casa-Museu Bissaya Barreto vai mais longe ao esclarecer que “*Têm suscitado interesse, e em virtude disso alguns foram requisitados para integrarem exposições promovidas por outras entidades*”. Também a Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines) confirma que os documentos expostos “*suscitam um enorme interesse por parte dos Visitantes*”.

#### **2.5.14. Funções dos acervos arquivísticos**

Constitui um pressuposto deste trabalho perceber a relevância que as casas-museu atribuem aos seus acervos arquivísticos. Retomamos aqui as afirmações de Deborah Wythe, que confere duplo papel aos arquivos de museus, ao considerar que são um recurso ao dispor da administração e uma fonte para todo o tipo de pesquisa sobre o museu e sobre as coleções<sup>155</sup>. Na nossa opinião para as casas-museu os acervos constituem, ainda, uma fonte para a história biográfica do doador ou personalidade que se pretende homenagear.

Por esta razão, foram incluídas duas questões de resposta livre. A primeira para auscultar o relevo dado aos arquivos no contexto da história da instituição e dos objetos da coleção, constituindo assim uma fonte de informação disponível.

---

<sup>155</sup> WYTHE, Deborah [ed.] – *Museum archives: an introduction*, p. 11.

Pela leitura das respostas observamos que algumas casas-museu reconhecem que os acervos são fundamentais para o conhecimento dos homenageados, entre outras, a Casa-Museu José Régio (Vila do Conde), a Casa dos Patudos, a Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa e a Casa de Tormes. Outras destacam o papel dos acervos para a história das instituições e dos objetos museológicos, entre outras a Casa-Museu Afonso Lopes Vieira, a Casa-Museu Aquilino Ribeiro e a Casa-Museu Almeida Moreira.

Entre as expressões utilizadas, pelos responsáveis pelo preenchimento dos inquéritos, para enfatizarem a importância atribuída aos documentos de arquivo constam: *informação única, prova e memória*.

Face ao exposto, verificamos que os responsáveis pelo preenchimento dos inquéritos revelam uma clara percepção do contributo que os acervos arquivísticos dão, ou podem dar, em tarefas que promovam o conhecimento e reconhecimento das personalidades homenageadas e da própria instituição museológica.

As respostas revelam que o acervo é reconhecido como um recurso disponível, válido e até insubstituível para o trabalho museológico. Citamos aqui a resposta obtida da Casa-Museu José Régio (de Portalegre), que, relembramos, não dispõe de sala ou serviço de Arquivo: *“Os documentos de arquivo, tratados e disponíveis são um importante contributo e uma mais-valia para o desenvolvimento da instituição, pois constituem a base de trabalho segura para o desenvolvimento da atividade museal. Documentos acessíveis, estruturados ajudam a decidir e a responder com segurança”*.

A segunda questão pretendia aferir sobre a relevância atribuída aos acervos, no cumprimento das funções museológicas. Esta questão foi respondida em todos os inquéritos, sendo de referir que algumas respostas são bastante elaboradas.

Da leitura das respostas depreende-se o reconhecimento da relação entre os documentos e a função de comunicação da instituição. Algumas reconhecem que é importante no cumprimento de várias funções museológicas, nomeadamente o Serviço Educativo, Exposição e Conservação. Outras, como Casa-Museu Guerra Junqueiro e a Casa-Museu José Maria da Fonseca, dão ênfase à utilização dos acervos no âmbito da comunicação. A Casa-Museu Frederico de Freitas destaca a sua utilidade em projetos como exposições e publicações.

Algumas casas-museu referem a importância dos arquivos na documentação de coleções, entre elas, a Casa-Museu Almeida Moreira, da Casa-Museu Leal da Câmara e da Casa-Museu Frederico de Freitas.

## Considerações finais e recomendações

Os resultados expostos constituem uma pequena amostra, mas representativa da situação dos arquivos no panorama das casas-museu em Portugal.

Os dados coligidos confirmam a existência de acervos arquivísticos, quer resultantes das atividades dos patronos e homenageados, quer institucionais<sup>156</sup>. Claramente pode afirmar-se que as casas-museu tutelam acervos pessoais e familiares, das personalidades que estiveram no cerne da sua criação.

Constatamos que, na generalidade, os acervos estão inexplorados e mal identificados. Há muito trabalho por fazer no tratamento e, em alguns casos, tudo está por fazer, até a identificação dos acervos. Faltam documentos de trabalho, como planos de classificação e instrumentos de acesso à informação (inventários, listas e catálogos).

Em contraponto, verificamos que as instituições têm consciência do valor dos seus acervos documentais. É a falta de recursos que impede o tratamento e divulgação e não a falta de reconhecimento do valor dos acervos.

A análise das respostas permite concluir que, para as casas-museu, a história das instituições se funde com a história das personalidades homenageadas. Os acervos arquivísticos são reconhecidos como fontes do passado e como recurso na preparação de atividades, participando desta forma no cumprimento das funções museológicas.

As casas-museu associam os documentos de arquivo aos conceitos de memória, testemunho, base fidedigna de trabalho. Apenas uma refere o termo marketing e, duas, os de comunicação e serviço educativo. Este facto revela que os arquivos estão, ainda, afastados da relação das instituições com os públicos. Constitui exceção a presença de documentos em exposições.

O desconhecimento dos acervos impede a sua utilização plena, por parte das instituições museológicas e furta, aos museus e à comunidade científica, património documental e arquivístico.

Seria recomendável o investimento no tratamento dos acervos e a elaboração de instrumentos de pesquisa que facilitassem e potenciassem o acesso aos

---

<sup>156</sup> No Anexo XI apresentamos o guia dos acervos arquivísticos identificados, através das respostas obtidos nas respostas ao inquérito.

documentos. Constituinto o tratamento arquivístico um processo essencial para a comunicação do acervo, este deveria ser sucedido de um esforço de divulgação.

O sucesso dos museus passa, inevitavelmente, pela comunicação com recurso às novas tecnologias, as quais devem, também, ser usadas para a divulgação dos acervos arquivísticos, para a comunidade em geral.

Seria muito favorável uma valorização dos acervos arquivísticos como fontes para estudos sobre as coleções museológicas e as instituições. O contacto com os documentos pode revelar informações que contestem, ou confirmem, factos fomentados pela história oral, mas que, por vezes carecem de prova documental.

Seria aconselhável que os museus incrementassem a utilização dos documentos, desde que atendendo às questões de preservação, nas exposições e noutras realizações culturais como colóquios e conferências.

Também os serviços educativos podem obter nos arquivos temas para as suas atividades, em especial com as escolas pois, para além da vertente cultural e educativa, serviriam de alerta para a preservação deste património.

Seria recomendável que se esbatessem as fronteiras entre acervos históricos e administrativos, dentro das instituições museológicas. A valorização de todos os recursos documentais, tutelados pelas casas-museu, muito contribuiria para o melhor desempenho das funções museológicas.

Por último, seria muito útil para as casas-museu a troca de informações relativamente aos acervos que tutelam e aos tratamentos arquivísticos realizados. Tendo em conta que muitas das personalidades homenageadas são contemporâneas e que algumas frequentaram os mesmos círculos académicos, culturais e sociais, há a considerar a possibilidade de existir num arquivo informação relevante a várias instituições.

### 3. O Arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça

#### Introdução

A Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça foi instituída por vontade testamentária de José de Mascarenhas Relvas (1858-1929), proprietário, vitivinicultor, político, músico amador e colecionador de arte.

O património legado à Câmara Municipal de Alpiarça é extenso, inclui propriedades agrícolas, património edificado (a Casa dos Patudos), coleções artísticas (mais de oito mil objetos inventariados), coleções bibliográficas (sete mil livros e mais de quatro mil periódicos) e um extenso acervo arquivístico que reflete as atividades de José Relvas e de outros membros da sua família.

A Casa dos Patudos desenvolve atividade museológica de forma ininterrupta desde 1960 e foi declarada imóvel de interesse público em 1996. Desde a sua criação tem procurado homenagear o seu benemérito e contribuir para a divulgação da sua personalidade e das coleções por ele reunidas. A atividade institucional é, também, responsável pela produção de acervo bibliográfico e arquivístico.

O Arquivo da Casa dos Patudos, objeto em análise neste capítulo, compreende o acervo documental legado por José Relvas, comumente designado de *Arquivo Histórico da Casa dos Patudos* e o arquivo administrativo produzido e preservado pela casa-museu.

Procuraremos, neste capítulo, fazer uma apresentação da Casa dos Patudos, entidade detentora de acervo arquivístico, documental e patrimonial. No que concerne ao acervo arquivístico é nosso objetivo contribuir para a sua caracterização e para a delimitação dos contextos de produção, nomeadamente, através da identificação dos produtores.

Propomo-nos discorrer sobre a utilização do acervo arquivístico no desempenho das funções museológicas.

Faremos referência à presença de documentos em exposições e à sua utilização como fonte na elaboração de publicações.

Abordaremos, ainda, o processo de reorganização do acervo arquivístico, os princípios teóricos que o orientaram e a metodologia utilizada no trabalho que realizámos, entre 2007 e 2011, no arquivo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.



### 3.1. Antecedentes da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça

À semelhança de outras casas-museu a Casa dos Patudos tem um percurso relevante que antecede a criação da instituição museológica. Foi uma casa de família e o centro nevrálgico da administração de um significativo património agrário, centrado no Ribatejo, mas com ramificações em Viseu e no Alentejo.

A Casa dos Patudos foi a residência de José Relvas. Edificada na Quinta dos Patudos<sup>157</sup> foi a casa ambicionada e dimensionada ao espírito social, cultural e colecionista do seu dono. Uma grande residência de um abastado agricultor, com cómodos suficientes para acolher familiares, amigos, artistas e políticos, mas com espaços reservados à música e às demais artes, as paixões de José Relvas.

Sabemos, por documentos do seu arquivo, que José Relvas se instalou nesta propriedade em 1888. Em 1891, deu início a obras de ampliação da residência, construindo novas salas e reformulando o sótão<sup>158</sup>.

Observando as fotografias, posteriores a estas obras, damos conta de uma habitação de dimensões modestas para acomodar José Relvas, a mulher e os três filhos, a *mademoiselle* contratada para cuidar da educação das crianças, um número não conhecido de criadas, além das frequentes visitas.

Não podemos ainda deixar de referir que José Relvas dera já início à constituição das suas coleções<sup>159</sup>.



Figuras 1 e 2 - Casa dos Patudos. Fotografias de José Relvas, (1893).

<sup>157</sup> Um documento de 1829 refere que a Quinta dos Patudos contava “*com casas principais e para criados, oficinas, olival, montado, vinha, terras e mais pertenças*”. *Escrituras de Arrendamentos feitos à Casa*, 1829, Escritura 45, AHCP, Cx. 291.

<sup>158</sup> *Memórias da Administração 1882-1892*, p.154, AHCP, Cx. 239

<sup>159</sup> Cf. *Diário – 1.º Livro do Constaneiro 1886-1890*, AHCP, Cx. 230.

Mas a grande transformação da casa em *Palácio dos Patudos* operou-se a partir de 1905, com a execução do projeto do arquiteto Raul Lino<sup>160</sup>. A encomenda foi feita em 1903, o projeto data de 1904 e a obra decorreu entre 1905 e 1906, edificada pela J. Lino, empresa de construção da família do arquiteto. A conclusão da obra foi assinalada com a realização de três concertos de música clássica, no Salão Nobre da Casa dos Patudos, entre Junho e Julho de 1906<sup>161</sup>.

A ampliação da residência não deixará de estar relacionada com o aumento contínuo das coleções, que impressionavam quem visitava a Casa dos Patudos<sup>162</sup>. Documentos como faturas, recibos e correspondência revelam que, entre 1887 e 1904<sup>163</sup>, foram adquiridos centenas de objetos artísticos.

Acontecimentos como a morte de Carlos Relvas, pai do colecionador, em 1894, também motivaram a incorporação de objetos artísticos e pessoais, herdados e adquiridos por José Relvas<sup>164</sup>.

O projeto de ampliação da residência foi posterior a vários investimentos nas dependências agrícolas, designadamente a construção de adegas e de um lagar de azeite, na Quinta dos Patudos. Estas obras foram possíveis porque José Relvas foi bem-sucedido nos seus negócios, em especial o do vinho, e reuniu capital proveniente da venda de propriedades que Eugénia Relvas possuía em Viseu<sup>165</sup>.

---

<sup>160</sup> O contacto entre cliente e arquiteto foi estabelecido através de um amigo comum, Jerónimo da Costa Bravo, importante aliado de negócios de José Relvas. *Correspondência de Jerónimo da Costa Bravo (1896-1919)*, AHCP, Cx. 060 a 062; *Carta de Raul Lino para José Relvas, (16/01/1903)*, *Construção e Obras da Casa dos Patudos, (1903-1929)*, Cx.169, Pasta 1.

<sup>161</sup> Cf. *Álbum de Recordações (Scrap Book) (1904-1907)*, Cx. 94.

<sup>162</sup> Em 1903 num artigo de imprensa a Casa dos Patudos era designada de “Museuzinho de Alpiarça”. *Álbum de Recordações (Scrap Book) (1894-1904)*, AHCP, Cx. 097

<sup>163</sup> Para este período identificámos, no AHCP, 308 documentos relativos a compras de obras de arte, inseridos em duas séries documentais: *Correspondência Comercial e Contas Pagas*.

<sup>164</sup> Na sequência de partilhas efetuadas por morte de Carlos Relvas, além de bens imóveis, José Relvas herdou quadros, esculturas, fotografias, livros, mobiliário, tapetes, porcelanas, máquinas fotográficas e a vitrina com a maqueta do bote salva vidas inventado por Carlos Relvas, (que se encontra atualmente na Casa-Estúdio Carlos Relvas, na Golegã, por cedência do Município de Alpiarça). José Relvas, também, adquiriu todos os lotes de bens colocados à venda, por decisão judicial, para pagamento de dívidas do seu pai e da madrasta. *Formal de Partilhas dos Bens de Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos, (1895-1896)*, Cx. 237; *Documentos relacionados com partilhas familiares*, AHCP, Cx. 237.

<sup>165</sup> Cf. Registos no *Diário de Receita e Despesa (Costaneiro)*, de 06 de Junho de 1901 a 01 de Julho de 1910, AHCP, Cx. 231

O arquiteto enfrentou algumas dificuldades na execução da obra. A maior de todas, foi o cliente, opinativo, esclarecido e exigente. Mas, a relação rapidamente evoluiu para uma sólida amizade e Raul Lino teve uma participação, que excedeu o trabalho de arquiteto, nomeadamente na aquisição de obras de arte. Teve também um importante papel na distribuição e decoração das novas salas. Dedicou especial atenção ao Salão Renascença, idealizado para a realização de eventos sociais, em especial concertos de música. Desde a arquitetura, com características acústicas, ao desenho do mobiliário, tudo ficou à sua responsabilidade<sup>166</sup>.

Foram realizadas várias intervenções entre a conclusão da execução do projeto de Raul Lino e a morte do colecionador, em 1929<sup>167</sup>, mas todas ocorreram por decisão e sob vigilância de José Relvas. A título de exemplo, referimos as obras feitas em 1914, para a acomodação das obras de arte adquiridas por José Relvas em Madrid, cidade onde residiu entre 1911 e 1913<sup>168</sup>.

A casa de José Relvas teve sempre as portas abertas a visitantes. À família e aos amigos somaram-se os visitantes esporádicos, alguns a convite, outros, recorrendo à amabilidade dos Relvas, pediam para a visitar.

Entre a correspondência existem dezenas de documentos que expressam agradecimentos por visitas e estadias na Casa dos Patudos e muitos com pedidos para que outras pessoas fossem recebidas. É o caso de Raul Lino, que em 1908 pediu a José Relvas para, na sua próxima visita, levar consigo o amigo Fred

---

<sup>166</sup> Correspondência de *Raul Lino para José Relvas*, AHCP, Cx. 024; *Construção e Obras da Casa dos Patudos*, AHCP, Cx.169.

<sup>167</sup> Entre 1923 e 1924, foram edificadas a Sala dos Primitivos e a Sala Silva Porto (atual Sala Boileau). Em 1926, foram construídas a Galeria Verde e a Sala Parquet (atual Silva Porto). As obras estão documentadas pelas séries: *Construção e Obras da Casa dos Patudos*, 1903-1929(?); *Músicas Welte Mignom e Projectos das Salas Novas*, 1923-1929(?). Entre os documentos contam-se correspondência recebida do arquiteto Raul Lino, da construtora J. Lino, dos amigos José Malhoa, Jerónimo da Costa Bravo, Francisco de Almeida Moreira, dos artífices Lourenço de Almeida, Manuel Pedro de Jesus, Jorge Pinto, João Machado, entre outros. Um acervo de mais de mil documentos.

<sup>168</sup> Numa carta dirigida à mulher, expondo o mau momento dos negócios, o colecionador afirmava “*para fazer face a despesas extraordinárias (...) como foi o arranjo da casa depois do regresso de Madrid, apellei para a venda do Stradivarius e de vários quadros e objetos d’ arte, que deu meios suficientes para esses gastos*”. *Carta de José Relvas para D. Eugénia Relvas*, 11/08/1914, AHCP, Cx. 315

Abecassis<sup>169</sup>. Também Jaime Cortesão, em Julho de 1921, pedia para se deslocar à Casa dos Patudos na companhia de Augusto Carneiro, Aquilino Ribeiro e Dr. Luís da Câmara Reis<sup>170</sup>. Já o pintor Martinho da Fonseca pediu a José Relvas, em Setembro de 1928, que recebesse José Tagarro e Waldemar Guimarães<sup>171</sup>. Em Junho de 1910, a Sociedade de Arquitectos Portugueses agradecia a forma como tinham sido recebidos, nos Patudos, os arquitectos e respetivas famílias<sup>172</sup>. Em 1925, Carlos Bonvalot confessava “*Apesar de ir já preparado fiquei deveras encantado com o que vi e senti [...] A [casa] de V. Ex.<sup>a</sup> não tem o amontoado de uma galeria que fatiga ao fim d’ um certo tempo...*”<sup>173</sup>. São também muitas as evidências de serões culturais e sociais com artistas, músicos e políticos.

A decisão de doar *ao público* a sua casa foi consequência da morte dos três filhos<sup>174</sup> e contou com a aprovação da mulher, Eugénia Relvas. Documentos do seu arquivo revelam que a decisão foi tomada alguns anos antes da morte<sup>175</sup>, pelo que José Relvas preparou a sua *última vontade*. Neste período ampliou e reformou a Casa, redistribuiu as suas coleções e atribuiu novas designações às salas. Vendeu obras de arte e adquiriu outras, quase exclusivamente peças de arte portuguesa. Em 1928, mandou realizar um inventário das suas coleções artísticas. Em Maio de 1929, mandou redigir o seu testamento<sup>176</sup>.

José Relvas faleceu, na sua casa, a 31 de Outubro de 1929, legando em testamento a Quinta dos Patudos, a Casa dos Patudos, as coleções, a biblioteca e o

---

<sup>169</sup> *Carta Raul Lino para José Relvas*, 15/05/1908, AHCP, Cx. 024, Pasta 01.

<sup>170</sup> *Carta de Jaime Cortesão para José Relvas*, 17/07/1921, AHCP, Cx. 014, Pasta 04.

<sup>171</sup> *Carta de Martinho da Fonseca para José Relvas*, 20/09/1928, AHCP, Cx. 018, Pasta 01.

<sup>172</sup> *Carta da Sociedade de Arquitectos Portugueses*, 08/06/1910, AHCP, Cx. 052, Pasta 02.

<sup>173</sup> *Carta de Carlos Bonvalot para José Relvas*, 23/04/1925, AHCP, Cx. 007, Pasta 14.

<sup>174</sup> Retomaremos mais adiante este assunto.

<sup>175</sup> Em 1926, o colecionador confidenciava ao artista João da Silva, residente em Paris, a quem desejava adquirir a escultura *O Campino a Cavallo*: “*permito-me, pelo sincero desejo que teria em possuí-lo, e collocar-o onde elle porventura venha a pertencer a uma instituição pública, dirigir-me a V. Ex.<sup>a</sup> para que muito à vontade me diga se estaria disposto a cedel-o [...] tenho para esse fim reservados nove mil francos*”. *Rascunho de carta de José Relvas para João da Silva*, 14/04/1926, AHCP, Cx. 052, Pasta 59.

<sup>176</sup> Nomeou seus testamenteiros a mulher e os sobrinhos, por afinidade, Carlos José de Azevedo e Albuquerque, António Mendes Correia e Luís Albuquerque Couto dos Santos. Casados com Margarida Relvas Navarro, Cármen de Boàda Loureiro Mendes e Maria Clementina Relvas Navarro, respetivamente. José Relvas tinha ainda outra sobrinha, Maria Liberata Relvas Navarro.

seu arquivo ao Município de Alpiarça, terra que elegeu para viver e que ajudou a ascender a concelho<sup>177</sup>.

A lista das exigências impostas pelo legado era extensa, entre outras: a abertura da casa a público, o respeito pela ordem dada à coleção, a construção de um asilo para idosos pobres de Alpiarça e o zelo pelo jazigo da Família, onde repousam os restos mortais de cinco Relvas e de alguns criados.

### 3.1.1. As coleções da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça

As coleções da Casa dos Patudos são ecléticas e numerosas, com mais de oito mil peças inventariadas. Percentagem significativa corresponde a objetos e mobiliário de uso pessoal dos *Relvas*. Mas estes objetos são, há muito, peças da coleção do museu, na medida em que integram o percurso museológico, que se pretende representativo de uma época e de uma memória.

Sobre estas coleções escreveu Jorge Estrela: *“Haveria na Casa dos Patudos material suficiente para constituir coleções? Certamente que sim – pintura de alta qualidade, loiças, esculturas, mobiliário, objetos que fora do seu contexto e ordenados tematicamente, comporiam das melhores colecções existentes em Portugal”*<sup>178</sup>. Assinalamos a expressão *“fora do contexto”*, pois o que caracteriza a Casa dos Patudos, não é a reunião de obras de arte, mas o ambiente que o dono idealizou para elas. O colecionador não fez na sua casa uma organização temática ou cronológica das coleções. José Relvas *“não quis apenas ter uma galeria de arte de excepcional qualidade, quis viver, quis proporcionar aos amigos e familiares o ambiente que resultava do feliz arranjo da galeria”*<sup>179</sup>.

O projeto de Raul Lino promoveu a representação das artes e artífices portugueses, interesse partilhado pelo arquiteto e pelo cliente. O projeto enquadrou a azulejaria, a arte do ferro e da cantaria, a arte de marcenaria e entalharia portuguesas. A decoração fez-se com os tapetes de Arraiolos, pintura e escultura, peças de porcelana e faiança portuguesas lado a lado com os tapetes de Aubusson e persas, os damascos italianos, a pintura europeia e a porcelana oriental.

---

<sup>177</sup> O concelho de Alpiarça foi criado em 1914, graças ao empenho de republicanos locais. Sobre este assunto: PAIS, José João Marques - *Vale de Cavalos. Uma terra disputada*. Alpiarça: 2004.

<sup>178</sup> ESTRELA, Jorge – O Coleccionador. In SERRA, João Bonifácio [et al.] – *José Relvas. O Conspirador Contemplativo*, p.100.

<sup>179</sup> BARTHOLO, Maria de Lurdes - *Roteiro. Casa dos Patudos*, p. 12.

A coleção de pintura, reunida ao longo de mais de quarenta anos, é a mais significativa. José Relvas revelou, em muitos momentos, um profundo conhecimento desta arte, só possível por ser um “*estudioso da arte europeia e portuguesa*”<sup>180</sup>. Também na pintura os artistas portugueses estão em destaque, com trabalhos de José Malhoa, Columbano, Carlos Reis, Alves de Sá, Alberto de Sousa, Roque Gameiro, António Ramalho, Sousa Pinto, Cândido da Cunha, João Vaz, Acácio Lino, Martinho da Fonseca, Carlos Bonvalot, Adriano de Sousa Lopes, Silva Porto, Tomás da Anunciação e Domingos António de Sequeira, entre outros.

As coleções da Casa dos Patudos estão, quase na totalidade, inventariadas. O museu dispõe de inventário em papel e possui, atualmente, equipamento e *software* que permitem a transposição dos dados para o novo suporte.

### **3.1.2. A criação da instituição museológica**

O arquivo da Casa dos Patudos preserva cerca de oitenta documentos relativos ao processo de adaptação a museu, que constituem a coleção *Documentos da criação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*. Esta coleção reúne documentos de arquitetura, correspondência, notas de correspondência expedida e notas diversas. Mas parte significativa da informação sobre o processo de criação do museu só pode ser recuperada através do arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça.

O legado era do conhecimento da autarquia, pelo menos desde a leitura do testamento de José Relvas, em 1929. A viúva, D. Eugénia Relvas, usufrutuária dos bens do casal, faleceu em 1951. Durante o período que decorreu entre a morte dos cônjuges a Câmara Municipal contactou juristas para aferir da possibilidade legal de tomar posse da herança antes da sua morte, o que não veio a acontecer<sup>181</sup>.

A leitura da ata da reunião da Câmara Municipal, de 14 de Setembro de 1950, revela que os problemas de assistência, à população idosa, levaram a Santa Casa da Misericórdia de Alpiarça a sugerir o “*imediate cumprimento ao legado Relvas, assegurado, como já se encontra, o devido consentimento de Excelentíssima Dona Eugénia Relvas*”<sup>182</sup>. O executivo não acedeu a este pedido.

Na sessão extraordinária de 1 de Junho de 1951, a Câmara deliberou por unanimidade a aceitação do legado, mas a posse efetiva só se concretizou em

---

<sup>180</sup> FALCÃO, José António - *XIX Século XX. Momentos da Pintura Portuguesa ...*, p.17.

<sup>181</sup> Documentos do Arquivo da Câmara Municipal. *Legado Relvas*, ACMA, L-4, Cx. I-12.

<sup>182</sup> *Livro de Actas da Câmara Municipal de Alpiarça*, (1950), n.º 24-L, Fls. 14v.

1957<sup>183</sup>. Em Novembro desse ano, a legatária, já se ocupava da gestão do legado e confiava a “*organização e direcção do Museu dos Patudos*”<sup>184</sup> à Dra. Maria de Lurdes Bartholo. A conservadora comprometeu-se com o acompanhamento das obras, a redacção de um roteiro e a conferência do inventário das coleções.



Figuras 3 e 4 - Vistas do Salão Renascença e da Sala Boileau. Fotografia não identificado, (1957).

A Casa dos Patudos foi, então, alvo de uma intervenção que teve por objetivos a recuperação do edifício e a adaptação a museu. O modelo expositivo foi da responsabilidade da conservadora, Dra. Maria de Lurdes Bartholo e o projeto arquitetónico da autoria de Samuel Quininha<sup>185</sup>.

A decisão de criar um circuito museológico contínuo obrigou à construção de uma sala, que viria a ser designada de Galerias das Aguarelas e à destruição de um painel de azulejos, para acesso à, criada, Sala de Arte Sacra. As outras alterações foram de menor impacto e não exigiram alterações arquitetónicas, pelo que a Casa dos Patudos manteve todas as suas características de casa habitada.

Maria de Lurdes Bartholo justificou as alterações realizadas com a vontade de promover a valorização da Casa e das coleções, a necessidade de garantir a segurança dos objetos e com “*os condicionalismos de todas as instituições que de particulares e privadas se destinam a ser largamente visitadas por um público heterogéneo*”<sup>186</sup>.

A autarquia tinha urgência em abrir a casa-museu a público, como revela a correspondência para a conservadora, na qual foram sendo propostas sucessivas

<sup>183</sup> Livros de *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Alpiarça (1951-1957)*, Livros 24M a 24R.

<sup>184</sup> *Livro de Actas da Câmara Municipal de Alpiarça*, n.º 24M, Fls. 60.

<sup>185</sup> *Documentos da criação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*, AHCP, Cx. 404.

<sup>186</sup> Carta de Maria de Lurdes Bartholo para o Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, 1959. *Documentos da criação da Casa dos Patudos*, AHCP, Cx. 404.



datas para a abertura oficial, durante o ano de 1959. Mas sabemos por carta do arquiteto, que as obras ainda não estavam concluídas em Março de 1960<sup>187</sup>.

A Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça foi inaugurada em 15 de Maio de 1960. Inicialmente recebia visitantes apenas duas tardes por semana, mas o aumento do número de visitantes obrigou a uma abertura regular e à contratação de mais pessoal. A casa-museu manteve-se sempre aberta a público com a realização de visitas guiadas, salvo em curtos períodos em que decorreram obras.

A realização de exposições temporárias e o empréstimo de obras de arte foram práticas frequentes e tiveram presentes dois objetivos: a divulgação das coleções e da Casa e a perpetuação de uma prática do colecionador<sup>188</sup>. Existe ainda outra razão, o empréstimo de obras de arte foi a forma encontrada pelos responsáveis pela Casa dos Patudos para garantir a conservação das coleções<sup>189</sup>.

Desde 1960 realizaram-se muitas fases de obra, motivadas pela dimensão do imóvel e pela complexidade arquitetónica, particularmente ao nível das coberturas. Estas intervenções foram sempre parciais, porque a recorrente falta de recursos justifica uma prática de intervenção pelo urgente e inadiável, mas não preventiva.



Figuras 5 e 6 - Casa dos Patudos. Fotografias de João Silveira Ramos, (2008).

Em 2009, a Câmara Municipal de Alpiarça apresentou uma candidatura no âmbito do QREN, no domínio “Património Cultural - Eixo 3” do Programa Operacional Regional do Alentejo. O objetivo era colmatar os graves problemas do edifício, que contribuíam para a degradação das coleções e converter espaços degradados em

<sup>187</sup> *Documentos da criação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*, AHCP, Cx. 404.

<sup>188</sup> José Relvas emprestou obras de arte da sua coleção, quer aos autores, para que as pudessem expor, quer a sociedades e comissões de homenagem a artistas. Esta prática está documentada no AHCP, pela correspondência de artistas e pelos catálogos das exposições.

<sup>189</sup> A presença em exposições obriga, frequentemente, a intervenções de restauro, sendo estas realizadas a expensas da entidade que solicita o empréstimo da peça artística.



salas de circuito museológico, espaços de acolhimento ao visitante, serviços administrativos e técnicos, reservas e instalações para o futuro Centro de Documentação José Relvas. Esta intervenção foi levada a cabo e cumpriu os principais objetivos propostos.

Atualmente o circuito museológico inclui vinte e cinco salas, distribuídas por três pisos. As visitas são guiadas e é oferecido, aos visitantes, um folheto com informações sobre José Relvas, a casa e as coleções. Os visitantes percorrem salas e galerias, cruzando espaços que, na época em que José Relvas ali vivia, tinham funções bem definidas: a social, a privada e a restrita, esta última reservada à coleção.

A Casa dos Patudos é resultado de um projeto de vida de José de Relvas. Enquanto edifício arquitetónico foi sendo dimensionado de forma a albergar coleções que cresceram sem descontinuidades entre 1887 e 1929. O seu interior foi modificado e redecorado em função das mudanças de gosto do colecionador, do destaque que decidiu, em dado momento, dar a algumas obras de arte e artistas ou simplesmente da nova função de um espaço.

A casa de José Relvas reflete a sua personalidade, a sua paixão pelas artes plásticas e pela música, a sua admiração pelos seus antecessores e a sua ligação à lezíria e ao Ribatejo. Apesar das alterações que foi sofrendo mantém-se testemunha da vivência familiar e contemplativa dos Relvas.

Pelas salas que hoje os visitantes percorrem passaram músicos, artistas, políticos, conspiradores e anónimos. Nestes espaços viveram-se vitórias e desilusões, desenharam-se obras de arte e projetos artísticos, prepararam-se conspirações, ouviu-se e tocou-se música. Na Casa dos Patudos a família Relvas viveu e morreu. São testemunhas o espaço, os objetos e a memória, e esta pode alicerçar-se no arquivo reunido, preservado e legado por José Relvas.

### **3.2. As origens do acervo arquivístico e documental**

O acervo arquivístico e documental da Casa dos Patudos, tal como acontece noutras casas-museu, integra documentos de arquivo e coleções bibliográficas com origens distintas. Além dos documentos produzidos no decorrer da atividade museológica, existe um considerável acervo documental legado por José Relvas. O arquivo preserva, também, um pequeno acervo resultante de uma campanha arqueológica realizada na Quinta dos Patudos.

O conjunto de documentos legado pelo benemérito é representativo das atividades empresariais e particulares de vários produtores. Neste conjunto documental inclui-se um numeroso acervo resultante das atividades de gestão de um extenso património agrário, gerador da fortuna dos Relvas, que foi produzido por José Farinha Relvas de Campos (1791-1865), avô, Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos (1837-1894), pai, José de Mascarenhas Relvas (1858-1929) e por Carlos de Loureiro Relvas (1884-1919), filho.

São também numerosos os documentos produzidos no âmbito das atividades privadas de José Relvas. Entre estes merecem destaque os resultantes das atividades de colecionador, porque contextualizam a constituição das suas coleções artísticas.

O acervo legado inclui, ainda, documentos da Adega Regional do Ribatejo, sociedade de produtores de vinho, de que José Relvas foi sócio fundador e primeiro presidente e, que esteve ativa entre 1907 e 1913.

Além dos acervos arquivísticos foram legadas várias coleções de documentos: fotografias, postais, mapas, menus, recortes de jornais, programas culturais, catálogos e folhetos publicitários, que ascendem a alguns milhares.

De referir, ainda, as mais de quinze mil publicações periódicas e os cerca de sete mil livros. Entre as publicações periódicas contam-se mais de cem títulos de revistas e jornais, em língua portuguesa, castelhana e francesa, relacionados com temas como sociedade, cultura, música, arte equestre, fotografia e automobilismo. A coleção bibliográfica reúne publicações portuguesas e francesas, algumas herdadas por José Relvas, mas a maioria por ele adquiridas, com temas diversos: Literatura, História, Economia, Ciências Médicas, Belas Artes, Fotografia, Religião, Viagens, Biografia, Desportos e Agricultura.

O arquivo administrativo da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça resulta da atividade museológica. Esta conta já com mais de cinquenta anos mas o arquivo denota lapsos cronológicos, resultado de vários fatores que abordaremos ao longo deste capítulo. Integram o acervo documental cerca de quinhentas publicações e monografias reunidas no âmbito da atividade institucional.

Merece referência o pequeno conjunto de documentos resultante das escavações arqueológicas realizadas na Quinta dos Patudos, na década de 1980, por iniciativa do Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa, mas cujos achados arqueológicos ficaram em depósito na Casa dos Patudos e os documentos abandonados numa arrecadação em ruínas na Quinta dos Patudos.

### 3.3. O tratamento do acervo arquivístico

Pelas notas que nos chegaram de José Relvas compreendemos parte da organização que deu aos seus documentos e identificámos os espaços em que estavam instalados, na Casa dos Patudos. Foram identificadas três salas de biblioteca e duas salas de documentação. As mesmas fontes denunciam a presença de documentos na sala de cofre da Casa dos Patudos<sup>190</sup>.

Chegaram até aos nossos dias alguns apontamentos da organização que José Relvas deu aos seus documentos. Estes registos sobreviveram a várias intervenções, levadas a cabo no arquivo, e fundamentaram muitas das nossas decisões, durante o tratamento dos documentos de arquivo.

Na década de 1980, decorreu a primeira intervenção no acervo documental legado. Uma equipa, liderada por Carlos Consiglieri, foi incumbida de realizar o inventário das coleções museológicas e, nesse âmbito, empreendeu uma reorganização do arquivo que, hoje nos parece inconcebível, mas que deve ser enquadrada no tempo e na prática de profissionais, que tinham consciência do valor dos documentos, mas não dispunham de conhecimentos para levar a cabo aquele trabalho.

Esta intervenção foi parcial e incidiu sobre a correspondência (pessoal, política e comercial) e sobre os documentos relacionados com a aquisição de bens. Em ambos os casos procedeu-se à destruição da ordem original e à confusão entre documentos de diferentes produtores. Esta equipa considerou estar perante o arquivo de José Relvas e ignorou os outros responsáveis pela produção de documentos.

A correspondência foi organizada por ordem alfabética de sobrenome de remetente, independentemente dos destinatários, data ou classificação original<sup>191</sup>. Também se procedeu à reunião de bilhetes-postais e de cartões-de-visita, agrupando documentos de coleção e correspondência recebida por vários Relvas.

---

<sup>190</sup> Recolhemos ainda testemunhos orais que nos deram notícia de que alguns documentos estavam guardados dentro do mobiliário que decorava os gabinetes privados dos Relvas. Os documentos terão sido retirados, posteriormente, devido à realização de obras.

<sup>191</sup> Esta organização permitia que José Relvas fosse remetente dele próprio, ou que recebesse correspondência em 1842, data anterior ao seu nascimento, ou em 1950, vinte anos depois de ter falecido. Esta situação manteve-se até à nossa intervenção no arquivo.

As faturas e recibos foram organizados por assuntos, entre outros: Perfumaria, Negócios, Balanços, Fotografia, Augusto Lopes Joly, Serralharia e Ferragens.

Durante a década de 1990, realizam-se dois trabalhos muito importantes do ponto de vista do tratamento de acervo documental. Procedeu-se a uma catalogação sistemática da biblioteca<sup>192</sup> de José Relvas e a uma segunda intervenção no acervo arquivístico legado, que para tal foi instalado numa pequena despensa, que passou a designar-se de *sala do arquivo*.

Esta intervenção decorreu a partir de 1993 e teve o importante contributo de Armando Malheiro da Silva, que em 1995 apresentou o *Relatório Técnico e Proposta de Organização para o Arquivo Histórico da Casa dos Patudos*<sup>193</sup>. Pela leitura deste documento sabemos que a organização foi feita por jovens inseridos em projetos de formação. Estes jovens começaram por “*corrigir e completar a série artificial de Correspondência, que havia sido preparada pela Equipa do Prof. Carlos Consiglieri*”<sup>194</sup>. Em 1995, estava em curso “*a ordenação e descrição sumária de um vasto conjunto de documentação patrimonial e económica [...] produzida e recolhida por José Farinha Relvas de Campos*”<sup>195</sup>.

Armando Malheiro da Silva concluiu que o *Arquivo Histórico da Casa-Museu dos Patudos* reunia papéis pessoais e de função de José Relvas, do seu pai e avô, que constituíam o *Sistema José Relvas, Esposa e Filhos*. Identificava sete secções, três relativas a José Relvas (*Geral – correspondência; J.M.Relvas estudante; J.M.Relvas proprietário agrícola, político e intelectual*), as outras dos seus familiares: *D. Eugénia Antónia de Loureiro da Silva Mendes, Maria Luísa Relvas; Carlos de Loureiro Relvas e João de Loureiro Relvas*.

Em articulação com o *Sistema José Relvas, Esposa e Filhos* existiam cinco subsistemas, três relacionados com a atividade política de José Relvas (Governo Provisório da República - Ministério das Finanças; Legação de Portugal em Madrid e

---

<sup>192</sup> Da coleção instalada na Biblioteca que integra o circuito museológico, com cerca de quatro mil livros. Continuam por catalogar mais de três mil que estavam noutras dependências.

<sup>193</sup> Foi-nos cedida uma cópia deste relatório pelo Dr. Rui Gaspar, responsável pela Biblioteca Municipal de Alpiarça, que desenvolveu uma aplicação informática para o registo dos documentos, utilizada na década de 1990.

<sup>194</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *O Arquivo Histórico da Casa dos Patudos. Relatório Técnico e Proposta de Organização*, p. 3.

<sup>195</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *O Arquivo Histórico da Casa dos Patudos...*, p. 3.

Presidência do Conselho de Ministros) e outros dois, relativos à documentação de Carlos Relvas e de José Farinha Relvas de Campos<sup>196</sup>.

O Plano de Classificação proposto por Armando Malheiro da Silva nunca foi integralmente implementado. Procedeu-se a uma conferência da correspondência, à reorganização dos documentos relacionados com o património agrário de José Farinha Relvas de Campos e à organização de alguma documentação política.

Na década de 2000, procedeu-se à identificação de documentos relacionados com a compra de obras de arte, sendo estes retirados dos maços e pastas originais e reinstalados em caixas de arquivo, identificadas com a designação de *Coleção*. Também se procedeu a uma reorganização parcial da coleção de fotografia de José Relvas. As fotografias foram classificadas em temas<sup>197</sup> e guardadas em envelopes. Estas tarefas foram executadas pelo pessoal administrativo do museu.

Quando iniciámos funções no arquivo da Casa dos Patudos deparamo-nos com um conjunto documental desorganizado e disperso. Numa primeira análise reconhecemos várias intervenções, mas só com o desenvolvimento do trabalho compreendemos a dimensão da desorganização.

Abordaremos, de seguida, as referências teóricas que orientaram o tratamento do acervo e apresentaremos algumas das opções tomadas para a sua reorganização.

### **3.3.1. Bases teóricas para o tratamento do arquivo da Casa dos Patudos**

Ao principiar o tratamento deste acervo procurámos reunir conceitos teóricos que orientassem o trabalho técnico. Para tal, foi consultada a literatura, os inventários e catálogos publicados sobre arquivos pessoais e de família.

O trabalho arquivístico requer o conhecimento das instituições ou pessoas que produziram os documentos e a contextualização da produção e acumulação. Neste

---

<sup>196</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico-metodológicas para uma abordagem científica*, p. 99-102.

<sup>197</sup> Foram contabilizadas quatro mil e doze fotografias, com os temas: Fotografias da Família Relvas; Fotografias da Casa dos Patudos; Fotografias da Casa da Golegã e de Viseu; Fotografias das cenas rurais e tudo o que tenha a ver com campo; Fotografias de empregados de José Relvas; Fotografias de Rafael Bordalo Pinheiro; Fotografias de paisagens, cidades e monumentos; Fotografias de barcos e na praia; Fotografias de homens e mulheres não identificadas.

âmbito, tivemos o contributo da literatura existente sobre José e Carlos Relvas, os mais destacados membros da família Relvas.

A informação recolhida gerou dúvidas na classificação mais adequada ao acervo legado. Seria um arquivo de família, um arquivo pessoal ou uma coleção?

O Dicionário de Terminologia Arquivística define arquivo de família como: “*Arquivo de uma ou mais famílias aparentadas e/ou dos seus membros, relativo a assuntos privados e públicos e à administração de bens*”<sup>198</sup>.

Uma definição mais complexa é a apresentada na monografia *Arquivos de Família – Organização e Descrição*: “*é o conjunto de documentos produzidos e recebidos pelos elementos de uma família, no normal desenvolvimento das suas atividades, particulares ou colectivas, organizados de acordo com as suas atividades e tendo em conta uma necessidade de utilização futura*”<sup>199</sup>.

Os autores apresentam critérios que permitem diferenciar os arquivos de família dos arquivos pessoais: “*Um arquivo de família é necessariamente constituído em grande parte, por documentos individuais, que nele se integram por variadíssimas razões, enquanto se considerarmos um arquivo pessoal, teremos que considerar que nesse conjunto documental não existiam documentos para além dos necessários para o normal desempenho das funções de cada pessoa...*”<sup>200</sup>

Para Armando Malheiro da Silva os arquivos pessoais e de famílias constituem Sistemas de Informação<sup>201</sup>, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família ou Pessoa. Mas só “*há verdadeiramente um sistema de informação pessoal – SIP (activo e/ou permanente), quando estamos perante documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa*”<sup>202</sup>. Malheiro da Silva adianta que um sistema de informação familiar, que se foi fragmentando, pode dar origem a um resíduo informacional que é um SIP, mas reconhece que o “*mais natural e genuíno é*

---

<sup>198</sup> ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário...*, p. 8.

<sup>199</sup> GONÇALVES, Manuel da Silva; Guimarães, Paulo Mesquita - *Arquivos de família: organização e descrição*, p. 8-9.

<sup>200</sup> GONÇALVES, Manuel da Silva - *Arquivos de família...*, p. 9.

<sup>201</sup> No âmbito da Ciência da Informação um arquivo é um “*sistema (semi-fechado de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores*”. SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da Informação*, p. 214.

<sup>202</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de família e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo*. p. 77

*o SIF que compreende a produção/recepção informacional de pessoas ligadas entre si por laços bio-parentais*<sup>203</sup>.

O acervo arquivístico legado por José Relvas constitui um conjunto de documentos produzido por diferentes pessoas, de várias gerações, com relações familiares entre si, no desempenho das suas atividades. Mas quanto à organização de *acordo com as suas atividades* e tendo em conta *uma utilização futura*, defendida por Pedro Peixoto, mereceu da nossa parte uma reflexão.

José Relvas procedia à organização dos seus documentos tendo em conta a sua função. A documentação pessoal, empresarial e política teve processos de organização diferentes. Os documentos de âmbito pessoal eram guardados em maços, que podiam incluir vários remetentes e anos. A documentação empresarial corrente era arquivada cronologicamente em pastas e dossiês. Os documentos relativos à posse de propriedades, de uso menos frequente, eram guardados em maços dentro de gavetas ou no cofre. Para a documentação política José Relvas estabeleceu uma classificação, redigiu índices e colocou-a em caixas de arquivo, feitas de encomenda, que guardou na sua Biblioteca.

Face ao exposto consideramos que a organização foi racional e, pelo menos em parte, *a posteriori* e não resultado da acumulação decorrente do desempenho das atividades. Verificámos que José Relvas preservou e organizou documentos para memória futura e simultaneamente coligiu e redigiu documentos que justificavam a sua ação política e que constituíam prova de factos importantes, da sua vida pessoal e pública. Relativamente aos documentos dos outros Relvas, não recolhemos qualquer evidência de que José Relvas os tenha tentado reorganizar.

Tendo presentes a análise da documentação e as informações recolhidas considerámos que não seria adequada a classificação, do acervo legado, como *arquivo pessoal* ou *coleção*. O acervo que nos chegou sofreu cisões e reorganizações e não reúne a totalidade da documentação produzida pelos Relvas, mas tal não significa que estejamos perante uma coleção.

Uma coleção é um *“Conjunto de documentos ou de dossiers reagrupados em função do acaso, de uma escolha temática ou outra. A coleção constitui a antítese do fundo”*<sup>204</sup>. Consideremos ainda outra definição: *“Conjunto de documentos reunidos artificialmente em função de uma característica comum, independentemente da sua*

---

<sup>203</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de família e pessoais: bases científicas...*, p. 77

<sup>204</sup> ROUSSEAU, Jean-Yves - *Os fundamentos da disciplina Arquivística*, p. 137.

*proveniência*<sup>205</sup>. Os documentos que compõem o *Fundo Família Relvas* não foram colecionados em função de uma característica ou temática, foram produzidos no âmbito de atividades empresariais, públicas e privadas de várias pessoas.

Pedro Abreu Peixoto vai aprofundar as suas reflexões sobre os arquivos de família. O autor questiona se os fundos de origem familiar não serão afinal *colecções orgânicas* e alerta para a “*inexistência de documentos de controlo de produção e recepção de documentos, de instrumentos de descrição documental e de recuperação da informação elaborados pelas próprias entidades produtoras*”<sup>206</sup>.

No acervo legado não identificámos documentos de controlo, mas verificámos a existência de instrumentos de descrição e de acesso. José Relvas elaborou índices para muitos dos seus documentos, nomeadamente, para as séries políticas, para os documentos relativos à posse de propriedades e para a correspondência comercial. Produziu um “*catálogo de manuscritos*” que se revela um *inventário* de unidades de instalação. Também o *Tombo de Propriedades da Casa Relvas*, mandado lavrar por José Farinha Relvas de Campos, cumpria a função de instrumento de acesso, aos documentos relativos à administração de propriedades e às relações comerciais.

Pela consulta feita em publicações e nas páginas Web de vários arquivos, nomeadamente da DGLAB<sup>207</sup> e dos arquivos distritais, concluímos que a organização dos *arquivos de família* era muito diferenciada<sup>208</sup>. Verificámos que em muitos acervos a percentagem de documentação de um dos membros da família era muito superior à de outros. Outra característica comum, entre os exemplos consultados, era a

---

<sup>205</sup> ISAD(G). Apêndice 2, p. 297.

<sup>206</sup> PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Perspectivas para o futuro dos arquivos de família...*, p. 80.

<sup>207</sup> Referimo-nos ao arquivo da família Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria (Penamacor) Lima e Melo Falcão Trigoso, cedido em regime de depósito e ao da família Gama Lobo Salema doado ao IANTT. Estes acervos passaram para a posse do IANTT, atualmente DGLAB, em 2008.

<sup>208</sup> Mesmo em acervos de pequena dimensão. A título de exemplo referimos dois casos. O arquivo da Família de Calisto Pinto da Silva, cujo catálogo está disponível on line, na página Web do Arquivo Regional da Madeira, constituído por 95 documentos, para o qual não foram identificadas secções ou séries. Opção diferente tomou José Mariz no tratamento do acervo de Monsenhor António Camacho de Brito. Composto por 133 documentos, entre os quais numerosa documentação relativa às propriedades, fora recolhido entre dezenas de caixas do Arquivo Municipal de Beja. A documentação foi organizada nas secções: A. Títulos de Propriedade, B. Administração de Propriedade, C. Documentos Pessoais. MARIZ, José – *Camacho de Brito. Catálogo de um arquivo de família (1637-1903)*, p. 27



presença significativa de documentação patrimonial. Constatámos que o acervo da Família Relvas reproduzia estas características.

A bibliografia sobre arquivos de família foi determinante para a elaboração do *Quadro de Classificação*, tarefa que se revelou particularmente complexa.

A arquivista Françoise Hildesheimer reconheceu que muitos arquivos pessoais e de família se encontram desorganizados, não respeitando os princípios da arquivística contemporânea, o que justifica a aplicação de quadros de classificação para os quais apresenta modelos<sup>209</sup>. Esta autora apresenta um conjunto de indicações tendentes à eliminação de documentos pertencentes a estes arquivos.

Olga Dominguez Gallego abordou a temática dos arquivos familiares e particulares, incidindo as suas preocupações nos arquivos da nobreza, anteriores ao século XIX. Esta autora apresenta modelos de quadros de organização para os arquivos familiares e pessoais<sup>210</sup>. Também Antonia Herrera explorou o tema dos arquivos de famílias, que designa de “*patrimoniales*”<sup>211</sup>, o que se compreende porque entre estes arquivos têm relevância os de Casas de Nobreza titulares, possuidoras de património imóvel e móvel, que se transmitia entre gerações.

Estes autores apresentam modelos de quadros de classificação, que preconizam a divisão entre os documentos comuns a várias gerações e os pessoais, de cada membro da família. Leia-se, uma divisão entre os documentos familiares e os documentos pessoais. Opção facilmente compreensível para os arquivos de nobreza em que títulos, documentos de chancelaria, genealogia e heráldica, direitos e propriedades eram prerrogativas de várias gerações. Mas para o caso de arquivos que reúnem documentos de várias pessoas de uma família não titular, como é o caso do acervo legado por José Relvas, a aplicação dos modelos não é tão evidente.

A análise da documentação não permitia a utilização de um dos quadros de classificação propostos nas obras consultadas<sup>212</sup>, sem que fossem feitas alterações significativas. Dispúnhamos do plano de organização do *Arquivo Histórico da Casa*

---

<sup>209</sup> HILDESHEIMER, Françoise - *Les archives privées: Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*, p. 45-47.

<sup>210</sup> GALLEGO DOMINGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*, p. 77-79.

<sup>211</sup> HEREDIA HERRERA, Antonia - *Qué es un archivo?*. p. 59

<sup>212</sup> Além dos já referidos da autoria de Olga Dominguez Gallego e de Françoise Hildesheimer, os apresentados em GONÇALVES, Manuel da Silva [et al] - *Arquivos de Família...*, p. 40-43.

*dos Patudos* proposto por Malheiro da Silva<sup>213</sup>, mas tivemos também dificuldades na sua aplicação. A observação da documentação revelou a existência de índices de documentos, notas manuscritas de títulos de maços e pastas e do catálogo de manuscritos. Estes documentos não constituíam planos de classificação, totais ou parciais, mas indiciavam formas de organização dos produtores. Por outro lado, não foi possível identificar documentos para algumas das subsecções e séries propostas.

Não tendo por objetivo fazer uma análise crítica da estrutura do arquivo proposta por Armando Malheiro da Silva, optamos por registar algumas das dificuldades encontradas.

Nesta proposta foram identificadas três subsecções para a documentação de Carlos de Loureiro Relvas: Subsecção Geral, Subsecção Proprietário e Subsecção Músico. Não foi possível identificar séries para a Subsecção Proprietário. A atividade desenvolvida no âmbito da gestão das propriedades e bens da família, não deu origem à produção de séries que possam ser atribuídas a Carlos de Loureiro Relvas *Proprietário*, ou empresário. A análise da documentação revela a sua intervenção nos negócios, mas em representação do pai. A correspondência comercial, bem como as faturas e recibos, relativos a todo o tipo de transações, eram frequentemente dirigidos a Carlos de Loureiro Relvas, mas na sua qualidade de reconhecido representante de José Relvas.

Relativamente à documentação de José Relvas deparámo-nos, também, com algumas dificuldades. Abordaremos apenas a documentação política. Malheiro da Silva reconhece a existência da Subsecção *Político e Escritor Republicano*, para a qual identifica a série correspondência (1909-1918) e dossiês avulsos. Além desta subsecção, são identificados três subsistemas, a saber: A – Governo Provisório da República - Ministério das Finanças (com uma série dossiês temáticos); B – Legação de Portugal em Madrid (com seis séries: Correspondência Geral; Correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros; Correspondência Consular; Agenda com despesas; Caderno com Receitas e Despesas; Envelopes vazios e listas de individualidades espanholas); C – Presidência do Ministério (com a série Circulares e Documentos políticos e Reservados).

---

<sup>213</sup> No mesmo artigo o autor apresenta um resumo extenso de diversas intervenções em arquivos de família e dos quadros de classificação propostos por diferentes autores, que analisa à luz dos pressupostos teóricos da Ciência da Informação. SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos de Família e Pessoais. Bases Teórico-metodológicas..., p. 51-106.

Na teoria sistémica estes documentos, produzidos no exercício de funções, integram os Sistemas de Informação dos organismos em que as mesmas foram desempenhadas. O acervo que José Relvas trouxe consigo, para o seu arquivo, constituiu parte daqueles sistemas, constatação com a qual estamos de acordo.

Mas as séries enunciadas não reproduzem a documentação. Só para o exercício das funções na Legação de Portugal em Madrid, foram identificados por José Relvas os seguintes conjuntos de documentos: *Correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros; Correspondência com o Ministério de Estado; Contas da Legação de Portugal em Madrid; Despesas Secretas Legação de Portugal em Madrid; Correspondência Consular; Correspondência Particular (oficiosa); Correspondência de menor importância ou sem importância; Correspondência com António Macieira; Documentos Históricos e Secretos*. De referir, ainda, as séries que percorrem o exercício de vários cargos, organizadas por José Relvas: *Documentos Políticos e Correspondência Diplomática*.

Além dos cargos políticos dos subsistemas enunciados, José Relvas exerceu a atividade de Membro do Senado, de que resultou documentação, mas esta não é referida no quadro de classificação proposto.

Não trataremos para este trabalho mais referências às dificuldades enfrentadas na utilização do plano de classificação proposto por Malheiro da Silva, contudo destacamos que usufruímos do trabalho e do conhecimento disponibilizado pelas pessoas que nos antecederam. Por outro lado, o contacto diário com a documentação revelou informações que algumas visitas ou trabalhos esporádicos não possibilitariam. Foi a análise da documentação que motivou a nossa decisão de elaborar um quadro de classificação.

A bibliografia sobre arquivos de família é reveladora da diversidade de acervos, porque, como afirmou Françoise Hildesheimer, “*l’extême diversité de la composition des archives familiales ouvre des horizons souvent imprévus a priori*”<sup>214</sup>. Esta diversidade que se traduz na unicidade de cada acervo não é uma característica diferenciadora dos arquivos de família e não dificulta ou impossibilita a aplicabilidade de normas, como a ISAD(G), no tratamento dos acervos<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> HILDESHEIMER, Françoise - *Les archives privées...*, p.16

<sup>215</sup> Pedro de Abreu Peixoto redigiu um artigo sobre a aplicação da ISAD-G aos arquivos de família: Peixoto, Pedro Abreu – A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. In *Páginas A&B: arquivos & bibliotecas*, Lisboa, 4 (1999) 55-70.

Tendo presente a bibliografia consultada e a análise da documentação, concluímos que o acervo legado constituía dois fundos: o *Fundo Família Relvas* e o *Fundo Adegas Regional do Ribatejo*. O Fundo Família Relvas era, por sua vez, subdividido em sete subfundos a saber: Subfundo *José Farinha Relvas de Campos*, Subfundo *Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos*, Subfundo *José de Mascarenhas Relvas*, Subfundo *Eugénia de Loureiro Relvas*, Subfundo *Carlos de Loureiro Relvas*, Subfundo *Maria Luísa de Loureiro Relvas* e Subfundo *João de Loureiro Relvas*, de dimensões, conteúdos e importância muito distintos. Considerámos individualmente cada produtor, leia-se cada Relvas, constituindo os seus acervos arquivísticos subdivisões do *Fundo Família Relvas*, apesar de termos consciência das diferenças de volume e de importância.

Tomámos esta opção com base no exemplo do trabalho realizado por arquivistas norte-americanos no tratamento de “*Papers of Families*”<sup>216</sup>, introduzindo subdivisões, ao nível de subfundos, para os diferentes produtores de uma família. Uma opção muito diferente da defendida por autores europeus, como atrás evidenciámos, mas que nos pareceu adequada ao acervo em causa.

O *Fundo Adegas Regional do Ribatejo* foi reunido ao longo de cerca de três anos, porque os documentos estavam dispersos por caixas do arquivo e por várias salas do museu. Refletem a atividade produtiva e comercial da sociedade, que funcionou entre 1907 e 1913. A decisão de considerar os documentos da Adegas Regional do Ribatejo um *Fundo* partiu de duas considerações. A primeira foi a própria definição de fundo<sup>217</sup>. A outra razão resulta da análise da documentação e da constatação de que José Relvas só integrou nos seus papéis pessoais a *Correspondência Reservada*, produzida no âmbito da liquidação das contas da sociedade, mas não os restantes documentos.

Além do acervo legado, a Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça preserva dois fundos documentais. O *Fundo Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça* resulta do

---

<sup>216</sup> Um dos exemplos consultados foi o do *Rockefeller Family Archive*. Vide: ROCKFELLER ARCHIVE CENTER – Rockefeller archive center [em linha]. New York: RAC, s.d. [última consult. 25 Ago.2011]. Disponível na Internet <URLhttp://WWW.rockarch.org/>; BEARMAN, David; DUFF, Wendy - Grounding Archival Description in the Functional Requirements for Evidence. *Archivaria*. S.I.: Association Canadian Archivists. 41 (1996), 275 -303.

<sup>217</sup> Definido como o “*Conjunto de documentos de arquivo independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzidos e ou acumulados e utilizados por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades*”. ISAD(G). Glossário de Termos Associados às Regras Gerais. p.13.

cumprimento das funções museológicas. A Casa dos Patudos como qualquer museu reúne, produz e preserva documentos, direta ou indiretamente relacionados os objetos artísticos e com a gestão da instituição. A análise dos documentos administrativos permitiu a identificação das séries documentais existentes. Optámos por definir um plano de classificação que considerou algumas das séries identificadas na Portaria n.º 1253/2009, para os arquivos dos museus municipais.

O conjunto de documentos que designamos de *Fundo das Escavações Arqueológicas na Quinta dos Patudos* resulta da atividade dos arqueólogos Philine Kalb e Martin Höck, na década de 1980. São documentos relativos aos milhares de peças arqueológicas preservadas na Casa dos Patudos.

### **3.3.2. Apontamentos sobre a reorganização do acervo (2007-2011)**

Ao principiar o trabalho no *Arquivo Histórico da Casa dos Patudos* constatámos que o arquivo se traduzia numa enorme quantidade de documentos acumulados numa pequena despensa.

Numa primeira fase procedemos à contagem e identificação sumária das unidades de instalação e das centenas de documentos acumulados em pilhas desordenadas. Esta tarefa, essencial para a compreensão do acervo e da sua dimensão física<sup>218</sup>, revelou que os documentos introduzidos nas unidades de instalação não correspondiam às designações atribuídas. Constatámos que tínhamos documentos organizados durante diferentes intervenções, com princípios, preocupações e resultados muito distintos.

Nesta fase inicial acompanhámos várias visitas guiadas à Casa dos Patudos, que nos possibilitaram a identificação dos membros da família e a recolha de informações sobre as atividades por eles desenvolvidas. Obtivemos, também, elementos relativos à história do edifício, das coleções e do museu.

O prazo definido para o nosso trabalho era, inicialmente, de doze meses, pelo que se revelava impossível tratar toda a documentação, facto que nos forçou a tomar algumas opções. Decidimos não intervir nos documentos que tinham sido

---

<sup>218</sup> Foram identificados: 226 caixas de arquivo, 7 álbuns com fotografias, 48 pastas, 84 livros e cadernos, 972 documentos simples e compostos soltos. Localizámos 18 caixas sem documentos, e um catálogo de manuscritos elaborado por José Relvas.

organizados na década de 1990<sup>219</sup>. Estipulámos como objetivos a identificação dos conjuntos documentais que constituíam séries e coleções, a sua descrição de acordo com a norma ISAD(G) e a apresentação de um Inventário.

Tendo em conta a importância da ação política de José Relvas e a aproximação do Centenário da República decidimos principiar a nossa intervenção pela reorganização dos documentos produzidos neste contexto.



Figuras 7 e 8 - Vistas parciais da sala de arquivo da Casa dos Patudos (2007).

A análise preliminar dos documentos foi determinante na medida em possibilitou a localização dos índices de documentos e do catálogo de manuscritos<sup>220</sup>, e a descoberta das caixas e pastas de arquivo originais com as respetivas etiquetas<sup>221</sup>.

A documentação política recebeu de José Relvas, uma meticulosa organização, que incluiu a redação de índices, a numeração dos documentos e a distribuição em caixas e pastas identificadas num catálogo de manuscritos. Com estas informações e outras, retiradas das publicações sobre a ação política de José Relvas, procedemos à reorganização dos documentos.

---

<sup>219</sup> A *Correspondência* recebida (para a qual já existia uma lista de remetentes que constituía um importante instrumento de acesso); as *Folhas Semanais da Casa dos Patudos* (documentos que estavam organizados cronologicamente); *Recibos, Autos de execução cível e de sentenças e Escrituras de arrendamento* (relativos à administração de património agrário).

<sup>220</sup> Apresentamos no Anexo XII a tabela com a descrição das caixas e pastas mencionadas no catálogo de manuscritos. Neste eram identificadas as caixas e pastas com documentos que estavam em depósito na Biblioteca da Casa dos Patudos.

<sup>221</sup> Apresentamos no Anexo XIII uma das tabelas que elaborámos com as designações atribuídas por José Relvas às caixas e pastas do seu arquivo.

Com o desenvolvimento deste trabalho verificámos a falta de documentos incluídos nos índices. Mais tarde, quando procedemos à reorganização da correspondência pessoal de José Relvas, percebemos que muitos tinham sido aqui incluídos. O critério utilizado era o remetente, desta forma, através do autógrafo reuniu-se toda a documentação emanada por uma pessoa. A título de exemplo referimos a correspondência do político João Chagas. Estava toda reunida, a particular, dirigida a José Relvas, a D. Eugénia ou a Carlos de Loureiro Relvas e a *política*. Como não eram respeitadas as designações e a numeração atribuídas por José Relvas, estavam reunidos *Documentos Políticos, Correspondência Oficial, Documentos Históricos e Secretos e Correspondência Pessoal*. Tomámos a decisão de repor os documentos nas séries originais.

Durante o período em que procedíamos às tarefas de identificação e reorganização da documentação política, os funcionários da Casa dos Patudos permitiram-nos o acesso a salas, onde estavam depositados documentos. Desta forma foi possível localizar e transferir, para a sala de arquivo fotografias, livros de registo de contas, blocos de notas e recortes de jornais apostos em folhas (com a identificação do jornal, data e assunto). Alguns destes documentos pertenciam às séries que estávamos a organizar, porque possuíam numeração que permitia a sua identificação nos índices. Outros deram origem a novas séries. Referimos, em especial, um conjunto de recortes de jornais, que designámos de *Las Noticias*. Trata-se de documentação resultante dum serviço contratado por José Relvas à empresa "*Agência de recortes de periódicos é informaciones retrospectivas - LAS NOTICIAS*". Esta empresa, de Madrid, reunia todas as notícias publicadas diariamente por jornais em Espanha, sobre a atualidade política, económica e social portuguesa<sup>222</sup>.

Em Julho de 2007, depois de concluída a tarefa de reorganização da documentação política, tínhamos definido um plano de classificação provisório. Para otimizar o nosso trabalho, desenvolvemos uma aplicação em Access<sup>223</sup> na qual registávamos a descrição sumária do conteúdo das unidades de instalação.

Quando finalizámos este processo, decidimos avançar para o tratamento dos documentos relacionados com a aquisição de bens: faturas, recibos, contas correntes e correspondência comercial. São documentos resultantes da atividade económica de José Relvas e dos pagamentos de despesas, suas, da mulher e dos

---

<sup>222</sup> Sendo um conjunto de recortes de jornais, foi por nós considerada uma série documental, pela sua organização e porque a acumulação resultou do exercício de uma atividade.

<sup>223</sup> No anexo XIV podem ser visualizadas duas imagens desta aplicação.

filhos, mas também comerciais, incluindo a compra de obras de arte. Até 1915, os documentos eram guardados em maços, devidamente acondicionados e para os quais José Relvas fazia legendas manuscritas<sup>224</sup>. A partir de 1916, estes documentos eram arrumados em dossiês, a correspondência organizada cronologicamente por data de resposta e as faturas e recibos por data de pagamento. O encontro casual de quatro dossiês<sup>225</sup>, numa estante da Biblioteca da Casa dos Patudos, e sua preservação sem alterações, revelou-se providente na reorganização destes documentos, que constituíam as séries *Correspondência Comercial* e *Contas Pagas*, parcialmente desorganizadas pela equipa de Carlos Consiglieri, da década de 1980.

Procedemos a uma reorganização que procurou reconstituir a ordem original e que foi precedida um longo processo de identificação e reunião dos documentos, durante o qual recorremos aos *Diários de Receita e Despesa*. Simultaneamente, procedemos à reorganização de documentos produzidos durante a permanência em Madrid. José Relvas deu-lhes uma organização semelhante e designou-os de *Contas Pagas durante a permanência em Madrid*.

Avançámos depois para a reorganização de documentos, também resultantes de atividades empresariais, mas que José Relvas não incluía na *Correspondência Comercial*. Referimo-nos à correspondência trocada com os feitores das suas propriedades e com alguns parceiros de negócios como Augusto Lopes Joly e Jerónimo da Costa Bravo. Executámos essas tarefas para os documentos recebidos de instituições bancárias, empresas de câmbio e sociedades comerciais.

Em Março de 2008, principiamos o inventário da *Coleção de Fotografia* de José Relvas. Foram muitas as dificuldades encontradas neste projeto. Para percentagem significativa não foi possível determinar o autor. Foram identificados apenas vinte e dois fotógrafos e ateliês de fotografia, incluindo os fotógrafos da família Relvas (Carlos Relvas, José Relvas, Margarida Relvas Navarro, Mariana Relvas). O duplo papel de Carlos Relvas de fotógrafo e responsável pela revelação de fotografias feitas por familiares originou dúvidas, na medida em que se torna quase impossível discernir quando foi autor ou apenas *revelador*. Esta situação é flagrante para algumas fotografias da autoria de José Relvas e de Mariana Relvas. Para a quase

---

<sup>224</sup> No Anexo XV apresentamos uma listagem com todos os títulos de maços encontrados.

<sup>225</sup> Estes dossiês estavam escondidos numa estante da Biblioteca da Casa dos Patudos e foram descobertos no decorrer de uma operação de limpeza, posterior às obras realizadas entre 1999 e 2000. Foram providentemente guardados no arquivo e *escaparam* às várias intervenções.



totalidade não foi possível identificar a data de produção, para algumas foi conseguida uma data provável.

Devemos, ainda, referir a proveniência diversa desta coleção. Muitas fotografias são da autoria dos Relvas, outras foram oferecidas ou adquiridas. Algumas dezenas foram enviadas a José Relvas e reproduzem obras de arte, facto que está relacionado com a atividade de colecionador.

As temáticas das fotografias são diversas, sendo as mais frequentes o retrato, a paisagem e o património. Lamentavelmente, para grande número foi impossível a identificação das pessoas retratadas, dos locais e edifícios reproduzidos.



Figura 9 - Campino. Fotografia de José Relvas (1893). Figura 10 - Mendigo. Fotografia de Carlos Relvas (s.d.). Figura 11 - Obras na Sé de Viseu. Fotografia de Almeida Moreira (1921).

Não foram consideradas secções ou séries porque não foi definido um quadro de classificação para esta coleção. O nosso objetivo foi elaborar um instrumento que permitisse, por um lado denunciar a existência de cada fotografia e por outro facultar a pesquisa e consulta, deste acervo, mas evitando o contacto com os originais. Procedemos a tarefas de higienização, numeração, digitalização e acondicionamento individual em papel *acid free* e capilhas de material da mesma qualidade. O acondicionamento foi feito, apenas, para as fotografias reunidas na sala de arquivo<sup>226</sup>. Foram também higienizadas e acondicionadas centenas de fototipias, da autoria de Carlos Relvas.

Em 2008, foi autorizada uma pesquisa sobre a história postal do Ribatejo. O investigador estava interessado em consultar documentos remetidos por correio

<sup>226</sup> Estas fotografias estão arrumadas em trinta e seis caixas, oito álbuns e cinquenta e oito pastas.

anteriores ao século XX. Esta investigação motivou, da nossa parte, uma análise dos documentos de José Farinha Relvas de Campos, avô de José Relvas.

Esta documentação tinha sido classificada em quatro séries, durante a intervenção ocorrida na década de 1990, a saber: *Recibos; Autos de execução cível e de sentenças; Escrituras de arrendamento e Papéis diversos relativos à administração do património*. A análise dos documentos revelou a confusão, recorrente, entre documentos de diferentes produtores. Estavam inseridos nestas séries documentos produzidos por José Farinha Relvas de Campos, Carlos Relvas e José Relvas. Mas deve-se ao facto de termos localizado o *Livro de Tombo de propriedades da Casa Relvas*, a decisão de reorganizar os mais de cinco mil documentos que estavam bem acondicionados e descritos de acordo com o plano de classificação definido, naquela época.

O *Livro de Tombo* revelava o plano de classificação utilizado para a organização *intelectual e física dos documentos*. A pessoa incumbida, por José Farinha Relvas de Campos, de proceder à classificação e organização do seu arquivo, organizou os documentos atendendo à sua tipologia (escrituras, testamentos, títulos, cartas de arrematação, etc...), e recorreu a critérios geográficos, de localização das propriedades, para a organização física, ou seja, para a distribuição dos maços nas gavetas do arquivo. No *Livro de Tombo* registavam-se os documentos e maços e a sua localização, de acordo com um índice apresentado nas primeiras três páginas. Os princípios utilizados aproximam-se do sistema *Registratur*, que preconiza a organização de documentos por negócio ou ato administrativo<sup>227</sup>.

O quadro de classificação por nós definido baseou-se no índice de documentos do *Livro de Tombo*. A reorganização partiu da verificação de cada maço, caderno ou documento que se encontrava dentro de envelopes, ou soltos, e da identificação do número de gaveta, conferindo o seu registo no *Livro de Tombo*. Desta forma identificávamos o conjunto documental a que pertenciam. Recorremos também ao critério geográfico para a delimitação de algumas séries<sup>228</sup>. Concluída esta tarefa

---

<sup>227</sup> SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística...*, p. 91. O sistema *registratur* baseia-se na classificação *a priori*, o que não se verifica no arquivo de José Farinha Relvas de Campos. A identificação dos maços, a numeração e registo no *Livro do Tombo* têm a mesma caligrafia, para todos os documentos (datados de 1550 a 1865). Pensamos que a pessoa que organizou o arquivo procedeu a uma classificação *a posteriori* para os documentos antigos, mas aplicável aos documentos da gestão corrente da Casa Agrícola de José Farinha Relvas de Campos.

<sup>228</sup> Cf. Plano de Classificação, apresentado no Anexo XVI.

conseguimos a correspondência entre os maços de documentos e os registos no Livro de Tombo para mais dos 90% dos documentos.

Procedemos, nesta fase, à separação dos documentos que tinham sido produzidos no âmbito da administração de património por Carlos Relvas e José Relvas, identificando as respetivas séries documentais.

As sucessivas pesquisas no âmbito da preparação de exposições e do apoio a investigadores alertaram-nos para a necessidade de uma revisão da organização da *Correspondência Pessoal* recebida por José Relvas. Constatámos que nas anteriores intervenções não se tinha considerado o destinatário da correspondência, nem tão pouco o carácter comercial de alguns documentos. A correspondência dirigida a José Relvas, a Eugénia Relvas, aos filhos do casal, mas também, a José Farinha e a Carlos Relvas, integrava o *epistolário* de José Relvas. Por outro lado, o desconhecimento da história da família potenciou a confusão entre remetentes.

Referimos, a título de exemplo, a correspondência de Luís Loureiro, sogro de José Relvas. A análise desta documentação permitiu concluir que se tratava de correspondência recebida por José Relvas, por Eugénia Relvas e por Maria Luísa, de Luís Loureiro Queiroz Cardoso da Costa Leitão (1844-1906), pai de D. Eugénia Relvas, de Luís de Loureiro e de Luís de Boàda Loureiro, respetivamente irmão e sobrinho da mesma senhora. Foram identificados três remetentes e três destinatários. A contagem de documentos também apresentava lapsos, porque os fólios eram contabilizados como documentos<sup>229</sup>. Estes erros foram constatados para quase todos os remetentes com relações familiares a José Relvas, mas também para a correspondência de muitos amigos dos Relvas.

A análise da *Correspondência Pessoal* de José Relvas permite-nos concluir que a recebida de amigos supera, em número de remetentes e de documentos, a da família. Entre os amigos merecem referência os artistas e políticos seus contemporâneos. Esta correspondência é reveladora de acontecimentos pessoais, profissionais e sociais dos remetentes e de José Relvas.

---

<sup>229</sup> A descrição referia 59 cartas, 15 envelopes, 1 telegrama e uma nota, remetidas entre 1883 e 1909 por Luís de Loureiro a José Relvas. Depois de analisados os documentos e recolhida informação sobre a família verificámos que existiam: 21 cartas e 5 envelopes remetidas por Luís Loureiro Queiroz Cardoso da Costa Leitão (1844-1906), para a filha D. Eugénia; 5 cartas de Luís de Loureiro para a irmã D. Eugénia; 1 carta de Luís de Boàda Loureiro, para a tia D. Eugénia; 18 cartas e 10 envelopes de Luís Loureiro Queiroz Cardoso da Costa Leitão, para o genro.

A correspondência recebida é sempre fonte parcial dos acontecimentos, razão que aumenta a importância da identificação de acervos que preservem documentos emanados por José Relvas<sup>230</sup>.

A série por nós designada de *Correspondência Pessoal* é, na nossa opinião, aquela cuja organização atual mais se afasta da original. Foi a documentação que maior interesse suscitou da parte de investigadores, conservadores e diretores da Casa dos Patudos e a que sofreu mais tentativas de reorganização.

O significativo volume documental, o extenso número de remetentes (foram identificados mil trezentos e setenta e três), o considerável intervalo cronológico (1881-1929) e a constatação de que José Relvas alterou, ao longo dos anos, a organização da sua correspondência, foram aspetos que condicionaram a nossa ação. Apesar de termos recolhido informações sobre a organização original, concluímos que estas eram insuficientes para fundamentar uma reorganização que a reproduzisse.

Na nossa intervenção limitamo-nos a minorar as incorreções relacionadas com os remetentes e a contagem de documentos, a separar a correspondência dirigida aos diferentes Relvas e a introduzir os documentos políticos nas respetivas séries. Também procedemos ao acondicionamento em pastas em material *acid free*, além da elaboração de uma Lista de Remetentes, com a localização física dos documentos.

A entrada em obras da Casa dos Patudos, no verão de 2009, impulsionou a reunião de todo o acervo documental disperso, até à data, por cinco dependências da Casa dos Patudos, numa única sala. As instalações provisórias, de área muito superior, permitiram a colocação de mais estantes e uma reorganização física das unidades de instalação que facilitou em muito o nosso trabalho.

A partir de Maio de 2008, paralelamente ao trabalho arquivístico, ao apoio a vários investigadores e à transcrição de documentos, desenvolvemos outras tarefas relacionadas com realização de atividades e eventos da Casa-Museu.

Em 2009, foram-nos delegadas responsabilidades na gestão dos recursos humanos e na coordenação das atividades desenvolvidas pela instituição. Estas novas responsabilidades afastaram-nos parcialmente do trabalho técnico do arquivo.

---

<sup>230</sup> No decorrer do nosso trabalho na Casa dos Patudos foi possível identificar alguns destes acervos, nomeadamente o de Almeida Moreira (Casa-Museu Almeida Moreira) e de Teixeira Lopes (Casa-Museu Teixeira Lopes).

Por esta razão, não nos foi possível dar continuidade aos trabalhos de reorganização do acervo com a diligência e dedicação que teríamos desejado.

A integração na equipa e nas tarefas do museu, apesar de exigir a nossa atenção e tempo, em detrimento das tarefas arquivísticas, teve efeitos positivos, pois exigiu um conhecimento dos objetos da coleção, da história do museu e da família que facilitou a compreensão do acervo documental. A atividade dos produtores funcionou como recurso de informação para a identificação dos contextos de produção dos documentos e, simultaneamente, como uma fonte para a formulação do Quadro de Classificação e identificação dos conjuntos documentais (series, processos e coleções).



Figuras 12 e 13 - Vistas parciais da sala de arquivo (instalações provisórias 2009-2011).

Nos primeiros meses de 2010, o desenvolvimento das tarefas associadas ao projeto “Trabalhos do Colecionador José Relvas” exigiu da nossa parte uma dedicação quase exclusiva, primeiramente pela pesquisa, identificação e recolha dos mais de dez mil documentos relacionados com a atividade do colecionador José Relvas. Depois com a contagem e acondicionamento que precederam a remessa para a empresa que responsável pela digitalização. Posteriormente, com as tarefas de descrição e associação de imagens no software *DocBase*, adquirido no âmbito deste projeto. Por último, a recolocação dos documentos nas pastas de onde tinham sido retirados. O objetivo deste projeto era a disponibilização dos documentos *on line*, que se concretizou em Agosto de 2010.

Ainda em 2010, procedemos a uma análise dos documentos produzidos pela casa-museu, para fundamentar a elaboração de um quadro de classificação, concluído em Dezembro de 2010. Na mesma data apresentámos o Inventário do arquivo da Casa dos Patudos, à Câmara Municipal de Alpiarça. Realizámos, também

nesse ano, um inventário da série *Fotografias de obras de arte da Casa dos Patudos*.

Para além de dar continuidade à identificação de documentos, à sua inclusão nas séries e coleções e ao acondicionamento pouco mais conseguimos fazer. Parte significativa do acervo continua por descrever, os documentos não foram ordenados dentro das séries e não foram acondicionados em material *acid free* que muito contribui para a sua conservação. Também não interviemos na documentação do arquivo administrativo.

Consideramos que o nosso trabalho constituiu uma mais-valia para a identificação, organização e difusão do acervo documental. Estamos conscientes de que apenas principiámos um trabalho e que muito, quase tudo, está por fazer.

### **3.4. O legado arquivístico e documental de José Relvas**

Como já anteriormente tivemos ocasião de referir, José Relvas preparou o seu legado. Por essa razão teve tempo de elaborar um conjunto de disposições, de extraordinário sentido prático, que também incidiram sobre o arquivo e a biblioteca.

A biblioteca e o arquivo são referidos no seu testamento, o documento em que faz doação da Casa dos Patudos ao Município de Alpiarça.

Relativamente à biblioteca, José Relvas exigia que depois de catalogada fosse aberta à consulta pública, nas instalações da Casa dos Patudos. Mais, recomendava que fosse feito um registo, no qual constasse o nome do utilizador e as obras consultadas. Determinava ainda o benfeitor, que a Câmara organizasse um serviço de conservação e desinfestação dos livros, como forma de preservar as publicações.

No seu testamento, José Relvas, faz referência aos documentos resultantes da sua atividade política, preservados no seu arquivo. Atribuía a António Augusto Mendes Correia, seu sobrinho, amigo e testamentário, a responsabilidade de proceder à revisão dos documentos políticos e de decidir quais preservar e eliminar. Competia ainda a Mendes Correia determinar o prazo em que os documentos ficariam vedados à consulta pública<sup>231</sup>. Felizmente, na nossa opinião, tal revisão nunca veio a acontecer. Esta referência é reveladora da importância atribuída por José Relvas a estes documentos de função.

---

<sup>231</sup> *Testamento de José Relvas*, 1928, AHCP, p. 10-11.

Relativamente aos documentos dos outros Relvas, estes já estavam na Casa dos Patudos à data da redação do testamento. José Relvas preservou os acervos documentais do avô e do pai, por mais de trinta anos, período em que manteve na sua posse parte da biblioteca do pai, as inúmeras fotografias, retratos e os objetos pessoais que herdou e adquiriu, contribuindo para a perpetuação da memória familiar.

Quanto ao acervo documental de D. Eugénia Relvas, que sobreviveu ao marido, cerca de vinte anos, foi deixado na Casa dos Patudos.

Face ao exposto, concluímos que José Relvas teve consciência e intencionalidade na doação da sua biblioteca e dos documentos resultantes da sua atividade política. Os restantes documentos, até onde fomos capazes de apurar, foram deixados *naturalmente*, na Casa dos Patudos integrando, desta forma, o património legado, ao Município de Alpiarça.

### **3.4.1. A Família Relvas – Os produtores**

Procurámos apresentar os acervos documentais legados por José Relvas, que resultaram do exercício de atividades de vários membros da sua família, ao longo de quatro gerações. Estas atividades pessoais, sociais e empresariais são comprovadas pelos documentos.

Procuraremos apresentar, de seguida, uma nota biográfica dos produtores identificados, sendo que estas pretendem constituir um instrumento para a delimitação do contexto de produção dos documentos. Para a sua redação recorreremos à bibliografia existente sobre a família Relvas e aos documentos do AHCP.

Começaremos por José Farinha Relvas de Campos fundador da Casa Agrícola e responsável pelo enriquecimento da família. Depois, apresentaremos uma resenha biográfica de Carlos Relvas, fotografo, toureiro, inventor e proprietário. Segue-se José Relvas, político, agricultor, músico amador e colecionador de arte. Faremos, ainda, uma nota biográfica de D. Eugénia Relvas, mulher de José Relvas e dos três filhos do casal, Luísa, Carlos e João.

Apresentaremos uma breve caracterização dos acervos documentais de cada produtor identificado.

Por último, abordaremos alguns aspetos relativos ao acervo documental da Adega Regional do Ribatejo, procurando contextualizar a sua produção e apresentar as suas características essenciais.

### 3.4.1.1. José Farinha Relvas de Campos

José Farinha nasceu em 1791<sup>232</sup>, em Relvas, freguesia do Troviscal, concelho da Sertã, filho de Manuel Ferreira Relvas e de Maria Antónia Relvas, proprietários.

Em 1809 associou-se ao tio João Farinha Relvas, na exploração de uma propriedade no concelho do Crato. Em 1816, instalou-se em Lisboa<sup>233</sup>. Mas cerca de 1820, regressou à Sertã, onde se tornou “*contratador das vendas*”<sup>234</sup>.

Os documentos do seu arquivo registam a sua atividade empresarial na Golegã, em 1826. Recibos do pagamento de rendas da Quinta da Labruja datam a sua permanência de 1827<sup>235</sup>. Em Agosto de 1833, adquiriu a Quinta do Outeiro<sup>236</sup>, doravante residência dos Relvas e sede da Casa Agrícola.

A administração dos negócios foi bem-sucedida e o seu património era já extenso quando, em 1837, casou com Clementina Amália de Mascarenhas Pimenta (1808? - 1859)<sup>237</sup>. O património de José Farinha foi ampliado em 1850, com herança recebida na sequência da morte dos pais<sup>238</sup>.

José Farinha foi um dos mais ricos empresários agrícolas do seu tempo, na região do Ribatejo. O poder financeiro e social não adveio somente da posse da terra, mas da hábil gestão dos direitos e formas de exploração que pululavam no século XIX. Os contratos de arrendamento, aforamento e empraçamento foram amplamente usados na administração da sua Casa Agrícola.

Entre 1823 e 1865, adquiriu e explorou propriedades distribuídas pelos concelhos da Golegã, Torres Novas, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Sertã, Crato,

---

<sup>232</sup> Cf. Folhetim publicado com o periódico “A Comarca da Sertã”, em 15 de Novembro de 1955.

<sup>233</sup> OLIVEIRA, Paulo – *Carlos Relvas e a sua Casa-Estúdio*, p. 13.

<sup>234</sup> OLIVEIRA, Paulo – *Carlos Relvas...*, p. 13.

<sup>235</sup> *Documentos relativos às Quintas do Mocho e da Labruja, (1819-1860)*, AHCP, Cx. 296.

<sup>236</sup> OLIVEIRA, Paulo – *Carlos Relvas ...*, p. 15.

<sup>237</sup> O casal teve dois filhos, Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos (1838-1894) e José de Mascarenhas Relvas (1846 –1868?), que veio a falecer sem descendentes, tendo como único herdeiro o irmão, Carlos Relvas.

<sup>238</sup> *Escritura de partilhas amigáveis celebrada entre José Farinha Relvas de Campos e seus irmãos*, 1850, AHCP, Cx. 286.



Sousel, Avis, Abrantes, Ourém, Santarém e Almeirim. Uma extensa área e uma enorme diversidade de produção agrícola, com destaque para os cereais, as palhas, a madeira, a cortiça e o azeite.

A gestão deste património obrigava ao contacto com centenas de proprietários, entre os quais casas titulares. Entre estas, identificámos os Marqueses de Nisa, os Marqueses de Castelo Melhor, os Marqueses de Fronteira, os Marqueses de Penalva, os Condes de Rio Maior e os Condes de Mesquitela. José Farinha era arrendatário de grandes propriedades destas famílias mas, graças aos lucros obtidos, tornou-se credor dos proprietários, o que lhe permitiu a posse efetiva de algumas propriedades<sup>239</sup>. Explorou, também, durante largos anos, os lagares, armazéns e celeiros dos Almojarifado e Infantado da Sertã e Amieira<sup>240</sup>.

José Farinha Relvas de Campos desenvolveu atividade pública que merece referência, mas de que não há registo nos seus documentos, preservados no AHCP. Sendo um dos maiores proprietários e contribuintes do concelho, e por ter manifestado o seu apoio à causa liberal, foi eleito em 1835 e reeleito em 1842, Presidente da Comissão Administrativa do Concelho da Golegã<sup>241</sup>.

Em 1842, foi eleito deputado às Cortes, mandado que terá recusado, como mais tarde viria a fazer com um título de Visconde<sup>242</sup>. Estas recusas não o impediram de ver reconhecido o seu estatuto social, ou de alojar na sua casa a Família Real<sup>243</sup>.

José Farinha Relvas de Campos faleceu na casa do Outeiro, em 27 de Fevereiro de 1865, legando um extenso património e uma considerável fortuna. Este empresário deixou na memória dos goleganenses e ribatejanos a imagem de um homem empreendedor.

A Casa dos Patudos preserva a memória do fundador da Casa Agrícola Relvas. Além do seu arquivo pessoal, José Farinha Relvas de Campos está representado por duas pinturas, ambas da autoria de José Rodrigues, em dois bustos do canteiro João Machado e em inúmeras fotografias da coleção de José Relvas.

---

<sup>239</sup> Sobre este assunto: *Documentos relativos à Quinta da Lagoalva*, (1774-1864), AHCP, Cx. 264; *Documentos relativos à Quinta da Alorna*, (1782-1847), AHCP, Cx. 294 e 295.

<sup>240</sup> *Documentos dos Almojarifado e Infantado da Sertã e Amieira*, (1805-1834), AHCP, Cx. 300 e 301; *Escrituras e mais papéis que dizem respeito aos lagares, armazéns e celeiro da Sertã*, (1836-1844), AHCP, Cx. 289.

<sup>241</sup> OLIVEIRA, Paulo – *Carlos Relvas e a sua Casa-Estúdio ...*, p. 15-17.

<sup>242</sup> Cf. Folhetim publicado com o periódico “A Comarca da Sertã”, em 15 de Novembro de 1955.

<sup>243</sup> OLIVEIRA, Paulo – *A Vila da Golegã nos últimos 250 anos*, 2006.

### 3.4.1.2. Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos

Carlos Relvas nasceu na Golegã em 1838, filho primogénito de José Farinha Relvas e de sua mulher. Usufruiu de uma educação típica das classes privilegiadas, com recurso a professores particulares e que incluía a música. Carlos Relvas foi executante de violino<sup>244</sup>.

Desde muito jovem dedicou-se a atividades do campo e aos desportos. Ao longo da sua vida foi “*toureiro, músico, inventor, esgrimista, jogador do pau e atirador de carabina*”<sup>245</sup>.

Em 1853, casou com D. Margarida Amália Mendes de Azevedo e Vasconcelos<sup>246</sup>. O casal teve cinco filhos: Francisco, Maria Clementina, José, Maria Liberata e Margarida.

Às responsabilidades inerentes à sua jovem família, Carlos Relvas associou a aprendizagem da gestão agrícola<sup>247</sup>. Mas as atividades que lhe trouxeram reconhecimento público foram a tauromaquia e a fotografia.

A atividade de cavaleiro era reconhecida e admirada. A ligação aos equídeos justificou que os fotografasse, frequentemente, e que mandasse retratar alguns animais ao seu jovem amigo José Malhoa<sup>248</sup>. A sua faceta de inventor manifestou-se na tauromaquia com a criação de um selim<sup>249</sup>.

A correspondência para o filho, José, é reveladora da sua paixão pelos cavalos e pelo toureio. Em 1892, em resposta às preocupações do filho, escrevia: “*Não te fizeram uma descrição exata, aliás não ficarias em sobresalto. É certo que um dos Touros deu uma formidável recarga [...]; ainda me colheu o cavallo, porem não tive nem uma sombra d’ incommodo, antes m.<sup>to</sup> prazer, porque o touro não poderia ser melhor*”<sup>250</sup>.

---

<sup>244</sup> Carlos Relvas adquiriu um violino de *Antonio Stadivari*. POLONASKI, E. - Celebrate violins and their owners. In *The Violin Times*.1897, p. 141.

<sup>245</sup> FONSECA, Cátia – *Uma família de fotógrafos: Carlos e Margarida Relvas*, p. 19.

<sup>246</sup> Filha de Jerónimo Dias Azevedo Vasques e Vasconcelos (1805-1885) e de Maria Liberata da Silva Mendes (1823-1906), Condes de Podentes.

<sup>247</sup> Cf. Correspondência de *Carlos Relvas para José Farinha Relvas de Campos*, AHCP, Cx. 304.

<sup>248</sup> Na Casa dos Patudos existem retratos de vários cavalos de Carlos Relvas.

<sup>249</sup> Ainda hoje este tipo de selim é usado, nas práticas equestres, e designado de *Selim à Relvas*. A Casa dos Patudos preserva dois exemplares.

<sup>250</sup> *Carta de Carlos Relvas para José Relvas*, [?/06/1892], AHCP, Cx. 010.

A década de 1860 foi particularmente difícil, para Carlos Relvas, em termos pessoais, com a morte do pai, de uma filha e do único irmão. Mas a atividade de fotógrafo consolidou-se neste período.

Começou a dedicar-se à fotografia em finais da década de 1850, sendo discípulo de Wenceslau Cifka (1815-1883)<sup>251</sup>. A sua fortuna permitiu-lhe o investimento nas *últimas tecnologias* e possibilitou-lhe a compra de publicações sobre o tema. Na década de 1860, mandou edificar o seu primeiro atelier fotográfico, nos jardins da Casa do Outeiro. Em 1871 daria início à construção de um magnífico edifício, concluído em 1876, que ainda hoje podemos admirar, a Casa-Estúdio Carlos Relvas.

A sua faculdade de inventor também se manifestou na fotografia. Em 1873, foi premiado na Exposição Universal de Viena, com a Medalha do Progresso, pela invenção de uma câmara fotográfica com várias lentes acopladas. Ainda durante a década de 1870, adquiriu a patente do processo de fototipia, a Carl Jacoby<sup>252</sup>, dedicando-se mais tarde ao aperfeiçoamento desta técnica.

Entre os seus interesses culturais destaca-se o património, tema frequente das suas séries fotográficas. Em 1880, decidiu associar-se a uma comissão incumbida de elaborar, para a Academia de Belas Artes de Lisboa, um relatório sobre o estado de conservação de alguns conventos históricos do país, o que fez graciosamente.

Em 1882, colaborou na Exposição de Arte Ornamental, fotografando, mais uma vez sem estipêndio, centenas de objetos de arte portuguesa<sup>253</sup>. Em 1883 numa nota para o Álbum de Fototipias da Exposição, escrevia que o número “*dos clichés [...] excedeu os quinhentos*”<sup>254</sup>. O número de fotografias deixa adivinhar o custo deste serviço prestado ao património português.

Carlos Relvas transmitiu aos filhos o gosto pela fotografia. Margarida Relvas (1867-1930), a filha mais nova, alcançou êxito notável. Também José Relvas se interessou pela arte fotográfica<sup>255</sup>. Carlos Relvas esclarecia dúvidas e dava as suas

---

<sup>251</sup> FONSECA, Cátia Antunes dos Santos Salvado – *Uma família de fotógrafos...*, p. 08.

<sup>252</sup> FONSECA, Cátia Antunes dos Santos Salvado – *Uma família de fotógrafos...*, p. 26-28.

<sup>253</sup> A Casa dos Patudos tem no seu acervo uma edição completa do Catálogo da *Exposição de Arte Ornamental Portuguesa* e um volume manuscrito com as descrições das peças, fotografadas por Carlos Relvas, documento autógrafo de José Relvas.

<sup>254</sup> *Apontamentos de Carlos Relvas*, AHCP, Cx. 245

<sup>255</sup> Existem cerca de quinhentas fotografias, da sua autoria, na coleção da Casa dos Patudos.

preciosas opiniões sobre os equipamentos, que o filho pretendia adquirir, através da correspondência<sup>256</sup>.

As décadas de 1870 e 1880 foram pautadas por êxitos, com o sucesso como cavaleiro tauromáquico e como fotógrafo e a construção do estúdio para fotografia. Em 1883, apresentou uma outra invenção, um bote salva-vidas.

Neste período a vida pessoal regista momentos difíceis, como a morte do filho Francisco em 1876, do sogro em 1885 e da mulher, em 1887. De referir ainda a separação da filha Clementina<sup>257</sup> e os sucessivos processos judiciais em que esta se envolveu.

A morte de Margarida Relvas motivou a realização de partilhas<sup>258</sup>. Segundo nos relata José Relvas, foi decidido pelos herdeiros “*que a casa de residência da Golegã fosse partilhada entre mim e meo Pai, reservando-se a elle a Galeria Photographica para sua residência, todo o picadeiro*”<sup>259</sup>, entre outras dependências.

Carlos Relvas mudou-se, então, para a Casa-Estúdio, anteriormente adaptada a residência<sup>260</sup>. Ali se instalou com a sua segunda mulher, Mariana do Carmo Pinto Correia, com quem casou em Lisboa, no dia 23 de Julho de 1888, sem a presença de nenhum dos filhos<sup>261</sup>.

Em 1889, viajou com D. Mariana Relvas para visitar a Exposição Universal de Paris e várias cidades da Europa. Da Suíça escreveu ao filho “*Espero levar de toda a viagem trezentos e tantos clichés*”<sup>262</sup>. Seria esta a sua última viagem ao estrangeiro.

---

<sup>256</sup> Correspondência de *Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos para José Relvas*, 1893, AHCP, Cx. 010.

<sup>257</sup> Maria Clementina de Azevedo Relvas (1857-1933) casou em 1876 com José da Cunha d' Eça de Azevedo, mas “*dous meses depois de realizado o enlace, um desacordo de vontades viria perturbar por tal forma a harmonia entre os recém casados que tiveram de separar-se, de facto, mas não judicialmente*”. *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 122, AHCP, Cx. 239. Não se percebe na correspondência de Clementina para o irmão, nem na de Carlos Relvas para o filho, o corte de relações que alguns autores defendem ter existido. Clementina manteve correspondência com José Relvas até 1928.

<sup>258</sup> Carlos Relvas conhecia o teor do testamento de Margarida Relvas e redigiu mesmo uma adenda ao documento. *Documentos relacionados com partilhas familiares (1887-1906)*, AHCP, Cx. 237 e 238.

<sup>259</sup> *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 120, AHCP, Cx. 239

<sup>260</sup> FONSECA, Cátia Antunes dos Santos Salvado – *Uma família de fotógrafos*, p. 257.

<sup>261</sup> *Carta de Carlos Relvas para José Relvas*, 25/07/1888, AHCP, Cx. 010

<sup>262</sup> *Carta de Carlos Relvas para José Relvas*, 22/08/1889, AHCP, Cx. 010

Carlos Relvas manteve uma profunda ligação ao Ribatejo. Fotografou a lezíria, o povo ribatejano, os seus costumes e indumentárias. Mas a objetiva do fotógrafo registou paisagens, monumentos e *gentes* de Sintra, do Alentejo, da Beira, do norte de Portugal e um pouco de Lisboa. Fotografou mendigos, gente do povo, burgueses, nobres, familiares, amigos, jovens e velhos e ilustres como o rei D. Luís, a rainha D. Maria Pia (1882) e o imperador do Brasil D. Pedro II<sup>263</sup>.

A correspondência para o filho, José, revela um estado quase permanente de enfermidade, que não o impedia de manter várias atividades, mas parece ser a causa do afastamento da gestão das suas propriedades<sup>264</sup>.

O tempo foi colocado ao serviço de duas paixões: a fotografia e os cavalos. A dedicação à fotografia e à prática equestre trouxe-lhe prestígio, mas teve custos muito elevados. Por diversas vezes, o esforço financeiro trouxe problemas de liquidez, ultrapassados com a ajuda de administradores e do filho José, mas nunca graves, tendo em conta o património e o bom nome de devedor.

Carlos Relvas viria a falecer prematuramente, na sequência de uma infeção, no dia 23 de Janeiro de 1894<sup>265</sup>.

Carlos Relvas deixou na Golegã a imagem de homem rico e excêntrico. Os que conhecem a arte da fotografia têm dele a memória de um excepcional fotógrafo.

A Casa dos Patudos preserva a memória de Carlos Relvas através de retratos, fotografias, alguns dos seus equipamentos fotográficos, mas também as suas farpas, bandarilhas, espadas de esgrima ou os selins à Relvas. De referir, ainda, um número bastante significativo de publicações periódicas e de livros, que hoje integram a biblioteca da Casa dos Patudos e um pequeno acervo arquivístico de cerca de oitocentos documentos.

### **3.4.1.3. José de Mascarenhas Relvas**

José Relvas nasceu na Golegã no dia 5 de Março de 1858, filho de Carlos Relvas e de D. Margarida Relvas. Cresceu num ambiente cultural privilegiado, possibilitado pela personalidade do pai. Na casa do Outeiro era frequente a presença

---

<sup>263</sup> FONSECA, Cátia Antunes dos Santos Salvado – *Uma família de fotógrafos...*, p.18.

<sup>264</sup> Sobre o afastamento do pai dos negócios José Relvas escreveu: “o estado precário de saúde do meu pai lhe não permitia voltar à vida activa da administração da sua fortuna que abandonara em 1876”, *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 01, AHCP, Cx. 239.

<sup>265</sup> Cf. *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 154, AHCP, Cx. 239.

de artistas, fotógrafos, músicos, cavaleiros, toureiros e políticos. Nos primeiros anos de vida a sua educação esteve entregue a professores particulares<sup>266</sup> e incluiu aulas de música.

Muito jovem ingressou, como interno, no Seminário, em Coimbra, a etapa necessária para a frequência do curso de Direito<sup>267</sup>. É nessa cidade que se deixa fotografar com o traje académico em 1875<sup>268</sup>. Abandona o curso e a cidade de Coimbra e em 1877 frequenta já o Curso Superior de Letras, em Lisboa<sup>269</sup>, cujo programa curricular se alicerçava no estudo da literatura, da arte e da história<sup>270</sup>. Em 1880, apresentou a sua “*These para o exame geral do Curso Superior de Letras*”, intitulada, “*O Direito do Senhor foi uma medida fiscal da Propriedade*”<sup>271</sup>.

Desde jovem manifestou interesse pela arte colecionando estampas, recortes de jornais, autógrafos e cartas de artistas, pacientemente organizados<sup>272</sup>.

Em 1882, casou com Eugénia Antónia de Loureiro da Silva Mendes. O casal ficou a residir na Casa do Outeiro, na Golegã, onde viriam a nascer os três filhos, Maria Luísa, Carlos e João.

Ainda em 1882 assumiu, por decisão dos pais, a administração da Casa Relvas<sup>273</sup>. A sua primeira preocupação foi averiguar o valor da dívida da casa agrícola. Para conseguir a liquidação do passivo, José Relvas empreendeu um

---

<sup>266</sup> No AHCP existem recibos do pagamento feitos por José Farinha para a educação dos netos, nomeadamente a M.J. Olivier Botto. *Documentos Avulsos*, 1862, AHCP, Cx. 297.

<sup>267</sup> Não podemos justificar a opção pelo Curso de Direito, que na época facilitava o exercício de funções públicas e a atividade política. Mas reconhecemos a existência de tradição familiar, entre os seus tios avós maternos, nomeadamente Romão Luís de Mascarenhas Pimenta, da Sertã.

<sup>268</sup> Em Coimbra terá contactado com os ideais republicanos. Mas documentos do AHCP demonstram outra influência, a de seus tios avós Francisco e João da Silva Mendes, de Viseu. A correspondência destes familiares versa sobre a política e sobre os princípios republicanos. *Correspondência de Francisco Mendes para José Relvas*, 1882-1892, AHCP, Cx. 029.

<sup>269</sup> Cf. *Correspondência de José Relvas para a Margarida Relvas*, 1877, AHCP, Cx. 010.

<sup>270</sup> NORAS, José Raimundo – *José Relvas 1858-1929. Fotobiografia...*, p. 38

<sup>271</sup> RELVAS, José de Mascarenhas - *O Direito do Senhor foi uma medida fiscal da Propriedade*. Tese do Curso Superior de Letras. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

<sup>272</sup> O AHCP preserva vários Álbuns que denotam estas atividades, organizados e com índice temático remissivo. *Álbuns de Recordações (Scrap Book)*, 1875-1906, AHCP, Cx 092 a 099.

<sup>273</sup> Sobre este momento escreveu: “*tendo 24 anos incompletos, somente desde os 23 anos estivera em contacto com um centro de actividade agrícola, e tão despreocupado [...] que posso afirmar dever à vontade inquebrantável de vencer [...] os pequenos resultados que comecei a obter*”. *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 1, AHCP, Cx. 239.

conjunto de medidas. Optou pela substituição de feitores, pelo arrendamento de propriedades no Alentejo, pela renegociação de contratos, pela venda de uma propriedade e pela realização de investimentos<sup>274</sup>. Mas a dívida só seria liquidada em 1887, com as partilhas por morte de D. Margarida Relvas<sup>275</sup>.

Na sequência das mesmas partilhas José Relvas herdou, entre outras propriedades, a Casa do Outeiro<sup>276</sup> e a Quinta dos Patudos, onde se instalou com a mulher e os filhos, dando então início à gestão da sua Casa Agrícola<sup>277</sup>.

A Quinta dos Patudos era a mais rentável das suas propriedades e permitia a exploração de pedra, barro, fornos de telha, cortiça, madeira e criação de gado. Nos seus terrenos produziam-se cereais, legumes, azeite, vinhos e aguardente.

Foi no negócio dos vinhos e na atividade de viticultor que José Relvas ganhou protagonismo público. E foi a defesa dos interesses dos produtores de vinho do Ribatejo que motivou a sua entrada na política.

José Relvas iniciou a sua atividade de vitivinicultor no período pós-filoxera, investiu no plantio de vinha e sentiu, como os outros produtores, a crise de escoamento de produção vinícola. Empenhou-se em reuniões da Associação Central de Agricultura e em encontros de produtores ribatejanos, redigiu textos e deu entrevistas, para jornais locais e nacionais. Mas foi a legislação proposta por João Franco *“impondo um exclusivo de produção de vinho generoso à região do Douro, que fez de José Relvas um líder da contestação”*<sup>278</sup>.

Do associativismo e da oposição às políticas governativas José Relvas passou à política ativa e, em 1907, aderiu ao *Partido Republicano*. Como republicano participou no congresso do Partido de 1908, realizado em Coimbra. Em 1909, foi

---

<sup>274</sup> *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 8-9, AHCP, Cx. 239.

<sup>275</sup> Afirma José Relvas: *“ficariam separados para pagamento das dívidas do monte, os Casal dos S.tos Martyres, a Quinta da Cruz e o Casal do Prior, que seriam vendidos. Não chegando todavia o produto dessas vendas para o integral pagamento do passivo, eu pagaria 17.000\$000, entregando-me o monte igual valor em propriedades”*. *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 121, AHCP, Cx. 239.

<sup>276</sup> Que José Relvas vendeu à Câmara Municipal da Golegã em 15/12/1892, depois consultar o pai sobre o negócio. *Carta de Carlos Relvas para José Relvas*, 21/06/1891, AHCP, Cx. 010.

<sup>277</sup> *Memórias da Administração 1882-1892*, p. 146-154, AHCP, Cx. 239.

<sup>278</sup> SERRA, João Bonifácio – *José Relvas. O Conspirador Contemplativo...*, p. 96.

eleito para o Diretório do Partido Republicano, no congresso de Setúbal, integrando uma “*equipa empenhada de facto na revolução*”<sup>279</sup>.

O ano de 1909 foi de intensa campanha e agitação de opinião pública, em que José Relvas se empenhou como orador e pela redação de intervenções, de panfletos e de artigos para jornais<sup>280</sup>. Ainda em 1909 apresentou, ao Congresso do Partido Republicano que decorreu na cidade de Viseu, o seu estudo sobre *A Questão Económica Portuguesa*<sup>281</sup>.

No congresso do Partido Republicano realizado no Porto, em 1910, o Diretório, de que fazia parte, foi incumbido de realizar uma embaixada a Inglaterra e a França, com o objetivo de apresentar, junto dos governos e meios de comunicação desses países, os projetos do partido. José Relvas integrou essa missão, com Magalhães Lima e Alves da Veiga. Esta delegação “*apresentou a solução republicana para Portugal que acreditava iminente como uma solução de ordem e justiça respeitadora dos compromissos internacionais do país*”<sup>282</sup>.

Com a certeza da não intervenção destes países, históricos aliados da monarquia portuguesa, o Diretório preparou a Revolução. De 3 a 5 de Outubro, Relvas esteve em Lisboa, nas ruas, na redação da *Lucta* ou no *Hotel d’ Europe*, com Inocêncio Camacho, Eusébio Leão, José Barbosa, Malva do Vale e Carlos de Loureiro Relvas. Coube a José Relvas a honra de proclamar a vitória republicana.

Em 12 de Outubro, José Relvas foi chamado para desempenhar as funções de Ministro das Finanças. O exercício governativo, que durou apenas um ano, ficou marcado por uma forte ação legislativa, sendo a medida mais conhecida a introdução do Escudo como moeda nacional.

Em 16 de Outubro de 1911, partiu para Madrid para assumir as funções de Ministro Plenipotenciário de Portugal. As relações diplomáticas entre os dois países estavam numa situação difícil. José Relvas tomou algumas decisões que

---

<sup>279</sup> MORAIS, Jorge – *Os últimos dias da Monarquia: Da esperança de tréguas à instauração da República (1908-1910)*, p. 57.

<sup>280</sup> A atividade de José Relvas e do Partido Republicado está profusamente documentada pela série *Questões Políticas e Económicas, 1906-1909*, uma coletânea de recortes de jornais, panfletos, discursos e notas, reunidos por José Relvas, encadernados em 11 volumes.

<sup>281</sup> *A Questão Económica Portuguesa - aspectos do problema agrícola*, 1909, AHCP, Cx. 093

<sup>282</sup> SERRA, João Bonifácio – *José Relvas. O Conspirador Contemplativo...*, p.74



determinariam o sucesso da sua missão, uma delas foi a utilização dos seus contactos com os meios artísticos<sup>283</sup>.

Esta missão política foi particularmente difícil. O afastamento dos negócios trouxe-lhe alguns prejuízos, agravados pela manutenção em Madrid de uma residência dignificadora da República Portuguesa, para a qual pouco contribuía o seu vencimento. O descontentamento com os políticos portugueses agudizou-se e a sua saúde ressentiu-se. Em Agosto de 1912, confidenciava à mulher: “*O que têm sido estes últimos dias, só o poderei narrar verbalmente. Nem caberia em estreitos limites d’ uma carta, nem conviria entregar o conhecimento d’ esses factos aos azares do correio*”<sup>284</sup>.

Em finais de 1913, em oposição a um dispositivo legal que impedia a acumulação da função e vencimento de parlamentar com outro cargo público, que o atingia diretamente porque fora eleito Senador por Viseu, demitiu-se. Regressou a Portugal, em Janeiro de 1914, e assumiu as funções parlamentares. Mas em 1915 retirou-se da política ativa.

Voltaria por um curto período, entre Janeiro e Março em 1919, em plena crise do regime republicano. Sobre este regresso escreveu: “*Mas devia eu voltar as costas ao regime republicano, depois de ter contraído tão largos compromissos para o seu advento, [...]. Todos me perdoavam, porque o sentimento da responsabilidade obliterou-se lamentavelmente; não me perdoava a minha consciência, e ainda é com ela que eu me quero em boa camaradagem moral*”<sup>285</sup>. Desiludido com os partidos republicanos abandonou a política, mas manteve-se como observador atento e informado.

Dedicou-se à gestão do seu património, à música e às suas coleções de arte. A música e arte foram as duas temáticas que abraçou desde muito jovem e com as quais manteria uma estreita relação ao longo da vida.

Destacou-se como violinista. Teve, a partir de 1878, aulas com Nicolau Ribas (1830-1900). Tocou muitas vezes em público e fez parte de um Quinteto de Amadores de Música de Câmara<sup>286</sup>. Foi um assíduo frequentador de concertos, em

---

<sup>283</sup> Entre outras ações empenhou-se na realização de uma exposição de artistas portugueses no Salão de Madrid, em 1912. *Assuntos de Arte Portugal e Espanha*, AHCP, Cx. 091.

<sup>284</sup> *Carta de José Relvas para Eugénia Relvas*, 22/08/1912, AHCP, Cx. 315.

<sup>285</sup> *Jornal de Bordo* - Cartas a um amigo, 26 de Janeiro de 1919, AHCP, Cx. 368, p. 01

<sup>286</sup> Faziam parte deste quinteto, além de José Relvas, Miguel Angelo Lambertini, José da Costa Carneiro, Cecil Mackee e D. Luís da Cunha e Menezes.

Portugal e no estrangeiro, onde aproveitava para ouvir músicos que raramente se deslocavam ao nosso país. Impressionado com alguns desses espetáculos patrocinou, com amigos, a vinda desses músicos a Lisboa<sup>287</sup>.

Estabeleceu relações de amizade com músicos do seu tempo, entre outros: Viana da Mota, Guilhermina Suggia, Augusto Machado, Francisco Benetó, Alexandre Rey Colaço, Victor Hussla e Bernardo Moreira de Sá. A estes últimos, também violinistas, emprestou por diversas vezes o seu violino *Stadivarius*<sup>288</sup>.

Além de músico e apreciador de música, José Relvas foi também crítico desta arte, escrevendo artigos para a revista *Arte Musical*, entre 1899 e 1903.

Colecionou instrumentos de música<sup>289</sup>, pautas musicais e rolos de pianola elétrica e constituiu uma biblioteca sobre o tema<sup>290</sup>.

A arte musical está amplamente homenageada na casa de José Relvas. Na arquitetura, pela construção de salas para música e pela aplicação de painéis de azulejos evocativos. Na decoração, pela presença de um piano e de uma pianola elétrica, de fotografias com dedicatórias de músicos e pela presença de obras de arte, como é o caso do retrato Domenico Scarlatti, ou da Jarra Beethoven, obra de Rafael Bordalo Pinheiro, dedicada ao compositor de eleição do colecionador<sup>291</sup>.

A faceta de José Relvas mais conhecida é a de colecionador. Esta paixão pela arte, que principiou com a coleção de recortes de jornal, de autógrafos, de estampas, de postais, pela leitura de livros e revistas, pela visita a museus e galerias e mais tarde, porque a fortuna o permitiu e a sua persistência o impunha, culminou na compra de objetos artísticos.

Nesta paixão pela arte “*não se poupou a nada. Nem a gastos, nem a uma perscrutante atenção sobre os mercados, nem a uma paciência vigilante, nem a sacrifícios pessoais*”<sup>292</sup>. Das viagens, da leitura, das visitas a museus e ateliês, do

---

<sup>287</sup> *Álbum de Recordações (Scrap Book)* (1904-1907), AHCP, Cx. 094.

<sup>288</sup> *Carta de Bernardo Moreira de Sá para José Relvas*, 27/12/1884, AHCP, Cx. 049, Pasta 05; *Carta de Victor Hussla para José Relvas*, 26/06/1896, AHCP, Cx. 020, Pasta 21.

<sup>289</sup> Legou em testamento ao Conservatório Nacional esta coleção, com o intuito dos instrumentos serem úteis a alunos talentosos que não tivessem meios próprios para os adquirir.

<sup>290</sup> Que foi doada, por D. Eugénia Relvas, ao Conservatório Nacional em 1930. *Carta de Viana da Motta a Eugénia Relvas*, 25/12/1930, AHCP, Cx.310, Pasta 062.

<sup>291</sup> A profunda admiração de José Relvas por Beethoven justifica que tenha escolhido esse nome, quando se iniciou na loja maçónica Acácia em 1911. *Documentos relativos à atividade maçónica*, 1911-1913, AHCP, Cx. 112.

<sup>292</sup> ESTRELA, Jorge – O Colecionador. In *José Relvas. O Conspirador Contemplativo...*, p.100.

convívio com artistas e antiquários obteve a “*bagagem informativa que lhe permite fazer escolhas excepcionais que ainda hoje estão por desbravar [...], peças que formam um dos melhores acervos do espaço público patrimonial português*”<sup>293</sup>.

Documentos do AHCP provam as aquisições e denunciam “*uma forte inclinação pessoal pela estética do seu tempo, os finais do séc. XIX, e uma clara preferência pelos manifestos estéticos do naturalismo*”<sup>294</sup>.

A atividade de colecionador foi ininterrupta desde 1887, mas circunstâncias especiais permitiram que em alguns períodos fosse mais intensa. É o caso dos anos em que residiu em Madrid. Instalado inicialmente numa moradia na Calle Alfonso XII, 24, mudou-se depois para a Calle Lagasta, 24, recheou a residência com obras de arte, que trouxe consigo para Portugal, em 1914.

Mas o contacto com a cidade de Madrid, com os seus museus, galerias e artistas, antecede a aventura política. Deslocava-se com frequência à capital espanhola pelo menos desde 1887<sup>295</sup>, ano em que em que foi admitido como membro honorário da *Asociacion de Escritores y Artistas Españoles*.

O conhecimento artístico e dos mercados, a disponibilidade financeira e o estabelecimento de relações pessoais com artistas e antiquários, permitiram a reunião de um importante acervo artístico<sup>296</sup>.

José Relvas atravessou fases difíceis enquanto empresário. Maus anos agrícolas, dificuldades na venda de vinhos, o fim da sociedade Adega Regional do Ribatejo e os anos da I Grande Guerra, responsável pela quebra de lucros nas ações de companhias e pela contração na venda de vinhos. Mas nos maus momentos dos negócios, que incitavam à moderação de gastos, o colecionador, contornava dificuldades e mantinha-se a par dos mercados, adquirindo algumas obras de arte. Entre 1914 e 1915, período negro nos negócios, manteve conta corrente no Antigo

---

<sup>293</sup> ESTRELA, Jorge – O Coleccionador..., p.101.

<sup>294</sup> Borges, Nicolau – Viagens ao Estrangeiro. In *José Relvas. O Conspirador Contemplativo*, p. 29.

<sup>295</sup> Cf. Registos nos *Diários de Receita e Despesa (Costaneiro)*, 1887-1888, AHCP. Cx. 230

<sup>296</sup> Entre as amizades merecem destaque as que cultivou com artistas: José Malhoa, Rafael e Columbano Bordalo Pinheiro e António Teixeira Lopes. Mas relacionou-se, também, com outros artistas: Sousa Pinto, Carlos Reis, João Vaz, João da Silva, António Saúde, Sousa Lopes, Henrique Franco, Cândido da Cunha, Roque Gameiro, Alberto de Sousa. Entre os amigos destacam-se, ainda, personalidades ligadas à cultura e às artes como José de Figueiredo, Reynaldo dos Santos, Luciano de Freire, António Augusto Gonçalves ou os espanhóis, também ligados às artes, Frederico Amutio, Emilio Velo, Alexandre Medina e Ignácio Diaz Olano.

Bazar Católico de Guilhermina de Jesus, em Lisboa, vendendo alguns objetos e fazendo aquisições com os lucros obtidos.

José Relvas sendo inegavelmente um homem abastado, nunca alcançou a fortuna e o património construído pelo avô e herdado pelo pai. Foi um empresário bem-sucedido, que fez grandes investimentos em arte, que suportou os avultados custos de sucessivas obras na Casa dos Patudos e que investiu uma pequena fortuna na educação do filho, Carlos de Loureiro Relvas.

Este senhor de personalidade multifacetada preservou para o futuro a sua versão dos acontecimentos que marcaram a sua vida, fossem de carácter privado ou público, pela preservação do seu arquivo. É um legado de milhares de documentos que pode contribuir para uma melhor compreensão dos factos que marcaram a política portuguesa entre 1906 e 1919. É um contributo incontornável para a história local, uma fonte complementar para o estudo da criação artística em Portugal, entre finais do século XIX e os alvares do século XX. É, simultaneamente, uma fonte insubstituível e ainda inexplorada para o estudo de uma das maiores coleções de arte portuguesas, a da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

#### **3.4.1.4. Eugénia Antónia de Loureiro da Silva Mendes Relvas**

Eugénia Relvas nasceu na freguesia Oriental da Sé, em Viseu, em 19 de Junho de 1865, segunda filha de Luís de Loureiro Queiroz Cardoso da Costa Leitão (1844-1906) e Maria Antónia da Silva Mendes (1845-1872), Viscondes de Loureiro, e descendente de ilustres famílias visenses<sup>297</sup>.

Teve uma educação tradicional, falava e escrevia francês, apreciava música e bordava magnificamente. Os documentos, preservados no AHCP, revelam uma personalidade prática e uma observação atenta da sociedade, cultura e política do seu tempo.

---

<sup>297</sup> Neta paterna de Luís de Loureiro Queiroz Cardoso da Costa Leitão (1785-1853), 1.º Barão de Prime (1837) e de D. Maria da Glória Teixeira de Carvalho Sampaio da Rocha Pinto Velho (1826-1900). D. Maria da Glória casou em segundas núpcias, em 1854, com José Porfírio de Campos Rebelo (1830-1901), recebendo o casal os títulos de 2.ºs Barões (1860), Viscondes (1870) e Condes de Prime (1879). Neta de João da Silva Mendes (1822-1881) e de D. Eugénia da Silva Mendes. Descendente por via materna de João da Silva Mendes (?-1802), rico comerciante, natural de Viseu, e de D. Eugénia Cândida da Fonseca, riquíssima proprietária, (?-1843), 1.ª Baronesa da Silva (1837), natural da freguesia de S. João de Areias. Os títulos de nobreza recente atribuídos resultaram da ligação à causa liberal e da fortuna familiar.

Quando casou com José Relvas, em 5 de Fevereiro de 1882, tinha 17 anos, ele 23, mas estavam noivos desde Setembro de 1881<sup>298</sup>.

Na sequência do inventário orfanológico, por morte da mãe, recebeu a primeira herança, que consistia na metade de três propriedades, em Viseu, entre elas a Quinta da Alagoa e a Quinta de Cabanões de Cima. Em 1874, por doação do pai, recebeu trinta e cinco terrenos, a Quinta da Corvos à Nogueira e algumas jóias de família. Com a morte do avô, João da Silva Mendes, em 1881, recebeu também alguns bens<sup>299</sup>. Depois do casamento, os bens passaram a ser geridos pelo marido, que contava com o apoio do administrador José Alves da Trindade<sup>300</sup>. Algumas destas propriedades foram vendidas entre 1886 e 1900.

Eugénia Relvas foi companheira de José Relvas durante 47 anos. A correspondência com o marido não revela a relação absorvente que este e o filho tinham com a arte, nem um interesse particular pelos negócios. No entanto, denota que estava informada sobre os assuntos da administração da Casa Agrícola e que tinha absoluto conhecimento das preocupações políticas e culturais do marido. O casal trocava muita correspondência, particularmente no período em que José Relvas residiu em Madrid. Muitas destas missivas principiam com o termo confidencial e fornecem informações sobre a ação política de José Relvas e as suas opiniões sobre a política, os políticos, a República e os espanhóis<sup>301</sup>.

A opinião da população de Alpiarça sobre a *Senhora dos Patudos* não é consensual. Entre os populares circulam comentários depreciativos, como a acusação de ter oferecido objetos da Casa dos Patudos a pessoas das suas relações de amizade. Se é verdade que o fez, estava legitimada pelo testamento do marido<sup>302</sup>. Por outro lado a confrontação do inventário artístico de José Relvas com o inventário da instituição museológica não o revela de forma óbvia.

---

<sup>298</sup> *Carta de João da Silva Mendes para José Relvas*, 26/09/1881, AHCP, Cx. 029, Pasta 30.

<sup>299</sup> *Documentos relacionados com os bens de Eugénia Relvas*, 1888, AHCP, Cx. 236.

<sup>300</sup> *Correspondência de José Alves da Trindade*, 1883-1920, AHCP, Cx. 066.

<sup>301</sup> Correspondência de José Relvas para Eugénia Relvas, 1911-1913, AHCP, Cx 315.

<sup>302</sup> No testamento José Relvas retira do legado todos os objetos, *que constituíam o recheio da casa* que não fossem considerados artísticos, ou seja que não foram incluídos no Inventário dos Objetos de Arte. *Testamento de José Relvas*, 1928, AHCP, p. 02.

Coube a Eugénia Relvas a aquisição da última obra de arte que integrou a coleção da Casa dos Patudos. Em 1929 encomendou a José Malhoa um retrato do marido, que ficou concluído em Abril de 1930<sup>303</sup>.

Nos últimos anos de vida D. Eugénia Relvas permaneceu longos períodos em Lisboa, entregando a gestão da Quinta dos Patudos a feitores. Foi nesta cidade que faleceu a 30 de Maio de 1951.

Dispôs dos seus bens em testamento<sup>304</sup>, documento que se revelou problemático para a Câmara Municipal de Alpiarça, porque originou uma disputa judicial que adiou a entrega da Casa dos Patudos ao Município até 1957<sup>305</sup>.

A memória de Eugénia Relvas está preservada na Casa dos Patudos, através de retratos, dela e de seus familiares, de fotografias, de objetos pessoais, nomeadamente jóias, no circuito expositivo e por um pequeno conjunto documental.

#### **3.4.1.5. Maria Luísa de Loureiro Relvas**

Maria Luísa de Loureiro Relvas nasceu na Golegã a 31 de Outubro de 1883, sendo a primogénita de José e Eugénia Relvas. Teve, tal como os irmãos, uma educação cuidada, da qual fazia parte o ensino de caligrafia, língua portuguesa, língua francesa, desenho e cálculo. A leitura de uma carta dirigida à mãe, no verão de 1895, revela ainda outras aprendizagens: “*quand j’aurai fini de vous écrire ces quelques mots j’irai faire comme devoir écrit douze phrases allemandes et étudier l’histoire, l’histoire saint et le catéchisme*”<sup>306</sup>. A sua educação incluía aulas de execução de violino.

---

<sup>303</sup> *Correspondência de José Malhoa para Eugénia Relvas*, AHCP, Cx. 312.

<sup>304</sup> Apesar de comumente se afirmar que José Relvas legou todos os seus bens ao Município de Alpiarça, tal não é verdade, legou a Quinta dos Patudos, a Casa, o acervo artístico e algumas propriedades no concelho. Todos os outros bens, de que D. Eugénia era coproprietária, não estavam incluídos neste legado.

<sup>305</sup> Neste documento nomeava Augusto Lopes Joly seu herdeiro e testamentário e instituía vários legados. Joly apresentou à Câmara Municipal um acordo, argumentando que estava incumbido de cumprir os legados e de liquidar um passivo elevado. A Câmara recusou e avançou para um processo judicial. Este prolongou-se, passando da primeira instância, para a Relação e, finalmente, para o Supremo Tribunal, que decidiu a favor da autarquia em 1957. *Herança de Eugénia Relvas, viúva de José Relvas*, IANTT, Arquivo Salazar, PC-61, Cx. 635, Pt. 5.

<sup>306</sup> *Carta de Maria Luísa Relvas para Eugénia Relvas*. AHCP, ?/09/1895, AHCP, Cx. 315.

Além dos estudos e das brincadeiras próprias da idade e immortalizadas pelas fotografias do avô e do pai, pouco mais há a registrar sobre tão curta existência.

Maria Luísa faleceu com 12 anos, vítima de febre tifóide. Sobre a sua morte escreveu José Relvas, num pequeno recorte de papel: “39.7 – última temperatura que foi tomada a minha filha Maria Luísa. Faleceu às 7h da tarde d’este dia – 28 de Junho de 1896 – no quarto n.º 9 no Hotel Borges [em Lisboa]”<sup>307</sup>.



Figuras 14 e 15 - Luísa, Carlos e João Relvas. Fotografias de Carlos Relvas, (1889 – 1893).

#### 3.4.1.6. Carlos de Loureiro Relvas

Carlos de Loureiro Relvas nasceu na Golegã a 13 de Dezembro de 1884. Tinha apenas quatro anos quando a família se instalou na Quinta dos Patudos.

Nos primeiros anos de vida a sua educação esteve entregue a uma professora de origem alemã e incluía música. Em 1895, Maria Luisa escrevia numa carta aos pais: "*Charles est au piano, il étudie bien aujourd’hui M.elle est content de lui*"<sup>308</sup>.

Carlos sobreviveu aos irmãos e teve a educação necessária à sua preparação para a gestão dos negócios e ao desenvolvimento do seu talento para a música.

Em 1902, partiu para Leipzig para prosseguir os estudos. Pela sua correspondência ficamos a saber que os dias, de segunda a sábado, eram preenchidos com aulas e que estas principiavam às 8 horas da manhã. Como aluno externo da Escola Técnica tinha aulas de História, Geografia, Francês, Inglês, Alemão, Física, Química, Matemática, Cálculo Comercial, Câmbios, Operações

<sup>307</sup> Nota manuscrita de José Relvas. Documentos Privados, AHCP, Cx. 102

<sup>308</sup> Carta de Maria Luísa Relvas para Eugénia Relvas, 1895, AHCP, Cx. 315

Comerciais, Trabalhos de escrita, Caligrafia e Escrituração<sup>309</sup>. Frequentava, ainda, aulas de piano no Conservatório.

O período em que residiu em Leipzig, entre 1902 e 1905, possibilitou o desenvolvimento das suas capacidades técnicas como pianista e o contacto com um ambiente culturalmente rico em exposições musicais. Os concertos, os executantes e a sua qualidade eram temas frequentes nas missivas para pais.

Carlos de Loureiro Relvas tocou poucas vezes em público. Muito se conjectura sobre as razões para a não profissionalização, mas verdadeiramente nem podemos afirmar ter sido esse o seu desejo ou de seus pais.

Regressado da Alemanha, dedicou-se à gestão dos negócios do pai, na qual teve uma participação muito ativa até 1919<sup>310</sup>.

As atividades agrícolas, os outros negócios e a política são os temas da correspondência entre pai e filho, entre 1905 e 1919. Estes documentos revelam, ainda, a sua participação na aquisição de obras de arte. Em 1913, José Relvas, numa carta para o filho, escrevia: “*O Amutio fallou-me hontem na possibilidade da venda do quadro da Escola de Van-der-Weiden “Cristo Crucificado”. [...] Se te parecer bem que se venda seria conveniente que me escrevesses sem demora*”<sup>311</sup>.

Nos negócios, na compra de obras de arte, junto de amigos e criados, Carlos era o legítimo representante do pai. Em 1917, estando José Relvas em Viseu telegrafou ao filho, pedindo-lhe que se encarregasse das cerimónias fúnebres de um trabalhador. Sobre estas, registou Carlos: “*Cumpriram-se as suas determinações [...] ficando depositado no jazigo ao lado do Camilo. [...] pode respousar serenamente, sem as revoltas que deve causar a um ser vivo morrer em plena força e em plena vida*”<sup>312</sup>.

Carlos faleceu *em plena vida*, suicidou-se no dia 14 de Dezembro de 1919. Apenas cinco semanas antes escrevia ao pai dando-lhe conta do seu projeto de se comprometer com Maria Carlota, uma jovem que conhecera no Porto. Nessa missiva afirmava: “*Devo dizer-lhe com toda a ingenuidade que estou encantado com ella e*

---

<sup>309</sup> *Carta de Carlos de Loureiro Relvas para José Relvas, 14/10/1903, AHCP, Cx. 043.*

<sup>310</sup> A partir de 1906, José Relvas afastou-se progressivamente da gestão dos negócios e embrenhou-se numa atividade associativa e política de que só se libertaria em 1915. Apesar do afastamento da vida pública, não retomou totalmente essas funções. Os *Diários de Receita e Despesa* só voltam a registar a caligrafia de José Relvas em Dezembro 1919.

<sup>311</sup> *Carta de José Relvas para Carlos de Loureiro Relvas, 05/11/1913, AHCP, Cx. 309.*

<sup>312</sup> *Carta de Carlos de Loureiro Relvas para José Relvas, 10/08/[1917], AHCP, Cx. 043.*



*que julgo ter encontrado a pérola rara que eu andava procurando sem nunca a ter encontrado*". A jovem parecia retribuir o interesse. Na mesma carta explicava ao pai que existia um senão: "*Esta menina é neta pelo lado paterno do seu muito conhecido Joaquim da Cunha Reis, filha portanto d' uma senhora da Casa de Angeja*"<sup>313</sup>. As missivas posteriores, para os pais, revelam as dificuldades em que o compromisso fosse aceite pela família da noiva, monárquica e tradicional.

Sobre as causas do suicídio não nos propomos divagar, registemos apenas que no dia em que celebrava 35 anos, 13 de Dezembro, deveria ter ficado noivo de Maria Carlota. Na manhã do dia seguinte suicidou-se no seu quarto, na Casa dos Patudos, com um tiro de revólver.

Carlos de Loureiro Relvas foi um jovem com espírito de artista que teve uma educação e culturas que extravasavam os padrões da sociedade portuguesa. As paixões pela arte e pela música completavam a sua personalidade reflexiva e o seu rigor de princípios. Teve a oportunidade de viver para assistir à construção da Casa dos Patudos e teve uma participação ativa na gestão dos bens da família e na constituição das coleções, que a sua morte prematura possibilitou que fossem património do Município de Alpiarça.

A memória de Carlos de Loureiro Relvas está preservada na Casa dos Patudos, pela presença de objetos pessoais, pelos seus retratos, por fotografias e por um pequeno acervo documental.

#### **3.4.1.7. João de Loureiro Relvas**

João de Loureiro Relvas nasceu na Golegã a 18 de Novembro de 1887, sendo o mais novo dos três filhos de José e Eugénia Relvas.

A sua educação não deverá ter diferido daquela que estava destinada aos irmãos e incluía a música. É comumente afirmado, na Casa dos Patudos, que seria executante de harpa, contudo não localizámos no AHCP qualquer documento que ateste esta opção musical. No entanto, a correspondência dirigida a João revela aulas de outro instrumento: "*É provável que já estejas enfadado de tocar rabeca, e por isso te mando para variar, uma pequena caixa de música para tocares nas horas da recreação*"<sup>314</sup>. A mesma missiva revela-nos que o canto fazia também parte da sua aprendizagem.

---

<sup>313</sup> Carta de Carlos de Loureiro Relvas para José Relvas, 08/11/1919, AHCP, Cx. 043.

<sup>314</sup> Carta de Maria Liberata da Silva Mendes para João Relvas, 17/10/[1895], AHCP, Cx. 305.

A educação de João Relvas estava sob a responsabilidade da mesma professora dos irmãos e as matérias ministradas não deveriam, apesar da diferença de idades, conhecer grandes alterações. Só assim se compreende que em 1895, com apenas 8 anos, já dirigisse aos pais pequenas cartas em francês.

João de Loureiro Relvas faleceu em 24 de Agosto de 1899 vítima de febre tifóide, a mesma doença de que fora vítima, três anos antes, a irmã Maria Luísa.

### **3.4.2. Caracterização do Fundo Família Relvas**

A documentação produzida por José Relvas é superior, em número, à de todos os outros produtores. No entanto, reconhecemos a existência de sete subfundos que constituem núcleos diferenciados. A documentação foi reorganizada tendo presentes dois princípios: a reconstituição possível da ordem dada pelos produtores e a identificação das atividades desenvolvidas, numa perspectiva orgânico-funcional de acumulação de documentos. Sempre que foram identificados os títulos formais, estes foram utilizados, procedendo-se apenas a algumas atualizações ortográficas.

A análise da documentação permite verificar que alguns conjuntos documentais não são séries à luz dos atuais conceitos arquivísticos. Constituem coleções de documentos, ao nível de séries, reunidos pela sua relação com uma atividade, mas integrando diversas tipologias documentais. Referimos, a título de exemplo, três conjuntos documentais do subfundo José Relvas:

A série *Documentos relacionados com a atividade maçónica*, é constituída por documentos diversos como notas, recibos, correspondência e diplomas resultantes da atividade de membro da Loja Acácia.

A série *Documentos relacionados com os bens de Eugénia Relvas*, reúne documentos relacionados com a posse e venda de propriedades de Eugénia Relvas, nos quais se incluem apontamentos, cálculos e listagens manuscritas por José Relvas, mas também notas e correspondência de administradores.

A série *Documentos de posse e venda do Violino Stradivarius*, inclui correspondência, recibos, notas manuscritas, artigos de jornais e documentos de autenticação daquele instrumento, que se encontravam reunidos, num maço que incluía um índice.

Para os casos em que esta situação se verificou tivemos em conta os vestígios de ordem original, revelados pela documentação, e não procedemos à separação dos documentos segundo a sua tipologia.

### 3.4.2.1. O Subfundo José Farinha Relvas de Campos

A documentação de José Farinha é, quase na totalidade, resultante da sua atividade empresarial. Dos mais de cinco mil documentos compostos e simples, apenas cerca de cem resultam de atividades de carácter privado<sup>315</sup>.

Foram identificadas duas secções: a Secção A - *Vida Privada* inclui apenas uma série: Correspondência pessoal, cujos documentos foram ordenados pelo apelido do remetente. A secção B - *Posse e administração de propriedades transação e tramitação de bens*, constituída por quarenta e cinco séries e vinte e seis subséries<sup>316</sup>. Foi ainda identificado o documento *Livro de Tombo da Casa Relvas*.

Na reorganização procurou-se reconstituir a organização plasmada no *Livro de Tombo*. Tivemos, também, em conta a informação plasmada, quer na cinta que envolvia os maços, quer no verso dos documentos. Estas informações consistiam num resumo do assunto, data e localização física no arquivo (número de maço e gaveta a que pertenciam).

Muitos dos documentos inseridos nas séries documentais incluem, em anexo, documentação diversa relacionada com as propriedades, os direitos transacionados e os seus anteriores proprietários e respetivas famílias. Por esta razão o acervo documental tem um intervalo cronológico que se estende entre 1550 a 1865.

A documentação está acondicionada em quarenta e sete unidades de instalação e tem como idioma dominante o português.

### 3.4.2.2. O Subfundo Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos

O conjunto documental de Carlos Relvas integra cerca de oitocentos documentos e compreende correspondência comercial e pessoal e documentos relacionados com a administração e tramitação de propriedades.

---

<sup>315</sup> Este acervo estaria na casa do Outeiro, na Golegã. José Relvas terá recorrido a estes documentos no período em que foi responsável pela administração da Casa Relvas. Quanto à sua transferência para a Casa dos Patudos existem, pelo menos, duas datas prováveis, 1888, data da mudança definitiva de José Relvas para Alpiarça, ou 1892, data da venda da casa do Outeiro ao Município da Golegã.

<sup>316</sup> As séries e subséries são referidas no Plano de Classificação, que consta do Anexo XVI.

Foram identificadas duas secções: Vida Pessoal e Posse e Administração de Propriedades. A primeira inclui duas séries, a segunda é constituída por oito séries<sup>317</sup>. Além das séries registamos a existência do *Livro dos Criados*, documento relativo a trabalhadores da Casa Relvas entre 1878-1892, mas também a prestadores de serviços como médicos, fotógrafos e procuradores.

A documentação foi alvo de reorganização ao nível da série, sendo posteriormente distribuída, em função da classificação, por doze caixas de arquivo. Os documentos estão redigidos em português, língua dominante, e em francês.

### **3.4.2.3. O Subfundo José de Mascarenhas Relvas**

O acervo documental produzido no âmbito das múltiplas atividades pessoais, públicas e empresariais de José Relvas é constituído por cerca de oitenta mil documentos.

A documentação foi reorganizada segundo critérios orgânico-funcionais, sendo consideradas quatro Secções, a saber: A. Vida Pessoal; B. Administração do Património; C. Atividade Política; D. Coleções de documentos. Na identificação das séries foram sempre consideradas as referências à organização dada, ao arquivo por José Relvas, reveladas pela documentação.

A secção A - Vida Pessoal, é constituída por dezassete séries<sup>318</sup>, algumas de enorme interesse porque resultam da atividade de colecionador de José Relvas.

Outra parte da documentação resultou das atividades de proprietário, empresário agrícola e investidor em ações de empresas e, constitui a secção B - *Administração do Património*. Para esta foram identificadas trinta e oito séries. De referir, ainda, uma subsecção relativa à administração da Casa Agrícola Relvas, constituída por quatro séries e pelo livro *Memória da Administração*. Este livro é um manuscrito de José Relvas, no qual registou as decisões tomadas, os investimentos realizados, as contas dos credores e sua a liquidação, bem como os acontecimentos familiares,

---

<sup>317</sup> As séries são referidas no Plano de Classificação, que consta do Anexo XVI.

<sup>318</sup> As séries Cartões-de-visita e Postais Ilustrados são artificiais e foram coligidas durante uma intervenção anterior no arquivo da Casa dos Patudos. Resultaram da reunião de documentos, tendo em conta o seu formato, e da destruição dos conjuntos documentais definidos por José Relvas. Não foi possível durante a nossa colaboração na Casa dos Patudos inverter esta situação.

ocorridos entre 1882 e 1887, período durante o qual foi administrador da Casa Agrícola dos pais.

A Secção C reúne documentação resultante da atividade política, entre 1907 e 1919, compreende oito séries gerais de documentos. Foram ainda identificadas cinco subsecções: a Subsecção *Dirigente Republicano*, de 1907 a 1910, constituída por quatro séries; a Subsecção *Ministro das Finanças do Governo Provisório*, entre 1910 e 1911, que compreende três séries; a Subsecção *Ministro Plenipotenciário em Madrid*, entre 1911 e 1914 com dez séries; a Subsecção *Membro do Senado*, de 1913 a 1915, constituída por cinco séries; a Subsecção *Presidente do Ministério e Ministro do Interior*, 1919, com três séries<sup>319</sup>.

Para a organização da documentação política foi respeitada a ordem definida por José Relvas, sempre que foi possível identificá-la.

Para a correspondência pessoal respeitou-se a organização alfabética de sobrenome de remetente, definida numa intervenção anterior no arquivo. Quanto à restante documentação, sempre que não foi possível perceber a organização original, optámos por uma ordenação cronológica.

Os documentos estão redigidos em português, francês e castelhano, e foram acondicionados em trezentas e dezassete caixas de arquivo.

#### **3.4.2.4. O Subfundo Eugénia Antónia de Loureiro da Silva Mendes Relvas**

O acervo documental de Eugénia Relvas é constituído por correspondência pessoal e por documentação relativa à gestão da Quinta dos Patudos e ao pagamento de impostos. Constitui um pequeno núcleo de cerca de três mil documentos. Mais de mil assumem carácter privado e são correspondência recebida de familiares e amigos. Os restantes são resultantes da administração da Quinta dos Patudos, entre 1929 e 1950, e do pagamento de impostos.

A documentação foi reorganizada em duas secções: a Secção A - Vida Privada com a série de Correspondência pessoal e a Secção B - Administração de Património, com as duas séries: *Folhas de Pagamentos Semanais da Quinta dos Patudos* e *Documentos relativos ao pagamento de impostos*.

A correspondência recebida de familiares e amigos é complementar à do marido e reveladora dos meios sociais e culturais por eles frequentados. A documentação relativa à exploração agrícola da Quinta dos Patudos revela que não foi alterada a

---

<sup>319</sup> As séries são referidas no Plano de Classificação, que consta do Anexo XVI.

forma de administração da propriedade. A gestão foi assegurada pelos feitores e os empregados garantiram as atividades agrícolas.

Os documentos, que foram organizados cronologicamente, com exceção da correspondência, para a qual foi mantida a ordenação por apelido do remetente. Os idiomas dominantes são o português e o francês, mas alguns documentos estão redigidos em castelhano.

O acervo foi acondicionado em doze caixas de arquivo.

#### **3.4.2.5. O Subfundo Maria Luísa de Loureiro Relvas**

O acervo documental de Maria Luísa compreende quarenta e sete documentos. Não foram consideradas secções. Foram definidas duas séries: *Correspondência Pessoal* e *Documentos relacionados com a atividade de estudante*, ambas acondicionadas numa única unidade de instalação.

O idioma dominante é o português, mas existem alguns documentos redigidos na língua francesa.

#### **3.4.2.6. O Subfundo de Carlos de Loureiro Relvas**

Os documentos de Carlos de Loureiro Relvas, cerca de quatrocentos, redigidos em português, em francês, castelhano e alemão, foram acondicionados em três caixas de arquivo. Mais de duzentos são correspondência recebida, os restantes são relativos à sua atividade de estudante e de músico<sup>320</sup>. Foram identificadas três séries: *Correspondência pessoal*; *Documentos relacionados com a atividade de estudante* e *Documentos relacionados com Estudos Musicais*.

Na correspondência foram identificados quarenta e seis remetentes, destaque para a recebida dos pais e de outros familiares.

A série *Documentos relacionados com Estudos Musicais* é, maioritariamente, constituída por programas de concertos de música, redigidos em alemão, com anotações e correções manuscritas de Carlos de Loureiro Relvas.

---

<sup>320</sup> Referimos ainda, em carácter meramente informativo, outra constatação: Carlos de Loureiro Relvas incluía na correspondência comercial missivas que lhe eram dirigidas pelo pai, por familiares e amigos, sempre que estas eram referentes a negócios. Tomámos a opção de manter nessas séries, que integram o acervo documental de José Relvas, as missivas a que nos referimos, procurando respeitar, desta forma, a ordem original dos documentos.

### 3.4.2.7. O Subfundo João de Loureiro Relvas

O acervo documental de João Relvas é constituído por sessenta e cinco documentos. Não foram consideradas secções, mas foram definidas duas séries: *Correspondência recebida* e *Documentos relacionados com a atividade de estudante*, ambas acondicionadas numa única unidade de instalação. Os documentos, redigidos em português e francês, são reveladores da educação que José Relvas possibilitou ao filho mais novo e, simultaneamente, da relação que a criança estabeleceu com vários familiares.

### 3.4.3. A Adega Regional do Ribatejo

A Adega Regional do Ribatejo foi constituída em 12 de Outubro de 1907, por iniciativa de José Relvas, a quem se associaram vários vinicultores ribatejanos<sup>321</sup>. A sociedade teve sede provisória na Quinta dos Patudos e José Relvas foi o seu primeiro presidente.

Os estatutos determinavam que a sociedade seria uma cooperativa de responsabilidade limitada, por tempo indeterminado, que produziria pela subscrição de vinhos e aguardentes dos associados, vinhos regionais comuns, de consumo e licorosos, destinados ao mercado nacional e internacional. Esta produção deveria ser feita através de uma rigorosa seleção de castas<sup>322</sup>. Os estatutos indicavam que a Adega usaria “*da sua marca geral e das contra-marcas, todas devidamente registadas e garantidas*”<sup>323</sup>. O título de registo só foi emitido, pelo Ministério do Fomento, em 22 de Dezembro de 1910.

José Relvas foi presidente da Adega Regional do Ribatejo até 1909, apresentando o relatório de contas do biénio de 1908-1909, aos sócios. Pela leitura

---

<sup>321</sup> Foram sócios: António da Silva Patrício, Florêncio de Matos Coutinho, Guilherme Alves de Meira, Jacinto dos Mártires Falcão, José da Costa Malhou, António Alves de Meira, Manuel Nunes Pedro, Joaquim Coutinho, José Milícia, Abel Fontoura da Costa, João Luís Botelho Falcão, Joaquim Calado, Carlos Guedes de Amorim, Manuel Coutinho, Joaquim Barreira e Joaquim Guedes de Amorim, vinicultores dos concelhos de Chamusca, Almeirim, Rio Maior e Santarém. *Livro de Actas da Adega Regional do Ribatejo*, p. 1. AHPC, Cx. 322

<sup>322</sup> *Estatutos da Adega Regional do Ribatejo*, p. 1-3, AHPC, Cx. 322

<sup>323</sup> *Estatutos da Adega Regional do Ribatejo*, p. 2, AHPC, Cx. 322

deste documento ficamos a saber que os lucros das vindimas de 1908, não foram distribuídos pelos sócios, o que permitiu aumentar o capital da sociedade de 6.050\$785 para 17.686\$272, sem recorrer a crédito<sup>324</sup>.

Com esses fundos foi possível abrir, em 1909, um entreposto comercial na Rua do Crucifixo, n.º 118 a 124, em Xabregas. Era através deste posto comercial que se procedia ao despacho de vinho para o estrangeiro, nomeadamente, para Inglaterra e para várias cidades em África.



Figuras 16, 17, 18 e 19 - Rótulos da Adega Regional do Ribatejo (1909)

Durante o ano de 1912, surgiram problemas na gestão da sociedade<sup>325</sup> e em 1913, esta foi encerrada. A documentação preservada no AHCP revela má gestão e o desvio de verbas por parte de um sócio, denunciados por sociedades responsáveis pela comercialização da marca no estrangeiro. José Relvas dedicou-se, durante os anos de 1913 e 1914, a liquidar as dívidas da sociedade.

### 3.4.3.1. Caracterização do Fundo Adega Regional do Ribatejo

O acervo da Adega Regional do Ribatejo é constituído por documentos relacionados com a criação da sociedade e, outros, resultantes das atividades de produção e venda de vinhos, no período entre 1907 e 1913, mas é mais numerosa para os anos de 1907 a 1910<sup>326</sup>. São cerca de três mil documentos, redigidos em português, inglês, francês e italiano e doze livros, acondicionados em doze unidades de instalação.

Partindo da análise da documentação definimos um plano de classificação. Foram identificadas duas secções:

<sup>324</sup> *Relatórios de Gestão da Adega Regional do Ribatejo*, ARR, AHCP, Cx. 321

<sup>325</sup> Reportados por Carlos de Loureiro Relvas para José Relvas, então a residir em Madrid.

<sup>326</sup> Intervalo cronológico, em parte, coincidente com a presidência de José Relvas.



A *Secção A*, que integra os documentos relacionados com a constituição da sociedade e com a identificação e participação de sócios. Nesta foram identificados os documentos: Livro de Atas (1907), Projeto de Estatutos (1907), Estatutos (1909), Registo da Marca (1910) e exemplares do estacionário da empresa (nomeadamente rótulos e folhetos publicitários). Foram, ainda, identificadas as séries: Documentos de identificação de sócios e das suas propriedades; Livros de Contas correntes dos sócios; Livro de registo da Medição e valor das subscrições dos sócios fundadores; Livro de Notas das contas dos Sócios.

A *Secção B* reúne documentos resultantes da atividade da sociedade. Foram identificadas as séries: Correspondência recebida; Contas Correntes; Copiador de correspondência expedida; Registo de entradas e saídas de vinho do armazém de Xabregas; Faturas e recibos; Relatórios de gestão e Cadernetas bancárias.

A documentação foi reorganizada ao nível da série e, dentro deste nível, procedeu-se a uma reunião cronológica por anos de produção.

Sempre que os documentos foram encontrados em maços originais, estas unidades foram preservadas.

### **3.5.O acervo documental da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça**

A Casa-Museu dos Patudos, como então era designada, abriu as suas portas a público a 15 de Maio de 1960. Contudo a documentação produzida é anterior, recua ao ano de 1957, altura em que estava em curso o projeto de adaptação a museu. Entre os documentos incluem-se alguns relacionados com o projeto de arquitetura, correspondência recebida e notas manuscritas da conservadora, (como rascunhos para cartas e notas para a elaboração do Roteiro da Casa dos Patudos), bem como alguns documentos que atestam a contestação às decisões tomadas por Maria de Lurdes Bartholo. São os primeiros documentos do arquivo da Casa dos Patudos, em pequeno número, mas extraordinariamente reveladores para a história do museu neste período.

A instituição manteve-se ativa com a criação e manutenção de um serviço de visitas guiadas até à atualidade. A atividade museológica pautou-se, também, pelo empréstimo de obras de arte e pela colaboração prestada a investigadores, das diversas áreas, da política à arte. Mas as referências a algumas destas atividades são orais, ou coligidas em publicações externas à Casa dos Patudos.

A Casa dos Patudos não tem arquivo entre os anos de 1961 e 1993, pelo que procurámos obter uma justificação para este facto. A casa-museu não teve, neste interregno, um conservador nomeado, sendo a gestão assegurada pelo Dr. Hermínio Paciência, Presidente da Fundação José Relvas. Seria, por isso, de supor que os documentos estivessem no arquivo da Fundação José Relvas, mas não é assim. Se existiram, ou foram destruídos ou estão em parte incerta. Os acontecimentos que durante estes trinta anos marcaram a história da Casa dos Patudos têm de ser recuperados, parcialmente, pelo testemunho oral dos funcionários do museu e pelas atas e outros documentos do arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça<sup>327</sup>.

A nomeação de um conservador, em 1993, é contemporânea do *reaparecimento* do arquivo institucional, que terá continuidade até à atualidade. Entre 1993 e 1995, exerceu essas funções o Arq. José António Falcão. Depois da sua saída foi responsável pela Casa dos Patudos, o Dr. Nuno Saldanha, sucedendo-lhe o Prof. Joaquim Duque. Em 2003, deu-se o regresso do Arq. José António Falcão, cujo afastamento definitivo ocorreu em 2008. A partir desta data a Casa conta com a coordenação científica do Prof. João Bonifácio Serra e, desde Março de 2011, desempenha as funções de conservador o Dr. Nuno Prates.

O arquivo administrativo nunca foi alvo de tratamento arquivístico e não respeita qualquer Plano de Classificação.

Apesar de existir arquivo desde 1993 podemos detetar alguns hiatos. Referimos em especial a inexistência dos relatórios de restauro feitos em dezenas de obras de arte. Temos evidências de que foram feitos estes restauros: correspondência, testemunhos orais de funcionários e até fotografias, mas das dezenas de intervenções, até 2008, apenas dez têm relatório do técnico responsável pela intervenção de restauro<sup>328</sup>.

A Casa dos Patudos não tem independência administrativa ou financeira, nem quadro de pessoal próprio, depende exclusivamente da Câmara Municipal de

---

<sup>327</sup> Contributos para a história da Casa dos Patudos podem também vir de outros arquivos. Durante a nossa atividade profissional localizámos no arquivo do IMC vários processos de restauro de obras de arte da Casa dos Patudos, feitos na década de 1970. É provável que existam outros acervos de igual interesse por localizar.

<sup>328</sup> A existência de relatórios de restauro é importante para que numa nova intervenção se possa saber que processos e produtos foram aplicados anteriormente. Em termos de gestão museológica é essencial saber quando, por quem e porque razões o restauro foi feito. Não foi possível apurar se estes relatórios não foram entregues ou não foram preservados.

Alpiarça, que com os seus limitadíssimos recursos tudo tem feito para garantir a preservação de tão extenso património.

A casa-museu tem contado com o apoio da Associação de Amigos da Casa Museu dos Patudos, que teve períodos de intensa atividade e outros de quase inatividade. Com o apoio desta associação foi possível, na década de 1990, constituir um pólo etnográfico<sup>329</sup>, em instalações da Quinta dos Patudos, que constituía uma mais-valia para a casa-museu. Com o apoio desta Associação foi, também, possível o estabelecimento de protocolos que permitiram a formação de jovens, na área do restauro e da conservação, nomeadamente de têxteis e azulejaria, cujos trabalhos incidiram sobre as coleções da Casa dos Patudos. Estas atividades estão documentadas no arquivo da Casa dos Patudos.

### **3.5.1. Caracterização do Fundo Casa dos Patudos**

O conjunto documental *Fundo da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça* é constituído pela documentação recebida e produzida pela instituição museológica. Como já referimos, a Casa dos Patudos não possui quadro pessoal ou quadro orgânico-funcional. Também não dispõe estatutos, regulamento interno ou outro documento substituto<sup>330</sup>. Por esta razão não seria possível fazer corresponder um plano de classificação ao seu quadro orgânico-funcional. Pela mesma razão não foram identificadas séries produzidas pela direção do museu.

Na sequência de um processo de análise da documentação, quer do conjunto que já integra o AHCP, quer do arquivo administrativo, foram consideradas três secções. Estas resultam do reconhecimento daquelas que são, em nosso entender, as funções fundamentais da Casa dos Patudos: a preservação e fruição das coleções. As atividades decorrentes do seu cumprimento, nomeadamente a manutenção do serviço de visitas, os contactos com instituições e pessoas e as

---

<sup>329</sup> O núcleo etnográfico foi desmontado poucos anos depois, sendo o espaço adaptado a sala para a realização de eventos. No arquivo da Casa dos Patudos estava o inventário deste acervo e algumas fotografias da exposição etnográfica.

<sup>330</sup> Também não dispõe de autonomia administrativa. Um conservador ou diretor estabelece com a Câmara Municipal de Alpiarça um acordo de prestação de serviços. Este responsável não dispõe de autonomia, para angariar recursos, preparar exposições, receber ou fazer empréstimos de obras de arte, proceder a restauro de objetos artísticos etc..., sem autorização do Executivo.

atividades relacionadas com a preservação do acervo, são as funções de uma qualquer instituição museológica.

A primeira secção designada de *Documentos da criação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*, integra um conjunto de documentos, que classificámos como coleção, sendo esta formada pela correspondência recebida e notas redigidas pela conservadora Dra. Maria de Lurdes Bartholo, entre 1957 e 1961. Nesta secção integrámos, também, o *Projeto de arquitetura de adaptação da Casa a Museu*.

Na Secção B foram consignados os documentos resultantes das atividades correntes da instituição. Foram identificadas onze séries, a saber: Correspondência Recebida pela CP-MA; Correspondência Expedida pela CP-MA, Correspondência da CP-MA para a Câmara Municipal de Alpiarça; Correspondência da Câmara Municipal de Alpiarça para a CP-MA; Documentos relativos à formação de jovens (projeto JVS); Revista de Imprensa; Documentos relacionados com os recursos humanos; Guias de receita da Casa dos Patudos; Trabalhos académicos sobre a Casa dos Patudos e as suas coleções; Textos e artigos para órgãos de comunicação social, eventos e publicações; Registos mensais de visitantes e Relatórios de Segurança.

Considerámos, ainda, uma terceira secção que integra os documentos relacionados com a gestão das coleções. Esta compreende seis séries: Relatórios de restauro de obras de arte; Documentos relacionados com a preparação de exposições; Cadastro de todos os objetos da Casa dos Patudos; Inventário dos objetos da Casa dos Patudos; Fotografias de obras de arte e da Casa dos Patudos e Avaliação de objetos artísticos.

Este acervo, essencial para o desenvolvimento das atividades da instituição, é, simultaneamente, uma fonte para a sua história e suas coleções. É por isso de lamentar que não exista documentação para mais de trinta anos de atividade, da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

### **3.6.O Fundo das Escavações Arqueológicas**

Na década de 1980, foram realizadas escavações arqueológicas em terrenos da Quinta dos Patudos. As escavações, que contaram com o apoio do Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa, foram realizadas, pelos arqueólogos Philine Kalb e Martin Höck, que recorreram à ajuda de jovens de Alpiarça, para as tarefas de limpeza, numeração, etiquetagem e acondicionamento das peças recolhidas.

Quando Philine Kalb e Martin Höck deram início às escavações estavam munidos de referências a vários “*achados fortuitos*”, retirados de *sítios* arqueológicos em Alpiarça, ao longo de 70 anos. Tinham, também, conhecimento das escavações realizadas em 1973, por Gustavo Marques e Gil Miguéis de Andrade, cujos achados, datados da segunda Idade do Ferro (séc. VI a V a.C.), estavam na Casa dos Patudos<sup>331</sup>.

Existiam ainda referência a outros achados ocasionais. Em 1916, António Augusto Mendes Corrêa<sup>332</sup> publicou na revista *O Archeológico Português*, um artigo que fazia referência a peças descobertas em Alpiarça e identificava *sítios* arqueológicos. Explicava que os objetos “*foram recolhidos há bastantes anos por trabalhadores rurais que plantavam vinha [...] Ofereceu-mos amavelmente, há dois anos, o Sr. Carlos Relvas*”<sup>333</sup>. Em 1930, Mendes Correa declarava a descoberta acidental, de dezasseis urnas, de um machado e outros objetos em bronze, em terrenos da Quinta dos Patudos, onde antes já tinham sido recolhidos achados<sup>334</sup>. Também em 1930, outro proprietário, o Sr. Paciência Gaspar, enviou a Mendes Corrêa “*fragmentos de cerâmica e de braceletes de bronze que acabavam se ser encontrados, por ocasião da plantação de vinha*”<sup>335</sup>, no local do Mejão.

As escavações conduzidas por Philine Kalb e Martin Höck foram as primeiras realizadas *in situ*, e permitiram “*pela primeira vez documentar urnas [...] e registar acompanhantes que lhes pertenciam*”<sup>336</sup>. As escavações realizadas no Cabeço da

---

<sup>331</sup> KALB, Philine, Höck, Martin – *Cerâmica de Alpiarça*. Catálogo da Exposição p. 1-2.

<sup>332</sup> António Augusto Esteves Mendes Corrêa (1888-1959) foi nomeado assistente da Faculdade de Ciências do Porto em 1911, instituição onde exerceu cátedra entre 1921 e 1946. Em 1914 fundou o Museu e Laboratório Antropológico. Dedicou-se a estudos no campo da arqueologia, produzindo textos científicos para publicações nacionais e estrangeiras. Mendes Correia tinha com José Relvas relações familiares, por ser casado com Cármen de Boáda Loureiro Mendes, sobrinha de Eugénia Relvas. Esta convivência familiar permitiu que objetos arqueológicos encontrados na Quinta dos Patudos e preservados por José Relvas e Carlos de Loureiro Relvas fossem cedidos para a coleção do museu fundado por Mendes Corrêa. Sobre este assunto: *Correspondência de António Augusto Mendes Corrêa para José Relvas*, AHCP, Cx. 013.

<sup>333</sup> Corrêa, António Augusto Mendes – Sobre alguns objetos protoistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. In *O Archeólogo Português*, Vol. XXI, n.º 1 a 12, 1916, p. 331.

<sup>334</sup> Corrêa, António Augusto Mendes – “Urnenfelder” de Alpiarça. In *Anuário de Perhistória Madrileña*. Vols. IV, V, VI, 1935, p. 133-138.

<sup>335</sup> Corrêa, António Augusto Mendes – “Urnenfelder” de Alpiarça..., p. 134

<sup>336</sup> KALB, Philine, Höck, Martin – *Cerâmica de Alpiarça*..., p. 2.

Bruxa possibilitaram, aos arqueólogos, estabelecer relações com as peças recolhidas anteriormente, noutros sítios, como o Mejão, Castelo, Cabeço da Bruxinha e Tanchoal. Os achados de Philine Kalb e Martin Höck ficaram em depósito na Casa dos Patudos. Este acervo arqueológico é formado por algumas dezenas de peças e por milhares de fragmentos, guardados em caixas de cartão empilhadas em estantes.



Figura 20 - Urna funerária, descoberta por Philine Kalb e Martin Höck no Cabeço da Bruxa, Quinta dos Patudos. Fotografia não identificado, (1985).

Para Philine Kalb e Martin Höck os achados constituíam uma coleção que justificava uma exposição arqueológica permanente, cujo projeto já estava concluído, mas que por falta de meios financeiros não tinha sido possível pô-lo em prática<sup>337</sup>. A situação mantém-se na atualidade.

As peças foram preservadas nas condições possíveis e o acesso para o estudo das mesmas é facilitado. Algumas já foram objeto de estudo, por parte de estudantes de Licenciatura em Arqueologia. Contudo, a quase totalidade ainda não mereceu qualquer atenção e o acervo nunca foi alvo de estudo na sua globalidade.

### 3.6.1. Caracterização do Fundo das Escavações Arqueológicas

O conjunto documental é constituído por documentação reunida e por documentos produzidos no âmbito dos trabalhos no sítio arqueológico de *Cabeço da Bruxa*. Incluí cerca de quatrocentos documentos, maioritariamente redigidos em Alemão, distribuídos em duas unidades de instalação<sup>338</sup>.

<sup>337</sup> KALB, Philine, Höck, Martin – *Cerâmica de Alpiarça...*, p. 2.

<sup>338</sup> Estes documentos fazem parte de um conjunto muito numeroso, abandonado pelos arqueólogos aquando da sua partida de Alpiarça, na década de 1980. São cerca de 30 dossiers, que permanecem no laboratório improvisado, pelos arqueólogos, numa dependência anexa à

A documentação reunida compõe-se de cópias de artigos, alguns completos mas também excertos, e recortes de artigos, sobre arqueologia e achados arqueológicos, que apresentam notas manuscritas dos arqueólogos. Seriam documentos usados no processo de identificação e classificação dos achados. Considerámos que constituem a *Coleção de Documentos sobre Arqueologia*. Numa análise superficial identificámos artigos em português e castelhano, em número muito reduzido e um conjunto numeroso de artigos em língua alemã.

Os documentos produzidos são desenhos e notas de registo de dimensões, localização no campo arqueológico e materiais de composição, das peças arqueológicas. Estes documentos permitem a identificação, na medida que indicam o número (de inventário) que lhe foi atribuído e que está marcado em cada fragmento e objeto. Considerámos que constituíam uma série documental que designamos de *Inventário dos achados arqueológicos de Philine Kalb e Martin Höck*.

A análise da documentação na sua totalidade deverá conduzir à identificação de mais séries documentais e possivelmente à mudança desta classificação, que se pretendia temporária, pois a nossa análise foi parcial.

A referência no presente estudo a este *fundo parcial*, que sabemos ser apenas uma amostra de um numeroso conjunto documental, prende-se com o facto de termos consciência de que, depois do abandono das escavações, não foi elaborado qualquer outro instrumento de controlo ou de acesso da coleção de arqueologia.

Não existe qualquer inventário<sup>339</sup> desta coleção, pelo que estes documentos constituem uma possibilidade de interpretação das peças, e uma fonte de informação, de que a Casa dos Patudos dispõe, para potenciais investigadores. Ninguém pode, atualmente, saber quantos fragmentos e peças existem, as suas tipologias, a sua classificação, a cronologia ou materiais de composição.

Este acervo documental é, também, a prova do trabalho de identificação e classificação feito pelos arqueólogos Philine Kalb e Martin Höck, constituindo por isso um recurso imprescindível e ponto de partida para qualquer estudo desta coleção.

Estes documentos não foram alvo de reorganização arquivística, sendo mantida a ordem original com que foram encontrados.

---

Casa dos Patudos, de onde, lamentavelmente, não conseguimos retirá-los até à data em que terminámos o exercício das nossas funções, naquela instituição museológica.

<sup>339</sup> Referimo-nos ao inventário museológico: “an itemized list of the objects included in a museum’s collections”. Cf. EDSON, Gary; DEAN, David - *The Handbook for Museums*, p. 289.

### 3.7. O acesso ao acervo arquivístico da Casa dos Patudos

O acesso ao acervo arquivístico da Casa dos Patudos é regulado pela legislação que define as condições de acesso e de comunicabilidade dos arquivos tutelados por organismos públicos. Na realização da consulta devem ser, também, respeitadas as normas internas de segurança definidas pela Casa dos Patudos.

O acervo legado por José Relvas, que inclui informações de âmbito privado, está disponível para consulta, face aos prazos legais definidos pela Lei 16/1993 de 23 de Janeiro. Também a documentação da sociedade Adega Regional do Ribatejo pode ser consultada, com base na mesma Lei.

Em 2010, foram disponibilizados on line mais de dez mil imagens de documentos do *Fundo Família Relvas*, relativos à aquisição de obras de arte e às obras de ampliação, da Casa dos Patudos, posteriores a 1904. Este conjunto de documentos, que inclui faturas, recibos, notas de encomenda, correspondência e notas manuscritas do colecionador José Relvas, foi disponibilizado para livre acesso ao público em geral<sup>340</sup>.

O acesso ao arquivo administrativo da Casa dos Patudos está, por sua vez, consignado na lei, nomeadamente pela Lei 46/2007 de 24 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos) e pelo Código do Procedimento Administrativo.

Salvaguardamos que o acesso ao acervo administrativo deve ter em atenção a confidencialidade de algumas informações, sobre o imóvel e a segurança do museu e das coleções.

Ainda relativamente a este acervo, uma referência aos trabalhos académicos não publicados, cedidos à Casa dos Patudos, pois é necessário garantir o respeito pelos direitos de autor quando utilizados, pela instituição museológica ou por outros investigadores.

Relativamente ao acervo arquivístico retemos uma preocupação relacionada com a preservação. O estado de conservação dos documentos legados, por José Relvas, é bom, mas algumas dezenas encontram-se em evidente estado de degradação, atenuado pela melhoria das condições de acondicionamento, mas ainda assim preocupante. A pesquisa destes documentos deve ser condicionada, mas cabe ao responsável pelo acervo facultar a sua consulta, através da sua reprodução

---

<sup>340</sup> Informação disponível em [www.cm-alpiarca.pt](http://www.cm-alpiarca.pt)



digital, possível devido ao equipamento de digitalização adquirido para a casa-museu em 2010.

Preconizamos que o acesso ao acervo arquivístico deve ser facilitado e por princípio livre, mas somos favoráveis à análise de cada pedido de consulta. O interesse de investigadores externos deve ser valorizado, em função das razões apresentadas para a pesquisa e devem ser apoiadas as tendentes à redação de artigos, publicações e trabalhos académicos. A mera curiosidade, que por vezes impera sobre arquivos privados, raramente dará origem a trabalhos prestigiantes quer para os autores, quer para a instituição museológica.

Qualquer pedido de pesquisa deve ser dirigido à instituição museológica que o encaminhará para o Executivo da Câmara Municipal de Alpiarça, a quem compete formalmente conceder autorização ou solicitar informações adicionais, quando tal se justificar. De reter, ainda, que a Câmara Municipal detêm direitos legais sobre a reprodução de imagens de obras de arte e de documentos da Casa dos Patudos.

O acesso ao acervo documental será sujeito às condições de preservação e de consulta que a instituição determine<sup>341</sup>. A Casa dos Patudos ganhou com realização da última campanha de obras novas valências para a instalação do acervo. Por razões que se prendem com condicionalismos arquitetónicos o arquivo ficou instalado numa zona de acesso restrito. Dispõe, presentemente uma sala de depósito de dimensões consideráveis e com equipamentos que potenciam um melhor acondicionamento dos documentos, nomeadamente estantes feitas por medida. Foi ainda considerada, no projeto, uma sala destinada aos investigadores presenciais.

### **3.8. Funções do acervo arquivístico da Casa dos Patudos**

Ao longo dos capítulos anteriores procurámos evidenciar o contributo dos acervos documentais para o cumprimento dos objetivos das instituições museológicas. Os museus centram a sua atividade, fundamentalmente, em tarefas relacionadas com a preservação, estudo e divulgação das suas coleções. As casas-

---

<sup>341</sup> Em 2009, apresentámos uma proposta de regulamento de consulta para o *Arquivo Histórico da Casa dos Patudos*, mas não temos conhecimento de que este documento tenha sido aprovado em Assembleia Municipal ou em Reunião de Câmara. Com esta proposta pretendíamos regular a utilização dos documentos atendendo às problemáticas de preservação, acesso e reprodução.

museu somam a funções, outras relacionadas com a preservação da memória de pessoas ou de comunidades.

Em todas estas missões os documentos de arquivo podem dar um contributo importante e distintivo. Mas a relevância atribuída ao acervo arquivístico depende, em larga medida, do conhecimento que se tem dele. O que se desconhece, está desorganizado ou inacessível dificilmente será valorizado.

São objetivos da Casa dos Patudos a perpetuação da memória de José Relvas e a preservação e divulgação das coleções doadas. O acervo arquivístico legado por José Relvas constitui um suporte importante para o cumprimento das missões museológicas da Casa dos Patudos. Reconhecemos, também, a relevância do acervo administrativo para o normal funcionamento da casa-museu, enquanto recurso para a gestão institucional e para a documentação e estudo das coleções.

Entre 1960, data de início da atividade museológica, e 2007, data do início das nossas funções na Casa dos Patudos, o acervo arquivístico legado por José Relvas não foi ignorado. Reconhecia-se a sua existência e foram utilizados documentos em publicações e exposições. Mas o arquivo da Casa dos Patudos esteve ao dispor de uma minoria. Além dos conservadores muito poucos investigadores conseguiram aceder ao acervo<sup>342</sup>.

Procuraremos, de seguida, evidenciar os contributos deste acervo, na realização de publicações, exposições e de outras atividades museológicas.

### **3.8.1 As publicações**

A forma menos efémera de divulgação dos bens culturais é a produção de publicações. Não existem até à data monografias, catálogos ou inventários sobre o acervo arquivístico da Casa dos Patudos. Mas, ao longo de mais de cinquenta anos de atividade museológica, os documentos foram sendo utilizados e reproduzidos em publicações sobre a casa-museu, sobre José Relvas ou sobre as coleções, por ele reunidas. Não sendo o acervo arquivístico o alvo das publicações este apresenta-se como o suporte informacional a que se recorreu com alguma frequência.

---

<sup>342</sup> Entre estes referimos José João Marques Pais, investigador e autor de várias publicações sobre a história de Alpiarça; e Ana Paula Tudela e Carla Capelo Machado, colaboradoras do Museu da Música, que consultaram e transcreveram a correspondência que Michel'Angelo Lambertini e de Henrique Sauvinet, remeteram para José Relvas.

A primeira publicação sobre a Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, por nós identificada, foi o *Roteiro da Casa dos Patudos*<sup>343</sup>, publicado em 1963, da autoria da conservadora Dra. Maria de Lurdes Bartholo. A autora não faz referência à utilização de documentos do arquivo, mas as informações apresentadas, sobre as obras de arte e sobre a Casa, denunciam a consulta do *Inventário Artístico* de José Relvas.

O primeiro registo de interesse pelos documentos de teor político surgiu no período pós 25 de Abril de 1974. Os investigadores Carlos Ferrão e João Medina, com o apoio do Dr. Hermínio Paciência, responsável pela Fundação José Relvas e pela Casa dos Patudos, tiveram acesso ao manuscrito *Memórias*, de José Relvas. Em 1977 foram publicadas, em dois volumes, as *Memórias Políticas*<sup>344</sup>.

No ano de 1986, foi apresentado o livro *Elementos para a História da 1.ª República. A Economia e a Acção de José Relvas*. Para esta publicação os autores recorreram a documentos redigidos por José Relvas, sobre a economia e a questão vinícola portuguesas<sup>345</sup>. Em 1987 foi publicada a obra: *Teófilo Braga e os Republicanos (Dossier Pessoal de José Relvas)*<sup>346</sup>, também com recurso a documentos reunidos, redigidos e anotados por José Relvas.

Em 2000, surgiu outra publicação com reproduções de documentos do arquivo. Trata-se de um pequeno catálogo da exposição *Carlos de Haes*<sup>347</sup>. Este catálogo apresenta várias imagens de documentos relativos à aquisição das pinturas expostas. No ano seguinte, foi impresso o catálogo da exposição *José Malhoa na*

---

343 Reeditado em 1982, sem atualizações, este roteiro constitui a única obra existente sobre o circuito museológico e a coleção no seu todo. As poucas publicações posteriores são catálogos de exposições temporárias e, por isso, parciais e dedicadas às coleções e nunca à instituição museológica. BARTHOLO, Maria de Lurdes - *Roteiro. Casa dos Patudos (Solar José Relvas)*, 2ª edição, Alpiarça, s.n., 1982.

344 RELVAS, José - *Memórias Políticas*, vol. 1 e 2. Lisboa, Terra Livre, 1977. Os autores declaram, na obra, que lhes foi entregue o manuscrito das Memórias, documento que não fomos capazes de localizar na Casa dos Patudos. Não sabemos se o manuscrito cedido nunca foi devolvido, ou se os investigadores se referiam a um datiloscrito original que se encontra no AHCP. Este datiloscrito, com notas manuscritas de José Relvas, encontra-se incompleto, apresenta algumas páginas rasuradas e cortadas e outras com anotações de esferográfica.

345 Consiglieri, Carlos [et al.] – *Elementos para a História da 1.ª República. A Economia e a Acção de José Relvas*. Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça, 1986.

346 Consiglieri, Carlos – *Teófilo Braga e os Republicanos (Dossier Pessoal de José Relvas)*. Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça, 1987.

347 SALDANHA, Nuno - *Carlos de Haes 1826/1898*. Alpiarça: Casa-Museu dos Patudos, 2000.

coleção de José Relvas<sup>348</sup>, no qual foram reproduzidas fotografias, mas não outros documentos<sup>349</sup>.

Entre 2003 e 2007, foram realizadas várias exposições temporárias com obras de arte da Casa dos Patudos, no âmbito das quais foram produzidos catálogos com reproduções e citações de documentos de arquivo<sup>350</sup>.

No ano de 2008, esteve patente na Assembleia da República a Exposição *José Relvas. O Conspirador Contemplativo*, para assinalar o início das Comemorações do Centenário da República. A redação do catálogo alicerçou-se em documentação do arquivo e reproduz citações e imagens de muitos documentos.

Em 2009, foi publicada a *Fotobiografia de José Relvas*<sup>351</sup> quase exclusivamente baseada em documentos do arquivo da Casa dos Patudos.

As publicações citadas compõem a quase totalidade da informação publicada sobre a Casa dos Patudos, sobre José Relvas e sobre as suas coleções de arte.

Além destas, merecem referência alguns artigos presentes em publicações periódicas, de alguns contemporâneos de José Relvas, que constam da bibliografia, apresentada no final deste trabalho académico.

### **3.8.2. As atividades de divulgação**

As atividades museológicas relacionadas com o público, na Casa dos Patudos, centram-se no serviço de visitas guiadas e na realização de exposições temáticas.

---

<sup>348</sup> SALDANHA, Nuno; HENRIQUES, Paulo - *José Malhoa na coleção de José Relvas*. Alpiarça, Casa-Museu dos Patudos, 2001.

<sup>349</sup> Neste período era conservador o Prof. Doutor Nuno Saldanha que deve ter conhecido razoavelmente o AHCP. A sua tese de doutoramento, defendida em 2006, cerca de cinco anos depois do termo das suas funções na Casa dos Patudos, alicerça-se significativamente na correspondência que José Malhoa dirigiu a José e Eugénia Relvas. SALDANHA, Nuno – *José Malhoa. Tradição e Modernidade*. Lisboa: Scribe, 2010.

<sup>350</sup> Entre outras: FALCÃO, José António - *Fragmentos de Eternidade – Imagens da Virgem na Pintura Europeia (Séculos XVI-XIX)*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2004; FALCÃO, José António - *O Jardim das Hespérides – Pintura Espanhola dos Séculos XIX e XX na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2005; FALCÃO, José António - *Filhos do Sol, Filhos da Lua. Aspectos da Criação de Gado Bovino e da Tauromaquia na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2006; FALCÃO, José António - *XIX Século XX. Momentos da Pintura Portuguesa na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2007.

<sup>351</sup> NORAS, José – *Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)*. Leiria: Imagens & Letras, 2010.

A exposição permanente inclui alguns documentos, nomeadamente fotografias e pautas musicais manuscritas. São documentos considerados *objetos* integrantes da decoração da Casa dos Patudos, cuja presença e distribuição data do período em que os Relvas ali viveram.

Relativamente às exposições temáticas e temporárias, não existem muitas referências à utilização de documentos. Facto que se compreende tendo em conta os problemas que se colocam à sua utilização, concretamente ao nível da preservação e segurança.

Em 2008 realizaram-se duas exposições temáticas em que a utilização de documentos foi concretizada. A exposição *José Relvas. O Conspirador Contemplativo*, já referida, na qual foram exibidos mais de cem obras de arte e igual número de documentos. Ainda em 2008, foi realizada a exposição *Os Relvas em Família*, nas galerias de exposições temporárias da Casa dos Patudos. Nesta mostra foram utilizados documentos originais, a par de objetos de uso pessoal dos Relvas.

Ao longo do exercício das nossas funções na Casa dos Patudos participámos, sempre que nos foi solicitado, nas atividades da instituição museológica, nomeadamente no âmbito do Serviço Educativo. Por conseguinte, fomos responsáveis pela realização de mostras documentais para grupos selecionados, como alunos da Universidade Sénior de Alpiarça e das escolas do concelho<sup>352</sup>. Aos alunos da Escola José Relvas foi possível, através da transcrição de correspondência familiar, por nós realizada, fazer uma apresentação teatral sobre as relações familiares dos Relvas.

Também durante as visitas teatralizadas lavadas a cabo, com enorme sucesso, na Casa dos Patudos, foram utilizadas citações de documentos de arquivo e personagens e eventos, descobertos através da leitura de correspondência familiar.

Recorremos ainda à utilização de documentos de arquivo para apresentações em conferências e colóquios<sup>353</sup> e em exposições temáticas em vários locais do município<sup>354</sup>.

---

<sup>352</sup> Para as crianças do Agrupamento de Escolas de Alpiarça desenvolvemos, em 2010, uma apresentação em *PowerPoint* com 22 minutos intitulada “*Como Se forma um Republicano*”, com a biografia resumida de José Relvas. Em Março de 2010, com a colaboração de técnicos da Casa dos Patudos e da Câmara Municipal de Alpiarça fizemos a apresentação de uma projecção de imagens intitulada “*Perfil de D. Eugénia Relvas*”.

<sup>353</sup> Entre outras: A comunicação “*Caminhos para Investigação no Arquivo de José Relvas*”, no Colóquio “*Elites Políticas e Culturais na 1.ª República - O Legado Patrimonial de Carlos e José Relvas no Ribatejo*”, realizado na Golegã em Novembro de 2009; A comunicação “*Paisagens do Ribatejo na coleção dos Patudos*”, no Colóquio “*Arte Cultura e Património no Ribatejo Séc. XIX e XX*”, realizado em Novembro de 2010 na Golegã. A conferência intitulada “*José Relvas. Percursos de um republicano singular*”, no âmbito do Curso “*História, Cultura e Mentalidades da*

A utilização de documentos teve sempre uma boa aceitação dos públicos, mas não será de excluir que este facto resultará, em larga medida, da utilização de fotografias.

A realização de atividades com o público que envolvam o património documental tem, na nossa opinião, múltiplas vantagens. Entre elas, a tomada de consciência da existência desse património, a educação para a sua preservação e valorização e a apreensão da consciência da sua atualidade e possibilidades de utilização.

Um recurso ainda pouco utilizado, mas de ilimitadas potencialidades, é a disponibilização de documentos ou citações via Internet.

As possibilidades da utilização de documentos de arquivo, (originais quando estiverem reunidas as condições de segurança e conservação, ou de reproduções), são na nossa perspetiva importantes, pelas razões expostas, e podem trazer benefícios para as instituições. Os documentos contribuem para credibilizar a mensagem que se pretende transmitir, e facilitam a divulgação do acervo, da instituição museológica e da personalidade que se pretende homenagear.

### **3.8.3. A documentação das coleções e da casa-museu**

A documentação de coleções da Casa dos Patudos está por fazer. Para além do *Cadastro das Coleções*, da década de 50, e do *Inventário*, da década de 1980, que sofreu algumas revisões pelos vários diretores, não há registo de outras informações sobre os objetos museológicos.

A Casa dos Patudos dispõe, atualmente, de equipamento e de software que permitem a construção de um inventário digital que poderá integrar todo o tipo de informações. A tarefa é herculeana e exige dedicação, tempo e profissionais. Deverá, ainda, ter-se presente que a documentação é um processo em permanente atualização.

---

<sup>1ª</sup>. *República Portuguesa*”, apresentada no Auditório do Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha, em Outubro de 2010.

<sup>354</sup> Em Agosto de 2010, foi apresentada a exposição “*José Relvas e o Movimento Associativo da Viticultura do Ribatejo*”, com a coordenação de João Bonifácio Serra, que se realizou no pavilhão comercial da Câmara Municipal de Alpiarça; em Novembro apresentámos a comunicação “*Alpiarça. Terra de Republicanos*”, no âmbito do Encontro de Universidades Seniores, organizado pela Universidade Sénior de Alpiarça, que decorreu no Polo Enoturístico da Casa dos Patudos. Esta comunicação baseou-se na pesquisa feita para a exposição, com o mesmo título, apresentada no Salão do Clube Os Águias, em Alpiarça, por iniciativa da Biblioteca Municipal de Alpiarça e que contou com a colaboração do Dr. Nuno Prates, atual conservador da Casa dos Patudos, e de José Júlio Pais, investigador da história de Alpiarça e autor de várias publicações.

A primeira utilização, de que temos registo, do legado arquivístico de José Relvas, para a documentação das coleções, foi anterior à criação da casa-museu. O *Inventário artístico*, de José Relvas<sup>355</sup> foi utilizado na realização dos *Livros de Registo do Cadastro* dos objetos da Casa dos Patudos, feito por ordem judicial, entre 1953 e 1955<sup>356</sup>. Aquele documento foi uma das provas utilizadas no processo judicial<sup>357</sup>.

No âmbito das funções museológicas, a utilização de documentos do arquivo, é contemporânea ao exercício de funções de Maria de Lurdes Bartholo.

Quando, na década de 1980, foi realizado o *Inventário das Coleções da Casa dos Patudos*, por uma equipa liderada por Carlos Consiglieri, o *Inventário* mandado fazer por José Relvas, de 1928 foi utilizado. As fichas do *Inventário da coleção da Casa dos Patudos* citam as descrições presentes no inventário do colecionador.

As coleções da Casa dos Patudos têm os seus processos de documentação muito incompletos. Estudos feitos por diretores e investigadores revelaram informações que permanecem ignoradas e que não foram integradas no Inventário. Os relatórios de restauro, as investigações feitas no âmbito da realização de exposições, documentos no arquivo legado por José Relvas e do arquivo administrativo são portadores de contributos informativos, sobre as peças, que estão subaproveitados. Por outro lado, não foi realizada, até ao momento, a recolha sistemática de informações sobre os objetos artísticos. Desta forma, revela-se difícil contar a história de vida das obras de arte da Casa dos Patudos.

## **Considerações finais**

A Casa dos Patudos reúne todas as características de casa-museu. Foi a casa de residência do colecionador José Relvas e reproduz o modo de organização, decoração e utilização dos espaços de uma época (1.º quartel do século XX).

Desde a abertura ao público, em 1960, mantêm-se como um espaço de memória e de homenagem à Família Relvas. Constitui, também, uma mostra das coleções enquadradas num ambiente doméstico, um desejo expresso por José Relvas, que se coaduna com a tipologia de casa-museu.

---

<sup>355</sup> *Inventário dos Objetos de d' Arte Existentes nas Salas dos Patudos* (1928), AHCP, Cx. 171

<sup>356</sup> Processo judicial que opôs a Câmara Municipal de Alpiarça e Augusto Lopes Joly, já anteriormente referido.

<sup>357</sup> Cf. *Herança de Eugénia Relvas, viúva de José Relvas*, IANTT, Arquivo Salazar, PC-61, Cx. 635, Pt. 5.

O acervo documental da Casa dos Patudos é numeroso e integra coleções documentais e o acervo arquivístico doados e o acervo documental resultante da atividade institucional.

O trabalho realizado, nos acervos legados por José Relvas, revelou uma riqueza informacional sobre a Família Relvas e sobre as coleções artísticas, que ainda não foi devidamente estudada e divulgada. O acervo permite reconstituir um percurso do enriquecimento familiar, revela formas de negócio utilizadas e parceiros comerciais envolvidos. Traz à luz o percurso de dois homens, pai e filho, Carlos e José Relvas, que por diferentes razões marcaram a região do Ribatejo, entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, e cujas residências privadas integram o património cultural português. Documenta, também, a constituição das coleções artísticas de José Relvas.

Quanto ao arquivo administrativo, ainda não existe consciência da sua importância enquanto fonte de informação, sobre a instituição e as coleções, sendo observado como um acumular de papéis necessário e natural, mas pouco relevante.

Os acervos, histórico e administrativo, continuam a ser entendidos como independentes e com valor patrimonial diferente. Não é essa a nossa perspetiva. Consideramos que são complementares, que ambos constituem fontes para a história da Casa dos Patudos, da Família Relvas e das coleções artísticas. As relações do(s) arquivo(s) da Casa dos Patudos com a história da instituição e das coleções são ilimitadas.

Não existe, até à data, uma monografia sobre a Casa dos Patudos, uma publicação sobre as coleções na sua generalidade, uma biografia completa de José Relvas, ou um estudo sobre o arquivo. Para qualquer uma destas iniciativas o acervo arquivístico representa uma fonte insubstituível.



## Conclusões e Recomendações Finais

Nesta dissertação procurámos contribuir para a identificação e divulgação do património arquivístico das casas-museu em Portugal.

Evidenciámos que os arquivos constituem estruturas basilares no desenvolvimento de atividades das instituições museológicas. Ao nível interno, participam nas tarefas de documentação, estudo, análise e exposição de obras de arte, são instrumentos para a gestão e fontes para a história institucional. Ao nível dos públicos, a importância dos arquivos, revela-se na qualidade da informação que se disponibiliza aos visitantes e na fundamentação de atividades que podem contribuir para a captação de públicos. Entre outras a preparação de exposições, a construção de conteúdos Web e o apoio a trabalhos de investigação.

O interesse pelos arquivos tem vindo a crescer continuamente, facto que não deve alienar do sucesso das novas tecnologias e da divulgação *em linha* de acervos das mais diversas instituições. Mas este movimento, impulsionador da divulgação de documentos, parece ainda não ter chegado às casas-museu. Há, contudo, que realçar que nos últimos anos têm surgido em Portugal, algumas atividades, em contexto museológico, que promovem a divulgação dos documentos, como a sua inclusão em exposições.

A realização do *Inquérito aos Arquivos de Casas-Museu* confirmou a existência dos acervos e revelou alguns dados preocupantes. O facto de muitas instituições não terem respondido ao nosso inquérito deixa uma lacuna no trabalho realizado. Mas os dados obtidos são reveladores e formam uma amostra que permite compor algumas considerações.

A realidade dos arquivos de casas-museu é entusiasmante e desanimadora. É entusiasmante na medida em que se promove a preservação dos acervos, quer os produzidos pelos doadores e homenageados, quer os arquivos institucionais. Os museus reconhecem a utilidade dos acervos nas tarefas de documentação dos objetos artísticos e da história do museu. Verificámos, pela análise das respostas ao inquérito, que a consulta aos acervos é, em geral, facilitada, apesar de frequentemente depender de autorização prévia. Esta é, também, uma constatação animadora.

Em contraponto as casas-museu *olham* os seus arquivos como fontes históricas, mas ainda não desenvolveram a consciência da sua utilidade para a gestão das

instituições e para a realização de projectos de comunicação e de Serviço Educativo. Em muitos casos, os arquivos não foram alvo de inventário, desconhece-se a dimensão, características, estado de conservação e até conteúdos. Ainda não foram produzidos documentos de controlo e de pesquisa que garantam o acesso aos acervos. São preocupantes as informações de que alguns acervos estão a ser intervencionados por técnicos sem formação adequada.

Para a realização deste trabalho, desenvolvemos centenas de contactos com instituições, tentámos sempre transmitir que o inquérito destinava primordialmente a diagnosticar a existência de acervos.

Constatámos o reduzido número de utilizadores dos acervos documentais. Neste âmbito esperamos dar um contributo, através da divulgação dos acervos identificados. Temos consciência de que os acervos arquivísticos constituem a parte menos conhecida e valorizada do património que as casas-museu preservam.

Uma das razões que levou à realização do inquérito foi o enquadramento do Arquivo da Casa dos Patudos, no panorama dos arquivos das casas-museu em Portugal. Este acervo arquivístico integrou um extenso legado patrimonial, que incluiu propriedades agrícolas, um imóvel, coleções artísticas, coleções bibliográficas, coleções de documentos e acervo arquivístico.

Os arquivos de personalidades que se destacaram pelos seus percursos, ou relações sociais, podem reunir documentos que não são apenas o registo das suas atividades e das relações familiares e sociais. São comumente demonstrativos das ações dos grupos sociais e comunidades em que viveram.

O arquivo doado por José Relvas ao Município de Alpiarça, preservado pela Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, pode dar contributos para qualquer estudo sobre o movimento associativo ribatejano, sobre a questão vinícola nacional dos finais do século XIX e inícios do século XX, para os estudos de história local e municipal, ou temas como a implantação da República em Portugal.

Também do ponto de vista da história de arte, este arquivo, constitui uma mais-valia para a documentação das suas colecções, mas, simultaneamente, um testemunho da produção artística e da circulação de obras de arte em território nacional, entre o último quartel de século XIX e o primeiro do século XX.

A Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça tem, ao longo dos anos, utilizado os documentos dos acervos documentais legados por José Relvas em publicações, exposições, em ações do Serviço Educativo, na documentação da coleção e da história institucional. Esta prática deve ter continuidade e ser incrementada.

O arquivo da instituição museológica, apesar das lacunas que verificámos, deve contribuir para o planeamento de ações futuras, para o cumprimento das funções museológicas e para os estudos do passado.

No tratamento do acervo da Casa dos Patudos privilegiámos a análise dos documentos e a identificação de processos de organização originais, por considerarmos que estes permitiam uma melhor compreensão do acervo. Por outro lado, o modo de organização utilizado era compreensível para os técnicos da Casa dos Patudos, que constituiriam os seus utilizadores mais frequentes. Fatores que facilitariam o acesso aos documentos e por isso à informação. Neste processo, tivemos em consideração as normas de descrição arquivística e as informações obtidas, através da consulta de trabalhos realizados por outros técnicos de arquivo e que procurámos referir exaustivamente neste trabalho.

A oportunidade da aquisição de uma aplicação informática que possibilita a introdução de registos no âmbito das coleções museológicas, bibliográficas e documentais e de acervos arquivísticos, bem como a pesquisa simultânea através de qualquer termo foi, do nosso ponto de vista, a conquista mais relevante do nosso trabalho. Consideramos que o software adquirido constitui uma oportunidade pois facilita a recuperação e registo de informação e, simultaneamente, é uma ferramenta ao dispor dos técnicos da instituição e dos investigadores.

Este significativo acervo documental deve ser entendido como um contributo incomensurável para a história regional e nacional e simultaneamente para uma historiografia mais rigorosa da família Relvas, da Casa dos Patudos e das coleções de arte. Procurámos demonstrá-lo com os conteúdos informativos, sobre os contextos de produção e os produtores dos documentos.

## **Recomendações finais**

Este trabalho foi desenvolvido tendo sempre presente que o universo dos espaços designados de casas-museu é muito diversificado. A dimensão dos imóveis, dos acervos, do reconhecimento pela personalidade homenageada é muito díspar. Mas estes aspetos não foram condicionantes para a realização do inquérito. O nosso objeto de estudo era o dos arquivos. A sua constituição e preservação podem ser condicionadas pela dimensão da unidade museológica, mas isso não invalida a existência de documentos. Nos casos em que o acervo da personalidade, em destaque, não é preservado nas instalações museológicas, a atividade institucional é

por si só produtora de documentos relevantes para a documentação das coleções, para a gestão institucional e para a história do museu.

As casas-museu devem ser consciencializadas para o valor dos seus arquivos administrativos. Deve promover-se a visão integradora dos diferentes acervos, quando existentes, nas suas relações, por um lado com as personalidades ou comunidades, de que se quer preservar a memória, e por outro, com a própria instituição museológica.

É urgente incrementar a reorganização e descrição dos acervos, bem como a elaboração de planos de classificação, acompanhados de políticas de gestão da documentação. De pouco servem às instituições arquivos desorganizados ou desconhecidos.

Reconhecemos que as limitações orçamentais são impeditivas mas as instituições podem, sempre, tentar recorrer a outros meios. Pedir a colaboração de arquivos da proximidade, recorrer, por exemplo, à oferta de estágios formativos e ao trabalho voluntário.

As casas-museu devem facilitar o acesso de investigadores, internos e externos aos acervos documentais. Os trabalhos daí resultantes podem alavancar a divulgação do acervo e da instituição museológica, mas serão igualmente impulsionadores do tratamento e conservação dos acervos.

O tratamento dos arquivos e a produção de instrumentos de pesquisa são processos imprescindíveis para uma melhor utilização e comunicação dos documentos, a nível interno e externo.

Tratando-se de acervos que dependem de múltiplas entidades, o conhecimento da legislação que regula o acesso aos arquivos constituirá, do nosso ponto de vista, uma ferramenta para os investigadores e para os colaboradores das casas-museu, sobre as possibilidades e a legitimidade dessa divulgação, principalmente em museus que não possuam no seu quadro de pessoal elementos com formação na área da arquivística.

A contemporaneidade de algumas das personalidades que legaram património, ou foram homenageadas, e a intercessão das suas áreas de interesse, são, na nossa opinião, razões para o contacto e troca de informações e experiências entre casas-museu.

A troca de saberes, de experiência feitas, das dificuldades e sucessos obtidos no tratamento e utilização de documentos de arquivo deve ser promovida, pelas instituições museológicas.

Relativamente ao acervo arquivístico da Casa dos Patudos recomendaríamos que se desse continuidade à abertura à comunidade académica e a investigadores das mais diversas áreas. A investigação e a produção científica e literária só trarão benefícios para a instituição museológica.

A Casa dos Patudos ainda não usufrui plenamente do património arquivístico e documental que preserva. A documentação das coleções é, em muitos aspetos, incipiente. Parte significativa da informação que o arquivo preserva sobre a proveniência, modos de aquisição e percurso dos objetos artísticos é ignorada. Sobrepõem-se à prova documental as frases feitas, as expressões repetidas, a tradição oral, muitas vezes desmentida pelos documentos.

Mas a posição da Casa dos Patudos, no que concerne ao tratamento e comunicação do seu acervo arquivístico é bastante positiva, no panorama das casas-museu em Portugal.

A Casa dos Patudos está, também, entre as primeiras na divulgação, em linha, de parte relevante do seu património arquivístico.

É absolutamente recomendável que seja dada continuidade ao trabalho realizado.

## **Fontes Manuscritas e Bibliografia**

## **I. Fontes Manuscritas**

### **Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (A. H. C. P.)**

#### **Documentos da Adega Regional do Ribatejo**

*Livro de Actas da Adega Regional do Ribatejo*, (1907), Cx. 322.

*Estatutos da Adega Regional do Ribatejo*, (1907), Cx. 322.

*Relatórios de Gestão da Adega Regional do Ribatejo*, (1908-1910), Cx. 321.

#### **Documentos de Carlos Augusto Mascarenhas Relvas de Campos**

*Apontamentos de Carlos Relvas*, Cx. 245.

#### **Documentos de Carlos de Loureiro Relvas**

*Correspondência de José Relvas*, (1899-1919), Cx. 309.

*Correspondência de Eugénia Relvas*, (1899-1919), Cx. 309.

#### **Documentos da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça**

*Documentos da criação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*, Cx. 404.

SILVA, Armando Malheiro da – *O Arquivo Histórico da Casa dos Patudos. Relatório Técnico e Proposta de Organização*. 1995. 9 f. Acessível na Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça.

#### **Documentos de Eugénia Relvas**

*Correspondência de Carlos de Loureiro Relvas*, (1895-1919), Cx. 315 - 316.

*Correspondência de José Malhoa*, (1939-1930), Cx. 312.

*Correspondência de José Relvas*, (1881-1926), Cx. 315 a 316.

*Correspondência de Maria Luísa Relvas* (1895), Cx.315.

*Correspondência de Viana da Motta* (1930), Cx.310, Pt. 062.

*Folhas de Pagamentos Semanais da Quinta dos Patudos*, (1943-1950), Cx. 318 a 321.

#### **Documentos de João de Loureiro Relvas**

*Correspondência de Maria Liberata da Silva Mendes*, (1895), Cx. 305.

#### **Documentos de José de Mascarenhas Relvas**

*Álbuns de Recordações (Scrap Book)* (1875-1907), Cx. 092, 094 a 099.

*Assuntos de Arte – Portugal e Espanha (1911-1929)*, Cx.091.

*Coleção de Fotografias de JMR (Cx. Álbuns e Doc. Soltos)*.

*Contas Pagas – Facturas, Recibos e contas correntes*, (1882-1929), Cx. 121 a 144.

*Construção e Obras da Casa dos Patudos*, (1903-1929), Cx.169 a 171.

*Correspondência de António Augusto Mendes Corrêa*, (1913-1929), Cx. 013, Pt. 14 a 16.

*Correspondência de Bernardo Moreira de Sá*, (1884-1929), Cx. 459, Pt. 05.

*Correspondência de Carlos Bonvalot*, (1925), Cx. 07, Pt. 14.

*Correspondência de Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos*, (1881-1893), Cx. 010.

*Correspondência de Carlos de Loureiro Relvas*, (1895-1919), Cx. 043 a 044.

*Correspondência de Eugénia Relvas*, (1881-1926), Cx. 045 a 046.

*Correspondência de Francisco de Almeida Moreira*, (1912-1929), Cx. 032.

*Correspondência de Francisco da Silva Mendes*, (1882-1892), Cx. 029, Pt. 25.

*Correspondência de Jaime Cortesão*, (1921), Cx. 014, Pt. 04.

*Correspondência com Jerónimo da Costa Bravo*, (1896-1919), Cx. 060 a 062.

*Correspondência com João da Silva*, (1924-1927), Cx. 052, Pt. 09

*Correspondência de João da Silva Mendes*, (1881), Cx. 029, Pasta 30.

*Correspondência com José Alves da Trindade*, (1883-1920), Cx. 066.

*Correspondência de José Malhoa*, (1895-1927), Cx. 027 – 028

*Correspondência com Margarida Relvas*, (1877-1887), Cx. 010.

*Correspondência de Martinho da Fonseca*, (1925-1929), Cx. 018, Pt. 01.

*Correspondência de Raul Lino*, (1905-1928), Cx. 024.

*Correspondência da Sociedade de Arquitectos Portugueses*, (1910), Cx. 052, Pt. 02.

*Correspondência de Vitor Hussla*, (1896-1899), Cx. 020, Pt. 21.

*Diários de Receita e Despesa (Costaneiro)*, (1886-1929), Cx. 230 a 233.

*Documentos Privados*, Cx. 102.

*Documentos relacionados com os bens de Eugénia Relvas*, 1974 - 1888, Cx. 236.

*Folhas de Pagamentos Semanais da Quinta dos Patudos*, (1887-1929), Cx. 172 – 219.

*Formal de Partilhas dos Bens de Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos*, (1895-1896), Cx. 237.

*Inventário dos Objectos de d' Arte Existentes nas Salas dos Patudos* (1928), Cx. 171.

*Jornal de Bordo - Cartas a um amigo*, 26 de Janeiro de 1919, Cx. 368, p. 01.

*Memórias*, (s.d.), Cx. 368.

*Memórias da Administração (1882-1892)*, Cx. 239.

*Músicas Welte Mignom e Projectos das Salas Novas*, (1923-1929), Cx. 170.

*Notas e Livros de Viagem*, (1877-1901), Cx. 085.

*Procuração de Carlos e Margarida Relvas a José Relvas*, (1882), Cx. 238.



*Testamento de José Relvas (1928).*

### **Documentos de José Farinha Relvas de Campos**

*Auto do conselho de família relativamente aos bens do Casal, por falecimento de D. Clementina Amália de Mascarenhas Pimenta, (1859), Gaveta 37, Cx. 286.*

*Correspondência de Carlos Relvas (1960), Cx. 304.*

*Documentos Avulsos, Gaveta M, Cx. 297.*

*Documentos relativos às Quintas do Mocho, Labruja, Paúl da Ota e do Campo (1819 - 1860), Gaveta 51, Cx. 296.*

*Documentos relativos à Quinta da Lagoalva, (1774-1864), Gaveta B, Cx. 264.*

*Documentos relativos à Quinta da Alorna, (1782-1847), Gaveta 49, Escritura 06, Cx. 294 e 295.*

*Documentos relativos à Quinta do Paúl, (1824-1857), Gaveta 50, Escritura 04, Cx. 295.*

*Documentos relativos aos Almojarifado e Infantado da Sertã, Amieira, (1805-1834), Gaveta 56, Cx. 300 a 301.*

*Escrituras de Arrendamentos feitos à Casa - Gaveta 44, Escritura 45, (1829-1836), Cx. 291.*

*Escritura de Compra de umas casas na Rua da Atalaia, (1841), Gaveta 16, Escritura 01, Cx. 277.*

*Escritura de dote e contracto pré-nupcial que fizeram José Farinha Relvas de Campos e sua mulher Clementina Amália de Mascarenhas Pimenta. (1837), Gaveta 37, Escritura 01, Cx. 286.*

*Escrituras e mais papéis que dizem respeito aos lagares, armazéns e celeiro da Sertã, (1836-1844), Gaveta 42, Cx. 289.*

*Escritura de partilhas amigáveis celebrada entre José Farinha Relvas de Campos e seus irmãos, (1850). Gaveta 36; Escritura 05, Cx. 286.*

*Livro de Tombo das Propriedades da Casa Relvas, (1555-1880), Cx. 258.*

### **Arquivo da Câmara Municipal de Alpiarça (A. C. M. A.)**

*Legado Relvas L-4, (1948- ?), Cx. I-12.*

*Actas das Sessões da Câmara Municipal de Alpiarça (1951 -1957), Livros 24M a 24R.*

### **Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (DGLAB)**

*Herança de Eugénia Relvas, viúva de José Relvas, Arquivo Salazar, PC-61, Cx. 635, Pt. 5.*

## II. BIBLIOGRAFIA

### 1. Arquivística e da Biblioteconomia

ALBERCH Y FUGUERAS, Ramon - *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2003. ISBN 8483187744.

ALVES, Ivone [et al.] - *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. ISBN 9725651464.

BARROSO, Isabel Maria e Silva - *BDArt – Biblioteca Digital de Arte: Arquivo e Biblioteca: a integração de fundos de diferentes proveniências numa infra-estrutura de repositório*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009. Tese de Mestrado em Ciência da Informação.

BEARMAN, David; DUFF, Wendy - Grounding Archival Description in the Functional Requirements for Evidence. *Archivaria*. [Em linha]. n.º 41 (1996), p. 275-303. Disponível em WWW:<URL: <http://www.journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/.../13146>>

ERMERT, Axel; SCHWEIBENZ, Werner – Cultural differences between libraries, archives and museums? Experiences from BAM, the joint portal for libraries, archives and museums in Germany. *World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Council*. [Em linha] (2009). [Consult. 10 Fevereiro. 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ifla.org/files/hq/papers/ifla75/192-ermert-en.pdf>>

GALLEGO DOMINGUEZ, Olga – *Manual de archivos familiares*. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1993. ISBN 84-88716-04-4.

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita - *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, 1996. ISBN 972-669-190-7

HEREDIA HERRERA, Antonia - *Qué es un archivo?*. Gijón: Trea, 2007. ISBN 9788497043069.

HILDESHEIMER, Françoise - *Les archives privées: Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*. Paris: Christian, 1990. ISBN 2864960439.

MARIZ, José – *Camacho de Brito. Catálogo de um arquivo de família (1637-1903)*. Beja: Arquivo Distrital; Aljustrel: Câmara Municipal, 1996.

MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo, Termos, Conceito e Definição*. Viseu: Edição da autora com patrocínio do Governo Civil de Viseu, 1989.

OBSERVATÓRIO DAS ACTIVIDADES CULTURAIS; INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO (ed.) - *Diagnóstico aos Arquivos Intermediários da Administração Central*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais; Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 2003. ISBN 972-8488-26-2.

PEIXOTO, Pedro Abreu – *A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família*. In *Páginas A&B: arquivos & bibliotecas*, Lisboa, n.º4 (1999) 55-70.

PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos de família*. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, 1991. ISBN 972-669-1907.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal*. *Cadernos BAD*. Lisboa: BAD, n.º 1 (2002).

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN 9722014285.

SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de Família e pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica*. In *Arquivos de família e pessoais*. Seminário. Vila Real: BAD, 1997.

SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivos de família e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo*. *Revista da Faculdade de Letras*. [Em linha]. Vol. 1, n.º3 (2004), p. 55-84. [Consult. 10 Dez. 2010]. Disponível em internet:<URL:<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>.

SILVA, Armando Malheiro da - Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da ciência da informação. In *Integrar: 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos*, São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), 2002.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. ISBN 972-36-0483-3.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das “ciências documentais” à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4.

SILVA, Joana Judite Gonçalves – *Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional de Soares dos Reis. Percursos Narrativos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Relatório do Estágio Curricular para obtenção do grau de Mestre em História e Património, Ramos dos Arquivos Históricos.

## **2. Arquivos e Bibliotecas de Museus**

AISA, L. M. – La problemática de la biblioteca en nuestros museos. *Boletín de la ANABAD*. Madrid: ANABAD. vol. 38, nº 3 (1998), pp. 43-45.

ALONSO-MUÑOYERRO, Belén de – El archivo del museo y su tratamiento: fondos documentales y fondos administrativos. *Museo*. Revista da Asociación Profesional de Museólogos de España. [Em linha]. n.º 2 (1997), 197-204. [Consult. 10 Mar. 2010]. Disponível internet: [http://www.apme.es/revista/museo02\\_197.pdf](http://www.apme.es/revista/museo02_197.pdf).

CORTÉS ALONSO, Vicenta – El Museo, Centro Documental. El tratamiento archivístico de los documentos en el Museo. De un archivo de oficina a un archivo histórico. *Boletín Anabad*. Madrid: Anabad. n.º 2 (1989), p. 219-230.

COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES – Resource: *Benchmarks in collection care for museums, archives and libraries: a self-assessment checklist*. London: The Council for Museums, Archives and Libraries: Resource, 2001.

COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES - Resource: *Information and communications technology and the development of museums, archives and libraries: a strategic plan for action*. London: The Council for Museums, Archives and Libraries, 2001.

ENCONTRO DE BIBLIOTECAS DE ARTE DE ESPANHA E PORTUGAL, 8, Coimbra, 2000 – *A inter-relação entre bibliotecas especializadas de arte, museus e arquivos: utilizadores, técnicas de tratamento documental e fundos*: Actas. Coimbra, 2000. ISBN 9729532346.

FILGUEIRA VALVERDE, José – *O arquivo do Museo de Pontevedra*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, Comisión do Patrimonio Histórico, 1991. ISBN 84-87172-66-0.

HERNÁNDEZ, Francisca; AGENJO, Xavier - Tres vías al conocimiento?: La información de archivos, bibliotecas y museos y el derecho de los ciudadanos a los documentos primarios. *Boletín Anabad*. Madrid: Anabad. Vol. 3-4, n.º49 (1999), p. 559-568.

HOMULOS, Peter - *Learning from a museum experience*. Montreal: ICA, 1992. Comunicação apresentada no 12.º Congresso Internacional de Arquivos, "The profession of the archivist in the information age", Montreal, 1992.

MCKELLAR, Shelley – The role of the museum archivist in the information age. *Archivaria*. [Em linha]. n.º 35 (1993). p. . [Consult. 19 Dez. 2011]. Disponível em: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11925/12878>

NUEZ, Sebastián de la – *Biblioteca y archivo de la Casa Museo Pérez Galdós*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1990. ISBN 84-86127-51-3.

RUIZ RUIZ, Yolanda – La colaboración entre bibliotecarios, conservadores y archiveros de un museo: ventajas y dificultades para llevarla a cabo. VIII encuentro BAEP. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, 2000 p. 129-134.

SÁNCHEZ DEL BARRIO, Antonio – *El Archivo del Mayorazgo de Alonso de Quintanilla: fondos documentales conservados en la Fundación Museo de las Ferias (1419-1918)*. Valladolid: Fundación Museo de las Ferias, 2009. ISBN 978-84-613-6118-2.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (coord.) - *Catálogo do Arquivo do Museu Grão Vasco*. [Recurso electrónico]. Viseu: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. 1 CD-ROM. ISBN 978-972-776-352-8.

STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES AND MUSEUMS - *A Code of Practices on Archives for Museums and Galleries in United Kingdom*. [Em linha]. 3ª ed. Londres: Standing Conference on Archives and Museums Informatics - Association of Independent Museums; Museums Association; Society of Archivists, 2002. [Consult. 28 Dez. 2011]. Disponível em WWW:<URL:[http://www. archivesandmuseums.org.uk/ scam/code.pdf](http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf).

STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES AND MUSEUMS - *Archives in Museums. Collections Policy and Management*. [Em linha]. 1ª ed. Londres: Standing Conference on Archives and Museums Informatics - Association of Independent Museums; Museums Association; Society of Archivists, 2002. [Consult. 28 Dez. 2011]. Disponível em WWW:<URL:[http://www. archivesandmuseums.org.uk/scam/ infosheet5.htm](http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/infosheet5.htm)

STANDING CONFERENCE ON ARCHIVES AND MUSEUMS - *Archives in Museums. Managing a Museum's Administrative Records*. [Em linha]. 1ª ed. Londres: Standing Conference on Archives and Museums Informatics - Association of Independent Museums; Museums Association; Society of Archivists, 2002. [Consult. 28 Dez. 2011]. Disponível em WWW:<URL:[http://www. archivesandmuseums.org.uk/scam/ infosheet5.htm](http://www.archivesandmuseums.org.uk/scam/infosheet5.htm)

STOKES, Heidi Hutchins – *Rediscovering the Private Libraries. The National Trust of Great Britain and the Campaign to Expand the Role of Library Collections in Historic House Museums*. [em linha]. Seton: Seton Hall University, 2008. [Consult 30 de Set. de 2011]. Disponível na internet:<URL:[http:// domapp01.shu.edu/.../libraryrepository.../ Stokes-Hutchins-Heidi](http://domapp01.shu.edu/.../libraryrepository.../Stokes-Hutchins-Heidi). Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Artes.

YARROW, Alexandra; CLUBB, Barbara; DRAPER, Jennifer-Lynn [et al.] - *Public Libraries, Archives and Museums: Trends in Collaboration and Cooperation*. Ontario; International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA - Professional Reports: 108), 2008.

ZORICH, Diane; WAIBEL, Günter; ERWAY, Ricky – *Beyond the Silos of the LAMs. Collaboration Among Libraries, Archives and Museums*. [Em linha]. 1.ª ed. Dublin: Ohio:

OCLC Research – Online Computer Library Center inc., 2008. [Consult. 17 de Nov. 2011]. Disponível na internet:<URL:>. [www.oclc.org/research/publications/library/2008/2008-05.pdf](http://www.oclc.org/research/publications/library/2008/2008-05.pdf).

### 3. Casas-Museu

ARAÚJO, Alexandra - Casas-Museu em Reflexão. *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa: Rede Portuguesa de Museus, n.º 12 (2004), p. 18.

CONFERÊNCIA ANUAL DO DEMIST, 1, Génova, 2001 - *Historic House Museums Speak to the Public: Spectacular Exhibits versus a Philological Interpretation of History*: atas. Génova: Demhist - ICOM, 2001.

CONFERÊNCIA ANUAL DO DEMIST, 2, Barcelona, 2002 - *New Forms of Management for Historic House Museums?*: atas. Barcelona: Demhist - ICOM, 2002.

CONFERÊNCIA ANUAL DO DEMIST, 3, Amesterdão, 2003 - *Historic House Museums as Witnesses of National and Local Identities*: atas. Amsterdão: Demhist - ICOM, 2003.

BUTCHER-YOUNGHANS, Sherry - *Historic House Museums: a practical handbook for their care, preservation and management*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993. ISBN 0195106601.

COSTA, Sílvia Laureano – *Museus de escrever: uma abordagem sobre casas-museu de escritores*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à FLUC.

DONNELLY, Jessica Foy, ed - *Interpreting Historic House Museums*. Museum Registration Methods. Washington: Altamira Press; American Association of Museums, 2002. ISBN 0759102511.

CANAVARRO, Roselyne de Linière, coord. – Colecção da Casa-Museu Passos Canavarro. Santarém: Fundação Passos Canavarro – Arte, Ciência e Democracia, 2011. ISBN 978-972-99148-2-9

GORGAS, Mónica Risnicoff de – Reality as Illusion. The Historic Houses that Become Museums. *Museum International*. [Em linha]. n.º 210, Vol. 53, n.º 2 (2001). [Consult. 22

Dez. 2011]. Disponível internet: <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf#122976>>

JUNTA DE FREGUESIA DE PAVIA - *Manuel Ribeiro of Pavia*, [Documento icónico]. Pavia: Junta de Freguesia de Pavia, s.d. (desdobrável sobre o artista, disponibilizado durante a visita à casa-museu).

JUNTA DE FREGUESIA DE PAVIA - *Manuel Ribeiro Pavia (1907-1957)*, [Documento icónico]. Pavia: Junta de Freguesia de Pavia, s.d. (desdobrável com notas biográficas do artista, disponibilizado durante a visita à casa-museu).

LORENTE LORENTE, Jesús Pedro - ¿Qué es una casa-museo?: ¿Por qué hay tantas Casas-Museo decimonómicas?. *Revista de Museologia*. Madrid: AEM. Ano IV, n.º 14 (Junho de 1998), p. 30-32.

MADUREIRA, António – *Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira*. Catálogo – Guia Ilustrado. Estarreja: S.i., 1992.

MARTINS, Ana Margarida de Castro Lopes - *Casas-Museu em Portugal: Modelos de Organização e Conceito*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1996. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à UNL.

MONGE, Maria de Jesus – O projecto de categorização de Casas-Museu do DEMHIST. *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa: Rede Portuguesa de Museus. ISSN 1645-2186. n.º 35 (2010), p. 5-7.

MOREIRA, Marta Rocha - *Da Casa ao Museu: adaptações arquitectónicas nas casas museu em Portugal*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006. Dissertação de Mestrado apresentada na FAUC.

PAVONNI, Rosana - Towards a Definition and Typology of Historic House Museums. *Museum International*. [Em linha]. n.º 210 Vol. 53, n.º. 2, (2001). [Consult. 19 Dez. 2011]. Disponível internet: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf#122976>.

PEREIRA, Ana Leonor [et al.] – *Retrato de Egas Moniz*. Braga: Círculo de Leitores, 1999. ISBN 9724221237.



PINNA, Giovanni - Introduction to Historic House Museums. *Museum International*. [Em linha] n.º. 210 Vol. 53, n.º 2, (2001). [Consult. 19 Dez. 2010]. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122989e.pdf#122976>.

PONTE, António Manuel Torres da - *Casas-Museu em Portugal: teorias e práticas*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. [Consult. 05 Dez. 2010]. Disponível em: <http://antonioponte.wordpress.com/tese/>. Dissertação de Mestrado em Museologia apresentada à FLUP.

PONTE, António Manuel Torres da - Casas-Museu. Museus do Privado *versus* Espaços de Público. *Museologia.pt*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. ISSN 0882-3863. N.º (2008), p. 91-107. ISSN 1646-6705.

RAMALHO, Margarida de Magalhães, comis. – O triunfo de uma vida, 1895-1986. Lisboa: Casa-Museu Medeiros e Almeida, 2011. ISBN 978-972-98907-2-7.

RIBEIRO, José Alberto – *Coleccionar para a ResPublica: O Legado: Dr. Anastácio Gonçalves (188-1965)*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2010. ISBN 978-972-776-415-0.

RIBEIRO, Paula de Oliveira – *Casas D' Escrita*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997. ISBN 9724216039.

RIBEIRO, Rogério (coord.) - *Manuel Ribeiro Pavia. Exposição Antológica*. Mora: Casa da Cultura de Mora/ Câmara Municipal de Mora / Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia, 1996. Catálogo da exposição.

SILVA, Alcina – Almeida Moreira. Vida e Obra. *Beira Alta*. Viseu: s.n. Vol. 51:2,3 (1992), p. 289-312.

SOUSA, Élvio Merlim de - *De Residência Privada a Casa-Museu de Leal da Câmara: Um Percorso Singular*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra / Rede Portuguesa de Museus, 2005. ISBN 972-8875-10-X.

WYTHE, Deborah [ed.] – “*Museum archives: an introduction*”. Chicago: Society of American Archivists - Museum Archives Section, 2004. ISBN 1-931666-06-71

#### 4. Museologia e Património

ALMEIDA, C.A. Ferreira de - Património Riegl e Hoje. *Revista da Faculdade de Letras*. [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. [Consult. 10 Mar. 2011]. Disponível internet: <URL:<http://lerletrasup.pt/uploads/ficheiros/2249.pdf>>.

ALONSO FERNANDEZ, Luis - *Museologia – Introducción à la Teoría e Práctica del Museo*. Madrid: Istmo, 1993. ISBN 8470902784.

ALONSO FERNANDEZ, Luis - *Museologia e Museografia*. Barcelona: Ed. Serbal, 1999.

ANTUNES, Luis Manuel Loyo Pequito – *Museus e Documentação: Entre a Teoria e a Prática – Uma Abordagem da Realidade Portuguesa (1910/1980)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património apresentada à FCSHUNL.

BRIGOLA, João Carlos Pires – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972311030X.

CABALLERO ZOREDA, L. – La documentación museológica. *Boletín de la ANABAD*, vol. 38, nº 4 (1998), p. 455-478.

DIAS, João Carvalho, ed. - *L'Hotel Gulbenkian, 51 Avenue d'Iena, Memória do Sítio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. ISBN 978-972-8462-58-1.

EDSON, Gary e DEAN, David - *The Handbook for Museums*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994. ISBN 0-415-09952-8.

FONSECA, Cátia Antunes dos Santos Salvado – *Uma família de fotógrafos: Carlos e Margarida Relvas*. Coimbra, FLUC, 2008. Dissertação de mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

GIBSON, Hanna; MORRIS, Anne; CLEEVE, Marigold - *Links between Libraries and Museums: Investigating Museum-Library Collaboration in England and the USA*. *Libri*. [S.l.]. vol. 57, (2007) pp. 53–64.

HOLM, Stuart A. - *Facts & artefacts: How to document a museum collection*. Cambridge: Museum Documentation Association. 1998.

INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO - *Normas de Inventário de Artes Plásticas e Artes Decorativas: Espólio Documental*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009. ISBN 978-972-776-357-3.

LAGE, Maria Otilia Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 2002. ISBN 9729869553.

LÓPEZ YEPES, José, ROS GARCÍA, Juan – *Qué es documentación?: teoría e história del concepto en España*. Madrid: Síntese, 1993.

MARIN TORRES, Maria Teresa. *Historia de la documentación museológica: La gestión de la memoria artística*. Gijón: Trea, S. L. 2002. ISBN 84-9704-047-3.

MARQUES, Isabel da Costa – *O Museu como Sistema de Informação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de Mestrado em Museologia.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro – *Os sistemas e informação na gestão de colecções museológicas. Contribuições para a certificação de museus*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Dissertação de Mestrado em Museologia.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL – *The Role of Museums, Libraries, Archives and Local Area Agreements*. [Em linha]. Londres: Museums, Libraries and Archives Council, 2009. [Consult.02 Maio. 2011]. Disponível na internet: <url:http://research.mla.gov.uk/evidence/view-publication.php?dm=nrm&pubid=956.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL - *The opportunity of devolved governance for museums, libraries and archives*. [Em linha]. Londres: Museums, Libraries and Archives Council, 2010. [Consult. 02 Fev. 2011]. Disponível na internet: <URL:http://www.mla.gov.uk/what/strategies/~~/media/Files/pdf/2010/programmes/The\_opportunity\_of\_devolution\_for\_museums\_libraries\_and\_archives>.

NEVES, José Soares (coord.) – *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais Instituto Português de Museus; Rede Portuguesa de Museus, 2005. ISBN 972-8488-29-7.

ROBERTS, Andrew D. - *Introduction to the International Guidelines for Museum Object Information: The CIDOC Information Categories*. International Committee for Documentation, 2002. [Em linha]. [Consult. 19 Dez. 2010]. Disponível em: <http://www.willpowerinfo.myby.co.uk/cidoc/guide0.htm>.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Património. A Autenticidade da Qualidade. *Espaço e Memória. Revista de Património da Universidade Portucalense*, n.º 11. Porto: Universidade Portucalense, 1996. Separata da Revista de Património: Espaço d Memória, n.º 1/98.

SILVA, Raquel Henriques da: SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord. - *Inquérito aos Museus de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Museus: Observatório das Actividades Culturais, 2000. ISBN 9727760414.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL – The Role of Museums, Libraries, Archives and Local Area Agreements. [Em linha]. Londres: Museums, Libraries and Archives Council, 2009. [Consult.02 Maio. 2011]. Disponível na internet: <url:http://research.mla.gov.uk/evidence/view-publication.php?dm=nrm&pubid=956.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION - Statement of principles of museum Documentation. [Em linha]. Paris: **International Council of Museums, 2012**. Disponível na internet: <url:http:// network.icom.museum/.../documentation.../ principles-of-museum.

## **5. Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça e Família Relvas**

BARBOSA, Inácio de Vilhena – Villa da Golegã. *Archivo Pittoresco*, Tomo X, 1867.

BARREIROS, Augusto do Souto - *Golegã: Capital do Cavalo*. Trad. Alan Jones. Lisboa: ELO, 2000. ISBN 9729181799.

BARTHOLO, Maria de Lurdes - *Roteiro. Casa dos Patudos (Solar José Relvas)*, 2ª ed., Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça, 1982.

BASTOS, T. da Silva - Casa dos Patudos. *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, n.º 22, Lisboa, 1906, p. 698-704.

BASTOS, J. T. da Silva – José de Mascarenhas Relvas. In BASTOS, J. T. da Silva ed. - *Perfis de intelectuaes. Visitas e passeos*. Lisboa: J. T. da Silva BASTOS, 1908, p. 151-165.

BATISTA, Luís Miguel Preto – Informação e contra-informação nos tempos conturbados da I República. *Nova Augusta*. Torres Novas e a República, Edição comemorativa dos 100 anos da República 1910-2010, 2010, p. 191-214.

CHAGAS, João - José Relvas. *Archivo Democratico*, n.º 17, Ano II, Maio de 1910. Lisboa, Typographia Gonçalves, 1910, p. 126-127.

CONSIGLIERI, Carlos [et al.] – *Elementos para a História da 1.ª Republica. A Economia e a Acção de José Relvas*. Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça, 1986.

CONSIGLIERI, Carlos – *Teófilo Braga e os Republicanos (Dossier Pessoal de José Relvas)*. Alpiarça: Câmara Municipal de Alpiarça, 1986.

Corrêa, António Augusto Mendes – Sobre alguns objectos protohistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã. *O Archeólogo Português*, Vol. XXI, n.º 1 a 12, 1916.

Correa, António Augusto Mendes – “Urnenfelder” de Alpiarça. *Anuário de Perhistória Madrileña*. Madrid: s.n. Vols. IV, V, VI (1935), p. 133-138.

Decreto n.º 2/1996. *D.R. I Série I-B. 56 (1996-03-06)*. 448-458. Classifica como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e de valor concelhio, com relevante interesse arquitectónico. Classificação da Casa dos Patudos como imóvel de interesse de público.

FALCÃO, José António - *Filhos do Sol, Filhos da Lua: Aspectos da Criação de Gado Bovino e da Tauromaquia na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2006. Catálogo da exposição.

FALCÃO, José António - *Fragmentos de Eternidade: Imagens da Virgem na Pintura Europeia (Séculos XVI-XIX)*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2004. Catálogo da exposição.

FALCÃO, José António - *O Jardim das Hespérides: Pintura Espanhola dos Séculos XIX e XX na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, 2005. Catálogo da exposição.

FALCÃO, José António - *XIX Século XX. Momentos da Pintura Portuguesa na Casa dos Patudos*. Alpiarça: Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, 2007. Catálogo da exposição.

GOMES, Manuel Teixeira – *Correspondência para Políticos e Diplomatas*. Colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa: Editora Portugália, S.d. p. 143-145.

GOMES, Nádía Carina - *Para um Roteiro da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça*. Lisboa, FCSHUNL, 2013. Trabalho projeto para a obtenção do grau de mestre em Museologia, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

KALB, Philine, HOCK, Martin – *Cerâmica de Alpiarça: da coleção arqueológica do Museu dos Patudos e do Museu de Antropologia da Universidade do Porto, e peças comparáveis e de outras coleções*. Alpiarça, Casa-Museu dos Patudos, 1985. Catálogo de exposição.

LOBATO, Gervásio – Carlos Relvas. *O Occidente – Revista Ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. Lisboa: s.n., (1894). 17.º Ano, XVII Vol. (1894), p. 26.

MOREIRA, Francisco de Almeida - Casa dos Patudos. In *Guia de Portugal II – Estremadura, Alentejo, Algarve*, dir. Raul Proença, 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp. 366-367.

NORAS, José Raimundo – *Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)*. Leiria: Imagens & Letras, 2010. ISBN 978-989-8153-16-6.

OLIVEIRA, Paulo - *Carlos Relvas e a sua Casa-Estúdio = Carlos Relvas and his Studio-House*. Trad. Ana Mónica Oliveira. Golegã: Município da Golegã, 2006. ISBN 978-972-97115-3-4.

OLIVEIRA, Paulo – *A Vila da Golegã nos últimos 250 anos*. Golegã: Câmara Municipal da Golegã, 2006. ISBN 972-97115-2-6.

PAIS, José João Marques - *Vale de Cavalos. Uma terra disputada*. Alpiarça: 2004. ISBN 9728471807.

POLONASKI, E - Celebrate violins and their owners. *The Violin Times*, 1897.

QUEIROZ, José - Casas de Portugal. A Casa dos Patudos. *Terra Portuguesa. Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*. Lisboa: Oficina do Anuário Comercial. n.<sup>os</sup> 13 e 14 (1916), pp. 7-16.

QUINTINO, José Luís – *Raul Lino: 1879 – 1974*. Ed. Luís Trigueiros. Lisboa: Editorial Blau, 2003.

RELVAS, José - *O Direito do Senhor foi uma medida fiscal da Propriedade*. Tese do Curso Superior de Letras. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

RELVAS, José - *Memórias Políticas*, vol. 1 e 2. Lisboa, Terra Livre, 1977. Introdução e notas de Carlos Ferrão e de João Medina.

SALDANHA, Nuno - *Carlos de Haes 1826/1898*. Alpiarça: Casa-Museu dos Patudos, 2000. Catálogo de exposição.

SALDANHA, Nuno; HENRIQUES, Paulo - *José Malhoa na coleção de José Relvas*. Alpiarça, Casa-Museu dos Patudos, 2001. Catálogo de exposição.

SALDANHA, Nuno – *José Malhoa. Tradição e Modernidade*. Lisboa: Scribe, 2010. ISBN 978-989-8410-04-7.

SANTOS, Reynaldo dos - O Museu de Alpiarça. *Colóquio. Revista de artes e Letras*, n.º 11. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (1960), pp. 29-33.

SERRA, João Bonifácio (coord.) – *José Relvas. O Conspirador Contemplativo*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2008. Catálogo de Exposição. ISBN 978-972-556-489-9.

[RAMALHOSA, António Pedro] – *Elementos bibliográficos da família Mascarenhas da Sertã e especialmente do P. António que foi afamado guerrilheiro na guerra da Patuleia e mais tarde médico no Brasil*. Sertã: Gráfica Celioda Lda, 1955. Elementos coligidos pelo Reverendo Padre António Pedro Ramalhosa e publicados em folhetim no periódico “A Comarca da Sertã”.

TUDELA, Ana Paula (comp.) - *Michel'Angelo Lambertini: 1862-1920*. Lisboa: Museu da Música, 2002. ISBN 9727761542.

## **6. Legislação e Normas**

ISAD(G). 2002, Descrição - *Norma geral internacional de descrição arquivística*. Lisboa: IAN/TT.

ISAAR(CPF). 2004, Descrição - *Norma internacional de registos de autoridade arquivística para pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias*. Lisboa: IAN/TT.

ISDIAH. 2008, Descrição - *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*. Paris: International Council on Archives.

LEI n.º 16/1993. *D.R. I Série-A*. 19 (1993-01-23). 264-270. Lei que estabelece as bases da política arquivística nacional.

LEI n.º 107/2001. *D.R. I Série-A*. 209 (2001-09-08). 5808-5859. Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

LEI n.º 47/2004. *D.R. I Série-A*. 195 (2004-08-19). 5379-5394. Lei-quadro dos Museus Portugueses.

LEI n.º 1/2005. *D.R. I Série-A*. 155 (2005-08-12). Lei Constitucional.

LEI n.º 46/2007. *D.R. I Série*. 163 (2007-08-27). 5680-5687. LADA – Lei que estabelece o acesso aos documentos administrativos.



PEREIRA, Joel Timóteo Ramos (Comp.) – *Código Civil: actualizado até à Lei 103/2009 de 11 de Setembro*. S.l.: Verbo Jurídico, 2010. [Em linha]. [Consult. 19 Maio. 2011]. Disponível em: <http://www.verbojuridicocom/download/codigocivil2010.pdf>.

Portaria n.º 1253/2009. *D.R. I Série. 199 (2009-10-14). 7635 a 7649. Portaria relativa à seleção e eliminação de documentos nas autarquias locais.*

## 7. Estudos sobre História

CAMELO, Joaquim; CASTRO, Vítor – *Memória da criação do concelho de Alpiarça: 1914-1989: 75.º aniversário da criação do concelho*. Santarém: Governo Civil de Santarém; Câmara Municipal de Alpiarça, 1989.

FARINHA, Luís – *Viva a República (1910-2010)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.

MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Segunda Formação (1890-1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (Vol. 6)

MORAIS, Jorge – *Os últimos dias da Monarquia: Da esperança de tréguas à instauração da república (1908-1910)*. Sintra: Alexandre Gabriel, 2009. ISBN 978-989-677-000-6.

## 8. Páginas Web

ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVÍSTAS E DOCUMENTALISTAS – Eventos. Secções e Grupos de trabalho. Grupo de trabalho para a área dos Sistemas de informação em Museus. [em linha]. Lisboa: BAD. [consult. 02 Fev. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.apbad.pt>.

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE. Museus. **Casa-Museu Afonso Lopes Vieira**. [Em linha]. Marinha Grande: [s.n.]. [Consult. 28 Jul. 2011] Disponível em WWW:<URL: <http://www.cm-mgrande.pt>.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS. Centro de Documentação. **Reynaldo dos Santos**. [Em linha]. Cascais: [s.n.]. [Consult. 1 Set. 2012] Disponível em

WWW:<URL:<http://www.cm-cascais.pt/centro-de-documentacao-da-casa-reynaldo-dos-santos-e-irene-quilho-dos-santos>.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE. Cultura. Museus. **Casa-museu Comendador** Manuel Nunes Corrêa. [Em linha]. Coimbra: [s.n.]. [Consult. 20 Set. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-pedrogaogrande.pt>.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE. Cultura. Museus. **Casa-Museu José Régio**. [Em linha]. Portalegre: [s.n.]. [Consult. 10 Jul. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-portalegre.pt>.

CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES. Infraestruturas culturais. **Casa-Museu João de Deus**. [Em linha]. Silves: [s.n.]. [Consult. 29 Jul. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-silves.pt>.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA. Museus. [Em linha]. Sintra: Câmara Municipal de Sintra. [Consult. 21 Jun. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-sintra.pt>.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE. Equipamentos. Museus. **Casa José Régio**. [Em linha]. Vila do Conde: [s.n.]. [Consult. 29 Jun. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.cm-viladoconde.pt>.

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO. Casa-museu. **Casa-museu Bissaya Barreto**. [Em linha]. Coimbra: [s.n.]. [Consult. 29 Jun. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.fbb.pt>.

FUNDAÇÃO DIONÍSIO PINHEIRO. **O Museu**. [Em linha]. Águeda: Fundação Dionísio Pinheiro. [Consult. 20 Set. 2011]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.fundaçãodionisiopinheiro.pt>.

FUNDAÇÃO EÇA DE QUEIRÓS. **Casa de Tormes**. [Em linha]. Baião: [s.n.]. [Consult. 28 Jun. 2011] Disponível em WWW:<URL: <http://www.feq.pt/visitas-guiadas-a-casa-de-tormes.html>>.

FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA. **Casa-Museu**. [Em linha]. Lisboa: [s.n.]. [Consult. 16 Ago. 2011] Disponível em WWW:<URL: <http://www.casa-museumedeirosealmeida.pt>.

FUNDAÇÃO PASSOS CANAVARRO. **Casa-Museu Passos Canavarro**. [Em linha]. Santarém: [s.n.]. [Consult. 27 Jun. 2011] Disponível em WWW:<URL:<http://www.fundacaopassoscanavarro.pt>.

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES. Museu da Horta. **Casa Manuel de Arriaga**. [Em linha]. Açores: [s.n.]. [Consult. 10 Ago. 2011] Disponível em WWW:<URL: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/Museu+da+Horta/textoImagem/Casa+Manuel+de+Arriaga.htm>.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. **The Committees. The international committee for documentation**. [em linha]. Paris: ICOM. [Consult. 13 Dez. 2011]. Disponível em WWW:<URL:<<http://icom.museum.com>.

MESTRE ADELINO ÂNGELO. **Casa-Museu Adelino Ângelo**. [em linha]. Vieira do Minho [s.n.]. [Consult. 20 Ago. 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.mestreadelinoangelo.com>.

# **ANEXOS**

## Anexo I - Inquérito sobre arquivos de Casas-Museu

Data: \_\_\_\_\_

### 1. Identificação do responsável pelas informações

Nome:			
Função:			
Contacto:		e-mail:	

### 2. Identificação da Casa-Museu

Designação:			
Morada:		Código Postal	____/____
Telefone:			
Fax:			
Website:			
e-mail:			
Distrito:		Concelho:	
Tutela:			
Horário de abertura a público:			

### 3. Dados relativos à criação da Casa-Museu

Ano de criação:	
Documento instituidor:	
Entidade responsável pela criação:	
Razões para a criação:	
Personalidade(s), família ou entidade em destaque:	

### 4. Dados relativos às coleções da Casa-Museu

Indique, assinalando com uma cruz, quais os tipos de coleções existentes

Pintura	<input type="checkbox"/>	Escultura	<input type="checkbox"/>	História	<input type="checkbox"/>
Gravura	<input type="checkbox"/>	Desenho	<input type="checkbox"/>	Etnologia	<input type="checkbox"/>
Biblioteca	<input type="checkbox"/>	Artes decorativas	<input type="checkbox"/>	Documentos (fotografias, postais ilustrados, menus, mapas etc.)	<input type="checkbox"/>
Fotografia	<input type="checkbox"/>	Arqueologia	<input type="checkbox"/>	Outras	<input type="checkbox"/>

- A Casa-Museu possui inventário da coleção? Em papel ou em suporte informático? Os inventários antigos, nomeadamente os anteriores à transformação da casa em museu, formam preservados?


**5. Dados relativos aos recursos humanos e a visitantes da Casa-Museu**

- Número de funcionários afetos à Casa-Museu. Destes quantos têm formação superior?

--

- Número de funcionários afetos ao Arquivo ou Centro de Documentação da Casa-Museu.

--

- Número de visitantes da Casa-Museu, por ano. Anos de 2005 a 2010.

2005		2006		2007	
2008		2009		2010	

- Número de utilizadores do Arquivo ou do Centro de Documentação da Casa-Museu por ano. Anos de 2005 e 2010.

2005		2006		2007	
2008		2009		2010	

**6. Informações relativas ao acervo arquivístico**

**6.1. Responda, assinalando com uma cruz.**

A Casa-Museu possui Arquivo?	Sim		Não	
A instituição possui Biblioteca?	Sim		Não	
A instituição possui Centro de Documentação?	Sim		Não	

**6.2. Os documentos de arquivo são anteriores à criação da Casa-Museu? Resultam da atividade da instituição? Ambas as possibilidades são verdadeiras?**


**6.3. A biblioteca já existia antes da criação da Casa-Museu? Ou resulta da atividade da instituição?**


**6.4. O documento de doação / criação da Casa-Museu, faz referência a documentos de arquivo?**


**6.5. Indique, assinalando com uma cruz, os documentos de arquivo relacionados com as personalidades doadoras, fundadoras ou homenageadas com a criação da Casa-Museu**

Correspondência		Faturas / recibos da compra de objetos artísticos	
Documentos relacionados com a formação académica		Documentos relacionados com a construção ou aquisição da Casa	
Documentos relacionados com atividades profissionais		Documentos de família	
Fotografias		Recortes de Jornais	
Documentos relacionados com atividade cultural		Manuscritos de obras literárias ou científicas	
Diplomas, condecorações etc.		Inventários artísticos	

**6.6. Responda sucintamente às seguintes questões:**

- Qual o intervalo cronológico dos documentos de arquivo?

- Qual a dimensão do acervo (em metros lineares)?

- O acervo arquivístico está instalado em sala ou depósitos apropriados?

- O acervo documental foi alvo de tratamento arquivístico?

- Quem foi responsável pelo seu tratamento e conservação?

- Está aberto a investigadores externos à Casa-Museu? Em que horário?

- A consulta no arquivo ou centro de documentação deve ser autorizada previamente? Por quem?

- Existe um plano de classificação disponível?

- Existe catálogo ou inventário ou instrumento de pesquisa disponível?

- Existe alguma publicação sobre a documentação?

- Os documentos são utilizados na exposição permanente ou em exposições temporárias? Suscitam interesse aos visitantes? Existem catálogos dessas exposições?

- O acervo arquivístico reflete as atividades da personalidade, família, ou grupo que deu origem à criação da instituição museológica? Porquê?


- O acervo documental, ou parte dele, foi doado à instituição? Por quem?


- O acervo documental inclui documentos relacionados com o processo de transformação da Casa em Museu, nomeadamente de obras realizadas? Quais?


- A Casa-museu enquanto instituição, ativa, produz e recebe documentos de arquivo resultantes da atividade museológica. Esses documentos são preservados no arquivo da Casa-Museu? Se não, indique por favor, onde são preservados?


**7. Indique, assinalando com uma cruz, quais os tipos de documentos produzidos e preservados pela Casa Museu**

Correspondência Recebida	<input type="checkbox"/>	Documentos relacionados com o empréstimo de objetos da coleção	<input type="checkbox"/>
Cópia de correspondência Expedida	<input type="checkbox"/>	Documentos relacionados com projetos educativos	<input type="checkbox"/>
Inventários das coleções	<input type="checkbox"/>	Documentos resultantes de processos de aquisição de obras de arte	<input type="checkbox"/>
Relatórios de restauro de objetos da coleção	<input type="checkbox"/>	Documentos relacionados com a gestão da Casa-Museu	<input type="checkbox"/>
Revista de Imprensa	<input type="checkbox"/>	Documentos relacionados com o estudo de peças da coleção	<input type="checkbox"/>
Fotografias de Eventos	<input type="checkbox"/>	Documentos relacionados com a história local	<input type="checkbox"/>

- Considera que os documentos de arquivo são um contributo importante para a história da instituição e dos objetos da coleção? Porquê?


- Considera que os documentos de arquivo são relevantes para que a Casa-Museu cumpra as suas funções museológicas, nomeadamente o estudo dos objectos colecionados e a divulgação da coleção e da instituição? Porquê?


Muito obrigada



**ANEXO II a) - Identificação das instituições museológicas às quais foi remetido o inquérito**

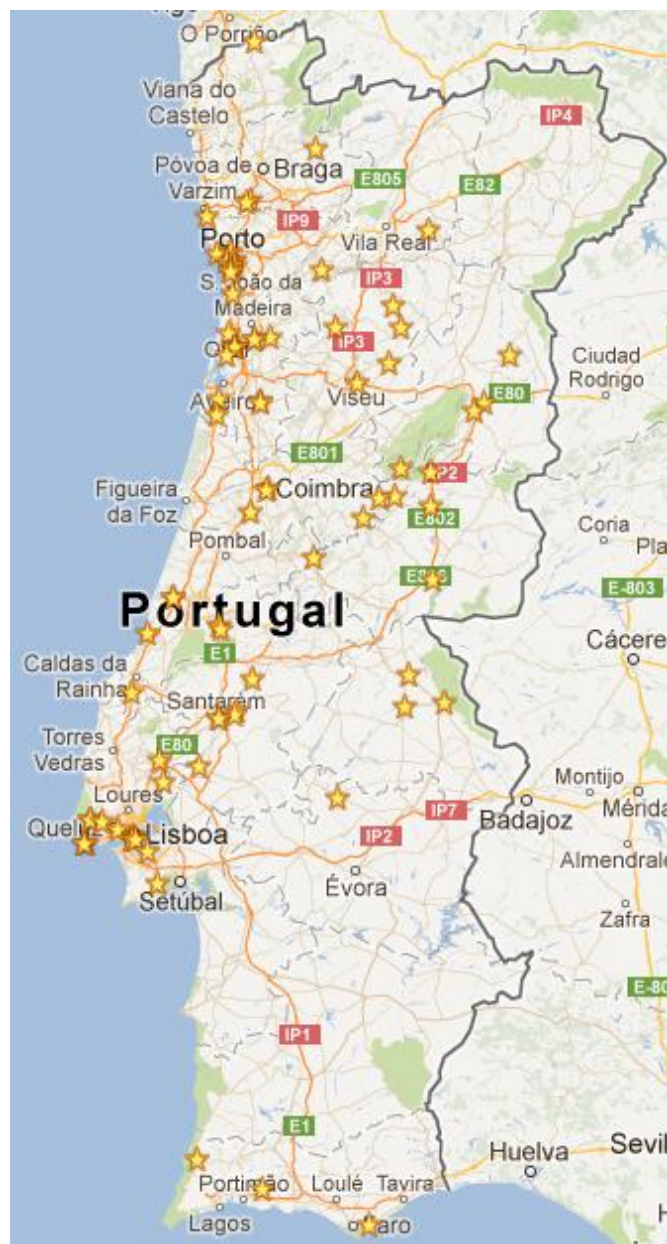
<b>N.º</b>	<b>Designação</b>	<b>Tutela</b>	<b>Concelho</b>	<b>Distrito</b>	<b>Inq.</b>	<b>Resp.</b>
1	Atelier Museu Anjos Teixeira	Câmara Municipal de Sintra	Sintra	Lisboa	S	S
2	Casa da Madalena	Rancho Folclórico Rosa de Lena	Batalha	Leiria	S	N
3	Casa da Glória do Ribatejo	Associação para a Defesa do Património Etnográfico e Cultural de Glória do Ribatejo	Salvaterra de Magos	Santarém	S	N
4	Casa das Debulhadoras	Direção Regional da Cultura dos Açores	Santa Cruz da Graciosa	Açores	S	N
5	Casa de Santa Maria	Câmara Municipal de Cascais	Cascais	Lisboa	S	N
6	Casa de Santiago (Quinta de Santiago)	Câmara Municipal de Matosinhos	Matosinhos	Porto	S	N
7	Casa de Tormes	Fundação Eça de Queirós	Baião	Porto	S	S
8	Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça	Câmara Municipal de Alpiarça	Alpiarça	Santarém	S	S
9	Casa Estúdio Carlos Relvas	Câmara Municipal da Golegã	Golegã	Santarém	S	N
10	Casa Gafanhua	Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré	Ílhavo	Aveiro	S	N
11	Casa Manuel de Arriaga	Presidência do Governo regional dos Açores   Direção Regional da Cultura	Horta	Açores	S	S
12	Casa Oficina António Carneiro	Câmara Municipal do Porto	Porto	Porto	S	N
13	Casa Roque Gameiro	Câmara Municipal da Amadora	Amadora	Lisboa	S	N
14	Casa Vitorino Nemésio	Câmara Municipal de Praia da Vitória	Praia da Vitória	Açores	S	S
15	Casa-Museu 18 de Janeiro de 1934	Câmara Municipal da Marinha Grande	Marinha Grande	Leiria	S	N
16	Casa-Museu Abel Salazar	Universidade do Porto	Matosinhos	Porto	S	N
17	Casa-Museu Acácio Lino	Associação dos Amigos de Acácio Lino	Oliveira de Azeméis	Aveiro	S	N
18	Casa-Museu Adelino Ângelo	Câmara Municipal de Vieira do Minho	Vieira do Minho	Braga	S	S
19	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	Câmara Municipal da Marinha Grande	Marinha Grande	Leiria	S	S
20	Casa-Museu Alfredo da Silva	Baía do Tejo - Parques Industriais	Barreiro	Setúbal	S	N
21	Casa-Museu Amália Rodrigues	Fundação Amália Rodrigues	Lisboa	Lisboa	S	N

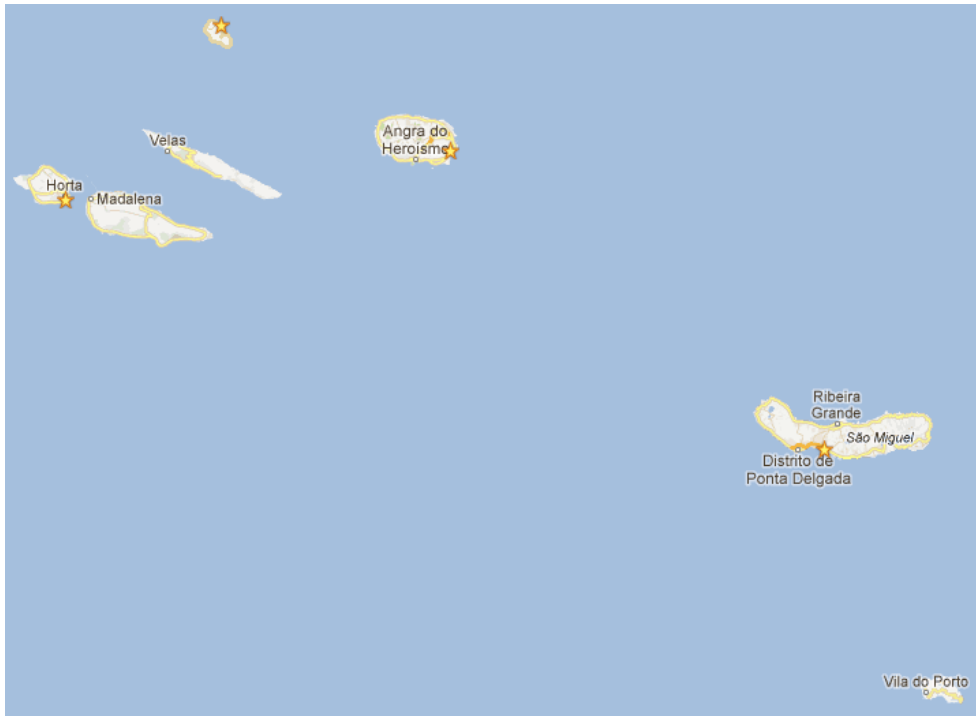
N.º	Designação	Tutela	Concelho	Distrito	Inq.	Resp.
22	Casa-Museu Anselmo Braamcamp Freire	Câmara Municipal de Santarém	Santarém	Santarém	S	N
23	Casa-Museu Bernardino Machado	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	Braga	S	N
24	Casa-Museu Biblioteca Aquilino Ribeiro	Fundação Aquilino Ribeiro	Moimenta da Beira	Viseu	S	S
25	Casa-Museu Bissaya Barreto	Fundação Bissaya Barreto	Coimbra	Coimbra	S	S
26	Casa-Museu Camila Loureiro	Câmara Municipal de Sátão	Sátão	Viseu	S	N
27	Casa-Museu Cancioneiro de Águeda	Cancioneiro de Águeda	Águeda	Aveiro	S	N
28	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande	Pedrógão Grande	Leiria	S	S
29	Casa-Museu Condes de Castro Guimarães	Câmara Municipal de Cascais	Cascais	Lisboa	S	N
30	Casa-Museu Custódio Prato	Rancho Folclórico "Os Camponeses da Beira Ria"	Murtosa	Aveiro	S	N
31	Casa-Museu de Abílio Matos e Silva e Maria José Salavisa	Câmara Municipal de Óbidos	Óbidos	Leiria	S	N
32	Casa-Museu de Aljustrel	Santuário de Fátima	Ourém	Leiria	S	N
33	Casa-Museu de Almeida Moreira	Câmara Municipal de Viseu	Viseu	Viseu	S	S
34	Casa-Museu de Alpalhão	Junta de Freguesia de Alpalhão	Nisa	Beja	S	N
35	Casa-Museu de Alvite	Associação	Moimenta da Beira	Viseu	N	N
36	Casa-Museu de Alvoco da Serra	Liga dos Amigos da Freguesia de Alvoco da Serra	Seia	Guarda	S	S
37	Casa-Museu de Camilo	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	Braga	S	N
38	Casa-Museu de Ferro	Junta de Freguesia de Ferro	Covilhã	Castelo Branco	S	N
39	Casa-Museu de Jarmelo	Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo	Guarda	Guarda	S	N
40	Casa-Museu José Maria da Fonseca	José Maria da Fonseca, S.A.	Setúbal	Setúbal	S	S
41	Casa-Museu de Maria dos Anjos Rebelo	Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã	Lagoa	Açores	S	N
42	Casa-Museu de Miguel Torga	Câmara Municipal de Coimbra	Coimbra	Coimbra	S	N
43	Casa-Museu de Monção	Universidade do Minho	Monção	Viana do Castelo	S	N
44	Casa-Museu de S. Jorge da Beira	Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira	Covilhã	Castelo Branco	S	N
45	Casa-Museu de Santo António de Vagos	Rancho Folclórico de Santo António de Vagos	Vagos	Aveiro	S	N

<b>N.º</b>	<b>Designação</b>	<b>Tutela</b>	<b>Concelho</b>	<b>Distrito</b>	<b>Inq.</b>	<b>Resp.</b>
46	Casa-Museu do Carvalho	Liga de Melhoramentos de Carvalho	Pampilhosa da Serra	Coimbra	S	N
47	Casa-Museu do Paúl	Casa do Povo do Paúl	Covilhã	Castelo Branco	S	N
48	Casa-Museu do Pescador da Nazaré	Manuel Águeda Limpinho	Nazaré	Leiria	S	S
49	Casa-Museu do Rancho Folclórico do Juncal	Rancho Folclórico do Juncal	Castelo Branco	Castelo Branco	S	N
50	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	Direção Geral do Património Cultura / Instituto dos Museus e da Conservação	Lisboa	Lisboa	S	S
51	Casa-Museu Dr. José Fernandes Mascarenhas	Santa Casa da Misericórdia de Moncarapacho	Olhão	Faro	S	N
52	Casa-Museu Egas Moniz	Câmara Municipal de Estarreja	Estarreja	Aveiro	S	N
53	Casa-Museu Eng.º António de Almeida	Fundação de Eng.º António de Almeida	Porto	Porto	S	S
54	Casa-Museu Fernando de Castro	Museu Nacional Soares dos Reis	Porto	Porto	S	N
55	Casa-Museu Fernando Namora	Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova	Condeixa-a-Nova	Coimbra	S	S
56	Casa-Museu Ferreira de Castro (Oliveira de Azeméis)	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Oliveira de Azeméis	Aveiro	S	N
57	Casa-Museu Frederico de Freitas	Direção Regional dos Assuntos Culturais da Madeira	Funchal	Madeira	S	S
58	Casa-Museu Guerra Junqueiro	Câmara Municipal do Porto	Porto	Porto	S	S
59	Casa-Museu Helena e António Seixas	Câmara Municipal de Pinhel	Pinhel	Guarda	S	N
60	Casa-Museu João de Deus (Lisboa)	Associação de Jardins Escola João de Deus	Lisboa	Lisboa	S	N
61	Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines)	Câmara Municipal de Silves	Silves	Faro	S	S
62	Casa-Museu da Junta Freguesia de Arrifana	Junta de Freguesia de Arrifana	Guarda	Guarda	S	N
63	Casa-Museu José Manuel Rosado	Junta de Freguesia de S. Sebastião	Lagos	Faro	S	N
64	Casa-Museu José Pedro	Câmara Municipal de Loures	Loures	Lisboa	N	N
65	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	Câmara Municipal de Portalegre	Portalegre	Portalegre	S	S
66	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	Câmara Municipal de Vila do Conde	Vila do Conde	Porto	S	S
67	Casa-Museu Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense	Câmara Municipal de Ovar	Ovar	Aveiro	S	N
68	Casa-Museu Leal da Câmara	Câmara Municipal de Sintra	Sintra	Lisboa	S	S
69	Casa-Museu Manuel Luciano da Silva	Associação Manuel Luciano da Silva	Vale de Cambra	Aveiro	S	N

<b>N.º</b>	<b>Designação</b>	<b>Tutela</b>	<b>Concelho</b>	<b>Distrito</b>	<b>Inq.</b>	<b>Resp.</b>
70	Casa-Museu Manuel Mendes	Museu do Chiado	Lisboa	Lisboa	S	N
71	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	Câmara Municipal de Mora / Junta de Freguesia de Pavia	Mora	Évora	S	S
72	Casa-Museu Maria da Fontinha	Arménio de Vasconcelos	Castro Daire	Viseu	S	N
73	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	Fundação Marieta Solheiro Madureira	Estarreja	Aveiro	S	S
74	Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio	Câmara Municipal do Porto	Porto	Porto	S	N
75	Casa-Museu Maurício Penha	Fundação da Casa-Museu Maurício Penha	Alijó	Vila Real	S	N
76	Casa-Museu Medeiros e Almeida	Fundação Medeiros e Almeida	Lisboa	Lisboa	S	S
77	Casa-Museu Monsenhor Alves Brás	Instituto Secular das Cooperantes da Família	Covilhã	Castelo Branco	S	N
78	Casa-Museu Padre Belo	Santa Casa da Misericórdia do Crato	Crato	Portalegre	S	N
79	Casa-Museu Passos Canavarro	Fundação Passos Canavarro	Santarém	Santarém	S	S
80	Casa-Museu Pimentel Mesquita	Presidência do Governo regional dos Açores   Direção Regional da Cultura	Santa Cruz das Flores	Açores	S	S
81	Casa-Museu Pintor José Cercas	Câmara Municipal de Aljezur	Aljezur	Faro	S	S
82	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	Associação de Defesa e Conhecimento do Património Cultural Oliveirense	Oliveira de Azeméis	Aveiro	S	S
83	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	Câmara Municipal de Cascais	Cascais	Lisboa	S	S
84	Casa-Museu Soledad Malvar	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	Braga	S	N
85	Casa-Museu Teixeira Lopes	Câmara Municipal de Gaia	Gaia	Porto	S	N
86	Casa-Museu Van Zeller	Quinta Santo Inácio	Gaia	Porto	S	S
87	Espaço Memória Palmira Bastos	Junta de Freguesia da Aldeia da Gavinha	Alenquer	Lisboa	S	S
88	Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro	Águeda	Aveiro	S	S
89	Museu Ferreira de Castro	Câmara Municipal de Sintra	Sintra	Lisboa	S	S

**ANEXO II b) - Localização geográfica das instituições museológicas às  
quais foi remetido o inquérito**





## ANEXO III – Identificação das instituições museológicas que responderam ao inquérito

### 1. Atelier Anjos Teixeira

<b>Designação:</b>	Museu Anjos Teixeira		
<b>Morada:</b>	Azinhaga da Sardinha - Volta do Duche - Sintra	<b>Código Postal</b>	2710 - 631
<b>Telefone:</b>	21 923 8827		
<b>Fax:</b>	21 923 6521		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.cm-sintra.pt">www.cm-sintra.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	museu.ateixeira@cm-sintra.pt		
<b>Distrito:</b>	Lisboa	<b>Concelho:</b>	Sintra
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Sintra		

### 2. Casa de Tormes

<b>Designação:</b>	Fundação Eça de Queiroz		
<b>Morada:</b>	Caminho de Jacinto, 3110- Quinta de Tormes Santa Cruz do Douro	<b>Código Postal</b>	4640 - 424
<b>Telefone:</b>	254882120		
<b>Fax:</b>	254885205		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.feq.pt">www.feq.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:feq@feq.pt">feq@feq.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Porto	<b>Concelho:</b>	Baião
<b>Tutela:</b>	Fundação Eça de Queiroz		

### 3. Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça

<b>Designação:</b>	Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça		
<b>Morada:</b>	Rua José Relvas	<b>Código Postal</b>	2090 - 102
<b>Telefone:</b>	243558321		
<b>Fax:</b>	243556444		
<b>Website:</b>	-		
<b>e-mail:</b>	museudospatudos@cm-alpiarça.pt		
<b>Distrito:</b>	Santarém	<b>Concelho:</b>	Alpiarça
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Alpiarça		

#### 4. Casa Manuel de Arriaga

<b>Designação:</b>	Casa Manuel de Arriaga		
<b>Morada:</b>	Rua de S. Francisco nº2	Código Postal 9900 - 141 HORTA	
<b>Telefone:</b>	292 293 361		
<b>Fax:</b>	-		
<b>Website:</b>	-		
<b>e-mail:</b>	museu.horta.info@azores.gov.pt		
<b>Distrito:</b>	-	<b>Concelho:</b>	Horta
<b>Tutela:</b>	Presidência do Governo regional dos Açores   Direção Regional da Cultura		

#### 5. Casa-Museu Adelino Ângelo

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Adelino Ângelo		
<b>Morada:</b>	Largo Prof. Brás da Mota	Código Postal 4850-525	
<b>Telefone:</b>	253741249 / 925419933		
<b>Fax:</b>	-		
<b>Website:</b>	-		
<b>e-mail:</b>	casadelamas@ cm-vminho.pt		
<b>Distrito:</b>	Braga	<b>Concelho:</b>	Vieira do Minho
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Vieira do Minho		

#### 6. Casa-Museu Afonso Lopes Vieira

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira		
<b>Morada:</b>	Rua Dr. Adolfo Leitão, nº 4   São Pedro de Moel	Código Postal 2430	
<b>Telefone:</b>	244 599 201 / 244573300		
<b>Fax:</b>	24561710		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.cm-mgrande.pt">www.cm-mgrande.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:geral@cm-mgrande.pt">geral@cm-mgrande.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Leiria	<b>Concelho:</b>	Marinha Grande
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal da Marinha Grande		



### 7. Casa-Museu Almeida Moreira

<b>Designação:</b>	Casa Museu de Almeida Moreira		
<b>Morada:</b>	Rua Soar de Cima	<b>Código Postal</b>	3500 - 211
<b>Telefone:</b>	(por atribuir)		
<b>Fax:</b>	-		
<b>Website:</b>	(em construção)		
<b>e-mail:</b>	(por atribuir)		
<b>Distrito:</b>	Viseu	<b>Concelho:</b>	Viseu
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Viseu		

### 8. Casa-Museu Aquilino Ribeiro

<b>Designação:</b>	Fundação Aquilino Ribeiro – Casa-Museu - Biblioteca		
<b>Morada:</b>	Rua Juiz Conselheiro Aníbal Aquilino Ribeiro, Soutosa	<b>Código Postal</b>	3620 - 443
<b>Telefone:</b>	232 607 293		
<b>Fax:</b>	232 607 293		
<b>Website:</b>	-		
<b>e-mail:</b>	fundacaoaquilinoalmeida@gmail.com		
<b>Distrito:</b>	Viseu	<b>Concelho:</b>	Moimenta da Beira
<b>Tutela:</b>	Fundação Aquilino Ribeiro		

### 9. Casa-Museu Bissaya Barreto

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Bissaya Barreto		
<b>Morada:</b>	Rua da Infantaria 23, Coimbra	<b>Código Postal</b>	3000 - 219
<b>Telefone:</b>	239 853800		
<b>Fax:</b>	239 853806		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.fbb.pt">www.fbb.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:casamuseu@fbb.pt">casamuseu@fbb.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Coimbra	<b>Concelho:</b>	Coimbra
<b>Tutela:</b>	Fundação Bissaya Barreto		

**10. Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Corrêa		
<b>Morada:</b>	Rua 5 de Outubro	<b>Código Postal</b>	3270
<b>Telefone:</b>	236 488 060		
<b>Fax:</b>	236 488 061		
<b>Website:</b>			
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:scmpg@mail.telepac.pt">scmpg@mail.telepac.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Leiria	<b>Concelho:</b>	Pedrógão Grande
<b>Tutela:</b>	Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande		

**11. Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves		
<b>Morada:</b>	Av. 5 de Outubro, 6-8, Lisboa	<b>Código Postal</b>	1050 - 055
<b>Telefone:</b>	213540923		
<b>Fax:</b>	213548754		
<b>Website:</b>	<a href="mailto:cmag@imc-ip.pt">cmag@imc-ip.pt</a>		
<b>e-mail:</b>			
<b>Distrito:</b>	Lisboa	<b>Concelho:</b>	Lisboa
<b>Tutela:</b>	IMC (na dependência da DGPC)		

**12. Casa-Museu Eng. António de Almeida**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Eng. António de Almeida		
<b>Morada:</b>	Rua Tenente Valadim, 325	<b>Código Postal</b>	4100 - 479
<b>Telefone:</b>	22 606 74 18		
<b>Fax:</b>	22 600 43 14		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.feaa.pt">www.feaa.pt</a> (em atualização)		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:fundacao@feaa.pt">fundacao@feaa.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Porto	<b>Concelho:</b>	Porto
<b>Tutela:</b>	Fundação Eng. António de Almeida		

### 13. Casa-Museu Fernando Namora

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Fernando Namora		
<b>Morada:</b>	Largo Artur Barreto, Condeixa-a-Nova	<b>Código Postal</b>	3150 - 124
<b>Telefone:</b>	239 949 120/ 239 940 146		
<b>Fax:</b>			
<b>Website:</b>			
<b>e-mail:</b>	casamfnamora@cm-condeixa.pt		
<b>Distrito:</b>	Coimbra	<b>Concelho:</b>	Condeixa-a-Nova
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Condeixa		

### 14. Casa-Museu Frederico de Freitas

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Frederico de Freitas		
<b>Morada:</b>	Calçada de Santa Clara, 7	<b>Código Postal</b>	9000-036 Funchal
<b>Telefone:</b>	291 202570		
<b>Fax:</b>	291 202580 (atualmente inativo)		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.facebook.com/cmfredericofreitas">http://www.facebook.com/cmfredericofreitas</a> <a href="http://casamuseuff.blogspot.pt/">http://casamuseuff.blogspot.pt/</a> <a href="http://cultura.madeira-edu.pt/museus/Museus/CasaMuseuFredericodeFreitas/tabid/188/language/pt-PT/Default.aspx">http://cultura.madeira-edu.pt/museus/Museus/CasaMuseuFredericodeFreitas/tabid/188/language/pt-PT/Default.aspx</a>		
<b>e-mail:</b>	cmffreitas.drac.srt@gov-madeira.pt		
<b>Distrito:</b>	Funchal	<b>Concelho:</b>	Funchal
<b>Tutela:</b>	Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes Direção Regional dos Assuntos Culturais		

### 15. Casa-Museu Guerra Junqueiro

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Guerra Junqueiro		
<b>Morada:</b>	R. D. Hugo, nº32	<b>Código Postal</b>	4050 - 305
<b>Telefone:</b>	222003689		
<b>Fax:</b>			
<b>Website:</b>	<a href="http://www.cmp.pt">www.cmp.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	museuguerrajunqueiro@cm-porto.pt		
<b>Distrito:</b>	Porto	<b>Concelho:</b>	Porto
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal do Porto		

**16. Casa-Museu João de Deus (S. Bartolomeu de Messines)**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu João de Deus		
<b>Morada:</b>	Rua Dr. Francisco Cabrita Neto, nº 1	<b>Código Postal</b>	8375
<b>Telefone:</b>	282330189		
<b>Fax:</b>	282330189		
<b>Website:</b>	<a href="http://casamuseujoaodedeus.blogspot.com">http://casamuseujoaodedeus.blogspot.com</a>		
<b>e-mail:</b>	casamuseu.joaodeus@cm-silves.pt		
<b>Distrito:</b>	Faro	<b>Concelho:</b>	Silves
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Silves		

**17. Casa-Museu José Maria da Fonseca**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu José Maria da Fonseca		
<b>Morada:</b>	Rua José Augusto Coelho nº11-13	<b>Código Postal</b>	2925 - 544
<b>Telefone:</b>	212198940		
<b>Fax:</b>	212198942		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.jmf.pt">www.jmf.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	eoturismo@jmfonseca.pt		
<b>Distrito:</b>	Setúbal	<b>Concelho:</b>	Setúbal
<b>Tutela:</b>	Particular		

**18. Casa-Museu José Régio (Portalegre)**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu José Régio		
<b>Morada:</b>	Rua do poeta José Régio	<b>Código Postal</b>	7300 - 204
<b>Telefone:</b>	245 307 535		
<b>Fax:</b>	245 307 542		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.cm-portalegre.pt">www.cm-portalegre.pt</a> – cultura – museus – museu José régio		
<b>e-mail:</b>	museu.joseregio@cm-portalegre.pt		
<b>Distrito:</b>	Portalegre	<b>Concelho:</b>	Portalegre
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Portalegre		

**19. Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)**

<b>Designação:</b>	Casa Museu José Régio		
<b>Morada:</b>	Av. José Régio	<b>Código Postal</b>	4480 - 674
<b>Telefone:</b>	252 619 053		
<b>Fax:</b>			
<b>Website:</b>	<a href="http://www.cm-viladoconde.pt">http://www.cm-viladoconde.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	museus@cm-viladoconde.pt		
<b>Distrito:</b>	Porto	<b>Concelho:</b>	Vila do Conde
<b>Tutela:</b>	Município de Vila do Conde		

**20. Casa-Museu Leal da Câmara**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu de Leal da Câmara		
<b>Morada:</b>	Calçada da Rinchoa, n.º 67 – Rio de Mouro	<b>Código Postal</b>	2635 - 312
<b>Telefone:</b>	21 916 4303		
<b>Fax:</b>	21 916 4303		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.cm-sintra.pt">www.cm-sintra.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	museu.lcamara@cm-sintra.pt		
<b>Distrito:</b>	Lisboa	<b>Concelho:</b>	Sintra
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Sintra		

**21. Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia		
<b>Morada:</b>	Largo dos Combatentes da Grande Guerra n.º 11 Pavia	<b>Código Postal</b>	7490 - 422
<b>Telefone:</b>	266457511		
<b>Fax:</b>	-		
<b>Website:</b>	-		
<b>e-mail:</b>	-		
<b>Distrito:</b>	Évora	<b>Concelho:</b>	Mora
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Mora e Junta de Freguesia de Pavia		

**22. Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira		
<b>Morada:</b>	Rua Prof. Egas Moniz, 300	<b>Código Postal</b>	3860-387
<b>Telefone:</b>	234842241		
<b>Fax:</b>			
<b>Website:</b>	<a href="http://www.fundacaomadureira.com">www.fundacaomadureira.com</a>		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:info@fundacaomadureira.com">info@fundacaomadureira.com</a>		
<b>Distrito:</b>	Aveiro	<b>Concelho:</b>	Estarreja
<b>Tutela:</b>	Fundação Solheiro Madureira		

**23. Casa-Museu Medeiros e Almeida**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Medeiros e Almeida		
<b>Morada:</b>	Rua Rosa Araújo, 41 - Lisboa	<b>Código Postal</b>	1250-194 Lisboa
<b>Telefone:</b>	213547892		
<b>Fax:</b>	213561951		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.casa-museumedeirosealmeida.pt">www.casa-museumedeirosealmeida.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:info@casa-museumedeirosealmeida.pt">info@casa-museumedeirosealmeida.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Lisboa	<b>Concelho:</b>	Lisboa
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Viseu		

**24. Casa-Museu Passos Canavarro**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Passos Canavarro		
<b>Morada:</b>	Largo da Alcáçova, n.º 1, Santarém	<b>Código Postal</b>	2000-110
<b>Telefone:</b>	243325708/9		
<b>Fax:</b>	243325710		
<b>Website:</b>	<a href="http://www.fundacaopassoscanavarro.pt">www.fundacaopassoscanavarro.pt</a>		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:casa-museu@fundacaopassoscanavarro.pt">casa-museu@fundacaopassoscanavarro.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Santarém	<b>Concelho:</b>	Santarém
<b>Tutela:</b>	Fundação Passos Canavarro		

**25. Casa Museu Pintor José Cercas**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Pintor José Cercas		
<b>Morada:</b>	Rua do Castelo, nº. 2	<b>Código Postal</b>	8670-
<b>Telefone:</b>	282 991 011		
<b>Fax:</b>	282 991 011		
<b>Website:</b>	www.adpha.pt		
<b>e-mail:</b>	adpha@sapo.pt		
<b>Distrito:</b>	Faro	<b>Concelho:</b>	Aljezur
<b>Tutela:</b>	Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur		

**26. Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis**

<b>Designação:</b>	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis		
<b>Morada:</b>	Rua António Alegria, 119-131	<b>Código Postal</b>	3720 - 234
<b>Telefone:</b>	256 686 919		
<b>Fax:</b>	256 668 604		
<b>Website:</b>	www.museuoaz.pt		
<b>e-mail:</b>	museuoaz@clix.pt		
<b>Distrito:</b>	Aveiro	<b>Concelho:</b>	Oliveira de Azeméis
<b>Tutela:</b>	Particular		

**27. Casa-Museu Reynaldo dos Santos**

<b>Designação:</b>	Casa Reynaldo dos Santos irene Quilhó dos Santos		
<b>Morada:</b>	Rua 3 de Maio, 108	<b>Código Postal</b>	2775-292 Parede
<b>Telefone:</b>	214815921		
<b>Fax:</b>	214825085		
<b>Website:</b>	www.cm-cascais.pt		
<b>e-mail:</b>	crs@cm-cascais.pt		
<b>Distrito:</b>	Lisboa	<b>Concelho:</b>	Cascais
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Cascais		

**28. Espaço Memória Palmira Bastos**

<b>Designação:</b>	Espaço Memória Palmira Bastos		
<b>Morada:</b>	Largo Palmira Bastos nº 1 – Aldeia Gavinha	Código Postal 2580 - 101	
<b>Telefone:</b>	263 760 401		
<b>Fax:</b>	263 760 403		
<b>Website:</b>	www.freg.aldeiajavinha.com		
<b>e-mail:</b>	jfagavinha@sapo.pt		
<b>Distrito:</b>	Lisboa	<b>Concelho:</b> Alenquer	<b>Freguesia:</b> Aldeia Gavinha
<b>Tutela:</b>	Junta de Freguesia de Aldeia Gavinha		

**29. Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro**

<b>Designação:</b>	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro		
<b>Morada:</b>	Praça Dr. António Breda, 4, Águeda	Código Postal 3750 -106	
<b>Telefone:</b>	234623720		
<b>Fax:</b>			
<b>Website:</b>	www.fundacaodionisiopinheiro.pt		
<b>e-mail:</b>	<a href="mailto:info@fundacaodionisiopinheiro.pt">info@fundacaodionisiopinheiro.pt</a> ou <a href="mailto:direcção@fundacaodionisiopinheiro.pt">direcção@fundacaodionisiopinheiro.pt</a>		
<b>Distrito:</b>	Aveiro	<b>Concelho:</b>	Águeda
<b>Tutela:</b>	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro		

**30. Museu Ferreira de Castro**

<b>Designação:</b>	Museu Ferreira de Castro		
<b>Morada:</b>	Rua Consiglieri Pedroso, 34	Código Postal 2710 - 550	
<b>Telefone:</b>	219238828		
<b>Fax:</b>	219238522		
<b>Website:</b>			
<b>e-mail:</b>	museu.fcastro@cm-sintra.pt		
<b>Distrito:</b>	Lisboa	<b>Concelho:</b>	Sintra
<b>Tutela:</b>	Câmara Municipal de Sintra		



## ANEXO IV – Recursos humanos

N.º	Designação	N.º de Funcionários da CM	N.º de Funcionários com formação com superior	N.º de Funcionários ao serviço do arquivo
1	Atelier Anjos Teixeira	3	1	1
2	Casa de Tormes	7	2	1
3	Casa dos Patudos	6	1	0
4	Casa Manuel de Arriaga	5	1	2
5	Casa-Museu Adelino Ângelo	5	2	0
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	3	1	0
7	Casa-Museu Aquilino Ribeiro	2	2	0
8	Casa-Museu Bissaya Barreto	3	1	1
9	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	3	0	0
10	Casa-Museu de Almeida Moreira	3	2	0
11	Casa-Museu de Leal da Câmara	5	1	1
12	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	5	Não responde	0
13	Casa-Museu Fernando Namora	2	2	0
14	Casa-Museu Eng. António de Almeida	4	2	1
15	Casa-Museu Frederico de Freitas	19	6	2
16	Casa-Museu Guerra Junqueiro	6	2	0
17	Casa-Museu João de Deus (Messines)	4	2	1
18	Casa-Museu José Maria da Fonseca	8	5	1
19	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	1	0	0
20	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	3	2	1
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	1	0	0
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	2	1	0
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	7	3	0
24	Casa-Museu Passos Canavarro	3	3	0
25	Casa-Museu Pintor José Cercas	Não responde	Não responde	Não responde
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	1	1	1
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	2	1	2
28	Espaço Memória Palmira Bastos	1	0	0
29	Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	5	1	2
30	Museu Ferreira de Castro	3	1	1

## ANEXO V – Dados relativos às coleções

N.º	Designação												
		Pintura	Gravura	Biblioteca	Fotografia	Escultura	Desenho	Artes Decorativas	Arqueologia	História	Etnologia	Documentos	Outras
1	Atelier Anjos Teixeira	X	X	X	X	X	X					X	
2	Casa de Tormes	X	X	X	X			X				X	
3	Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X
4	Casa Manuel de Arriaga			X	X	X				X		X	
5	Casa-Museu Adelino Ângelo	X			X					X	X	X	
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X
7	Casa-Museu Almeida Moreira	X	X	X		X	X	X				X	
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro	X		X		X						X	X
9	Casa-Museu Bissaya Barreto	X	X	X	X	X		X				X	X
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X
11	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	X	X	X	X	X	X	X				X	X
12	Casa-Museu Eng. António de Almeida	X	X					X					X
13	Casa-Museu Fernando Namora	X	X	X	X	X	X					X	
14	Casa-Museu Frederico de Freitas	X	X	X	X	X	X	X		X		X	
15	Casa-Museu Guerra Junqueiro					X		X					
16	Casa-Museu João de Deus (Messines)			X	X		X	X					X
17	Casa-Museu José Maria da Fonseca				X					X	X	X	X
18	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	X	X	X		X					X		X
19	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
20	Casa-Museu Leal da Câmara	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	X					X						
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	X	X	X							X	X	
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	X		X		X		X					X
24	Casa-Museu Passos Canavarro	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X
25	Casa-Museu Pintor José Cercas	X	X			X	X					X	
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	X					X	X	X				X
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	X	X	X	X	X	X	X		X		X	
28	Espaço Memória Palmira Bastos				X							X	X
29	Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	X	X	X		X	X	X	X	X		X	X
30	Museu Ferreira de Castro	X		X	X	X	X					X	

## ANEXO VI – Origem dos acervos documentais

N.º	Designação	Documentos anteriores e institucionais	Documentos anteriores	Não responde
1	Atelier Anjos Teixeira	x		
2	Casa de Tormes	x		
3	Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça	x		
4	Casa Manuel de Arriaga		x	
5	Casa-Museu Adelino Ângelo		x	
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	x		
7	Casa-Museu Almeida Moreira	x		
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro			x
9	Casa-Museu Bissaya Barreto	x		
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	x		
11	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	x		
12	Casa-Museu Eng. António de Almeida	x		
13	Casa-Museu Ferando Namora			x
14	Casa-Museu Frederico de Freitas	x		
15	Casa-Museu Guerra Junqueiro		x	
16	Casa-Museu João de Deus (Messines)	x		
17	Casa-Museu José Maria da Fonseca	x		
18	Casa-Museu José Régio (Portalegre)			x
19	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	x		
20	Casa-Museu Leal da Câmara	x		
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	x		
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	x		
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	x		
25	Casa-Museu Passos Canavarro	x		
26	Casa-Museu Pintor José Cercas			x
27	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	x		
28	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	x		
24	Espaço Memória Palmira Bastos		x	
29	Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	x		
30	Museu Ferreira de Castro	x		

## ANEXO VII – Documentos dos homenageados e legatários

N.º	Designação	Correspondência	Documentos relacionados com formação académica	Documentos relacionados com atividades profissionais	Fotografias	Documentos relacionados com atividade cultural	Diplomas, condecorações...	Faturas recibos da compra de objetos artísticos	Documentos relacionados com a construção ou aquisição da Casa	Documentos de família	Recortes de Jornais	Manuscritos de obras literárias e científicas	Inventários artísticos
1	Atelier Anjos Teixeira	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x
2	Casa de Tormes	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
3	Casa dos Patudos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4	Casa Manuel de Arriaga	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
5	Casa-Museu Adelino Ângelo	x	x	x	x		x	x		x	x		
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	x		x	x	x			x		x	x	
7	Casa-Museu Almeida Moreira	x	x	x	x	x	x	x		x	x		x
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro												
9	Casa-Museu Bissaya Barreto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
11	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x
12	Casa-Museu Eng. António de Almeida	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
13	Casa-Museu Fernando Namora	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	
14	Casa-Museu Frederico de Freitas	x		x	x	x	x	x					
15	Casa-Museu Guerra Junqueiro				x								x
16	Casa-Museu João de Deus (Messines)	x		x	x	x	x			x	x	x	x
17	Casa-Museu José Maria da Fonseca	x	x	x	x	x	x		x	x			
18	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	x	x	x	x	x		x		x	x		
19	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	x	x	x	x			x	x	x	x		
20	Casa-Museu Leal da Câmara	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia					x					x		
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	x	x	x	x	x	x			x	x		
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x
24	Casa-Museu Passos Canavarro	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
25	Casa-Museu Pintor José Cercas	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis			x	x						x		
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
28	Espaço Memória Palmira Bastos				x		x					x	
29	Museu da Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	x		x	x	x			x	x	x		
30	Museu Ferreira de Castro	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x	x

## ANEXO VIII – Documentos produzidos pelas instituições museológicas

N.º	Designação	Correspondência Recebida	Correspondência Expedida	Inventário das Coleções	Relatórios de restauro	Revista de Imprensa	Fotografias de eventos	Documentos relacionados com o empréstimo de obras de arte	Doc relacionados com projetos educativos	Doc relacionados com a compra de obras de arte	Doc relacionados com gestão	Doc relacionados com estudo de obras de arte	Doc. relacionados com a história local
1	Atelier Anjos Teixeira	x	x	x			x	x	x		x	x	x
2	Casa de Tormes	x	x	x	x	x	x	x	x		x		x
3	Casa dos Patudos	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	
4	Casa Manuel de Arriaga	x	x	x		x	x	x		x	x	x	x
5	Casa-Museu Adelino Ângelo												
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	x	x	x				x	x		x	x	
7	Casa-Museu Almeida Moreira	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro	x	x	x				x			x		
9	Casa-Museu Bissaya Barreto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	x	x			x	x			x	x		x
11	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	
12	Casa-Museu Eng. António de Almeida	x	x	x	x		x		x			x	x
13	Casa-Museu Fernando Namora	x	x	x		x	x	x	x		x		x
14	Casa-Museu Frederico de Freitas	x	x	x	x		x	x	x		x	x	
15	Casa-Museu Guerra Junqueiro	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
16	Casa-Museu João de Deus (Messines)	x	x	x		x	x	x	x		x	x	x
17	Casa-Museu José Maria da Fonseca	x	x	x			x				x		x
18	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	x		x	x			x	x		x	x	x
19	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x
20	Casa-Museu Leal da Câmara	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	x	x	x		x					x		x
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	x	x	x	x		x				x	x	x
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
24	Casa-Museu Passos Canavarro	x	x	x	x	x	x	x			x	x	x

N.º	Designação	Correspondência Recebida	Correspondência Expedida	Inventário das Coleções	Relatórios de restauro	Revista de Imprensa	Fotografias de eventos	Documentos relacionados com o empréstimo de obras de arte	Doc relacionados com projetos educativos	Doc relacionados com a compra de obras de arte	Doc relacionados com gestão	Doc relacionados com estudo de obras de arte	Doc. relacionados com a história local
25	Casa-Museu Pintor José Cercas												
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	x	x	x		x	x	x			x	x	x
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	x	x	x	x					x	x	x	
28	Espaço Memória Palmira Bastos					x							
29	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
30	Museu Ferreira de Castro	x	x	x			x	x	x		x	x	

## ANEXO IX – Informações relativas ao tratamento do acervo arquivístico

N.º	Designação	Tratamento	Plano de classificação	Instrumento de pesquisa	Responsável pelo tratamento arquivístico
1	Atelier Anjos Teixeira	Sim	S/R	Não	S/R
2	Casa de Tormes	Sim	Não	Sim	Arquivo Distrital do Porto
3	Casa dos Patudos	Sim	Sim	Inventário	Técnico com formação adequada
4	Casa Manuel de Arriaga	S/R	Sim	Sim	S/R
5	Casa-Museu Adelino Ângelo	S/R	S/R	S/R	S/R
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	Não	Não	Sim	Equipa do museu
7	Casa-Museu Almeida Moreira	Tratamento em curso	Em elaboração	Em elaboração	S/R
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro	S/R	S/R	S/R	S/R
9	Casa-Museu Bissaya Barreto	Sim	Sim	Inventário	Equipa do museu
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	S/R	S/R	S/R	S/R
11	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	Sim	Não	Em elaboração	Equipa do museu
12	Casa-Museu Eng. António de Almeida	Sim	S/R	Sim	Técnico com formação adequada
13	Casa-Museu Fernando Namora	Tratamento em curso	Não	Sim	Equipa do museu
14	Casa-Museu Frederico de Freitas	Sim	S/R	Sim	Arquivo Regional da Madeira
15	Casa-Museu Guerra Junqueiro	Não	Não	Não	Equipa do museu
16	Casa-Museu João de Deus (Messines)	Não	Em elaboração	Inventário	Equipa do museu
17	Casa-Museu José Maria da Fonseca	Sim	Sim	Sim	Equipa do museu
18	Casa-Museu José Régio (Portalegre)	Não	Não	S/R	Equipa do museu
19	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	Tratamento em curso	Não	Em elaboração	Equipa do museu
20	Casa-Museu Leal da Câmara	Sim	Sim	Sim	Equipa do museu
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	S/R	S/R	S/R	S/R
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	Não	Não	Não	S/R
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	Tratamento em curso	Não	Não	Equipa do museu
24	Casa-Museu Passos Canavarro	Sim	S/R	S/R	Arquivo Distrital de Santarém
25	Casa-Museu Pintor José Cercas	S/R	S/R	S/R	S/R
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	Tratamento em curso	Não	Inventário	Equipa do museu

<b>ID</b>	<b>Designação</b>	<b>Tratamento</b>	<b>Plano de classificação</b>	<b>Instrumento de pesquisa</b>	<b>Responsável pelo tratamento arquivístico</b>
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	Tratamento em curso	Em elaboração	Em elaboração	Equipa do museu
28	Espaço Memória Palmira Bastos	S/R	S/R	S/R	S/R
29	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	Sim	Sim	Não	Equipa do museu
30	Museu Ferreira de Castro	Sim	Sim	Sim	Técnico com formação adequada

Nota: s/r – Sem resposta no Inquérito.



## ANEXO X – Existência de Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação

N.º	Designação	Arquivo	Biblioteca	Centro de Documentação
1	Atelier Anjos Teixeira	x	x	
2	Casa de Tormes	x	x	x
3	Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça	x	x	
4	Casa Manuel de Arriaga	x	x	x
5	Casa-Museu Adelino Ângelo			
6	Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	x	x	
7	Casa-Museu Almeida Moreira	x	x	x
8	Casa-Museu Aquilino Ribeiro		x	
9	Casa-Museu Bissaya Barreto			x
10	Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia	x	x	x
11	Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	x	x	
12	Casa-Museu Eng. António de Almeida	x	x	x
13	Casa-Museu Fernando Namora		x	
14	Casa-Museu Frederico de Freitas	x	x	x
15	Casa-Museu Guerra Junqueiro	x	x	
16	Casa-Museu João de Deus (Messines)	x	x	x
17	Casa-Museu José Maria da Fonseca	x		
18	Casa-Museu José Régio (Portalegre)			
19	Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	x	x	x
20	Casa-Museu Leal da Câmara	x	x	x
21	Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia	x		
22	Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	x	x	x
23	Casa-Museu Medeiros e Almeida	x	x	
24	Casa-Museu Passos Canavarro		x	
25	Casa-Museu Pintor José Cercas			
26	Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	x		
27	Casa-Museu Reynaldo dos Santos	x	x	x
28	Espaço Memória Palmira Bastos	x		
29	Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	x	x	
30	Museu Ferreira de Castro	x	x	x

## ANEXO XI – Guia dos acervos arquivísticos das casas-museu

Entidade	Acervos/Produtores	Intervalo Cronológico	Dimensão	Acesso	OBS.
<b>Atelier Anjos Teixeira</b>	Pedro Anjos Teixeira Atelier Anjos Teixeira	Finais do século XIX até 1997 1974 -	4 ml	Mediante autorização	
<b>Casa de Tormes</b>	Eça de Queirós Condes de Resende Casa de Tormes	Séc. XV/XVI – Séc. XX s/r 1990 -	s/r	Consulta livre	
<b>Casa dos Patudos</b>	Família Relvas Adega Regional do Ribatejo Escavações Arqueológicas Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça	Séc. XVI - Séc. XX 1907-1913 1982-1986 ? 1957 -	c. 45 ml c. 0.80 ml s/r c. 12 ml	Mediante autorização	
<b>Casa Manuel de Arriaga</b>	Manuel de Arriaga Casa Manuel de Arriaga	1881- 1917 2011 -	s/r	Consulta livre	Arq. Digital
<b>Casa-Museu Adelino Ângelo</b>	Adelino Ângelo	Séc. XV/XVI – Séc. XX		Por marcação	
<b>Casa-Museu Afonso Lopes Vieira</b>	Afonso Lopes Vieira Casa-Museu Afonso Lopes Vieira	1849 - ? 1947 -	c. 0.50 ml s/r	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu Almeida Moreira</b>	Francisco de Almeida Moreira Casa-Museu Almeida Moreira	1880-1994 1939-			Em fase de tratamento
<b>Casa-Museu Aquilino Ribeiro</b>	Casa-Museu Aquilino Ribeiro	s/r	s/r	s/r	Arq. Administrativo
<b>Casa-Museu Bissaya Barreto</b>	Bissaya Barreto Fundação Bissaya Barreto	1886-2009	13 ml	Consulta livre	Só os documentos reservados exigem autorização prévia
<b>Casa-Museu Comendador Manuel Nunes Correia</b>	Manuel Nunes Correia Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande	s/r Séc. XVI-XX	s/r	s/r	
<b>Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves</b>	Anastácio Gonçalves Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves	Séc. XIX-XX	s/r	Mediante autorização	

Entidade	Acervos/Produtores	Intervalo Cronológico	Dimensão	Acesso	OBS.
<b>Casa-Museu Eng. António de Almeida</b>	António de Almeida Fundação Eng. António de Almeida	s/r 1969 -	s/r	Não está aberto a pesquisa	
<b>Casa-Museu Fernando Namora</b>	Fernando Namora Casa-Museu Fernando Namora	s/r 1990 -	75,60 ml	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu Frederico de Freitas</b>	Frederico de Freitas	1915-1984	s/r		Documentos estão em depósito no Arquivo Regional da Madeira
<b>Casa-Museu Guerra Junqueiro</b>	Casa-Museu Guerra Junqueiro	s/r	s/r	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu João de Deus (Messines)</b>	João de Deus Casa-Museu João de Deus (Messines)	Séx XIX- XX 1997	6m s/r	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu José Maria da Fonseca</b>	Família Soares Franco José Maria da Fonseca Vinhos SA	XVII s/r	100 ml	Mediante autorização	Parte da documentação ainda não foi analisada e medida
<b>Casa-Museu José Régio (Portalegre)</b>	José Régio Casa-Museu José Régio (Portalegre)	1918 a 1969 1971 -	s/r	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)</b>	José Régio Casa-Museu José Régio (Vila do Conde)	Último quartel do século XIX e século XX 1975 -	c. 18 ml	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu Leal da Câmara</b>	Leal da Câmara Júlia de Azevedo Casa-Museu Leal da Câmara	Finais do século XIX até 1965. 1965 -	11.30 ml	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu Manuel Ribeiro de Pavia</b>	Manuel Ribeiro de Pavia	s/r	s/r	s/r	
<b>Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira</b>	António Madureira Marieta Solheiro Madureira Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira	Séc. XIX-XX 1992 -	c. 10 ml	Mediante autorização	
<b>Casa-Museu Medeiros e Almeida</b>	António de Medeiros e Almeida Casa-Museu Medeiros e Almeida	Séc. XX 1972 -	s/r	Mediante autorização	

Entidade	Acervos/Produtores	Intervalo Cronológico	Dimensão	Acesso	OBS.
<b>Casa-Museu Passos Canavarro</b>	Passos Manuel Pedro Canavarro Fundação Passos Canavarro	Séc. XVII - Séc. XXI			Os documentos estão em depósito no Arquivo Distrital de Santarém
<b>Casa-Museu Pintor José Cercas</b>	José Cercas	s/r	s/r	s/r	Documentos ainda não estão acessíveis, por não terem sido alvo de tratamento arquivístico
<b>Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis</b>	Documentação vária Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	100 anos		Mediante autorização	
<b>Casa-Museu Reynaldo dos Santos</b>	Reynaldo dos Santos Irene Quilhó dos Santos Luís Alberto Jacobetty Casa-Museu Reynaldo dos Santos	1880-2004	c. 120 ml	Mediante autorização	
<b>Espaço Memória Palmira Bastos</b>	Palmira Bastos	s/r	s/r	s/r	Pequeno conjunto de documentos que integram a exposição
<b>Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro</b>	Dionísio Pinheiro Alice Cardoso Pinheiro Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Pinheiro	Séc. XIX-XX 1985 -	c. 4 ml	Mediante autorização	
<b>Museu Ferreira de Castro</b>	Ferreira de Castro Museu Ferreira de Castro	1908-1974 1973 -	63 ml	Mediante autorização	

Nota: s/r – Sem resposta no Inquérito.

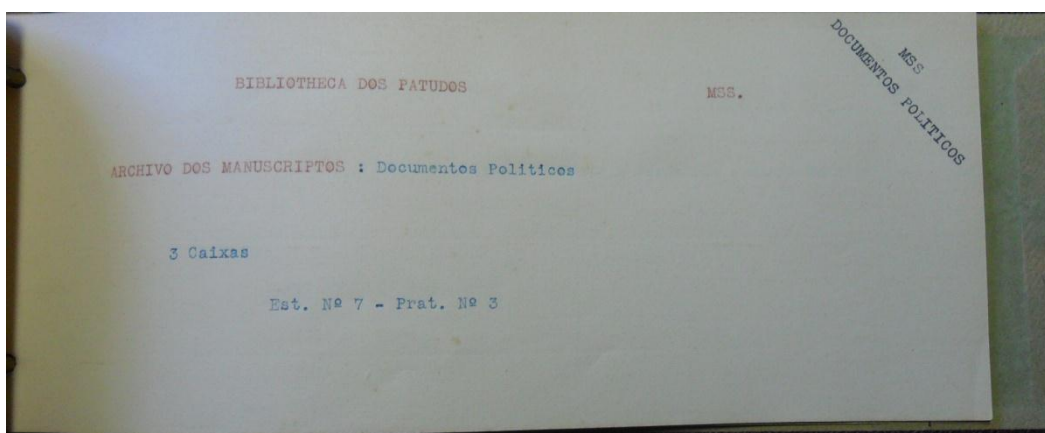
**ANEXO XII - Descrição das pastas e caixas no *Catálogo de Manuscritos*, de José Relvas**

<b>N.º Ficha</b>	<b>Descrição da Unidade de Instalação presente na ficha do Catálogo</b>
1	Assuntos Económicos (1 Pasta)
2	Belas Artes. Literatura (1 Pasta)
3	Diversos papéis sobre a campanha parlamentar de 1914 (1 Pasta)
4	Cartas Comerciais (Portugal e Espanha) (1 Pasta)
5	Comícios e Reuniões políticas (1 Pasta)
6	Conferências Económicas (1 Pasta)
7	Pasta com documentos sobre a contribuição predial (1 Pasta)
8	Correspondência Consular (2 Pastas)
9	Correspondência Diplomática (2 Pastas)
10	Correspondência Ordinária em maços
11	Correspondência Ordinária Portugal e Espanha (2 Pastas)
12	Correspondência Reservada Adega Regional do Ribatejo (2 Pastas)
13	Diversos (1 Pasta)
14	Documentos Históricos e Secretos (1 Pasta)
15	Documentos políticos (2 Pastas)
16	Dossier Teófilo Braga e Pendência Rocha Martins (1 Pasta)
17	Espanha - Comércio e Caminho-de-ferro (1 Pasta)
18	Iconografia Musical – Plaquetes para a Arte Musical (1 Pasta)
19	Ministério dos Estrangeiros - Correspondência Reservada (1 Caixa)
20	Ministério dos Estrangeiros - Correspondência Oficial (1 Caixa)

21	Ministério de Estado (Espanha) Correspondência oficial e reservada (1 Caixa)
22	Ministério dos Estrangeiros (Despesas Secretas) (1 Caixa)
23	Memórias (1 caixa)
24	Questões Económicas (1 Pasta)
25	Sessão Parlamentar (Senado) – 1914 – Fevereiro a Julho – José Relvas – seus trabalhos parlamentares (Questões Externas e Contribuição Predial) (1 Pasta)



Lombada do Catálogo de Manuscritos.



Uma das fichas do catálogo de manuscritos.

**Nota:** Optámos por não fazer atualização ortográfica, respeitando a grafia original dos documentos.

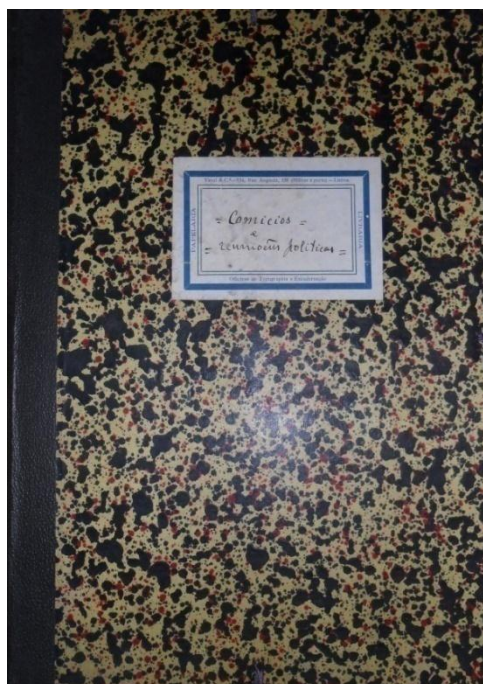
### ANEXO XIII – Títulos das pastas e caixas atribuídos por José Relvas

N.º	Título	Tipo U.I.
1	Correspondência	Caixa
2	Correspondência Setembro de 1921 a Julho de 1923	Caixa
3	Correspondência - Julho de 1923 a Dezembro de 1925	Caixa
4	Facturas Pagas e outros recibos. Contribuições etc. até julho de 1923	Caixa
5	Barca Portugal - Firma Lima Netto, Lda.	Caixa
6	Liquidações, Facturas, Contribuições Pagas, etc. de Julho de 1927 a	Caixa
7	Facturas e Contas pagas, recibos de contribuições, etc. De Julho de 1923 a Nov.º de 1925	Caixa
8	Correspondência, desde Julho de 1927	Caixa
9	Correspondência Reservada Adega Regional do Ribatejo (2 cx)	Caixa (V/V)
10	Correspondência Ordinária Portugal e Hespanha (2 cx)	Caixa (V/V)
11	Cartas Comerciais (Portugal e Hespanha) (1 Cx)	Caixa (V/V)
12	Contas Hespanha (2 cx)	Caixa (V/V)
13	Ministério dos Estrangeiros (Despesas Secretas) (1 cx)	Caixa (V/V)
14	Documentos políticos (3 cx)	Caixa (V/V)
15	Correspondência Diplomática (2 cx)	Caixa (V/V)
16	Ministério dos Estrangeiros Correspondência Oficial (1 cx)	Caixa (V/V)
17	Ministério dos Estrangeiros Correspondência Reservada (1 cx)	Caixa (V/V)
18	Ministério de Estado (Hespanha) Correspondência oficial e reservada (1 cx)	Caixa (V/V)
19	Comércio e Caminhos-de-Ferro – Espanha (1 cx)	Caixa (V/V)
20	Dossier Teófilo Braga e Pendência Rocha Martins (1 cx)	Caixa (V/V)
21	Belas Artes. Literatura (1 cx)	Caixa (V/V)
22	Diversos (1 cx)	Caixa (V/V)

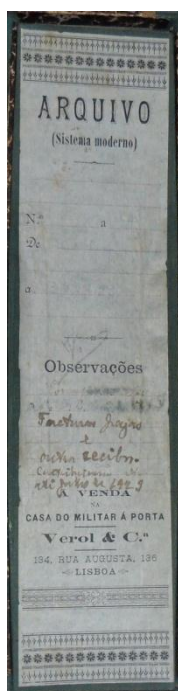
<b>N.º</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo U.I.</b>
23	Correspondência Consular (2 cx)	Caixa (V/V)
24	Documentos Históricos e Secretos (2 cx)	Caixa (V/V)
25	Questões Económicas (4 cx)	Caixa (V/V)
26	Memórias (1 cx)	Caixa (V/V)
27	Correspondência de 1915 – Portugal e Espanha (sem importância)	Caixa (V/V)
28	Correspondência de 1916 – Portugal e Espanha (sem importância)	Caixa (V/V)
29	1914- Contribuição predial - Discursos no Senado na discussão do orçamento = Junho	Pasta
30	Músicas para o Piano Welte-mignon - notas para as salas novas e jardins	Pasta
31	Documentos políticos - Cartas importantes - De 1910 a ...	Pasta
32	Apontamentos e contas d' Obras - Orçamentos, etc.	Pasta
33	Ministro de Estado	Pasta
34	Documentos políticos - Cartas de João Chagas, Teix. Gomes, A. Vasconcelos, Alves da Veiga. (muito importantes algumas secretas) 1910 a 19..	Pasta
35	1914. (De Janeiro a - Corre.ª, Jornaes, etc. ref.s à missão em Madrid depois do m/ regresso.	Pasta
36	Contas particulares recibos, contratos particulares etc. Desde 17 Out.º 1911	Pasta
37	Conferências económicas – Viseu	Pasta
38	Cópia de contas e documentos existentes no arquivo - a missão em Paris e Londres - Dossier Theofilo Braga etc. etc.	Pasta
39	Vol. II Correspondencia reservada com o ministério dos Negócios Estrangeiros. - 1911-1914 -	Pasta
40	Comícios e Reuniões Políticas	Pasta
41	Vários papéis e documentos anteriores a 1910	Pasta
42	2. Out.º 1911 = Out. 1913 Correspondência particular (officiosa) em governo e autoridades políticas hespanholas	Pasta
43	7. Out.º 1911 - Out.º 1913 Minha Missão em Madrid = Correspondência com o Ministério de Estado (Notas, Cartas) - Ministro da governação e outras entidades políticas hespanholas	Pasta
44	Minha Missão em Madrid - Correspondência com o Ministério dos Estrangeiros. Correspondência Política com outras pessoas	Pasta



<b>N.º</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo U.I.</b>
45	1910-1916 - Índice Geral dos Documentos Diplomáticos - Correspondência Diplomática"	Pasta
46	Parlamento. Diversas Questões	Pasta
47	José Henriques Totta e C.ia, Lisboa - Contas de depósito	Pasta
48	Banco Lisboa e Açores - Documentos de depósitos. Cheques, Livrete (caderneta)	Pasta
49	Banco do Minho. Sucursal (Filial) de Lisboa	Pasta
50	Monte Pio Geral. Documentos de depósitos, cheques, cadernetas	Pasta
51	Agencia do Banco Nacional Ultramarino de Santarém	Pasta
52	Declarações de rendimentos feitas em 1911.	Pasta
53	Papéis Relativos a Cousas da Casa (Negócios)	Pasta
54	Testamentos de Eugénia Antónia Relvas e José M. Relvas.	Pasta
55	Sessão parlamentar de 1914 (Fev.º a Julho) Meus trabalhos sobre contr. Predial e q.s externas	Pasta
56	Contas Pagas	Pasta
57	Sahidas de vinhos velhos até 1919 e da colheita de 1919 - vendidos a J. Maria da Fonseca Inocêncio. Companhia dos Vinhos e Azeites de Portugal. - 1920-	Pasta
58	Memórias	Pasta
59	Alguns documentos da época do Directorio (1909-1910) - Missão ao estrangeiro de 1910 com Magalhães Lima.	Pasta
60	Assumptos económicos	Pasta
61	Diversos	Pasta
62	Presidência do Ministério (Janeiro - Março) Circulares e Documentos Políticos e reservados	Pasta
63	Subsídio para estudo de questões economicas - Projectos - Notas - Artigos de jornaes - etc. etc.	Pasta
64	Dossier dos cereaes comprados no Alentejo - 1919-1920-	Pasta
65	Correspondência Ministerial 2.º maço – 12 de Outubro de 1910 a 2 de Setembro de 1911 (revista)	Pasta
66	Junho a Agosto de 1911 – Correspondência ministerial corrente	Pasta
67	Inventários	Pasta



Pastas de arquivo originais com etiquetas de identificação da autoria de José Relvas.



Dossier com identificação manuscrita por José Relvas. Dossier com identificação impressa.

**Nota:** Optámos por não fazer atualização ortográfica, respeitando a grafia original dos documentos.

## ANEXO XIV – Imagens da aplicação em Access utilizada entre 2007 e 2010

ARQUIVO CPa : Base de Dados (Access 2007) - Microsoft Access

Base Criar Dados Externos Ferramentas da Base de Dados

Aviso de Segurança Determinados conteúdos na base de dados foram desactivados Opções...

FUNDOS E COLECC... SUBFUNDOS SECCÕ... **SÉRIES** U I CAIXA U I PASTA DOCUMENTOS

**SÉRIES**

ID: 52

Título: Documentos Políticos

Código de Referência: PT/AHCP/FR/JMR/C/01

Produtor: Relvas, José de Mascarenhas, 1858-1929

Data I: 1910

Data F: 1916

Fundo: Família Relvas

Âmbito e Conteúdo: Reúne documentos, maioritariamente correspondência, recebidos de políticos portugueses e estrangeiros, cuja temática está relacionada com questões políticas portuguesas. Esta documentação foi numerada e organizada por José Relvas, que elaborou um índice remissivo. A documentação estava organizada em Maços:  
 1- Maço de documentos numerados por José Relvas, identificado como "Documentos Políticos - ano de 1910", de Outubro a Dezembro de 1910, só existe o documento n.º 6. Inclui índice.  
 2- Maço de documentação numerada intitulado por José Relvas como "Documentos Políticos 1911 - Correspondência"

Sistema de Organização: Organização ascendente pelo número de índice remissivo.

Idiomas: Português, Francês, Castelhanao

Subfundo: José de Mascarenhas Relvas

Secção: Actividade Política

Sub Secção:

Notas:

Cota Topográfica:  
Caixas 370, 371 e 372

Registo: 52 de 165 Sem Filtro Procurar

Imagem do formulário de introdução de dados relativos às séries.

ARQUIVO CPa : Base de Dados (Access 2007) - Microsoft Access

Base Criar Dados Externos Ferramentas da Base de Dados

FUNDOS E COLECC... SUBFUNDOS SECCÕ... SÉRIES **U I CAIXA** U I PASTA DOCUMENTOS

ID: 150

Número de Caixa: 150

Título: Correspondência comercial

Código de Referência: PT/AHCP/FR/JMR/B/04/150

Produtor: Relvas, José de Mascarenhas, 1858-1929

Data I: 1898

Data F: 1903

Fundo: Família Relvas

Sub fundo: José de Mascarenhas Relvas

Secção: Administração do Património, Actividade de Agricultor e Actividade Comerc

Série: Correspondência comercial

Âmbito e Conteúdo: Esta caixa reúne correspondência, relacionada com a aquisição de bens e serviços recebida por José Relvas no âmbito das suas actividades empresariais, particulares e de colecionador, entre 1898 e 1903.

Notas:

Registo: 150 de 523 Sem Filtro Procurar

Imagem do formulário de introdução de dados relativos às unidades de instalação.

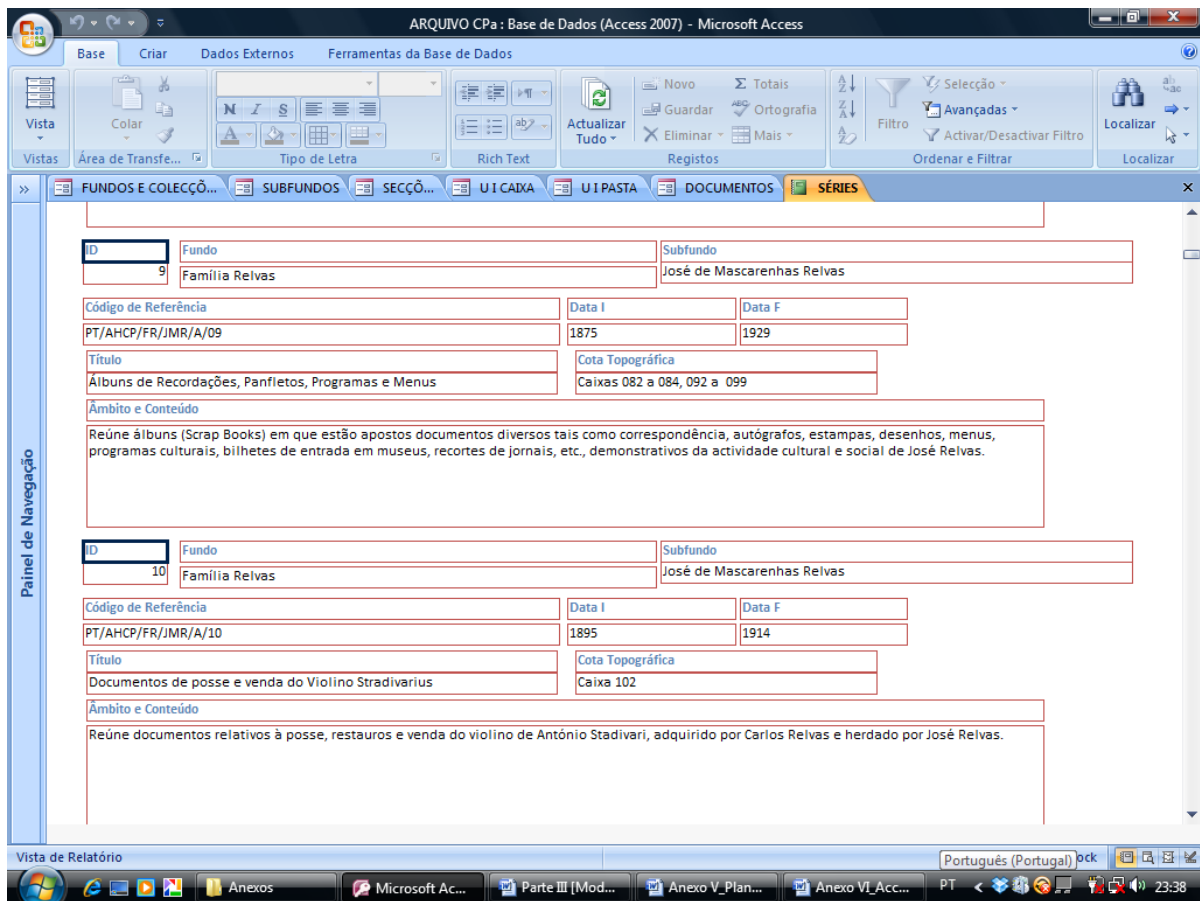


Imagem do formulário de introdução de dados relativos às séries documentais.

## ANEXO XV - Notas de identificação de maços de documentos

N.º	Título atribuído por José Relvas
1	Correspondência Ministerial - Junho a Agosto de 1911
2	Quadros, instrumentos, etc... - Cartas de Emílio Velo - Amútio - Juan Gracia - Minaniz - Concha Rodrigues - Medina - Ramirez - VdaDominguez - Lapuente - Salzedo - Hill & Sons (V.ª Stadivarius) - 1911-1916
3	1894-1895-96-97-1902 - Cartas da Eugénia e do Carlos Correspondência da Família - C. de Podentes - Meus cunhados - V. de Loureiro e C. de Prime - Maria do Céu e C. de Podentes - Algumas cartas da Eugénia sobre a mudança para Lisboa - últimas cartas de Francisco da Silva Mendes - José Thomas, etc... - Carta do Rodrigo (com recibo dos tonneis da Barroca) - Vasco da Cunha, José Sobral, José da Cunha
4	Recibos de contas pagas em 1895
5	Recibos das contribuições pagas em 1890
6	Diversas contas, que dizem respeito ao funeral de minha mãe. D. Margarida A. M. de Azevedo Relvas em 24 de Março de 1887
7	Recibos das contribuições pagas em 1896 e 1897
8	Correspondência de 1916 - Portugal e Hespanha (sem importância)
9	Recibos de contribuições, foros, seguros pagos em 1903
10	Recibos de contribuições pagas em 1889
11	Recibos de contribuições foros e seguros pagos em 1897, 1898 e 1899
12	1910-1911 - Correspondência com pessoas de família, amigos e estrangeiros, durante o período do governo Provisório. (as cartas importantes estão separadas n' uma séries de pastas)
13	Recibos de contribuições, foros e seguros em 1904 e 1905
14	Nov.º 1916 - Março de 1917
15	Contas do funeral dos meus filhos João e Maria Luísa
16	Contas pagas em 1899
17	Cartas de Família até 1916
18	1904 - Correspondência com J. Amaro Soares a respeito da obra do lagar d' azeite. (nota - as cartas trocadas acerca da desinteligência, que motivou não dirigir a obra da casa de residência, estão no nosso relativo a esta obra)
19	1891-92-93 - Correspondência com diversos acerca da venda da Casa da Golegã e estrada da Golegã, do campo. - José Thomas - A. Fonseca. A. Vasconcelos - Augt.º da Matta - Abílio Lobo - Sebastião Trigoso - Manuel V. R. Beirão
20	Contas pagas em 1892 - 1.º masso
21	1907 - recibos de contas pagas em 1907
22	Contas pagas em 1890
23	Correspondência relativa ao projecto de D. Maria do Céu, de divisão de inscripções.
24	Recibos de contribuições e foros pagos em 1893 e 1894
25	Recibos de cartas pagas em 1899
26	Cartas de Clementina desde 1888 a 1907 e de diversos a respeito de negócios da Clementina (Ant.º Lopes, Vasco, José Thomas, José da Cunha, etc... - Recibo de titulos e jóias que estiveram na Golegã, na casa forte.
27	Correspondência vulgar 1920-21 (tem no verso a seguinte nota: Francisco de Almeida Moreira. Hotel Alliance - Rua da Trindade - Lisboa. Peço comprar Capela S. Christovam numero seis catálogo.
28	Recibos da C.ª de Seguros Fidelidade 1894 a 1895

29	Contas pagas em 1889 - 2.º masso
30	Recibos de contas pagas em 1894
31	Recibos de contribuições e foros pagos em 1894 e 1895
32	1896 - Nota de custas que deveriam ser prestadas por D. Mariana e que não pagou - rompimento de nossas relações.
33	Papeis diversos curiosos
34	Correspondência de 1915 - Portugal e Hespanha (sem importancia)
35	4.º masso - Corre.s - recibos etc... p. ordenar até Set.º de 1910
36	Papéis Secretos - Cartas de João Chagas - de Paris - 1911. Alguns documentos históricos
37	1891 Recibos das contribuições pagas em 1891
38	Cartas particulares – Hespanha
39	Cartas de J. da Costa Bravo - 1903-1904 a 1907
40	Correspondência, recibos, etc..., para por em ordem, até Set. 1910 - 1.º masso
41	1901-902 = até 1907 - Cartas de D. M. Luisa e Vasconcelos (Questão Sommer) - D. Juvenália Ferraz - Diversas - Correspondência para a compra da "Trilha em Olava" de D. Olano. Cartas do Krasset, de Breton... Diversas sobre compras de arte atc...
42	4.º masso - entrada à série que findou em Set.o de 1910
43	1900-1901 - José Pessanha - Aug.to Guersdrey - D. Ritta Viseu da Costa - Preyer D' Amstcienne - Artz, de la Haye - BousedVallador - D. Luiz de Castro, Haerland - Ierrefort - R. Fortier- A. de Vasconcellos
44	Recibos de Contas pagas em 1906
45	Cartas, desde 1888 de diversas pessoas (Condessa de Podentes e D. Eugénia Mendes - D. Maria d' Assumpção, e D. Maria do Céu, Vasco da Cunha, M. Malheiro, João Martins, Víctor Hussla, Correspondência com a família Miranda (da Ericeira), Aboim, Visconde de Loureiro, Luis de Loureiro e Prima do Sardeal. - A (Cardosos, Manuel Vicente Beirão)
46	Recibos das contas pagas em 1904 - Estão n' este masso as cartas relativas à obra do lagar d' azeite, assim como a correspondencia com o mestre J. A. Soares sobre m/ obra.
47	De 1899-1901-1902-1903-1904 (1.º masso) Cartas de António Ribeiro da Costa e Almeida, Maria do Céu, Avó e outras acerca da tutoria de Luís de Loureiro e de seus filhos. Algumas contas - de D. M.ª do Ceo a respeito de tais assumptos. Cartas de Ant.º Ribeiro J.r
48	Formaes de Partilhas. Doações. Inventários
49	Instalações - motor, luz eléctrica, acumuladores, serviços de retretes
50	Recibos de contas, foros e seguros, pagos em 1900 e 1901
51	1.º masso - Minha correspondência particular negócios e de família, etc... 18 Outº. 1911 a
52	Músicos, Romancistas. Poetas. Dramaturgos. Actores.
53	Respondidas 1911-1912 - Cartas particulares - Set.º a Out.º
54	Correspondência de Filipe Ribeiro desde 7 d' Out.º de 1898 - a 25 Set.º 1899
55	1901 Recibos de contas pagas em 1901
56	Recibos de contribuições pagas em 1892
57	1911 - Correspondência do tempo do Ministério (correspon.ª Corrente)
58	Recibos da C.ª de Seguros Fidelidade 1892 a 1893
59	1893-1894. Cartas, Telegramas e Jornaes sobre a doença e falecimentos de meu pae. 27 de Dezembro de 1893 - dia do desastre. 23 de Janeiro de 1894 - dia do falecimento
60	2.º masso de Cartas de H. Sauvinet - 1901-1902. 1903-1904. 1905-1907.
61	Recibos de contribuições foros e seguros pagos em 1905, 1906 e 1907.

62	Correspondência Ministerial - 2.º masso - 12 Out.º 1910 ou 2 Set.º 1911 (revista)
63	Recibos de contas pagas em 1900
64	Contas pagas em 1888 - Recibos de Juros, lojas, etc..
65	Contas de Eugénia de 1886 - Recibos de Lojas
66	Recibos das terras que foram do White
67	Contas de José Alves da Trindade e Filhos até 1921 - Conta geral das vendas em Corvos
68	Cartas e contas de J. da Trindade, desde 1906 (Administração da Casa de Viseu)
69	N.º 1 Escritura de reconhecimento do prazo de 10 hastins em vinhas, foreiro à Misericórdia de Azinhaga. (Terras que foram do White) - Este foro foi remido em 1894.
70	N.º 33 - Documentos que existiam na Gaveta 33
71	N.º 2 - Documentos relativos às terras, que comprei a J. M. de Silveira, em Junho de 1887.
72	Gaveta F masso n.º 2 - a) Escritura de partilhas entre maiores herdeiros da Sem.ª D. Margarida Amália Mendes de Azevedo Relvas. B) Escritura de rectificação das mesmas partilhas.
73	N.º 3 Subemphytteusses do Prazo nos Riachos, de que é emphytteutta Joaquim Dias Riachos - Gaveta D
74	1897 - Notas da medição dos vinhos da colheita de 1896 - Patudos - vendido a Ant.ºJ.r da Silva e C.ia do Porto.
75	Recibos de foros pagos desde 1887
76	N.º 15 - Carta de Sentença do formal de partilhas, pelo falecimento da Sn.ª Condessa de Podentes, em 24 de Setembro de 1906 - Calculo do rendimento d' esta herança - Notas particulares p.ª a partilha.
77	Terras da Gollegã dos Hastins da White
78	1919-1920 - Correspondência sobre o negócio dos cereas do Alentejo e Palhas
79	1892 - Contas da obra da Casa dos Patudos feita em 1891-1892 - Recibo da empreitada de José da Praia - Recibo da obra extraordinária feita por o mesmo - Recibo das lojas, d' onde o mesmo se forneceu - Recibo da obra feita por João das Vistas no sótão.
80	Correspondência Ministerial corrente – Junho de Agosto de 1911

**Nota:** Optámos por não fazer atualização ortográfica, respeitando a grafia original dos documentos.

## **ANEXO XVI - Quadro de Classificação do Arquivo da Casa dos Patudos**

### **01 - Fundo Família Relvas (FR)**

#### **Subfundo 01 José de Mascarenhas Relvas (JMR)**

##### Secção A - Vida Pessoal

- Série A/01 Correspondência pessoal
- Série A/02 Cartões-de-visita (1)
- Série A/03 Postais Ilustrados (2)
- Série A/04 Documentos relativos à formação académica
- Série A/05 Documentos privados
- Série A/06 Catálogos de Exposições e Leilões de Arte
- Série A/07 Notas soltas e blocos de notas do colecionador
- Série A/08 Inventários
- Série A/09 Documentos relacionados com a venda de obras de arte
- Série A/10 Assuntos de Arte Portugal e Espanha
- Série A/11 Álbuns de Recordações
- Série A/12 Documentos de posse e venda do Violino *Stradivarius*
- Série A/13 Notas e Livros de Viagens
- Série A/14 Documentos relacionados com a atividade maçónica
- Série A/15 Conferências Económicas (pesquisa, investigação, estudo)
- Série A/16 Documentos relacionados com a atividade associativa
- Série A/17 Documentos relacionados com a Questão Vinícola

##### Secção B - Administração do Património, Atividade de Agricultor e Atividade Comercial

- Série B/01 Contas Pagas – Faturas, Recibos e contas correntes
- Série B/02 Contas Pagas durante a permanência em Madrid
- Série B/03 Construção e obras da Casa dos Patudos
- Série B/04 Correspondência comercial
- Série B/05 Músicas Welte Mignom e Projetos das Salas Novas
- Série B/06 Folhas de Pagamentos Semanais da Quinta dos Patudos
- Série B/07 Cadernos de Registo da Produção Agrícola e Vinícola da Quinta dos Patudos
- Série B/08 Anuário Comercial de Portugal
- Série B/09 Correspondência de Augusto Lopes Joly
- Série B/10 Correspondência de Jerónimo da Costa Bravo
- Série B/11 Correspondência de Tomás Eugénio de Mascarenhas Menezes
- Série B/12 Correspondência de Filipe Ribeiro
- Série B/13 Correspondência de José Albino de Sousa
- Série B/14 Correspondência de Matias de Sousa
- Série B/15 Correspondência de José Alves da Trindade
- Série B/16 Correspondência e outros documentos do Banco José Henriques Totta



Série B/17 Correspondência e outros documentos do Banco BNU  
Série B/18 Correspondência e outros documentos do Montepio  
Série B/19 Correspondência e outros documentos do Banco do Minho  
Série B/20 Correspondência e outros documentos do Banco Lisboa e Açores  
Série B/21 Correspondência e outros documentos da Barca de Portugal  
Série B/22 Correspondência Martin Weinstein & Companhia  
Série B/23 Correspondência Companhia União Fabril  
Série B/24 Documentos relativos a várias operações cambiais  
Série B/25 Correspondência e outros documentos de António da Costa Ivo  
Série B/26 Diários de Receita e Despesa  
Série B/27 Escrituras de compra e venda  
Série B/28 Escrituras de arrendamento  
Série B/29 Documentos relativos à administração de foros  
Série B/30 Documentos relacionados com partilhas familiares  
Série B/31 Documentos relacionados com os bens de Eugénia Relvas  
Série B/32 Blocos de notas e notas sobre produção e produtos agrícolas  
Série B/33 Questão Joaquim José Martins  
Série B/34 Resumo das folhas de férias semanais da Quinta dos Patudos  
Série B/35 Documentos relativos à Quinta da Granja  
Série B/36 Questão Joaquim Romão  
Série B/37 Livros de contas correntes  
Série B/38 Documentos Reservados da Adega Regional do Ribatejo

Subsecção B-C - Administração da Casa Relvas

DS - Memória da Administração

Série B/C/2 – Cadernos de notas da produção agrícola

Série B/C/3 – Papéis diversos sobre a administração da Casa Relvas

Série B/C/4 – Livros de registo de contas da Casa Relvas

Série B/C/5 – Escrituras de tramitação de bens da Casa Relvas

Secção C - Atividade Política

Série C/01 – Documentos Políticos

Série C/02 – Correspondência Diplomática

Série C/03 – Recortes de Jornais Portugueses

Série C/04 - Dossier Teófilo Braga

Série C/05 - Memórias

Série C/06 - Cartas políticas e documentos sobre o *Diário de Chagas*

Série C/07 - Pendência com Rocha Martins

Série C/08 - Questão A. Certima do Jornal *O Portugal*

Subsecção C-A - Dirigente Republicano (1907 – 1910)

Série C/A/01 Correspondência recebida

Série C/A/02 Notas para Comícios e Reuniões Políticas

Série C/A/03 Recortes de Jornais

Série C/A/04 Questões Políticas e Económicas

Subsecção C-B - Ministro das Finanças do Governo Provisório (1910 – 1911)

Série C/B/01 Correspondência Ministerial

Série C/B/02 Dossiês Governativos

Série C/B/03 Recortes de Jornais

Subsecção C-C - Ministro Plenipotenciário em Madrid (1911 – 1914)

Série C/C/01 Correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros

Série C/C/02 Correspondência com o Ministério de Estado

Série C/C/03 Contas da Legação de Portugal em Madrid

Série C/C/04 Despesas Secretas Legação de Portugal em Madrid

Série C/C/05 Correspondência Consular

Série C/C/06 Correspondência Particular (oficiosa)

Série C/C/07 Correspondência de menor importância ou sem importância

Série C/C/08 Correspondência com António Macieira

Série C/C/09 Documentos Históricos e Secretos

Série C/C/10 Las Notícias

Subsecção C-D - Membro do Senado (1913 – 1915)

Série C/D/01 Correspondência Recebida

Série C/D/02 Documentos sobre a campanha parlamentar de 1914

Série C/D/04 Documentos sobre a contribuição predial

Série C/D/05 Recortes de Jornais

Subsecção C-E - Presidente do Ministério e Ministro do Interior (1919)

Série C/E/01 Circulares, Cartas e Documentos Políticos

Série C/E/02 Cartas e diversos papéis, pedidos, etc. Sem importância

Série C/E/03 Recortes de Jornais

**Subfundo 02 Eugénia Mendes de Loureiro Relvas (ER)**

Secção A - Vida Pessoal

Série A/01 Correspondência Pessoal

Secção B - Administração de Património

Série B/01 Folhas de Pagamentos Semanais da Quinta dos Patudos

Série B/02 Documentos relativos ao pagamento de impostos

**Subfundo 03 Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos (CR)**

Secção A - Vida Pessoal

Série A/01 Correspondência Pessoal

Série A/02 Apontamentos (Notas)

Secção B - Proprietário Agrícola (Posse e administração de propriedades)

- DS - Livro dos criados de Carlos Relvas
- Série B/01 Correspondência Comercial
- Série B/02 Escrituras de Compra e Venda
- Série B/03 Escrituras de Arrendamento
- Série B/04 Documentos relacionados com foros
- Série B/05 Documentos relacionados com heranças
- Série B/06 Recibos de foros pagos pela Casa Relvas
- Série B/07 Recibos de contas pagas
- Série B/08 Recibos de impostos e contribuições pagos

**Subfundo 04 José Farinha Relvas de Campos (JC)**

Secção A - Vida Privada

- Série A/01 Correspondência Pessoal

Secção – B - Posse e administração de propriedades transação e tramitação de bens

- DS – Livro de Tombo das propriedades da Casa Relvas
- Série B/01 Escrituras de Compra
  - Subsérie B/01-02 Escrituras Antigas de Compra - Concelho da Golegã
  - Subsérie B/01-03 Escrituras de Compra - Concelho de Torres Novas
  - Subsérie B/01-04 Escrituras de Compra - Concelho de Tomar
  - Subsérie B/01-05 Escrituras de Compra - Concelho de Vila Nova da Barquinha
  - Subsérie B/01-06 Escrituras de Compra - Concelho da Sertã
  - Subsérie B/01-07 Escrituras de Compra - Concelho do Crato
  - Subsérie B/01-08 Escrituras de Compra - Concelho de Sousel e Avis
  - Subsérie B/01-10 Escrituras de Compra - Concelhos de Abrantes, Ourém, Santarém e Almeirim
  - Subsérie B/01-11 Escrituras de Compra - Concelho de Lisboa
  - Subsérie B/01-12 Escritos de Compra - Concelho da Golegã
  - Subsérie B/01-13 Escritos de Compra - Concelho de Torres Novas
  - Subsérie B/01-14 Escritos de Compra - Concelhos da Barquinha, Crato, Sertã
- Série B/02 Títulos de Compra de Foros e a Géneros e Dinheiro
  - Subsérie B/02-01 Títulos de Compra de Foros a Géneros e a Dinheiro - Concelho da Golegã
  - Subsérie B/02-02 Títulos de Compra de Foros a Géneros e a Dinheiro - Concelho de Torres Novas
  - Subsérie B/02-03 Títulos de Compra de Foros a Géneros e a Dinheiro - Concelho de Almeirim
  - Subsérie B/02-04 Títulos de Compra de Foros - Concelhos Barquinha, Tomar, Sousel, Sertã e Crato

Série B/03 Prazos de que a Casa é Senhoria Direta

- Subsérie B/03-01 Prazo de que a Casa é Senhoria Direta - Concelho da Golegã
- Subsérie B/03-02 Prazo de que a Casa é Senhoria Direta - Concelho de Torres Novas
- Subsérie B/03-03 Prazos de que a Casa é Senhoria Direta - Concelhos de Tomar e Sertã
- Subsérie B/03-04 Prazos de que a Casa é Senhoria Direta - Concelhos da Barquinha e do Crato

Série B/04 Escrituras Antigas de Prazos

Série B/05 Títulos de troca de propriedades

Série B/06 Escrituras de Sociedade

Série B/07 Prazos de que a Casa é Enfiteuta

Série B/08 Escrituras de Desistência e encampação de prazos

Série B/09 Escrituras de Partilhas

Série B/10 Escrituras de Dote de Casamento, de Doação e de Quitação em dinheiro

Série B/11 Cartas de Arrematação

Série B/12 Testamentos

Série B/13 Formais de Partilha

Série B/14 Escrituras e mais papéis dos lagares, armazéns e celeiro da Sertã

Série B/15 Escrituras Antigas de Emprazamentos pertencentes ao Morgadinho do Unhão

Série B/16 Escrituras de Arrendamento

- Subsérie B/16-01 Escrituras de Arrendamentos feitos à Casa
- Subsérie B/16-02 Escrituras de Arrendamentos Feitos pela Casa
- Subsérie B/16-03 Escritos de Arrendamentos Feitos à Casa
- Subsérie B/16-04 Escritos de Arrendamentos feitos pela Casa

Série B/17 Escrituras de venda de algumas propriedades e de cortiça feitas pela Casa

Série B/18 Documentos relativos às Quintas da Alorna, Casal Velho e Casal do Leite

Série B/19 Documentos relativos à Quinta do Paúl

Série B/20 Documentos relativos às Quintas do Mocho, Labruja, Paul da Ota e do Campo

Série B/21 Documentos relativos a negócios com o Conde de Linhares

Série B/22 Cartas de Sentença e outros Processos

Série B/23 Inventários

Série B/24 Documentos relativos aos Almoxarifado e Infantado da Sertã, Amieira

Série B/25 Papeis que respeitam a contas com António Herculano da Porcíncula

Série B/26 Documentos relacionados com propriedades do Marquês de Fronteira

Série B/27 Contas com António José Matias Relvas da Flor da Rosa

Série B/28 Documentos relativos a negócios com o Marquês de Nisa

Série B/29 Documentos relativos à Quinta da Lagoalva

Série B/30 Diversas Obrigações de Dívidas

Série B/31 Escrituras e Dividas com Hipoteca

Série B/32 Documentos Avulsos

Série B/33 Contas com António Félix de Mendonça  
Série B/34 Recibos de Foros Pagos pela Casa  
Série B/35 Recibos de Rendas Pagas pela Casa  
Série B/36 Recibos de Pagamento de Impostos Pagas pela Casa  
Série B/37 Recibos de contas pagas pela Casa a capelas e igrejas  
Série B/38 Recibos de companhias de seguros  
Série B/39 Cadernos  
Série B/40 Livros  
Série B/41 Contas com Manuel José Gomes  
Série B/42 Papéis que respeitam a contas com várias pessoas  
Série B/43 Contas com Manuel Nunes, de Lisboa  
Série B/44 Contas com João Esteves Magiolo  
Série B/45 Contas com José Vaz Monteiro

**Subfundo 05 Carlos de Loureiro Relvas (CLR)**

Série A/01 Correspondência Pessoal  
Série A/02 Documentos relacionados com a atividade de estudante  
Série A/03 Documentos relacionados com Estudos Musicais

**Subfundo 06 Maria Luísa de Loureiro Relvas (LR)**

Série A/01 Correspondência Pessoal  
Série A/02 Documentos relacionados com a atividade de estudante

**Subfundo 07 João de Loureiro Relvas (JLR)**

Série A/01 Correspondência Pessoal  
Série A/02 Documentos relacionados com a atividade de estudante

**02 - Fundo Adega Regional do Ribatejo – ARR**

**Secção A - Constituição da Sociedade**

DS: Livro de Atas (1907)  
DS: Projeto de Estatutos (1907)  
DS: Estatutos (1909)  
DS: Registo de Marcas (1910)  
DS: Exemplares do estacionário da empresa  
Série A/01 Documentos de identificação de sócios e das suas propriedades  
Série A/02 Livros de Contas correntes dos sócios  
Série A/03 Livro de registo da Medição e valor das subscrições dos sócios fundadores  
Série A/04 Livro de Notas das Contas dos Sócios da ARR

### Secção B - Administração e Negócios

- Série B/01 Correspondência recebida
- Série B/02 Copiador de correspondência expedida
- Série B/03 Contas correntes (registo de receitas e despesas)
- Série B/04 Entradas e Saídas de Vinho de vinho do armazém de Xabregas
- Série B/05 Faturas e Recibos
- Série B/06 Relatórios de gestão
- Série B/07 Cadernetas Bancárias

### **03 - Fundo Escavações Arqueológicas (EA)**

- Col. Coleção de Documentos sobre Arqueologia
- Série 01 – Inventário dos achados arqueológicos de Philine Kalb e Martin Höck

### **04 - Fundo Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça (CPMA)**

#### Secção A – Documentos da Fundação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça

- Col. Documentos da criação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça
- Proc. Projeto de Obra de adaptação da Casa dos Patudos para Museu

#### Secção B – Documentos de Gestão da Casa dos Patudos

- Série B/01 Correspondência Recebida pela CP-MA
- Série B/02 Correspondência Expedida pela CP-MA
- Série B/03 Correspondência da CP-MA para a Câmara Municipal de Alpiarça
- Série B/04 Correspondência da Câmara Municipal de Alpiarça para a CP-MA
- Série B/05 Documentos relativos à Formação de Jovens JVS
- Série B/06 Revista de Imprensa
- Série B/07 Documentos relacionados com os recursos humanos
- Série B/08 Guias de receita da Casa dos Patudos
- Série B/09 Trabalhos académicos sobre a Casa dos Patudos e a sua coleção
- Série B/10 Textos e artigos para órgãos de comunicação social, eventos e publicações
- Série B/11 Registos mensais de visitantes
- Série B/12 Relatórios de Segurança

#### Secção C – Documentos relacionados com a gestão da coleção da Casa dos Patudos

- Série 01 Relatórios de restauro de obras de arte
- Série 02 Documentos relacionados com a preparação de exposições
- Série 03 Cadastro de todos os objetos da Casa dos Patudos
- Série 04 Inventário dos objetos da Casa dos Patudos
- Série 05 Fotografias de obras de arte e da Casa dos Patudos
- Série 06 Avaliação de objetos artísticos

### **Coleções de Documentos**

C01 – Fotografias e Fototipias

C02 – Cartões Postais

C03 – Menus

C04 – Cartazes de Touradas e outros eventos

C05 – Programas culturais (Teatro, Concertos e Ópera)

C06 – Catálogos e Folhetos Publicitários

C07 – Recortes de Jornais

C08 – Mapas

C09 – Plantas de Portos portugueses

C10 – Correspondência dirigida aos criados de José de Mascarenhas Relvas

C11 – Documentos relacionados com a história do arquivo (caixas de arquivo originais, pastas, cintas de maços, notas de identificação de maços, listas de documentos produzidas durante as intervenções no arquivo).

(1)(2) – Séries artificiais criadas pela equipa de Carlos Consiglieri e que não foi possível inverter, repondo os documentos nas séries originais.